

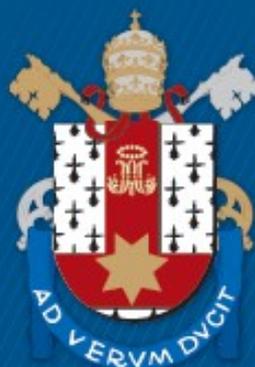
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DOUTORADO EM FILOSOFIA

GUILHERME DE BRITO PRIMO

**A VIRTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SI: UM ESTUDO SOBRE OS NOVOS MODOS DE
SUBJETIVAÇÃO NA ERA DOS ALGORITMOS**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

GUILHERME DE BRITO PRIMO

**A VIRTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SI: UM ESTUDO SOBRE OS NOVOS
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA ERA DOS ALGORITMOS**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Caprio Leite de
Castro

Porto Alegre

2023

GUILHERME DE BRITO PRIMO

**A VIRTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SI: UM ESTUDO SOBRE OS NOVOS
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA ERA DOS ALGORITMOS**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Caprio Leite de
Castro

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabio Caprio Leite de Castro (Orientador – PUCRS)

Prof. Dr. Gustavo Oliveira de Lima Pereira (PUCRS)

Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS)

Prof. Dr. Castor Mari Martín Barolomé Ruiz (UNISINOS)

Prof. Dr. Pablo Esteban Rodríguez (Universidad de Buenos Aires – UBA)

Porto Alegre

2023

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, cumpre dizer que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, razão pela qual agradeço, inicialmente, à agência de fomento à pesquisa vinculada ao Ministério da Educação do Brasil.

Agradeço ao amigo, professor e orientador, Dr. Fabio Caprio Leite de Castro, com quem tive a honra de aprender a filosofia como exercício de um pensamento crítico e, sobretudo, a oportunidade de compartilhar trocas sinceras sobre a vida e suas contingências. Agradeço por toda sua paciência, generosidade, disponibilidade e, especialmente, por sua confiança no desenvolvimento do meu trabalho.

Ao amigo e professor, Dr. Gustavo Oliveira de Lima Pereira, por ter sido um dos grandes responsáveis pelo despertar de meu interesse pela pesquisa, há exatos dez anos atrás, bem como por sua amizade e companheirismo durante toda minha trajetória acadêmica.

Aos demais professores convidados à banca de doutoramento, Dr. Ricardo Timm de Souza, Dr. Pablo Esteban Rodríguez e Dr. Castor Bartolomé Ruiz, agradeço por seu interesse em participar como avaliadores do meu trabalho. Sem dúvida, seus conhecimentos, críticas e sugestões serão de suma importância para os desenvolvimentos e aprimoramentos posteriores da hipótese ora apresentada.

Agradeço, também, a todas as pessoas que, cada qual ao seu jeito, foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Gostaria de destacar algumas delas: meu pai, Cleiton Roberto N. Peixoto Primo, e meus tios, Newton Luiz N. Peixoto Primo e Clóvis Renato N. Peixoto Primo; minha avó, Aldomira Dias; meu irmão, Felipe Krusser Primo; meus padrinhos, Jorge Abrahão e Itana Stiubiener; e, principalmente, minha mãe, Flávia Dias de Brito, por todo seu apoio e amor inesgotável.

A todos vocês, minha gratidão eterna. Muito obrigado.

“Não há instauração da verdade sem uma posição essencial da alteridade. A verdade nunca é o mesmo. Só pode haver verdade na forma do outro mundo e da vida outra”.

Michel Foucault

RESUMO

Nossa hipótese busca responder a tese de uma *governamentalidade algorítmica*, conforme desenvolvida pelos filósofos Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, em sua problematização crítica aos dispositivos algorítmicos segundo o arcabouço teórico foucaultiano. A nossa aposta é tomar, como objeto de estudo, um núcleo cultural determinado: de modo geral, a tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos, como as redes sociais – que vai adquirir o seu volume no cruzamento, na articulação, *entre as dimensões das formas de governamentalidade e das técnicas de subjetivação, através das novas modalidades de veridicção virtuais, que aqui procuramos designar por meio da noção de “virtualização da experiência de si”*. A virtualização da experiência de si corresponde, segundo nossa hipótese, ao conjunto das práticas de si, ou práticas de engajamento, que articulam a dialética entre o virtual e o atual (analogico), produzindo, assim, efeitos de subjetividade. Na medida em que a hiperconectividade alterou profundamente a experiência do espaço e do tempo, impuseram-se, também, novas disposições subjetivas: uma nova disposição das maneiras de pensar, sentir, desejar, de perceber o mundo e as relações, bem como, viabilizadora de novas possibilidades de imaginar, apresentar e performar o si-mesmo. Desta forma, nossa hipótese busca sustentar que o processo de desdobramento da subjetividade através das práticas, ou de virtualização da experiência de si, no escopo das tecnologias algorítmicas, é contínuo, transparente, recíproco, fragmentário e fluido, de maneira que não se trata de colocarmos em questão um si-mesmo imanente, previamente existente, explicado por aproximações metanarrativas ou por um determinismo tecnológico, mas que se coloca numa relação ativa com estes dispositivos técnicos.

Palavras-chave: Governamentalidade. Michel Foucault. Subjetivação. Confissão. Algoritmos.

ABSTRACT

Our hypothesis seeks to respond to the thesis of an algorithmic governmentality, as developed by the philosophers Antoinette Rouvroy and Thomas Berns, in their critical questioning of algorithmic devices according to the Foucauldian theoretical framework. Our bet is to take, as an object of study, a determined cultural nucleus: in general, the technomediation of life by algorithmic devices, such as social networks – which will acquire its volume in the intersection, in the articulation, between the dimensions of forms of governmentality and subjectivation techniques, through the new modalities of virtual veridiction, which we try to designate here through the notion of “virtualization of the experience of the self”. The virtualization of the experience of the self corresponds, according to our hypothesis, to the set of practices of the self, or engagement practices, which articulate the dialectic between the virtual and the actual (analog), thus producing subjectivity effects. As hyperconnectivity profoundly altered the experience of space and time, new subjective dispositions were also imposed: a new disposition of ways of thinking, feeling, desiring, perceiving the world and relationships, as well as, enabling new possibilities of imagining, presenting and performing the self. In this way, our hypothesis seeks to support that the process of subjectivity control through practices, or of virtualization of the experience of oneself, in the scope of algorithmic technologies, is continuous, transparent, reciprocal, fragmentary and fluid, in a way that it is not a matter of we call into question an immanent, previously existing self, explained by metanarrative approaches or by a technological determinism, but which is placed in an active relationship with these technical devices.

Key-words: Governmentality. Michel Foucault. Subjectivation. Confession. Algorithms.

RÉSUMÉ

Notre hypothèse vise à répondre à la thèse d'une gouvernementalité algorithmique, telle que développée par les philosophes Antoinette Rouvroy et Thomas Berns, dans leur questionnement critique des dispositifs algorithmiques selon le cadre théorique foucauldien. Notre pari est de prendre comme objet d'étude un noyau culturel déterminé: en général, la technomédiation de la vie par des dispositifs algorithmiques, comme les réseaux sociaux – qui prendra son volume dans l'intersection, dans l'articulation, entre les dimensions de formes de gouvernementalité et techniques de subjectivation, à travers les nouvelles modalités de véridiction virtuelle, que nous essayons de désigner ici à travers la notion de « virtualisation de l'expérience de soi ». La virtualisation de l'expérience de soi correspond, selon notre hypothèse, à l'ensemble des pratiques de soi, ou pratiques d'engagement, qui articulent la dialectique entre le virtuel et l'actuel (analogique), produisant ainsi des effets de subjectivité. Comme l'hyperconnectivité a profondément modifié l'expérience de l'espace et du temps, de nouvelles dispositions subjectives se sont également imposées: une nouvelle disposition des façons de penser, de sentir, de désirer, de percevoir le monde et les relations, ainsi que de nouvelles possibilités d'imaginer, de présenter et d'effectuer le soi. De cette façon, notre hypothèse vise à soutenir que le processus de contrôle de la subjectivité par les pratiques, ou de virtualisation de l'expérience de soi, dans le cadre des technologies algorithmiques, est continu, transparent, réciproque, fragmentaire et fluide, d'une manière qu'il ne s'agit pas de problématiser un « soi » immanent, préexistant, expliqué par des approches métanarratives ou par un déterminisme technologique, mais qui est mis en relation active avec ces dispositifs techniques.

Mots-clés : Gouvernementalité. Michel Foucault. Subjectivation. Aveu. Algorithmes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	7
1. Por uma crítica da governamentalidade algorítmica.....	7
1.1 Dispositivos algorítmicos e a produção de novos modos de existência.....	7
1.2 Governamentalidade algorítmica.....	14
1.2.1 Rarefação dos processos de subjetivação.....	15
1.2.2 Preempção e neutralização.....	22
1.2.3 Indistinção e dupla indiferença.....	27
1.3 Saber, poder e práticas de subjetivação em Michel Foucault.....	32
1.3.1 Biopoder e dispositivos de segurança.....	33
1.3.2 Racionalidade governamental.....	40
1.3.3 Governo de si e os regimes de verdade.....	48
1.3.4 Para além da governamentalidade algorítmica: novos modos de subjetivação?..	55
CAPÍTULO II.....	61
2. Digitalização da vida social e novas modalidades de subjetivação.....	61
2.1 Práticas comunicativas e narrativas digitais.....	62
2.2 Entidades comunicacionais.....	69
2.3 Perfil, performatividade e interação.....	78
2.4 Tecnobehaviorismo e design digital.....	84
2.5 Práticas de engajamento: o sujeito como ato.....	90
CAPÍTULO III.....	103
3. A máquina, a técnica e o homem: a hipótese de uma virtualização da experiência de si.....	103
3.1 Hipertexto: escrita, comunicação e novas maneiras de ser.....	104
3.2 Virtual e virtualização.....	117
3.3 A virtualização da experiência de si.....	131
ANOTAÇÕES FINAIS.....	145
<i>A coragem do dizer verdadeiro como tarefa política do presente: o testamento de Michel Foucault.....</i>	<i>145</i>
REFERÊNCIAS.....	150

INTRODUÇÃO

Nossa hipótese busca responder, diretamente, numa dimensão filosófica, a tese de uma *governamentalidade algorítmica*, conforme desenvolvida pelos filósofos Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, em sua problematização crítica aos dispositivos algorítmicos segundo o arcabouço teórico foucaultiano. Com isso, este trabalho não tem o intuito de desqualificar ou subjugar a tese dos autores, senão colocá-la em questão, e complementá-la, diante de uma outra leitura das mesmas ferramentas teóricas disponibilizadas por Michel Foucault no bojo de sua analítica do poder. A nossa aposta é tomar, como objeto de estudo, um núcleo cultural determinado: de modo geral, a tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos, como as redes sociais – que vai adquirir o seu volume no cruzamento, na articulação, *entre* as dimensões das *formas de governamentalidade e das técnicas de subjetivação, através das novas modalidades de veridicção virtuais, que aqui procuramos designar por meio da noção de “virtualização da experiência de si”*.

Evidentemente, a problematização do contemporâneo, segundo uma tradição da filosofia crítica, poderia questionar se, diante do mundo em que vivemos, onde o que acontece é a redução ao corpo morto, poderíamos ainda falar em sujeito, ou em processos de subjetivação? Dentro de uma situação onde os elementos da escravidão e da violência da ditadura, especialmente no contexto político e social brasileiro, se fazem presentes, como poderia, por exemplo, uma crítica dos dispositivos algorítmicos, segundo a perspectiva de análise ora escolhida, indicar não apenas uma resistência em relação à dominação operada por essas estruturas infocomunicacionais, mas também uma crítica às estruturas repressoras do neoliberalismo?

Em resposta, poderíamos sustentar, em primeiro lugar, conforme bem destacado por Bernard Harcourt, que, ainda que a violência biopolítica, de maneira geral, esteja presente, é preciso considerar, entretanto, que “as formas de governamentalidade, atualmente, operam, para largos segmentos da população, através dos mais sutis mecanismos das nossas maneiras compartilhadas de viver”¹. Se, por um lado, estamos às voltas com as dimensões da

1 HARCOURT, Bernard. *Waking up from May'68 and the repressive hangover: Stages of critique past Althusser and Foucault*. In: Zinbun, v. 47, 2017, p. 24. *Exceto se indicado o contrário, todas as citações de textos referenciados em língua estrangeira são traduzidas por nossa conta.*

necropolítica², em que a produção de corpos nus e matáveis³ constitui um dos elementos para o funcionamento do neoliberalismo – sobretudo central para uma crítica sólida do presente –, não poderíamos nos furtar em destacar, entretanto, que para entender como o poder *circula* hoje, nosso método crítico deveria ser complementado com um exame dos novos modos de viver⁴ ensejados pela mediação da vida através dos dispositivos algorítmicos.

Com isso, não queremos negar as abordagens que compreendem a categoria da *justiça* como uma questão inafastável, senão introduzir uma outra dimensão de análise que, partindo da categoria da *subjetividade*, segundo Michel Foucault, procura indagar *como* a mediação da vida, e da sociedade, pelos dispositivos algorítmicos – que reorganizam as maneiras de ser e a experiência de si –, atravessa as dimensões da violência prática, por meio de uma *intensificação* dos procedimentos de subjetivação, que hoje se desdobram, profundamente, na esfera virtual. Dito de outro modo, como os efeitos de subjetividade, decorrentes dessas novas práticas de si, transbordam da esfera virtual e articulam-se à esfera analógica, dos corpos matáveis. Sabemos que, hoje, muitos dos discursos de subjugação da alteridade se organizam por meio dessas tecnologias de mediação, mas que a elas não se resumem. Seria preciso, então, compreendermos como essas estruturas algorítmicas transformam a experiência de si, articulando o sujeito e seus gestos entre as duas esferas, analógica e virtual.

Como metodologia para o desenvolvimento de nossa hipótese, procuramos circunscrever o escopo da análise aos autores situados na perspectiva foucaultiana de estudo das relações de poder, buscando estabelecer, mediante revisão da bibliografia investigada, encontros possíveis para um estudo das práticas de si como modalidades de subjetivação que se inscrevem nas novas maneiras de ser, ensejadas pelos dispositivos algorítmicos, como as redes sociais. Nosso percurso partirá, inicialmente, de uma análise minuciosa da composição do conceito de governamentalidade algorítmica, no pensamento de Rouvroy e Berns, buscando destacar que os principais elementos teóricos desta perspectiva apoiam-se numa leitura das relações de poder em Foucault que leva em consideração apenas os aspectos regulatórios do governo dos outros, furtando-se, assim, de uma análise da implicação das novas modalidades de subjetivação, ou seja, das práticas de si, diante dos dispositivos algorítmicos. Em seguida, retomaremos Foucault, com o objetivo de demonstrar que, segundo

2 MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Editora Antígona, 2014 e *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

3 AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo, 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

4 Idem, p. 31

seus últimos trabalhos, a análise do governo dos outros não pode ser descolada de um estudo, em igual medida, do governo de si, e da participação da subjetividade, enquanto objeto, dos mesmos atos de sua própria dominação. Com efeito, procuramos demonstrar que os momentos de inversão e reelaboração teórica empreendidos por Foucault, como a reconversão de uma história da sexualidade numa história da ética, não indicam quebras ou rupturas em sua obra, senão uma continuidade, em que poder, saber e subjetivação estão justapostos e respondem uns aos outros, de modo que não seria possível falarmos em governamentalidade sem vincular sua problematização aos atos do sujeito sobre si mesmo.

No segundo capítulo, procederemos, portanto, a uma análise dos aspectos que constituem a atualização das práticas de si no contexto das tecnologias algorítmicas, revisando um paradigma teórico, ou uma leitura específica de Foucault. Primeiramente, investigaremos as *práticas comunicativas*, ou as *narrativas digitais*, conforme Bernard Harcourt, como um conjunto de procedimentos de subjetivação em cujas estruturas pode-se antever uma linha de continuidade com o cuidado de si e as práticas confessionais, examinadas por Foucault nos últimos volumes de *História da sexualidade*. Em seguida, buscaremos indicar a natureza *relacional*, ou *dinâmica*, das *entidades comunicacionais*, ou seja, das subjetividades enquanto efeitos de novas modalidades de subjetivação, segundo Pablo Rodríguez, em que vida e máquina estão profundamente implicados um pelo outro. Buscaremos reunir todos estes elementos para examinarmos a novidade desta singular experiência de si, onde a interação, por meio dos perfis virtuais, leva a uma *intensificação* da relação estabelecida pelo sujeito com a sua interioridade, vinculando a busca da identidade às práticas comunicativas, ou *práticas de engajamento*, que o mantém numa *permanente atividade sobre a própria subjetividade*.

No terceiro capítulo, teremos por escopo examinar, a partir de Pierre Lévy, a hipótese de uma subjetividade enquanto *experiência* organizada através de um hipertexto, ou seja, uma rede heterogênea de elementos, como computadores, redes, algoritmos, sistemas de representação que, em conjunto, reestruturam as faculdades perceptivas do sujeito. Com a ascensão do hipertexto e dos processos cognitivos que se efetuam em rede, conforme Lévy, a escrita virtual passou a designar uma das condições de possibilidade para o *emergir de um tipo de subjetividade* adstrita a um contexto técnico e material muito específico. Retomaremos, então, os conceitos de “virtual” e “virtualização”, explorados por Lévy, que serão fundamentais para a nossa pesquisa, na medida em que nos ajudam a compreender

como as práticas sociais são construídas no ambiente digital, e como tais transformações indicam implicações profundas para a forma como as pessoas se entendem e se relacionam consigo mesmas. Conforme veremos, a abordagem filosófica de Pierre Lévy compreende o descolamento espaço-temporal como uma das principais características do conceito de virtualização, visto que as tecnologias informacionais inventaram novos ritmos e velocidades, transformando as modalidades da presença, e esses efeitos, segundo uma articulação com a perspectiva foucaultiana das relações de poder, transbordam dos avanços técnicos e das tecnologias comunicacionais em direção aos processos de subjetivação.

Deste modo, procuraremos sustentar que o escoamento substancial dos modos de subjetivação para a dimensão virtual, especialmente para os dispositivos algorítmicos, sugere a inserção das práticas de si numa temporalidade inteiramente diferente daquela que designa a esfera analógica, de modo a *intensificar* a relação estabelecida pelo sujeito consigo mesmo. A produção de identidades *online* por meio das redes sociais, deve ser pensada como um processo de definição mútua, no qual tanto os dispositivos algorítmicos quanto os sujeitos estão intimamente implicados. Nesse sentido, os processos de subjetivação, na era dos algoritmos, poderiam ser descritos, segundo nossa hipótese, como a *virtualização*, por meio das novas tecnologias da informação e comunicação, das práticas através das quais o si-mesmo (*self*) – enquanto entidade transitória, indefinida e múltipla – é constituído e reconstituído *constantemente*.

Conforme Harcourt, seria um entendimento empobrecido compreendermos os estudos de Michel Foucault sobre a subjetividade como um deslocamento de suas problemáticas anteriores⁵. De acordo com Foucault, nas páginas iniciais de seu último curso no *Collège de France, A coragem da verdade*, compreender as suas pesquisas como uma tentativa de reduzir o conhecimento ao poder, ou seja, tributar ao saber o sentido de uma máscara do poder nas estruturas, onde não há espaço para o *sujeito*, seria pura e simplesmente uma caricatura de seu trabalho⁶.

Deste modo, nossa investigação busca analisar as relações complexas entre os saberes algorítmicos e as relações de poder que daí decorrem, não como emanção de um poder controlador ou repressor, mas através dos procedimentos que governam as condutas dos homens, e através dos quais os homens governam a si mesmos⁷. Trata-se, sobretudo, de

5 Idem, p. 32.

6 FOUCAULT, Michel. *Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France (1983-1984)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2009, p. 10.

7 Idem, p. 10.

analisar os modos de constituição do sujeito no contexto das novas tecnologias algorítmicas, por meio do estudo dos procedimentos de subjetivação, ou práticas de si, em sua composição atual.

Uma abordagem filosófica da virtualização da experiência de si, a partir do ferramental teórico de Michel Foucault, parece-nos fundamental, na medida em que investiga a relação dinâmica que se estabelece entre o sujeito e a máquina, em que a subjetividade se constitui mediante uma experiência reflexiva de si, intensificada pela imersão da vida, das relações e dos gestos cotidianos, nas novas tecnologias digitais. “Todas essas relações organizam como os seres humanos experienciam o seu ambiente, e como eles estão engajados praticamente com ele. As tecnologias, em suma, não são opostas à existência humana; elas são o seu próprio meio (*they are its very medium*)”⁸.

É preciso considerar que, não apenas no contexto social brasileiro, mas também diante das perspectivas democráticas globais, estamos diante do urgente debate dos limites éticos das redes sociais, justamente porque muitas das questões que envolvem a vida, atualmente, não apenas perpassam a utilização desses dispositivos de mediação, mas se refletem, em toda sua crueza, no “mundo real”. Conforme veremos, ao longo do trabalho, muitos exemplos dessas manifestações materiais de determinados gestos e condutas podem ser colhidos de eventos recentes, como a pandemia do coronavírus, ou a ascensão política, em escala mundial, de uma extrema-direita ressentida e, sobretudo, *engajada*.

Registrar uma *selfie* durante uma manifestação de cunho político, emitir uma opinião sobre os principais assuntos do momento (*trending topics*), compartilhar publicações referentes à confiabilidade, ou não, nas medidas sanitárias mobilizadas em virtude da pandemia de coronavírus, são exemplos, muito ilustrativos, de que as modalidades de expressão virtuais – para além de uma documentação da presença, ou do mero registro de uma convicção –, vinculam a apresentação de si a procedimentos de auto-revelação, na forma de uma verbalização que atravessa imagens e palavras.

A subjetividade como uma experiência de si passou a habitar a esfera virtual, e em redes sociais, como o *Facebook*, as pessoas falam de si mesmas, compartilham publicações e atualizam *status* não apenas como uma forma de comunicação, mas também para formar um entendimento de si e estabelecer maneiras de agir, numa busca pela verdade de si através do

8 ROSENBERGER, Robert; VERBEEK, Peter-Paul. *A field guide to postphenomenology*. In: *Postphenomenological investigations. Essays on human-technology relations*. Edited by Robert Rosenberger and Peter-Paul Verbeek. Lexington Books, 2015, p. 13.

gerenciamento das próprias condutas e interações, que não se restringem ao ambiente digital, mas que com ele se articulam numa dimensão de *realidade híbrida*, desdobrando-se, também, na esfera analógica.

A virtualização da experiência de si corresponde, segundo nossa hipótese, ao conjunto das práticas de si, ou práticas de engajamento, que articulam a dialética entre o virtual e o analógico, produzindo, assim, efeitos de subjetividade. Na medida em que a hiperconectividade alterou profundamente a experiência do espaço e do tempo, impuseram-se, também, novas disposições subjetivas: uma nova disposição das maneiras de pensar, sentir, desejar, de perceber o mundo e as relações, bem como, viabilizadora de novas possibilidades de imaginar, apresentar e performar o si-mesmo.

Desta forma, nossa hipótese busca sustentar que o processo de desdobramento da subjetividade através das práticas, ou da virtualização da experiência de si, no escopo das tecnologias algorítmicas, é contínuo, transparente, recíproco, fragmentário e fluido, de maneira que não se trata de colocarmos em questão um si-mesmo imanente, previamente existente, explicado por aproximações metanarrativas ou por um determinismo tecnológico, mas que se coloca numa relação ativa com estes dispositivos técnicos.

CAPÍTULO I

1. Por uma crítica da governamentalidade algorítmica

No primeiro capítulo, teremos por escopo situar nossa perspectiva crítica em relação à hipótese da governamentalidade algorítmica, em duas etapas: inicialmente, buscaremos explorar a arquitetura conceitual desenvolvida por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns para a fundamentação de sua hipótese, como as noções de “rarefação dos processos de subjetivação”, “neutralização”, “declínio da reflexividade subjetivante” e “evitamento do sujeito”. Com isso, procuraremos demonstrar que a hipótese dos filósofos belgas, de uma governamentalidade algorítmica, está circunscrita à analítica dos aspectos regulatórios do governo dos outros, dispensando, deste modo, uma problematização que coloque em questão, também, a dimensão do governo de si.

Num segundo momento, procederemos a uma análise do conceito de governamentalidade em Michel Foucault, buscando apresentá-lo como mais um dos pontos de inflexão em sua obra, cujo efeito foi uma conversão do projeto da história da sexualidade numa história da ética. Conforme veremos, o estudo das práticas de si, que compõem seus últimos cursos e publicações, são fundamentais para uma apreensão da espessura do sentido da governamentalidade, na medida em que o governo dos outros não poderia deixar de passar pela relação estabelecida pelo sujeito consigo mesmo.

Consideramos necessário, portanto, realizarmos um retorno às raízes de seus desenvolvimentos teóricos, de modo a retomá-los numa abordagem contemporânea, como chave de leitura que nos permita apreender a microfísica dos novos modos de subjetivação, no contexto das tecnologias algorítmicas.

1.1 Dispositivos algorítmicos e a produção de novos modos de existência

Em meados de setembro de 2021, uma série de reportagens publicadas pelo *Wall Street Journal*, intituladas “*The Facebook Files*”⁹, denunciava, com base em documentos vazados por uma ex-funcionária da empresa, Frances Haugen, a complacência da companhia

9 *The Facebook Files*. The Wall Street Journal, 2021. Disponível em: < [The Facebook Files – WSJ](#) >. Acesso em: 15/03/2022.

diante da constatação dos efeitos sociais nocivos de suas plataformas. Ainda que o *Facebook* tenha conduzido estudos internos, com o objetivo de identificar eventuais impactos negativos no uso de suas redes, pouco mostrou-se disposto, conforme Haugen, a dedicar meios suficientes para proteger seus membros.

Para se ter ideia, uma pesquisa interna, que integrava esses documentos vazados, revelou, dentre outras coisas, que 32% das usuárias adolescentes do sexo feminino relataram sentirem-se pior com seus corpos quando acessavam o *Instagram*, ao passo que 14% dos adolescentes do sexo masculino eram afetados negativamente diante de comparações sociais. Outro dado relevante, constatado pelos documentos, indicou que, desde a implementação, em 2015, de *emojis* reativos, diversos do tradicional “curtir” (*like*), os algoritmos do Facebook passaram a privilegiar, durante três anos, a promoção de postagens que recebiam um número maior de reações negativas (*angry face*), apoiado em análises internas que identificavam, em tais postagens, um *engajamento* cinco vezes maior quando comparadas àquelas que possuíam curtidas regulares.

Ainda, noutro dos relatórios vazados, discussões internas entre funcionários do *Facebook* apontavam para o fato de que a dinâmica algorítmica da plataforma, bem como suas fragilidades de controle de conteúdo, favoreceram o grande alcance e *engajamento* de teorias conspiracionistas, como as do grupo *QAnon* – cujos seguidores não apenas elegeram a congressista republicana Marjorie Taylor Greene, em 2020, mas também viram-se representados durante a invasão ao Capitólio, no dia 6 de janeiro de 2021, quando da ratificação da eleição de Joe Biden à presidência norte-americana. Após a confirmação da posse do novo presidente, um cientista de dados da empresa mencionou, em nota interna, que cerca de 10% de todo o conteúdo político compartilhado na plataforma, no território dos Estados Unidos, estava relacionado a postagens falsas, que alegavam fraude no processo eleitoral.

Os documentos são vastos, e abrangem os mais diversos efeitos negativos relacionados ao uso das plataformas administradas pela *Meta, Inc.*, embora seu conteúdo não pareça conter novidades, especialmente para aqueles que já atentavam para o impacto social decorrente das profundas mudanças impostas, ao nível da vida, das relações – e da existência, de uma maneira geral –, pelos dispositivos algorítmicos.

Anos antes, no dia 17 de março de 2018, os jornais *The New York Times*¹⁰ e *The Observer/The Guardian*¹¹ reportaram, em conjunto, que a *Cambridge Analytica*, empresa privada de análise de dados e inteligência estratégica, havia coletado informações pessoais de até 87 milhões de usuários do *Facebook* (destes, 70 milhões nos Estados Unidos) desde 2014, traçando perfis psicológicos a partir do cruzamento algorítmico de dados, que podem conter cerca de 9.000 pontos sobre a personalidade de um indivíduo – dos mais sutis desejos e preferências, até o padrão de consumo e a movimentação geográfica diária, etc. Conforme a denúncia, os perfis elaborados a partir dos dados coletados foram utilizados em mais de 44 campanhas políticas – como as de Ted Cruz e, posteriormente, Donald Trump –, com o objetivo de persuadir a opinião dos eleitores, bem como influenciaram o *engajamento* dos movimentos de apoio à saída do Reino Unido do bloco de países que compõem a União Européia, o *Brexit*¹².

Curiosamente, alguns meses depois, ainda em 2018, após um pedido de desculpas público, realizado por Mark Zuckerberg, e numa pretensa tentativa de demonstrar preocupação com o bem-estar de seus usuários, a empresa anunciava os resultados de uma pesquisa (outra vez, de caráter interno), que tinha por objetivo encontrar meios de proporcionar níveis maiores de “felicidade” e “saúde” no uso de suas redes sociais.

Revisando o algoritmo responsável pelo Painel de Notícias (*News Feed*) da plataforma, o *Facebook* implementou uma nova dinâmica em seu funcionamento, com o objetivo de favorecer “Interações Sociais Significativas” (*Meaningful Social Interactions*, ou MSI, na sigla em inglês), diminuindo as postagens referentes a negócios, marcas e mídia, em favor de publicações de amigos, familiares e grupos. Conforme Mark Zuckerberg, cofundador do *Facebook*,

[...] A pesquisa mostra que quando usamos as mídias sociais para nos conectar com pessoas com quem nos importamos, pode ser bom para o nosso bem-estar. Podemos nos sentir mais conectados e menos solitários, e isso se correlaciona com medidas de longo prazo de felicidade e saúde. Por outro lado, ler passivamente artigos ou assistir vídeos – mesmo que sejam divertidos ou informativos – pode não ser tão bom. Com base nisso, estamos fazendo uma grande mudança na forma como construímos o Facebook. Estou mudando o objetivo que dou às nossas equipes de

10 ROSENBERG, Matthew; CONFESSORE, Nicholas; CADWALLADR, Carole. *How Trump Consultants Exploited the Facebook Data of Millions*. The New York Times, 2018. Disponível em: <[How Trump Consultants Exploited the Facebook Data of Millions - The New York Times \(nytimes.com\)](https://www.nytimes.com/2018/03/17/us/politics/trump-consultants-facebook-data.html)>. Acesso em: 15/03/2022.

11 *The Cambridge Analytica Files*. The Guardian/The Observer, 2018. Disponível em: <[The Cambridge Analytica Files | The Guardian](https://www.theguardian.com/technology/2018/mar/17/cambridge-analytica-files)>. Acesso em: 15/03/2022.

12 LÉVY, Pierre. *Le rôle des humanités numériques dans le nouvel espace politique*. Sens Public, 2019, p. 7.

produtos de se concentrar em ajudá-lo a encontrar conteúdo relevante para ajudá-lo a ter interações sociais mais significativas. Começamos a fazer mudanças nesse sentido no ano passado, mas levará meses para que esse novo foco passe por todos os nossos produtos. As primeiras mudanças que você verá serão no Painel de Notícias, onde você pode esperar ver mais de seus amigos, familiares e grupos. À medida que lançamos isso, você verá menos conteúdo público, como postagens de empresas, marcas e mídia. E o conteúdo público que você vê mais será mantido no mesmo padrão – ele deve incentivar interações significativas entre as pessoas¹³.

De acordo com o relatório¹⁴ da empresa de rastreamento de mídia social, *NewsWhip*, a mudança para uma “interação significativa” falhou em seu propósito. Em vez de incentivar relações com significado, os usuários do *Facebook* mostraram-se mais raivosos, irritados, temerosos e reativos, especialmente quanto a conteúdos de cunho político, desde as alterações anunciadas. No entanto, isto não significa que o *Facebook* não tenha logrado êxito no objetivo de melhorar os níveis de interatividade em suas redes: apenas nos primeiros meses de 2019, em comparação com o mesmo período no ano anterior, o índice de *engajamento* na plataforma aumentou cerca de 50%, ainda que diante dos resultados sociais adversos.

De todo modo, o aspecto interessante do pronunciamento de Zuckerberg fica por conta do esforço contínuo em atribuir um caráter positivo e benéfico à conectividade digital para o bem-estar pessoal, e ressaltar o objetivo “auxiliar” de suas plataformas no desenvolvimento das relações sociais. “Estou mudando o objetivo que dou às nossas equipes de produtos de se concentrar em *ajudá-lo* a encontrar conteúdo relevante para *ajudá-lo* a ter interações sociais mais significativas”¹⁵.

As palavras de Zuckerberg prestam testemunho de um singular momento histórico-social, no horizonte do qual se desvela tanto um novo campo de verdade, quanto novos objetos de saber: da experiência do corpo à relação com a própria identidade, do envolvimento com uma determinada pauta política à “interação social significativa”, se entrevê uma linha de continuidade, um conjunto de mecanismos e procedimentos, que têm por escopo *regular e intervir* no campo da realidade e dos comportamentos.

De modo geral, todos esses fatos, de conhecimento público, ora retomados a título ilustrativo, colocam questões para além da ordem técnica, e são indicadores das

13 ZUCKERBERG, Mark. Disponível em: <[Mark Zuckerberg - One of our big focus areas for 2018 is... | Facebook](#)>. Acesso em: 15/03/2022.

14 *2019 Guide To Publishing On Facebook. Everything you need to know about the publishers and pages succeeding on Facebook.* Disponível em: <[Facebook Publishing 2019_Final.key \(newswhip.com\)](#)>. Acesso em: 15/03/2022.

15 ZUCKERBERG, Mark. Disponível em: <[Mark Zuckerberg - One of our big focus areas for 2018 is... | Facebook](#)>. Acesso em: 15/03/2022.

transformações impostas pela digitalização da vida social¹⁶. Na medida em que designam um sistema de relações e correlações que podem existir para um determinado indivíduo, de maneira a influenciar ou intervir sobre seus desejos e escolhas, até que ponto os dispositivos algorítmicos poderiam ser considerados íntimos ao ser humano?¹⁷ Ou, colocando a questão de outra forma, qual a dimensão da esfera de liberdade atribuída às ações de um indivíduo, na medida em que “auxiliado”, em seus comportamentos e condutas, por tais dispositivos algorítmicos?

Não é preciso muito esforço para medir o impacto material desse problema em outros domínios, evocando-o, por exemplo, nas expressões mais recentes de uma extrema-direita reciclada, bem como nos desdobramentos da crise sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus. Ainda que representem fenômenos histórico-sociais procedentes de genealogias distintas, que em dado momento se entrecruzam, ambos compartilham de uma mesma episteme, ou de um mesmo *a priori* histórico, organizado ao redor dos conceitos de comunicação e controle, e estão inseridos, ao nível dos discursos, nos mesmos mecanismos e procedimentos de captura da vida por uma tecnomediação¹⁸ informacional – representados, atualmente, pelos dispositivos algorítmicos, como as redes sociais.

Nesse sentido, e não por acaso, o debate atual sobre a produção do saber e a circulação da verdade¹⁹, no contexto de uma digitalização dos modos de existência, converge para esses dois acontecimentos, no âmbito da problematização acerca das implicações da produção e compartilhamento de notícias e informações falsas, popularmente conhecidas como *fake news*.

Pois, a despeito da mera contraposição entre um enunciado e outro, seja ele verdadeiro ou falso, cientificamente demonstrável ou não, o que está em questão é a inserção desses jogos de verdade num dispositivo algorítmico, ou seja, numa *forma de racionalidade que organiza maneiras de fazer*. Destarte, a questão que se coloca é, portanto, da ordem das *práticas*: o comportamento, a conduta, ou, numa conceitualização, talvez, mais apropriada para os fins deste estudo, o *engajamento*, diante de um determinado discurso de verdade, que encontrou acuidade e intensidade suficientes a partir da digitalização da vida social.

16 STALDER, Félix. *The digital condition*. Cambridge: Polity Press, 2018. A respeito do termo, André Lemos indica uma relevante distinção conceitual entre “digitalização” e “dataficação”. LEMOS, André. *Dataficação da vida*. In: Revista Civitas, v. 21, nº 2, 2021, p. 193-202.

17 STRIPHAS, Ted. *Algorithmic culture*. In: European Journal of Cultural Studies, v. 18, nº 4-5, 2015, p. 395-412.

18 COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. *Mediated construction of reality*. Cambridge: Polity Press, 2017.

19 HARSIN, Jayson. *Regimes of posttruth, postpolitics and attention economies*. In: Communication, culture & critique, 2015, v. 8, nº 2, p. 327-333.

Pensar o problema através da grade de inteligibilidade das práticas, significa retirá-lo da ordem daquilo que é ou não racional, na medida em que o que está em questão é a maneira como nossos modos de subjetivação, nossos modos de produzir pessoas, desde o aporte da vida tecnomediada, se relacionam às questões que atravessam a esfera individual, como a saúde pública, a política e a democracia.

A simbologia do anúncio de Zuckerberg, acerca do aprimoramento das dinâmicas de relacionamento de suas plataformas, reside, portanto, na tomada das relações em si mesmas como objeto de conhecimento, análise e intervenção. É o movimento das relações que possibilita o funcionamento da linguagem algorítmica, por meio da coleta de dados e produção de perfis, de modo que o problema não está diretamente relacionado à veracidade ou não de um determinado conteúdo, senão ao *engajamento* dele decorrente²⁰.

Nesse sentido, *engajar-se* significa não apenas curtir ou compartilhar, mas envolver-se, comprometer-se diante de um enunciado considerado verdadeiro. Sobretudo, engajar-se significa *estabelecer uma relação para consigo mesmo*, diante de uma alteridade espacialmente fragmentada, e temporalmente dessincronizada, através de uma interatividade uniforme e indiferente. O engajamento indica um procedimento de verdade, um trabalho sobre si que se manifesta em função de uma verbalização, de um discurso dirigido ao outro, e que vincula, num mesmo movimento, a sujeição do indivíduo e a objetificação de sua interioridade.

De certa forma, as *práticas de engajamento* atualizam, com um sentido inteiramente novo, e numa cultura completamente diferente²¹, as velhas estruturas do exame-confissão e do cuidado de si, que há muito definem o horizonte dos processos de subjetivação. Porém, esse movimento, atualmente, se dá de maneira inversa, na medida em que a virtualização da experiência de si desloca o campo de visibilidade que se abria no interior do indivíduo, para

20 Conforme Carolin Gerlitz e Anne Helmond, “Cada clique no botão Curtir (*Like button*) supostamente leva a maior tráfego para, e *engajamento* com, o conteúdo da web, visto que os amigos dos ‘curtidores’ (*likers*) são mais propensos a seguir as recomendações de seus contatos ou podem ser influenciados por aquilo que seus amigos gostam. *Engajar* com as mídias sociais [...], pressupõe ou premedita a interatividade contínua, e esse clima de antecipação é facilitado por meio de sistemas de notificação que destacam quaisquer respostas que o usuário tenha recebido. [...] Uma curtida é sempre mais que um número no contador de curtidas, ou mais que representacional. Seu valor reside tanto no presente quanto no futuro, no ‘mais um’ adicionado ao contador de curtidas, e no número de *x* potenciais curtidas, comentários, compartilhamentos, ou outras respostas que ela possa gerar desde a plataforma”. GERLITZ, Carolin; HELMOND, Anne. *The like economy: social buttons and the data-intensive web*. *New Media & Society*, v. 15, nº 8, 2013, p. 1358-1359, grifo nosso.

21 HJARVARD, Stig. *The mediatization of culture and society*. Routledge, 2013.

um domínio externo, que demanda, continuamente, um exercício da própria subjetividade, convocada a uma performance narrativa que atravessa as imagens e as palavras.

O presente trabalho tem por objetivo, portanto, propor uma análise das tecnologias da informação e da comunicação digital, a partir da perspectiva da ambiência, ou seja, não como ferramentas, instrumentos ou aplicativos, mas enquanto portadoras de modos de existência, como ambientes dentro dos quais formas de vida acontecem e são produzidas.

Nossa hipótese é que a digitalização da vida social, por meio dos dispositivos algorítmicos, acena para uma transformação profunda, e em curso, nos modos de subjetivação, nas técnicas e procedimentos mediante os quais o sujeito não apenas se constitui como objeto de conhecimento, mas estabelece uma relação consigo mesmo, para transformar o seu próprio ser. Conforme buscaremos investigar ao longo do estudo, a *virtualização da experiência de si* designa uma maneira específica de produção de subjetividade, e revela uma reconfiguração das formas de sociabilidade, ora organizadas por um sistema geral de equivalências, situado no plano ontológico transindividual das tecnologias algorítmicas.

Para desenvolver a hipótese formulada, examinaremos a noção de governamentalidade (*gouvernementalité*), elaborada por Michel Foucault, de modo a retomá-la numa abordagem contemporânea, enquanto chave de leitura que nos possibilite analisar a microfísica dos novos dispositivos de subjetivação. Por essa razão, sublinhemos, desde já, que este trabalho não tem a pretensão de realizar uma arqueogenealogia da virtualização da experiência de si, senão examiná-la em relação aos mecanismos de poder e os efeitos de saber que compõem a infraestrutura de tecnomediação algorítmica. Conforme procuraremos desenvolver adiante, a noção de governamentalidade adquire um aspecto central na presente análise, na medida em que reúne, sob o mesmo objeto, as técnicas de dominação e as técnicas de si, e nos permite visualizar, no cerne da tensão entre os novos modos de controle e subjetivação, a figura do *sujeito*, enquanto efeito de uma série de procedimentos.

Entretanto, antes de procedermos a uma análise do conceito de governamentalidade, em Michel Foucault, e uma vez que os dispositivos algorítmicos definem o campo no qual esses procedimentos se desdobram, retomaremos, inicialmente, o conceito de “governamentalidade algorítmica” (*gouvernementalité algorithmique*), desenvolvido por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns. Porém, não apenas com o objetivo de destacar seus aspectos centrais – e fundamentais para a presente análise –, senão de modo a repensá-lo, ou completá-lo, a partir de outros termos. A leitura depreendida pelos autores belgas é pioneira,

na medida em que insere o debate acerca dos dispositivos algorítmicos na perspectiva metodológica foucaultiana de análise das relações de poder²². Entretanto, conforme passaremos a examinar a seguir, parece prescindir de uma problematização que leve em conta não apenas os mecanismos de poder e os efeitos de saber que se fundam na dinâmica dos dispositivos algorítmicos, mas também as práticas de si que, com aqueles, formam um vínculo indissociável.

1.2 Governamentalidade algorítmica

Num ensaio publicado em 2013, intitulado *Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação*, Rouvroy e Berns introduziram a locução “governamentalidade algorítmica” para se referirem aos dispositivos algorítmicos enquanto ferramentas de análise e correlações estatísticas de dados que, afastando-se das perspectivas estatísticas tradicionais, nas quais evocava-se a figura de um “homem médio”, ou de um “normal”, procuram apreender a realidade social de maneira direta e imanente, emancipadas de qualquer relação com a norma. O interesse dos autores reside em avaliar em que medida, e mediante quais consequências, a objetividade a-normativa dos dispositivos algorítmicos lhes permitiram tornar-se, simultaneamente,

o espelho das normatividades as mais imanentes à sociedade, antecedentes a toda medida ou a toda relação com a norma, a toda convenção, a toda avaliação, e também contribuir a (re)produzir e multiplicar esta normatividade imanente [...], obscurecendo, então, as normatividades sociais, tornando-as tanto possíveis quanto mudas, pois seriam intraduzíveis sob uma forma numérica²³.

A governamentalidade algorítmica, segundo essa perspectiva, designa uma lógica, ou uma racionalidade, que expurga os sinais de suas significações próprias, através da coleta, análise e agregação de dados, de modo a produzir uma norma (ou um saber) automático e imanente, ou seja, sem qualquer relação prévia com uma hipótese a ser verificada, como no caso da estatística tradicional.

22 Para uma história detalhada da recepção da noção foucaultiana de “governamentalidade”, em seus diferentes eixos de estudo e metodologias de análise, ver LEMKE, Thomas. *Foucault, governmentality and critique*. New York: Routledge, 2016, p. 77-98.

23 ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation: le disparate comme condition d’individuation par la relation?* In: Réseaux, n° 177, 2013, p. 165-166.

Conforme Rouvroy e Berns, “Esta emancipação em relação a toda forma de média associa-se, notadamente, ao caráter autodidata destes dispositivos, e pode ser considerada como essencial à ação normativa contemporânea”²⁴. Os autores questionam, então, uma espécie de “colonização do espaço público por uma esfera privada hipertrofiada”²⁵, na medida em que os dispositivos algorítmicos ensejam formas de imunização informacional, de modo a favorecer a radicalização das opiniões e o desaparecimento da experiência comum²⁶.

1.2.1 Rarefação dos processos de subjetivação

Para desenvolver sua hipótese, Rouvroy e Berns buscam, inicialmente, decompor essas novas práticas estatísticas da governamentalidade algorítmica em “três tempos”: a vigilância de dados; a mineração de dados; e a ação sobre os comportamentos. A vigilância de dados (*dataveillance*), refere-se ao momento da coleta e armazenamento automático de uma quantidade massiva de dados disponíveis e ainda não classificados, provenientes de fontes diversas, e que podem ser acessados virtualmente, a partir de qualquer lugar. Esses dados podem ser coletados, por exemplo, por governos, para fins de controle ou gestão de recursos; por empresas privadas, com vistas a melhorar sua efetividade comercial, bem como a individualização de ofertas de determinados produtos; mesmo por cientistas, com a finalidade de adquirir e aperfeiçoar conhecimentos, etc²⁷.

De todo modo, o aspecto fundamental da coleta e armazenamento de dados refere-se ao fato de que, sejam eles desvinculados dos usos aos quais eles darão lugar uma vez correlacionados, sejam eles constituídos de informações ou traços abandonados, ou mesmo aparentem ser absolutamente quaisquer e dispersos, a operatividade imanente deste processo dá lugar a um esvaziamento, ou ocultamento, de toda e qualquer intencionalidade, em nome de um saber objetivo²⁸. Segundo Rouvroy e Berns,

Esses dados aparecem assim constitutivos de um “comportamentalismo” numérico generalizado, uma vez que eles exprimem nem mais, nem menos, do que as múltiplas facetas do real, desdobrando-o em sua totalidade, mas de maneira perfeitamente segmentada, sem fazer sentido coletivamente, senão como desdobramento do real. Este nos parece ser o fenômeno mais novo: quer se trate de

24 Idem, p. 166-167.

25 Idem, p. 167.

26 Idem, p. 167.

27 LUPTON, Deborah. *The quantified self: a sociology of self-tracking*. Cambridge: Polity, 2016.

28 Idem, p. 168-169.

conservar o traço de uma compra, de um deslocamento, do uso de uma palavra ou de uma língua, cada elemento é reconduzido a sua natureza mais bruta, isto é, ser ao mesmo tempo abstraído do contexto no qual apareceu e reduzido a um “dado”²⁹.

Num segundo momento, esses dados, coletados e analisados, passam, então, por um processo de mineração (*datamining*), de modo a fazer emergir uma série de sutis correlações entre eles. Trata-se, portanto, de uma *elaboração algorítmica de perfis*³⁰, cujo aspecto fundamental, conforme Rouvroy e Berns, reside na produção de um saber automatizado (saber estatístico constituído através de simples correlações), a partir de informações não-classificadas e heterogêneas, que não apenas solicitam um mínimo de intervenção humana, mas, conforme dito anteriormente, dispensam qualquer hipótese prévia (como no caso da estatística tradicional), de modo a evitar toda forma de subjetividade.

O próprio daquilo a que chamamos *machine learning* é, em resumo, tornar diretamente possível a produção de hipótese a partir dos próprios dados. Desta maneira, nós nos encontramos novamente diante da ideia de um saber cuja objetividade poderia parecer absoluta, uma vez que estaria afastado de toda intervenção subjetiva (de toda formulação de hipótese, de toda triagem entre o que é pertinente e o que seria somente “ruído”, etc.). As normas parecem emergir diretamente do próprio real³¹.

Existe, entretanto, uma importante diferença entre a informação produzida ao nível individual, que, mais frequentemente, é observada, ou ao menos percebida, por aquele indivíduo com o qual ela se relaciona (por exemplo, o fornecimento de dados básicos para um aplicativo ou plataforma, como data de aniversário, orientação sexual, *status* de relacionamento, etc.) e, por outro lado, o saber produzido ao nível da elaboração de perfis,

29 Idem, p. 169.

30 Importa sublinhar que a descrição dos três tempos da governamentalidade algorítmica, realizada por Rouvroy e Berns, apoia-se no estudo desenvolvido por Martjin Van Otterlo acerca da capacidade algorítmica de elaboração de perfis. Por este motivo, os termos empregados pelos autores em sua análise, como *datamining* e *dataveillance*, são utilizados em inglês, e não em francês. Conforme Van Otterlo, “Perfilização (*profiling*) é a formação de modelos gerais com base em dados de um número de usuários individuais. A versão de forma automatizada disso equivale ao aprendizado de máquina (*machine learning*) e a mineração de dados (*datamining*). [...] Nós utilizamos o termo geral de aprendizado de máquina e o consideramos para qualquer metodologia e conjunto de técnicas que encontrem novos padrões e conhecimento em dados, gerando modelos (por exemplo, perfis) que podem ser usados para previsões eficazes sobre os dados”. VAN OTTERLO, Martjin. *A machine learning view on profiling*. In: Privacy, due process and the computational turn. The philosophy of law meets the philosophy of technology. Abingdon: Routledge, 2013, p. 44-46, grifo nosso.

31 ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation*. In: Réseaux, n° 177, 2013, p. 170.

que, mesmo não sendo observável ou perceptível³² pelos indivíduos, lhes é aplicado, de modo a *inferir* deles um saber quanto às suas preferências, intenções ou propensões³³.

O terceiro momento da governamentalidade algorítmica é aquele, portanto, “do uso desses saberes probabilistas e estatísticos para fins de antecipação dos comportamentos individuais, que são associados a perfis definidos a partir da base de correlações descobertas por *datamining*”³⁴. A aplicação da norma, ou desses saberes formulados a partir dos próprios dados, aos comportamentos individuais, coloca questões para além de seus desdobramentos práticos mais perceptíveis – como, por exemplo, a obtenção de crédito em instituição financeira, tarifação de um contrato de seguro, sugestão de compras em sites de venda online, etc.

Ela indica, dentre outras coisas, conforme Rouvroy e Berns, que a capacidade preditiva do dispositivo algorítmico será tão eficaz quanto maiores forem as quantidades massivas de dados disponíveis à altura do próprio real; que, para evitar uma restrição direta sobre os indivíduos, essa antecipação sobre os comportamentos poderia se limitar, no futuro, a uma intervenção direta sobre o domínio no qual eles se desenrolam, de modo a tornar improváveis, ao próprio nível do ambiente, a desobediência ou certas formas de marginalidade; e, não obstante, que o perfil associado ao comportamento de um indivíduo poderia ser-lhe adaptado, de maneira eficaz, através da multiplicação de correlações a ele

32 Frank Pasquale cunhou o termo “sociedade da caixa-preta” (the black-box society) para abarcar a opacidade das relações entre as tecnologias algorítmicas e seus usuários. O próprio termo abriga uma ambiguidade proposital, conforme o autor, na medida em que, por um lado, se refere ao mecanismo de armazenamento e monitoramento de dados encontrado em aviões, trens e carros, como, por outro lado, se refere a um sistema cujos funcionamentos são misteriosos. “Importantes atores corporativos têm um conhecimento sem precedentes sobre o nosso dia a dia, sobre o nosso cotidiano, enquanto nós não sabemos nada sobre como eles utilizam esse conhecimento para influenciar importantes decisões que nós tomamos – assim como as decisões que eles tomarão”. PASQUALE, Frank. *The black box society: the secret algorithms that control money and information*. Harvard University Press, 2015, p. 9.

33 ROUVROY, Antoinette; BERNs, Thomas. *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation*. In: Réseaux, nº 177, 2013, p. 171. A respeito, conforme Van Otterlo, “Uma importante dicotomia se estabelece entre os dados ao nível individual e aqueles ao nível de agregação. Os primeiros lidam com informações pessoais (de qualquer tipo) de um indivíduo específico, consistindo de peças individuais de informação. O segundo nível é o da perfilização (*profiling*), composto de modelos (estatísticos) que modelam correlações entre peças de informação que aparecem a partir dos dados individuais, padrões causais e regras gerais que se aplicam a um subconjunto de indivíduos. Por exemplo, aquelas pessoas que compraram X e Y são mais suscetíveis a comprar o produto Z se eles já observaram o produto W. Perfis fornecem maneiras de inferir conhecimento sobre um indivíduo que não é realmente observado. A diferença crucial é que a informação ao nível individual é realmente observada, isto é, trata-se de fato de um conhecimento. O conhecimento ao nível da perfilização (*profiling*) não está habitualmente disponível ao usuário individual, e geralmente não é observado. Ao invés disso, o perfil é aplicado ao usuário individual, para inferir fatos adicionais, preferências ou intenções assumidas (por exemplo, para comprar certo produto)”. VAN OTTERLO, Martjin. *A machine learning view on profiling*. In: Privacy, due process and the computational turn. The philosophy of law meets the philosophy of technology. Abingdon: Routledge, 2013, p. 43-44, grifo nosso.

34 Idem, p. 171.

atribuídas, a ponto de evitar o uso de categorias discriminantes, e de levar em conta o que lhe é mais particular³⁵. De acordo com Rouvroy e Berns,

Enfim, encontramos-nos diante da possibilidade de uma normatividade, em aparência, perfeitamente “democrática”, desprovida de referência a classes e categorias gerais [...]. O *datamining* e a elaboração algorítmica de perfis, em sua relação aparentemente não seletiva com o mundo, parecem levar em consideração a integridade de cada real até em seus aspectos mais triviais e insignificantes, colocando todo mundo em igualdade – o homem de negócios e o diarista, o *sikh* e o islandês. Não se trata mais de excluir o que sai da média, mas de evitar o imprevisível, de tal modo que cada um seja verdadeiramente si mesmo³⁶.

A descrição dos três tempos da governamentalidade algorítmica aponta para dois deslocamentos fundamentais em relação ao governo estatístico tradicional, e que dariam sentido, conforme Rouvroy e Berns, a um “fenômeno de rarefação dos processos de subjetivação (*phénomène de rarefaction des processus de subjectivation*)”³⁷: em primeiro lugar, conforme vimos, a automatização da análise de dados enseja um processo antinômico de individualização da estatística, ou seja, prescinde de referir-se a uma média, para tomar como parâmetro de conhecimento o próprio perfil, elaborado através da série de correlações entre o conjunto de dados destacados de suas significações próprias. A produção de saber passa a estar situada, portanto, no próprio nível das relações – e da existência, de modo geral –, na medida em que tecnomediadas pelos dispositivos algorítmicos, sendo tão eficaz quanto imanente e objetiva³⁸.

Nesse sentido, a automatização das práticas estatísticas não apenas desvia da subjetividade, através da dispensa a qualquer forma de hipótese prévia, mas, sobretudo, inclui nela mesma a expressão de uma adesão tácita e automática dos indivíduos a uma normatividade tão imanente quanto a própria vida³⁹. “Donde um possível declínio da reflexividade subjetivante (*déclin de la réflexivité subjectivante*) e o distanciamento das ocasiões de contestação das produções de ‘saber’ fundadas no *datamining* e na elaboração de perfis”⁴⁰.

Este segundo deslocamento é central, se quisermos compreender o sentido tributado, pelos pesquisadores belgas, ao fenômeno de rarefação dos processos de subjetivação. Pois, em

35 Idem, p. 172.

36 Idem, p. 172-173.

37 Idem, p. 173.

38 CORMEN, Thomas H. *Algorithms unlocked*. MIT Press, 2013, p. 11 e ss.

39 ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation*. In: Réseaux, nº 177, 2013, p. 173.

40 Idem, p. 173.

sua perspectiva de análise, a subjetividade é evitada duas vezes, seja na forma de uma intencionalidade na produção do saber, seja enquanto instância de reflexão sobre este saber que lhe é inferido. Conforme Rouvroy e Berns,

A governamentalidade algorítmica não produz nenhuma subjetivação, ela contorna e evita os sujeitos humanos reflexivos (*elle contourne et évite les sujets humains réflexifs*), ela se alimenta de dados “infraindividuais” insignificantes neles mesmos, para criar modelos de comportamento ou perfis supraindividuais sem jamais interpelar o sujeito, sem jamais convocá-lo a dar-se conta por si mesmo daquilo que ele é, nem daquilo que ele poderia se tornar. O momento de reflexividade, de crítica, de recalitrância, necessário para que haja subjetivação parece, incessantemente, complicar-se e ser adiado⁴¹.

Esta passagem denota, de maneira clara, a posição adotada pelos autores, na medida em que sua análise crítica da governamentalidade algorítmica não coloca em questão os efeitos de poder e saber sobre o *sujeito*, senão sobre o *meio* por sobre o qual ele se desloca, sobre a interatividade e as relações nelas mesmas, através dos múltiplos perfis que lhe são atribuídos automaticamente, e que tomam por base os traços digitais de sua existência.

Conforme afirmam Rouvroy e Berns, sua hipótese está situada “na terceira modelização do poder analisada por Foucault, a que analisa os dispositivos de segurança numa perspectiva essencialmente regulatória”⁴². Fazendo uma referência específica ao curso *Segurança, território, população* (1977-1978), ministrado por Michel Foucault no *Collège de France*, os autores encontram a possibilidade de estabelecer, a partir daí, uma nova ruptura, retomando a conceitualização dos “dispositivos de segurança” (*dispositifs de sécurité*) que, conforme esmiuçaremos mais adiante, inserem-se na linha das tecnologias de poder analisadas por Foucault, assim como o foram as técnicas jurídico-discursivas e os dispositivos disciplinares.

O aspecto fundamental dos dispositivos de segurança, ao contrário destes últimos, consiste em exercer uma *regulação* nos elementos da realidade, sem proibir, como na lei, ou prescrever, como nas disciplinas, mas apenas responder a uma realidade, de forma a anulá-la ou limitá-la, através da identificação de suas diferentes curvas de normalidade, e da fixação de uma média considerada ótima, de modo a fazer com que essas diferentes distribuições funcionem umas em relação às outras⁴³.

41 Idem, p. 173-174.

42 Idem, p. 174-175.

43 FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.

É a partir dessa grade de inteligibilidade que Rouvroy e Berns sustentam a hipótese de uma governamentalidade algorítmica, enquanto uma lógica ou racionalidade que, organizando um conjunto de procedimentos, busca produzir um saber (a)normativo, através da decomposição da realidade em dados, e sua posterior reagregação em perfis.

Embora façam uma ressalva, na direção de não reduzir ontologicamente, e existencialmente, os indivíduos a redes de dados, sua argumentação parece sugerir o contrário, quando afirmam a *impossibilidade dos processos de subjetivação*, ou mesmo a sua *anulação*, diante de uma *regulamentação objetiva da realidade pelos dispositivos algorítmicos*.⁴⁴ Neste sentido, conforme os autores, a governamentalidade algorítmica aponta para

[...] um processo de dissipação das condições espaciais, temporais e linguísticas da subjetivação e da individuação em benefício de uma regulação objetiva, operacional das condutas possíveis, e isso a partir de “dados brutos”, neles mesmos a-significantes, e cujo tratamento estatístico visa, antes de tudo, acelerar os fluxos – poupando toda forma de “desvio” ou de “suspensão reflexiva” subjetiva entre os “estímulos” e suas “respostas-reflexo”. [...] Os dispositivos da governamentalidade algorítmica completam, assim, ao mesmo tempo, a emancipação dos significantes em relação aos significados (digitalizações, recombinações algorítmicas de perfis) e a substituição dos significantes pelos significados (produção da realidade em contato com o mundo – o único “real” que conta, para a governamentalidade algorítmica, é o real digital)⁴⁵.

Rouvroy e Berns procuram destacar que o governo algorítmico é indiferente em relação aos indivíduos, na medida em que seu objetivo está em controlar as correlações de dados produzidas de maneira automática e imanente, acentuando, deste modo, a rarefação dos processos e ocasiões de subjetivação. Ou seja, trata-se, antes, de “uma dificuldade de tornar-se sujeito, e não tanto um fenômeno de ‘desubjetivação’ ou de risco de extinção do indivíduo”⁴⁶.

Os três tempos da governamentalidade algorítmica descrevem, portanto, uma espécie de evitação (*évitement*)⁴⁷ do sujeito durante o processo normativo, visto que as ações daí

44 Edson Teles endossa esse fundamental aspecto da governamentalidade algorítmica: “Considerando que as funções de governo coletam quantidades massivas de dados ‘automaticamente’, isto é, sem a necessidade de consentimento de um indivíduo, há um desinvestimento na singularidade de nossa existência. E esta é uma questão política na medida em que produziria não uma dissolução do indivíduo, mas uma rarefação dos processos de subjetivação, tornando complexas e inacessíveis as oportunidades de nos constituirmos enquanto sujeitos. Estaríamos diante de um processo de esquiva das subjetivações no quadro normativo da governamentalidade”. TELES, Edson. *Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas*. Kriterion: Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 59, nº 140, Ago./2018, p. 445.

45 ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation*. In: Réseaux, nº 177, 2013, p. 177-178.

46 Idem, p. 180.

47 Idem, p. 180.

decorrentes, destarte, intervém mais sobre, e pelo, ambiente, do que propriamente sobre o indivíduo. “A ação desse último não é mais influenciada por confrontação direta com uma norma exterior – lei, média, definição de normalidade –, mas suas possibilidades são organizadas no próprio seio de seu ambiente”⁴⁸. A tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos indica, então, que já não se trata mais de governar o real, senão a partir do próprio real⁴⁹, e do conjunto de relações ali estabelecidas entre os indivíduos.

Se não são os próprios indivíduos, qual é o objeto ou o alvo dos três momentos descritos e, mais globalmente, do governo algorítmico? Ou ainda: de que se trata governar *impedindo* ou, ao menos, *complicando a própria possibilidade dos processos de subjetivação*? Nossa hipótese é de que o objeto – que não chega, portanto, a tornar-se sujeito – do governo algorítmico são precisamente as *relações*: os dados transmitidos são relações e apenas subsistem enquanto relações; os conhecimentos gerados são relações de relações; e as ações normativas que daí decorrem são ações sobre as relações (ou ambientes) referidas às relações de relações⁵⁰.

Este modo de governo tem por objeto, então, as relações enquanto anteriores aos seus termos, inatribuíveis aos indivíduos por elas vinculados. De modo que a perspectiva de análise adotada pelos autores procura colocar em questão não uma ontologia do sujeito, senão um prevalecimento ontológico das relações sobre os indivíduos que elas atravessam⁵¹.

48 Idem, p. 180.

49 Conforme Thomas Berns, “É acima de tudo uma nova relação com a realidade que se desenvolve pelas normatividades contemporâneas. Estas novas normas, cuja eficácia tornou-se a questão central, ao ponto de ocupar todo o espaço, são normas que se apresentam como objetivas – sejam elas efetivas ou não, pouco importa –, e encontram nessa pretensão de objetividade a fonte de seu poder. Em outras palavras, os dispositivos normativos são construídos, são ‘montados’, como expressões do real. Tais atos de governo devem, portanto, ser claramente distinguidos do que poderíamos chamar de ação política: eles devem ser tão objetivos e técnicos quanto possível. Poder-se-ia até chegar a dizer que eles devem ser o tão invisíveis quanto possível devido ao fato de que eles mesmos seriam portadores de significado, com referência a uma responsabilidade extrínseca (e, portanto, à fragilização dos indivíduos) que todo o significado atrai. Idealmente, então, essas novas atividades de governo deveriam consistir essencialmente em revelar, em mostrar, não em agir, não em ‘fazer’ nada; em suma, tanto quanto possível, em *governar sem governar*. O que é essencial e próprio a este tipo de governo é o tipo de relação com a realidade que ele delinea: a realidade é pensada como existente, funcionando por si só, e não exige ser instituída (este é um ponto de partida que encontramos, já em Hume, radicalmente oposto ao que, na grande tradição da filosofia política moderna, queria pensar o comum a partir da figura inaugural do contrato social), a realidade só deve ser dita, retomada, definida e tornada mais consistente, mas isto, claro, a fim de dar origem ao governo. A definição mais geral deste governo que se abstém de governar reside na relação que estabelece com o real: trata-se de governar a partir do real, das atividades existentes, e já não de governar o real, ou o concreto com a ideia de que o concreto e seu governo seriam objetos de decisão; trata-se, portanto, de governar como se nos contentássemos em capturar o que já existe, em capturar a atividade humana, tomada em consideração e mostrada como viva e consistente. BERNs, Thomas. *Rendre la révolte impossible*. In: Rue Descartes, nº 77, 2013, p. 122-123, grifo nosso.

50 ROUVROY, Antoinette; BERNs, Thomas. *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation*. In: Réseaux, nº 177, 2013, p. 184, grifo nosso.

51 Idem, p. 185.

1.2.2 Preempção e neutralização

Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação constitui, portanto, a pedra angular de uma nova série de estudos, que buscam desbravar os impactos desses novos modos de produção de saber e exercício do poder, no momento histórico em que a vida é, quase que inteiramente, atravessada e organizada através dos dispositivos algorítmicos. Entretanto, para além deste ensaio, gostaríamos de retomar, destarte, alguns outros trabalhos dos autores, com o intuito de reunir os aspectos fundamentais que caracterizam a hipótese levantada no texto até agora examinado.

Numa entrevista concedida à *La Revue Nouvelle*, em 2016, intitulada *A arte de não modificar o mundo*, Antoinette Rouvroy busca aprofundar a reflexão sobre a nova governamentalidade algorítmica, enquanto evolução das formas de governamentalidade anteriormente examinadas por Michel Foucault. Esta nova forma de governamentalidade encontra sua especificidade não apenas na ausência de sentido dos dados brutos e a-significantes, expurgados de seu contexto primeiro, mas, especialmente, em sua particularidade de afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis, “sob o modo de alerta que suscita uma resposta-reflexo num estado pré-consciente, ao invés dos mecanismos que visam reformar os psiquismos individuais, ou apelar para as capacidades de compreensão e vontade das pessoas”⁵².

Diferentemente daqueles movimentos, outrora descritos por Foucault, como uma “ortopedia da alma” – especialmente nos mecanismos disciplinares de docilização e adestramento das condutas –, ou mesmo em relação à biopolítica da população –, governada, digamos, “desde dentro”, através da identificação de uma média considerada “ótima”, de modo a possibilitar, assim, o convergir de uma série de comportamentos –, a governamentalidade algorítmica “não tem mais por alvo o estrangeiro, a lepra [...], mas a incerteza como tal, ou o excesso do possível sobre o provável”⁵³.

Dito de outro modo, a governamentalidade algorítmica opera através de uma preempção (*préemption*⁵⁴), garantindo que certas coisas da ordem do possível, aconteçam com

52 ROUVROY, Antoinette. *L'art de ne pas changer le monde*. In: *La Revue Nouvelle*, nº 8, 2016, p. 45.

53 Idem, p. 45.

54 Idem, p. 45.

certeza, ou não aconteçam de modo algum⁵⁵. Este *movimento de preempção* contorna as velhas estruturas jurídicas de produção e obediência à norma, tornando-a, conforme vimos até aqui, imanente, indetectável e indiscutível⁵⁶.

Sobretudo, de acordo com Rouvroy, os algoritmos modificam a maneira pela qual nós representamos o mundo para nós mesmos, dispensando-nos de qualquer debate ou avaliação sobre tais representações, e operando de modo a substituí-las por uma ideologia técnica e de imanência total⁵⁷.

Através dos *Big data* e graças aos algoritmos capazes de fazê-los falar, teríamos, finalmente, acesso imediato, fora da linguagem, não ideológico, ao próprio real, sem que fosse necessário nem interpretar, nem representar ou teorizar nada. Finalmente seria possível para nós, humanos, acessar o real diretamente e, portanto, de maneira totalmente objetiva, exaustiva, atemporal, sem ter de passar por nenhuma representação, de maneira emancipada da própria linguagem. Os *Big data* e os algoritmos estimulam a fantasia de uma modelização antecipativa automática e em tempo real do social. O real se governaria, assim, através de perfis que produziriam um social digitalizado. Esse governo de algoritmos, enfim, dispensaria o Estado, as instituições, de toda noção de autoridade ou de poder.⁵⁸

Não seria o motivo de assumir, entretanto, que os algoritmos transformam o mundo: neste caso, o que se transforma é a própria representação que nós fazemos deste mesmo mundo, na medida em que tal representação é reorganizada por um conjunto de mecanismos emancipados de qualquer relação com a linguagem, de modo a acessar o real imediata e objetivamente.

Conforme Rouvroy, o entusiasmo diante dessas novas tecnologias algorítmicas, aparentemente imparciais e objetivas é, sobretudo, sintomático de uma crise de representação, em todos os seus sentidos: “desconfiamos de todas as nossas representações da realidade, que sempre parecem muito subjetivas, seletivas, tendenciosas, ideologicamente marcadas, politicamente incorretas.”⁵⁹ Trata-se, neste caso, da subsunção da realidade por um real não-realístico, que substitui o mundo analógico, o mundo físico, por uma realidade numérica,

55 Idem, p. 45.

56 Conforme Rouvroy, “Já foi dito e lido muito que uma das principais ameaças que emanam da internet é o enfraquecimento do direito à proteção de dados pessoais. Mas me pareceu que não é aqui que está o nó. Eu queria deslocar a atenção para questões mais coletivas, menos individualistas e tentar ver como os algoritmos mudam a dinâmica das normas e da obediência. De que forma, embora aparentemente mais objetivas, elas correm o risco de nos afastar drasticamente do projeto de uma sociedade mais justa ao reforçar, ao mesmo tempo em que as tornam mais invisíveis e menos fáceis de combater, as desigualdades socioeconômicas e as normas sociais dominantes”. Idem, p. 45.

57 Idem, p. 45.

58 Idem, p. 45.

59 Idem, p. 46.

constituída por uma conjugação de fragmentos retirados de suas significações no mundo dos fatos, de modo a encerrar uma realidade puramente quantitativa sobre ela mesma⁶⁰.

O que é calculável é imunizado contra a parcela irreduzível da incerteza radical inerente à própria vida. Essa totalização (*totalisation*) digital, em particular os modelos de futuro que ela possibilita, promete às sociedades prescindir de todas as convenções, instituições, ficções, presunções pelos quais se uniram até agora para fazer frente a inadequação, em suma, de suas representações do mundo.⁶¹

A realização numérica do mundo através dos dispositivos algorítmicos subtrai a vida de sua possibilidade em devir⁶², na medida mesma em que se pretende como uma representação objetiva e imediata da realidade, expurgada da contingência. Neste sentido, conforme a autora, faz parte do jogo social os momentos de recalcitrância, de debate e disputa, pois são eles que constituem a base das normatividades às quais estamos inseridos, e com as quais dialogamos. Cada sociedade e cada época possui suas formas de gestão do imprevisível, que possibilitam, assim, a constituição do liame social, de modo que o atravessamento da vida por uma racionalidade algorítmica assinala o advento de uma sociedade em que a noção do trágico, do risco e da incerteza, desaparecem frente a uma pretensão de certeza e objetividade.

Rouvroy sublinha que “Essa virada algorítmica, como podemos ver, sob o pretexto de objetivar os processos decisórios, não representa uma ruptura com as políticas neoliberais, mas oferece, a estas últimas, ferramentas particularmente discretas e poderosas”⁶³, colocando os indivíduos numa espécie de concorrência em escala molecular, através de seus dados infrapessoais, de modo a compor uma série de barreiras e acessos possíveis para cada perfil gerado automaticamente. Na sociedade algorítmica, cada indivíduo possui um “custo real” (*cout réel*)⁶⁴, ora não mais repartido socialmente, senão identificado com um certo conjunto de dados, atrelado a um determinado perfil.

A perfilização algorítmica (*la profilage algorithmique*)⁶⁵, nessa perspectiva, parece colocar o indivíduo ao centro de todas as preocupações, adaptando tanto seu ambiente informacional quanto seu ambiente físico, sem que este mesmo indivíduo demonstre qualquer

60 Idem, p. 46.

61 Idem, p. 46, grifo nosso.

62 CARDON, Dominique. *À quoi rêvent les algorithmes: nos vies à l'heure des big data*. Paris: Éditions du Seuil et La République des Idées, 2015.

63 ROUVROY, Antoinette. *L'art de ne pas changer le monde*. In: La Revue Nouvelle, n° 8, 2016, p. 47.

64 Idem, p. 47.

65 Idem, p. 48.

oportunidade de formular ou declarar suas intenções, suas escolhas ou preferências, a si ou a outrem, ou mesmo explicá-las por si mesmo⁶⁶.

Conforme Rouvroy, não se pode mesmo opor, a um observador, qualquer forma de máscara social, de *persona*, na medida em que o indivíduo se torna exposto a um olhar algorítmico⁶⁷. De modo que o objetivo, ou o alvo, de uma dada governamentalidade algorítmica, posta ao serviço da otimização e da *preempção*, “não é, ou não mais, a preservação, a intensificação da vida, mas a *neutralização* de tudo na vida que é irreduzível ao cálculo”⁶⁸, ou seja, o excesso da incerteza do possível, sobre a assertividade do provável. Numa passagem fundamental para a compreensão da hipótese sustentada pela autora, Rouvroy argumenta que

Isso produz consequências nos processos de subjetivação. A antecipação, ou melhor, a *preempção* dos comportamentos individuais, no estágio pré-consciente, se possível, significa que os indivíduos *não precisam forjar ou formular seus desejos. Seus desejos os precedem*. A transposição de impulsos em desejos é curto-circuitada em tempo real por dispositivos informáticos que reagem reflexivamente a sinais emitidos (na maioria das vezes de forma não-intencional) por aqueles que são chamados de usuários. Ora, um sujeito é um processo contínuo de subjetivação: nunca se faz outra coisa senão tornar-se sujeito, sobretudo afirmando, para si e para os outros, nossas motivações, nossas intenções, etc. É claro que essas motivações, intenções, etc., nem sempre estarão incorporadas em nossas ações. Mas, precisamente, essa capacidade de não fazer tudo de que somos capazes, que constitui nosso poder como sujeitos. [...] A noção de responsabilidade (de dever, de responder, de motivar, de justificar) também desaparece, tanto para os governantes, quanto para os governados: se contarmos com uma recomendação automatizada para tomar uma decisão contra ou a favor de um indivíduo, *então não tomamos uma decisão, apenas obedecemos a um cálculo*. Tomar uma decisão é correr um risco, decidir sobre o pano de fundo do indecível.⁶⁹

O movimento de *preempção*, possibilitado pelos algoritmos, age de forma a *neutralizar* a capacidade individual de formulação dos próprios desejos, evitando o processo de subjetivação, que, segundo esta perspectiva, consistiria na possibilidade de tomar, ou não, uma ou outra decisão. Conforme a autora, portanto, a governamentalidade algorítmica transpõe os impulsos, de um estado pré-consciente, em desejos, destarte não mais formulados pelos indivíduo, senão precedentes à sua própria elaboração.

Antoinette Rouvroy destaca, novamente, este aspecto neutralizador da governamentalidade algorítmica, numa entrevista concedida à *Philosophie Magazine*, em

66 Idem, p. 48.

67 Idem, p. 48.

68 Idem, p. 48, grifo nosso.

69 Idem, p. 49, grifo nosso. Ver também FLISFEDER, Matthew. *Algorithmic desire: toward a new structuralist theory of social media*. Northwestern University Press, 2021.

2018, intitulada *Do Big Brother ao Big Data – Da vigilância à perfilização*. Procurando distanciar-se das estruturas de formação de saber e exercício do poder que caracterizavam a sociedade de vigilância, descrita por Michel Foucault, especialmente, em *Vigiar e punir* (1975), Rouvroy indica que, conforme vimos até aqui, no âmbito dos dispositivos algorítmicos, a construção do sujeito não se estabelece em razão de um saber produzido, senão em função de um saber *inferido* de forma imanente, a partir dos dados disponíveis.

Segundo a autora, instaura-se, deste modo, um regime de fiabilidade sem verdade (*fiabilité sans vérité*)⁷⁰, na medida em que a informação produzida através da análise e agregação de dados não pode ser considerada falsa ou verdadeira, mas, meramente, operacional: “Nós não demandamos aos modelos algorítmicos, que calculam nossos perfis, que sejam adequados, mas que otimizem um estado de coisas, seja ele qual for, para captar seu potencial”.⁷¹ Os traços numéricos não correspondem mais, nesse sentido, àquilo que caracteriza, de fato, um determinado sujeito, senão à potencialidade a ele atribuída a partir do conjunto de dados coletados.

A governamentalidade algorítmica, assim entendida, aponta para a apropriação do espaço especulativo da incerteza, deixando de projetar-se sobre os corpos físicos, ou sobre a população de um determinado território, para aproximar-se da *potencialidade de seus atos*, estabelecendo, deste modo, um campo de previsibilidade, através do qual governa permutando a realidade pela sua (im)possibilidade. Trata-se, então, de um sistema que encerra o espaço das possibilidades, com o objetivo de governá-las através do cálculo⁷², de modo que já não estamos diante de um regime de normalização, senão de *neutralização*⁷³. “E de neutralização da própria vida, na medida em que é alteração imprevisível, jamais completa, jamais adequada a ela mesma. Essa inadequação à si mesma é a fonte de nossa angústia existencial, e corresponde, também, ao espaço de nossa liberdade”⁷⁴.

Conforme Rouvroy, a governamentalidade algorítmica põe-se a organizar um espaço liso e contínuo,

a partir do qual nós não temos mais (*nous n'avons plus*) de elaborar nossas motivações, de justificar *a posteriori* nossos atos, de moldar o mundo através de uma narrativa. Nós não temos mais de querer, nem dizer. Nós somos *dispensados*

70 ROUVROY, Antoinette. *De Big Brother à Big Data. De la surveillance au profilage*. Contribution au Hors série “Michel Foucault: Le courage d’être soi”. In: Philosophie Magazine, 2018, p. 62.

71 Idem, p. 62.

72 Idem, p. 62.

73 Idem, p. 63.

74 Idem, p. 63.

(*dispensés*) de pensar, de escolher, portanto de assumir a parte trágica da existência humana, já que decidir é confrontar-se à incerteza radical. Para *neutralizá-la* (*pour la neutraliser*), não há nada mais eficaz do que produzir o futuro⁷⁵.

Nesse sentido, a governamentalidade algorítmica, segundo Rouvroy, se emancipa do modelo biopolítico de governo da população – que, conforme a autora, consiste em produzir corpos dóceis, em referência a uma norma que lhes é preexistente –, através da capacidade de modificar suas próprias estruturas, de maneira retroativa: se um determinado comportamento não corresponde à modelização que lhe é elaborada, tal disparidade não será considerada um erro, senão uma oportunidade de aperfeiçoamento do próprio sistema. “Trata-se, portanto, de uma normatividade eminentemente plástica, fluida, que se fixa aos comportamentos de cada indivíduo como uma segunda pele”⁷⁶. Cada um torna-se, desta forma, sua própria referência estatística, o que, conforme Rouvroy, corresponde àquilo que Foucault parecia postular: não ser governado por outra coisa que não por si mesmo⁷⁷.

Importa sublinhar, entretanto, que tal referência a um governo de si, desde essa perspectiva sobre a governamentalidade algorítmica, em nada aproxima-se de um exercício da própria subjetividade, ao modo das práticas de si, conforme analisadas por Foucault noutro contexto, e que esmiuçaremos adiante: o sentido tributado ao governo de si, no âmbito da análise estabelecida por Rouvroy, refere-se, antes, à neutralização da capacidade individual de formulação das próprias motivações e desejos, pela captura, e inversão, do imprevisível, numa previsibilidade do possível, através da elaboração algorítmica de perfis.

1.2.3 Indistinção e dupla indiferença

A *neutralização* dos procedimentos de subjetivação se configura, portanto, enquanto sustentáculo fundamental da hipótese de uma governamentalidade algorítmica, segundo a perspectiva de análise adotada por Antoinette Rouvroy. Num artigo enxuto, porém central para o presente estudo, intitulado *Governar por fora das normas: a governamentalidade algorítmica*, publicado em 2017 (portanto, entre a veiculação das entrevistas anteriormente citadas), a autora avança na questão.

75 Idem, p. 63, grifo nosso.

76 Idem, p. 62.

77 Idem, p. 62.

Ao abordar a perfilização algorítmica (*profilage algorithmique*)⁷⁸, Rouvroy sublinha que o fenômeno de individualização, promovido com o advento dos dispositivos algorítmicos, *substitui* as singularidades, gerais e abstratas, por perfis impessoais e opacos, derivados de correlações estatisticamente preditivas entre variáveis comportamentais que são calculadas a partir dos dados disponíveis.

A linguagem algorítmica dispõe, deste modo, de uma capacidade única de *indistinção* (*indistinction*)⁷⁹ entre os sinais numéricos e o mundo, operando um movimento de *dupla indiferença* (*double indifférence*)⁸⁰, seja em relação ao que constitui a singularidade de uma vida, em tudo aquilo que ela contém de incerto e imprevisível, seja no que diz respeito àquilo que inscreve essa mesma vida num contexto coletivo – em proveito de um sistema de otimização que a vincula a perfis preditivos.

Essa indistinção, ou indiferença, compõe, portanto, o aspecto neutralizador dos dispositivos algorítmicos nos processos de subjetivação: pois, a solicitação impessoal em relação ao indivíduo pressupõe uma captura numérica, digital, que atravessa posições ou máscaras assumidas socialmente, em nome de uma linguagem algorítmica, tornando *indiscerníveis os limites entre o espaço psíquico individual e o espaço público*, através da extração e reagregação dos sinais em conjuntos de dados⁸¹. À calculabilidade da realidade pelos dispositivos algorítmicos escapam as distorções e deformidades informados pela *persona*, ou seja, tudo aquilo que uma determinada singularidade edita a respeito de si, e dirige, de forma consciente, aos outros⁸².

Razão pela qual, conforme a autora, “o regime de otimização algorítmica *não é um regime de verdade que obrigaria os sujeitos a falar sob o modo da confissão, do testemunho, da declaração*, mas um regime de indistinção entre os sinais numéricos, a-significantes mas calculáveis, e o mundo”⁸³. Esta passagem é fundamental, na medida em que Rouvroy indica, de maneira assertiva, que o escopo crítico do sentido atribuído, em sua hipótese, à governamentalidade algorítmica – e, portanto, aos modos de subjetivação que a ela correspondem –, não coloca em questão as práticas de si no contexto de tecnomediação da

78 ROUVROY, Antoinette. *Gouverner hors les normes: la gouvernementalité algorithmique*. In: Lacan Quotidien, v. 733, 2017, p. 2. Cumpre notar que este artigo deriva de uma intervenção, pronunciada por Antoinette Rouvroy, por ocasião do 4º Congresso Europeu de Psicanálise (*4º Congrès Européene de Psychanalyse*), PIPOL 8, no ano de 2017, em Bruxelas.

79 Idem, p. 2.

80 Idem, p. 2.

81 Idem, p. 2.

82 Idem, p.2.

83 Idem, p. 2, grifo nosso.

vida pelas tecnologias algorítmicas, senão apenas enquanto esse “governo de si” é entendido ao modo de neutralização da possibilidade de exercício da própria subjetividade.

A indistinção entre os sinais numéricos e as coisas, a unidade digital entre o corpo e o mundo, desqualifica a única coisa que, segundo Rouvroy, poderia ser considerada verdadeiramente imprevisível e incalculável numa pessoa: a maneira, sempre singular, como ela dá-se conta de si mesma, e para si mesma, encontrando-se e reunindo-se em seus próprios gestos⁸⁴.

De modo geral, a otimização algorítmica das interações entre o indivíduo e o seu ambiente expressa uma *racionalização* das formas através das quais nós “nos” governamos, mediados pelos nossos próprios correlatos estatísticos, ou perfis – “eminentemente evolutivos, extremamente plásticos, precedentes aos indivíduos em seus comportamentos”⁸⁵ –, que cumprem a função de garantir o espaço especulativo a partir do qual esses dispositivos agem, de modo antecipado, sobre os corpos⁸⁶. De acordo com Rouvroy,

Essas visões oraculares, não figurativas e, nesse sentido, desfigurantes, visões de oportunidades e perigos, não possuem a vocação de serem verdadeiras ou falsas, existindo apenas para *imunizar* o real contra o virtual, o provável contra o excesso do possível, a impassibilidade inorgânica contra os eventos orgânicos, enfim, contra o corpo. A governamentalidade algorítmica se apresenta, portanto, como um *sistema imunitário* (*systeme immunitaire*) da realidade digital contra qualquer heterogeneidade incalculável, contra todo pensamento externo inassimilável, irreduzível, não monetizável, não finalizado, inorganizável, soberano, ou seja, também, contra o mundo. *A governamentalidade algorítmica não é um regime de normalização, mas um regime de neutralização (c'est un régime de neutralisation)*.⁸⁷

Neutralização, portanto, do mundo e de suas representações, da capacidade dos sujeitos em enunciar contrafactualmente, ou seja, de cobrir seus rastros, de fingir ou até mesmo mentir, de relutar e não fazer tudo o que seriam capazes, enfim, de modo geral, sua capacidade em decidir, diante do indecível, em vez de obedecer aos resultados de um cálculo⁸⁸.

Nesse sentido, diante de uma tal neutralização e, conforme a autora, da liquidação algorítmica das formas através das quais nós nos governamos, poderíamos manter em aberto a capacidade de projetar coletivamente o possível, bem como a capacidade de sobrevivência dos sujeitos? “Como fazer, de tal modo, que os animais heterocrônicos que somos não sejam

84 Idem, p. 3.

85 Idem, p. 3.

86 Idem, p. 3.

87 Idem, p. 3, grifo nosso.

88 Idem, p. 3

levados em conta apenas enquanto agregados temporários de dados exploráveis em massa? Como, face ao hiperindividualismo otimizador, revitalizar o espaço público como espaço de deliberação sobre a coisa comum [...]?”⁸⁹. Poderíamos pensar, a partir daí, de acordo com Rouvroy, em novas possibilidades de nos governarmos, para além das normas, sem dissolvermos em fluxos numéricos digitais?

Todas essas questões são, absolutamente, pertinentes. De fato, é necessário, e fundamental, colocar em pauta a racionalização do espaço especulativo do incerto e do imprevisível, bem como as relações que ali se desdobram, diante da tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos, na medida em que os efeitos de saber daí decorrentes transbordam a esfera individual, adquirindo uma relevância política e social.

Conforme vimos até aqui, o estudo desenvolvido por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (seja em coautoria, seja individualmente), é pioneiro, no sentido de inserir o debate acerca das tecnologias algorítmicas na perspectiva metodológica foucaultiana de análise das relações de poder, buscando compreender a formação do espaço normativo contemporâneo, especialmente quando procuram estabelecer a fundamentação de sua hipótese desde um resgate do conceito de governamentalidade, ainda que num contexto inteiramente diferente daquele em que fora elaborado, outrora, por Michel Foucault.

Entretanto, o modo pelo qual os autores constroem o conceito de uma tal governamentalidade algorítmica parece-nos insuficiente, visto que o domínio de sua análise refere-se, fundamentalmente, aos mecanismos de poder e os efeitos de saber dos dispositivos algorítmicos, assumindo, portanto, o “lugar” das máquinas, mas prescindindo, por outro lado, de uma apreciação, igualmente relevante, da parte humana que habita a dimensão inumana dessas novas tecnologias.

Não à toa, sua perspectiva de análise aponta para uma *neutralização* dos modos de subjetivação, bem como para um movimento de *preempção*, de antecipação dos comportamentos individuais, por uma linguagem algorítmica, que torna, assim, indistinguíveis os sinais numéricos e o mundo, o digital e o real.

Quando Antoinette Rouvroy afirma, conforme visto anteriormente, que o regime de otimização algorítmica não é um regime de verdade, que obrigaria os sujeitos a falar, ao modo de uma confissão, mas um *regime de neutralização*, que busca *contornar* a possibilidade dos processos de subjetivação, parece deixar de lado, manifestamente, o vínculo indissociável que

89 Idem, p. 3.

une tais mecanismos de poder aos seus efeitos de saber, através das *práticas de si*, dispensando, deste modo, a esfera de liberdade atribuída às ações de um indivíduo, ainda que auxiliado, em suas condutas, por tais tecnologias.

Razão pela qual, gostaríamos de confrontar a tese dos autores com a hipótese que desenvolveremos no presente estudo, retomando o conceito de governamentalidade a partir de outros termos. Sublinhemos, entretanto, que, de maneira alguma, nossa hipótese tem por objetivo invalidar a tese dos autores, senão apenas colocá-la frente a frente com uma análise que tome as tecnologias da informação e da comunicação digital a partir da perspectiva da ambiência, ou seja, não apenas enquanto ferramentas ou instrumentos de neutralização da realidade, mas também enquanto portadoras de modos de existência, como ambientes dentro dos quais formas de vida são produzidas.

Nossa hipótese tem por intuito, portanto, emprestar à locução “governamentalidade algorítmica” mais uma camada de sentido, na medida em que a digitalização da vida social, através das tecnologias algorítmicas, opera uma importante transformação nos modos de subjetivação, nas técnicas e procedimentos a partir dos quais o sujeito estabelece uma relação consigo mesmo, para transformar o seu próprio ser.

Desta perspectiva, não poderíamos nos furtar em sugerir que a *virtualização da experiência de si* atualiza, e intensifica, as velhas estruturas confessionais, demandando *práticas de engajamento*, performances narrativas, técnicas mediante as quais se extrai um dizer, um falar. *A virtualização da experiência de si* constitui, assim, um procedimento de *veridicção*, um trabalho sobre si que se manifesta, sobretudo, em função de uma verbalização dirigida ao outro, vinculando, num mesmo movimento, a sujeição do indivíduo e a objetificação de sua interioridade.

Assim como, num contexto longínquo, e inteiramente distinto, os moralistas cristãos, e os diretores de consciência, buscavam extrair, a partir da experiência da carne, aquilo que se escondia nas dobras da alma, tornado o homem pecador, os dispositivos algorítmicos contemporâneos operam num sentido parecido, exumando as práticas de confissão através de uma demanda à fala, sem a qual suas estruturas não funcionariam, ou mesmo não fariam sentido. A frase de abertura do *Facebook*, “No que você está pensando?” (*What’s on your mind?*) exprime, de maneira ímpar, e sucinta, essa relação. Pois engajar-se é dizer, compartilhar, escrever, registrar, opinar, colocar em palavras, diante do olhar do outro, aquilo que se refugia nos confins do pensamento. É na extração de uma verbalização, é no

arrebatamento de uma performance narrativa, que os dispositivos algorítmicos encontram seu objetivo último, de modo a transformar, profundamente, a maneira pela qual o sujeito estabelece uma relação para consigo mesmo.

1. 3 Saber, poder e práticas de subjetivação em Michel Foucault

Passaremos, portanto, a um estudo do conceito de governamentalidade (*gouvernementalité*) em Michel Foucault, de modo a retomá-lo numa abordagem contemporânea, enquanto chave de leitura que nos permita compreender a racionalidade algorítmica como uma nova arte de governar, que não está adstrita apenas a táticas e dispositivos de regulação de condutas e ações possíveis, mas que define toda uma nova dimensão ética em que o modo de governo dos outros vincula-se, fundamentalmente, às novas maneiras de governar a si mesmo.

Procuraremos demonstrar, ao longo da exposição, que, para uma compreensão do sentido integral da noção de governamentalidade, conforme ao que Foucault pensara quando da sua elaboração, não poderíamos desconsiderar a relevância do estudo das técnicas de si no pensamento do filósofo francês, cujos desenvolvimentos obtiveram lugar de destaque em seus últimos cursos, bem como em suas derradeiras publicações.

A conversão do projeto da história da sexualidade numa história da ética não acontece por acaso e, por este motivo, o estudo das práticas de si sucede, e complementa, a genealogia da governamentalidade: pois, a partir dos modos específicos de individualização que se estabeleceram com as práticas do pastorado, esboçou-se toda uma institucionalização do controle e da condução de condutas, de modo a revelar, assim, as formas incipientes de uma razão governamental, que, posteriormente, entraria em cena, no século XVI, definindo os limiares do Estado moderno. De maneira geral, grande parte da história dos procedimentos de individualização humana, no Ocidente, está envolvida com a história do pastorado, que poderia até mesmo ser entendida, conforme Foucault, enquanto uma “história do sujeito”⁹⁰.

Quanto mais as investigações de Foucault avançavam em direção ao cuidado de si e às diferentes formas de ascese (antiga, cristã, etc.), em outras palavras, quanto mais Foucault remontava ao passado para estudar a genealogia dos modos de subjetivação, tanto mais claro ficava que o tema geral de suas investigações não eram o saber ou o poder, ou não apenas

90 FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004, p. 187.

estes, mas, sobretudo, o sujeito. Os modos de subjetivação, nesse sentido, representam, em igual medida, formas de objetivação, ou seja, modos em que o sujeito é interpelado como objeto de saber, e também alvo de estratégias de poder, estabelecendo uma relação singular consigo mesmo, através de certos procedimentos precisos de *governo*.

E, levando-se em conta a finalidade do presente trabalho, parece-nos essencial retomar o estudo das práticas do pastorado e da formação do dispositivo de confissão, não com o intuito de com elas traçar uma genealogia, mas para que possamos compôr, em sua totalidade, o conceito de governamentalidade, especialmente, naquilo em que se refere aos modos do governo de si: destarte, com o objetivo de empregá-lo ao cenário contemporâneo, de tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos, na tentativa de apreender, deste modo, a real tessitura da produção da subjetividade diante da virtualização da experiência de si.

1.3.1 Biopoder e dispositivos de segurança

Para começarmos esta trajetória conceitual, de modo a lograr uma aceção, o mais próxima possível, daquilo que Michel Foucault denominava como *governamentalidade* (*gouvernementalité*), deveremos, inicialmente, compreender esta noção como parte de uma série de deslocamentos que compõem o desenvolvimento filosófico do autor. Por deslocamentos, entretanto, não queremos indicar rupturas, senão ampliações, ou até mesmo dificuldades teóricas, que o levaram a reorganizar suas teses ao redor de novos conceitos.

Tomando seus trabalhos em ordem cronológica (aí inclusos tanto seus livros, quanto seus cursos, entrevistas, etc.), pode-se dizer que, pelo menos desde a década de 70, quando do início de seu percurso docente no *Collège de France*, o interesse de Foucault deslocou-se do eixo do *saber*, conforme desenvolvido em obras como *As palavras e as coisas* (1966) e *A Arqueologia do saber* (1969), para o eixo do *poder* e da *ética*, cujos desenvolvimentos encontraremos em trabalhos como *Vigiar e punir* (1975), bem como nos quatro volumes de *História da sexualidade* (1976/1984/2018).

A tais deslocamentos, atribuem-se, com frequência, por parte de seus comentadores, ao menos três períodos⁹¹ em suas obras, correspondentes à arqueologia, à genealogia e à ética. Entretanto, ainda que o enfoque de sua análise apresente uma série de reconversões, suas proposições metodológicas estarão contidas umas nas outras, de modo que a genealogia do

91 DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. 2ª ed. The University of Chicago Press, 1983.

poder não deixará de lado a análise do âmbito discursivo, que corresponde à arqueologia das formas de saber, bem como o estudo da ética, desde as práticas de si, não desconsiderará o exame dos dispositivos de poder.

Feitas essas considerações, e tendo em vista o escopo do presente estudo, mostra-se necessário reunirmos alguns dos aspectos fundamentais concernentes a tais reconversões metodológicas, que compõem o pensamento de Foucault, especialmente, naquilo em que ensejam um reenquadramento, ou uma extensão do campo de análise, no recorte que vai desde o *poder disciplinar* à *biopolítica* da população.

Com a publicação do primeiro volume de *História da sexualidade, A vontade de saber*, em 1976, a análise das relações de poder adquiriu uma nova, e importante, acentuação, tendo em vista que, no contexto da descrição sobre a formação dos discursos sobre a sexualidade, Foucault identifica a produção de um saber que passa a levar em conta não apenas uma *anátomo-política do corpo humano* (*anatomo-politique du corps humain*)⁹², como no caso do poder disciplinar, mas, fundamentalmente, uma *biopolítica da população* (*biopolitique de la population*)⁹³, fundada no emergir do *corpo-espécie*, enquanto objeto e sujeito de uma série de intervenções.

Lembremos que, em *Vigiar e punir*, Foucault procurou colocar em questão a centralidade da concepção jurídica de poder, ora escorada sobre categorias modernas, como soberania e lei, indicando a sua pulverização num conjunto heterogêneo de elementos discursivos e não-discursivos. Estes elementos, em comunhão, descreviam a composição de uma racionalidade, bem como a organização de maneiras de fazer, de modo a atravessar, por meio das técnicas disciplinares, aquelas velhas estruturas que marcavam o corpo supliciado através de uma exigência à morte⁹⁴.

De maneira geral, no eixo de trabalho referente à história moderna das disciplinas, e que corresponde aos seus primeiros cursos no *Collège de France*, Foucault toma por objeto a formação de discursos que mantêm com o corpo uma relação analítica, ou seja, a composição de uma microfísica do poder que, através de uma anatomia política do corpo, procura não apenas docilizá-lo, mas, também, utilizá-lo, de modo a aumentar sua força econômica, ao passo em que reduz, em igual medida, a sua força política.

92 FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. I: la volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard, 1976, p. 183.

93 Idem, p. 183.

94 FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Éditions Gallimard, 1975.

A partir da publicação de *A vontade de saber*, sua análise avança, sinalizando a importância do discurso sobre a sexualidade como objeto fundamental do pensamento político da Modernidade, em cujo período desenvolveu-se toda uma tecnologia da vida: por um lado, o dispositivo sexual revela a disciplinarização do corpo, através de uma série de intensificações e distribuições de suas forças, bem como por um ajustamento econômico dessas energias. Por outro, o discurso sobre a sexualidade revela o corpo para além das técnicas de singularização, ou seja, na medida em que integra um corpo biológico, uma espécie, e insere, deste modo, a vida no centro dos cálculos políticos, por meio de uma série de regulações e intervenções, ao nível da população⁹⁵. Conforme Foucault,

Pela primeira vez, sem dúvida, na história, o biológico se reflete no político; o fato de viver não é mais esse fundamento inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade; ele passa, por um lado, através do campo do controle, do saber e da intervenção do poder. Este não terá mais que lidar apenas com os sujeitos de direito sobre os quais o domínio último é a morte, mas com os seres vivos, e o domínio que ele poderá exercer sobre eles deverá se colocar ao nível da própria vida; é o assumir o controle da vida, mais do que a ameaça de sua morte, que dá ao poder seu acesso ao corpo. Se podemos chamar de “bio-história” as pressões pelas quais os movimentos da vida e os processos da história interferem um no outro, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz entrar a vida e seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder/saber um agente de transformação da vida humana⁹⁶.

Com a formação do dispositivo sexual, se entrevê o corpo enquanto ponto de articulação entre as disciplinas e a biopolítica. Ou, dito de outro modo, entre os dois eixos do biopoder, cujas tecnologias, ainda que distintas, mostram-se complementares. *A vontade de saber* demarca, portanto, um ponto de inflexão no pensamento de Michel Foucault, apontando o novo horizonte de suas investigações, ora não mais centradas nas práticas disciplinares de adestramento e ortopedia da alma, senão nas práticas biopolíticas de governo e intervenção sobre o corpo-espécie da população.

A emergência do problema da população trouxe consigo a necessidade teórica de elaboração do conceito de biopolítica⁹⁷, introduzido, inicialmente, em suas conferências no

95 FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité, I: la volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard, 1976, p. 191-192.

96 Idem, p. 187-188.

97 Roberto Esposito sublinha que Foucault não cunhou o termo, mas repropôs e requalificou o seu conceito, a partir de uma série de outros autores que se deslocam por linhas de enfoques diversos, como em relação às teorias organicistas do político, ou aos neodarwinistas, passando pelo humanismo tecnocrático, etc. Ainda que, nominalmente, Foucault não lhes faça referência, é possível identificar, conforme Esposito, a sua proposta de requalificação do termo como um distanciamento em relação a tais perspectivas de sentido. ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolítica e filosofia*. Torino: Einaudi, 2004, capítulo I. Ver, também, a longa descrição, realizada por Thomas Lemke, a respeito da arqueologia do termo biopolítica, até a sua posterior

Rio de Janeiro, em 1974⁹⁸. Curiosamente, entretanto, levando-se em conta apenas os livros publicados por Foucault, este termo aparece somente nas páginas finais de *A vontade de saber*, ainda que já fizesse parte do arcabouço metodológico do autor, que o desenvolveu, de maneira mais aprofundada, em seus cursos sobre a genealogia da racionalidade política moderna, como “*É preciso defender a sociedade*” (1975-1976), *Segurança, território, população* (1977-1978), e *Nascimento da biopolítica* (1978-1979).

Especificamente, o curso *Segurança, território, população*, adquire uma relevância fundamental no percurso de seus desenvolvimentos teóricos, na medida em que, para descrever o funcionamento da biopolítica, Foucault introduz o conceito de *dispositivo de segurança (dispositif de sécurité)*⁹⁹, como conjunto de práticas através das quais se governa o comportamento de uma população, em relação a fenômenos que podem ser medidos estatisticamente.

A respeito, cumpre assinalar que, inicialmente, Foucault busca oferecer uma nova interpretação acerca das relações estabelecidas entre os diversos dispositivos de poder, sublinhando não haver uma linearidade histórica, ou uma serialidade, através da qual o poder jurídico-legal, as disciplinas e os dispositivos de segurança sucederão uns aos outros, senão uma modificação ao nível do sistema de correlação entre esses mecanismos, cujas práticas serão dominantes em relação a um determinado período histórico¹⁰⁰. Com efeito, os diferentes dispositivos não são exclusivos da Modernidade, encontrando neste período histórico, entretanto, as razões políticas e econômicas ideais para o seu desenvolvimento e expansão social.

Diante das discussões sobre a reorganização do espaço público na França do século XVI, ou acerca dos fenômenos de escassez alimentar que se estenderam pela Europa, nos séculos XVII e XVIII, por exemplo, surgiram as condições de possibilidade histórica para o desenvolvimento de um conjunto de mecanismos e táticas de segurança, que buscaram retirar os acontecimentos, em relação a fenômenos populacionais, do campo do *possível*, para inseri-

reelaboração conceitual por Michel Foucault. LEMKE, Thomas. *Biopolitics: an advanced introduction*. New York University Press, 2011, p. 9-52. No mesmo sentido, Laura Bazzicalupo oferece-nos uma reconstrução conceitual do termo, em *Biopolítica: una mappa concettuale*. Roma: Carocci Editore, 2010.

98 Nessas conferências, conforme Foucault, “para a sociedade capitalista, o biopolítico é o mais importante de tudo, o biológico, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica”. FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits. t. II (1970-1975)*. Paris: Éditions Gallimard, 1994.

99 FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004, p. 7.

100 Idem, p. 10.

los no horizonte do *provável*, de modo a impedi-los, ou programá-los, antes de sua inscrição na realidade.

Foucault coloca em questão, portanto, o emergir da população não apenas enquanto conceito, mas o isolamento deste nível de realidade, como objeto e sujeito dos mecanismos de segurança, que operam de modo a maximizá-lo em seus efeitos positivos, e minimizá-lo em seus riscos e inconvenientes. A gestão de séries abertas, controladas somente desde uma estimativa de probabilidades, é o que caracteriza, essencialmente, conforme Foucault, os dispositivos de segurança¹⁰¹.

No caso do poder disciplinar, também estamos diante de efeitos de saber que buscam organizar uma multiplicidade para um determinado objetivo, porém, somente na medida em que o indivíduo é tomado enquanto objeto para recortar esta mesma multiplicidade. Ou, dito de outro modo, trata-se muito mais de uma individualização das multiplicidades, do que de uma perspectiva de análise que leva em conta o indivíduo como matéria-prima, a partir da qual a multiplicidade mesma é constituída. De modo que, em relação aos dispositivos de segurança, os indivíduos não são pertinentes como objetivo, senão como instrumento, intermédio, ou enquanto condição para que se obtenha algo no nível da população.

Segurança assume, destarte, um sentido muito específico, que Foucault procura definir a partir de quatro pontos: o meio, a aleatoriedade, a normalização e, conforme vimos até aqui, a população. Em primeiro lugar, o termo *meio (milieu)* toma seu significado de empréstimo das ciências físicas e biológicas, compreendido, assim, como um campo, ou espaço, necessário para que se efetive a ação, à distância, de um corpo sobre outro¹⁰². Diante do recorte populacional, e do desenvolvimento das ciências de polícia (ou estatísticas), no século XVIII, o meio assume um significado parecido, circunscrevendo o quadro no qual se estabelecem as relações entre elementos naturais – como, por exemplo, a geografia, a fauna e a vegetação de uma determinada região –, e artificiais – a arquitetura, a distribuição urbana, as estradas, as aglomerações humanas, etc.

O meio designa, portanto, um dos atributos fundamentais na composição de um cálculo de probabilidade, que leva em conta os efeitos de conjunto decorrentes das relações entre tais elementos. Por conseguinte, o meio compreende, também, o aspecto de *aleatoriedade* dos acontecimentos eventuais que nele podem vir a suceder, na medida em que o objetivo dos dispositivos de segurança será, justamente, a administração, bem como a

101 Idem, p. 22.

102 Idem, p. 22.

intervenção, no suporte através do qual essas ações se desenrolam, estabelecendo uma relação *econômica* com o fenômeno de circulação das causas e dos efeitos.

Busca-se atingir, por esse *meio*, o ponto em que uma série de acontecimentos, produzidos pelos indivíduos, populações e grupos, interfere nos acontecimentos de tipo natural que se manifestam ao seu redor. Se os dispositivos disciplinares buscavam circunscrever os acontecimentos a uma norma que lhes era estabelecida com anterioridade, os dispositivos de segurança, por sua vez, levam em consideração a aleatoriedade dos acontecimentos futuros, bem como a tendência geral que eles descrevem.

O que leva Foucault a realizar uma distinção importante entre as noções de *normação* (*normation*) e *normalização* (*normalisation*)¹⁰³: pois, enquanto os dispositivos de segurança distanciam-se do fenômeno para apreender o horizonte de probabilidade onde os acontecimentos vão se produzir, exercendo uma regulação no elemento da realidade, as disciplinas, pelo contrário, buscam delimitar o espaço no qual seu poder, assim como seus mecanismos, funcionarão plenamente, como, por exemplo, na distribuição dos corpos em relação a uma determinada função, no ajuste dos comportamentos mediante uma segmentação da temporalidade, etc.

As disciplinas demarcam as linhas da normalidade e da anormalidade, através da criação de um modelo considerado “ótimo”, construído em função de um certo resultado, de modo que a operação disciplinar consiste em tornar as pessoas, os gestos e os atos conformes a tal modelo¹⁰⁴. Desse modo, a propósito dos dispositivos disciplinares, Foucault prefere atribuir o conceito de *normação*, visto que, normalidade ou anormalidade só poderiam ser definidos em função do caráter previamente descritivo de uma norma anterior e externa.

Os dispositivos de segurança, por outro lado, não operam desde uma norma preambular, senão a partir da *identificação* do normal e do anormal, das diferentes curvas de normalidade que se distribuem num determinado meio, com o propósito de administrar essas distribuições de normalidade, e fazê-las funcionar umas em relação às outras. Neste caso, as normas são produzidas, digamos, desde dentro, apoiando-se sobre o que já está dado, seguindo a tendência geral da circulação de causas e efeitos, num movimento de perpétua ampliação que descreve linhas de força centrífugas: portanto, não se está a tratar, com os dispositivos de segurança, de procedimentos de *normação* de uma multiplicidade de corpos

103 Idem, p. 59.

104 Idem, p. 75.

individuais, como nas disciplinas, mas sim, de atos de *normalização*¹⁰⁵, referentes a uma multiplicidade de indivíduos ligados, biologicamente, à materialidade no interior da qual eles existem¹⁰⁶.

De acordo com Foucault,

Temos aqui, portanto, uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas, se vocês quiserem, como mais normais que outras, mais favoráveis, em todo caso, que outras. São essas distribuições que servirão de norma. A norma é um jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e é a norma que se deduz dele, ou é a partir deste estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, num sentido estrito, enfim, de uma normalização¹⁰⁷.

O surgimento da população enquanto personagem político, bem como o estabelecimento de uma diferenciação entre normação e normalização, são capitulares no decurso das investigações desenvolvidas por Foucault, seja em *Segurança, território, população*, como em suas obras posteriores, visto que fornecem tanto novos objetos de análise, quanto uma nova percepção a respeito da disposição das formas de saber, desde o conjunto de mecanismos que compõem os dispositivos de segurança. Nas palavras de Foucault, “É a partir da constituição da população como correlato das técnicas de poder que pudemos ver abrir-se toda uma série de domínios de objetos para saberes possíveis”¹⁰⁸.

Nesse sentido, a análise sobre os dispositivos de segurança, e a introdução do problema da população, levaram Foucault a colocar em destaque, progressivamente, os conceitos de *governo* e *governamentalidade*. De modo que, observa-se, no curso *Segurança, território, população*, pelo menos, desde a exposição datada do dia 1º de fevereiro, uma guinada, senão uma reviravolta, na orientação geral da temática, até então abordada, deslocando seu objeto de trabalho das tecnologias de segurança, para a genealogia do Estado moderno.

Conforme Foucault, quanto mais falava de população, menos falava de soberano¹⁰⁹, sendo levado a designar, sob a noção de *governo*, a novidade do conjunto de técnicas através das quais se articulou a passagem da ciência política, que fundava o problema do poder dentro

105 Idem, p. 65.

106 Idem, p. 23.

107 Idem, p. 65.

108 Idem, p. 80.

109 Idem, p. 77.

da teoria da soberania, para as artes de governar, organizadas ao redor da administração do complexo constituído pelos homens e pelas coisas.

1.3.2 Racionalidade governamental

Abre-se, deste modo, um novo campo de pesquisa no pensamento de Michel Foucault, que demarca a introdução da questão do Estado no horizonte de análise da microfísica dos poderes. Razão pela qual, na exposição seguinte, do dia 8 de fevereiro de 1978, Foucault atualiza o objeto do curso:

Então, o objeto do curso que eu gostaria de dar este ano seria, em suma, o seguinte. Assim como, para examinar as relações entre razão e loucura no Ocidente moderno, procuramos interrogar os procedimentos gerais de internamento e segregação, passando assim por trás do asilo, do hospital, das terapias e das classificações, assim como no caso da prisão procuramos passar por trás das instituições penitenciárias propriamente ditas, para tentarmos descobrir a economia geral de poder, será que, no caso do Estado, é possível dar a mesma virada? Será que é possível repor o Estado moderno numa tecnologia geral de poder que teria possibilitado suas mutações, seu desenvolvimento, seu funcionamento? Será que se pode falar de algo como uma “governamentalidade”, que seria para o Estado o que as técnicas de segregação eram para a psiquiatria, o que as técnicas da disciplina eram para o sistema penal, o que a biopolítica era para as instituições médicas? Eis um pouco o objeto deste curso.¹¹⁰

Em todos esses estudos, a perspectiva adotada por Foucault consistia em destacar as relações de poder da instituição, para analisá-las “por fora”, no domínio das tecnologias, em cujos movimentos se constituíam um novo campo de verdade, bem como novos objetos de saber. De modo que, diante da introdução do problema da população, e da análise dos dispositivos de segurança, Foucault viu-se confrontado com a necessidade de examinar qual o tipo de poder estaria contido na noção de *governar*. Dali em diante, portanto, o eixo das investigações de seu curso passa a abarcar a análise das relações de poder que se desenvolvem numa série de tratados sobre as artes de governar, no século XVI, assim como na prática e teoria mercantilistas do século XVII, e na doutrina fisiocrática do governo econômico, dos séculos XVII e XVIII¹¹¹.

A genealogia da governamentalidade é, evidentemente, extensa, de modo que, frente ao objetivo do presente trabalho, gostaríamos de destacar apenas alguns de seus aspectos mais

110 Idem, p. 123-124.

111 Idem, p. 120.

relevantes¹¹². Em primeiro lugar, a problemática geral do governo, que eclode no século XVI, diante de processos históricos como o desfazimento das estruturas feudais, bem como, frente aos movimentos de Reforma e Contra-Reforma, coloca em questão as maneiras de bem governar a si mesmo, a família, os filhos, as almas e o Estado, oportunizando, deste modo, o desenvolvimento de todo um gênero literário, com seus objetos e conceitos, sobre as artes de governar¹¹³.

Essa literatura, que vem a se desenvolver, surge como um ponto de repulsão à definição das relações de poder segundo as necessidades do principado, apoiando-se, conforme Foucault, numa “reconstituição”, ou numa “reconstrução”, do *Príncipe*, de Maquiavel, caracterizado, desta perspectiva, pelos princípios de singularidade, exterioridade e transcendência, bem como, ligado por um vínculo sintético (de violência, tradição, etc), em relação aos seus súditos¹¹⁴. Grosso modo, no filigrana desses diferentes discursos, *O príncipe* é tomado como um tratado de habilidade do soberano na conservação de seu principado, de modo que, conforme Foucault, a literatura anti-Maquiavel procura substituí-lo por algo diferente e novo, relativamente a isso que são as artes de governar¹¹⁵.

Segundo as observações opostas por uma tal literatura, além dos ordenamentos do rei, os atos de governo podem ser encontrados numa multiplicidade de agentes dispersos, como, por exemplo, o pai de família, o pedagogo, o superior de um convento, o professor em relação a seus alunos ou discípulos, etc. Assim, governar remete a uma multiplicidade de práticas, dentre as quais o governo do príncipe, em relação ao seu Estado, representa apenas uma das modalidades.

Por outro lado, todas essas práticas de governo acontecem de forma imanente, no interior da própria sociedade, emaranhando-se umas às outras, ainda que conservem tipologias diversas, pertencentes a uma forma de ciência ou reflexão particular. Essa tipologia dos tipos de governo poderia ser decomposta, de acordo com a literatura das artes de governar, em três partes: o governo de si mesmo, que pertence à moral; a arte de governar uma família, que pertence à economia; e, enfim, a ciência de “bem governar” o Estado, pertencente à política¹¹⁶.

112 Ver BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas; *From Foucault's lectures at Collège de France to studies of governmentality: an introduction*. In: *Governmentality: Current issues and future challenges*. Edited by _____. New York: Routledge, 2011, p.1-33.

113 FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004, p. 92-93.

114 Idem, p. 94-95.

115 Idem, p. 95-96.

116 Idem, p. 96-97.

Em todo caso, o que postula uma tal tipologia, àquilo a que se referem essas artes de governar, fica por conta de uma espécie de “continuidade” essencial entre esses três tipos. De modo que, enquanto a doutrina do príncipe ou a teoria jurídica do soberano, por um lado, procuravam assinalar a descontinuidade entre o poder do príncipe e qualquer outra forma de poder, tratando de explicar e fundar essa descontinuidade, nas artes de governar, por outro lado, devemos identificar o aspecto de continuidade, ascendente ou descendente, entre os tipos de governo¹¹⁷.

Desta forma, para bem governar o Estado, é preciso saber governar a si mesmo, bem como, num outro nível, também saber governar sua família e seus bens, numa espécie de “pedagogia do príncipe” que, conforme Foucault, vai assegurar a continuidade ascendente das formas de governo. Inversamente, temos uma continuidade descendente, na medida em que, se o Estado é bem governado, os pais de família saberão, também, bem governar suas famílias, suas riquezas... e os indivíduos, por sua vez, saberão se dirigir como convém¹¹⁸. “Essa linha descendente, que faz o bom governo do Estado repercutir até na *conduta* dos indivíduos ou na gestão das famílias, é o que se começa a chamar, nessa época, de ‘polícia’”¹¹⁹. Numa passagem importante, Foucault procura esmiuçar, e resumir, a problemática em questão:

Vocês estão vendo que, nessa continuidade, a peça essencial tanto na pedagogia do príncipe como na polícia, o elemento central é esse governo da família, chamado, justamente, de “economia”. E a arte do governo, tal como aparece em toda essa literatura, deve responder essencialmente a esta pergunta: como introduzir a economia – isto é, a maneira de administrar corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas, como fazê-lo no seio de uma família, como pode fazê-lo um bom pai de família que sabe dirigir sua mulher, seus filhos, sua criadagem, que sabe fazer prosperar a fortuna de sua família, que sabe arranjar para ela as alianças que convêm – como introduzir essa atenção, essa meticulosidade, esse tipo de relação do pai de família com sua família na gestão de um Estado? *A introdução da economia no interior do exercício político*, é isso, a meu ver, que *será a meta essencial do governo*.¹²⁰

Até então, o termo “economia” designava a administração da casa, dos bens, da esposa e dos filhos, estando circunscrito, portanto, como um conjunto de práticas de governo que se desenrolavam no interior da esfera familiar. Com a introdução da perspectiva da população, dos fenômenos que lhe são próprios e, em igual medida, diante do desenvolvimento das artes

117 Idem, p. 97.

118 Idem, p. 97-98.

119 Idem, p. 98, grifo nosso.

120 Idem, p. 98, grifo nosso.

de governar, bem como dos instrumentos técnicos estatísticos (conhecimento do Estado em seus diferentes dados e dimensões, nos diferentes fatores do seu poder), desde as práticas mercantis, a noção de economia assume um outro nível de realidade, conforme o conhecemos ainda hoje. De modo que, nesse movimento de racionalização do exercício do poder como prática de governo, percebe-se que a população possui suas regularidades próprias, assim como comporta efeitos próprios decorrentes de sua agregação, de seus deslocamentos, de sua circulação, fenômenos que, de maneira geral, contêm uma especificidade irreduzível à família, possibilitando afastá-la, definitivamente, como modelo de governo¹²¹.

De acordo com Foucault, até o recorte da população enquanto nível de realidade, a arte de governar não poderia ser pensada senão em função do modelo da família e, nesse sentido, da economia entendida como gestão da família. Por outro lado, a partir do momento em que a população vai aparecer como absolutamente irreduzível à família, esta, por sua vez, passa para o nível inferior em relação à população, como mais um dos elementos que habitam o seu interior¹²². A família é deslocada, portanto, de modelo de governo, a segmento, ou instrumento privilegiado, através do qual se poderá obter alguns *comportamentos* da população, como por exemplo, em relação à sexualidade, ao consumo, à demografia, etc¹²³.

A pedagogia do príncipe, deste modo, recentrou o objeto do governo, que, na forma do poder soberano, se projetava sobre o território, reorganizando-o, então, sobre a população, sobre o complexo constituído pelos homens e pelas coisas. Dito de outro modo, essas coisas de que o governo deve se encarregar

são os homens, mas em suas *relações*, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequeidão, sua fecundidade. *São os homens em suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar*. E, enfim, são os homens em suas relações com estas outras coisas, que podem ser os acidentes ou as calamidades como a fome, as epidemias, a morte¹²⁴.

Governar, portanto, se caracteriza como um bem *dispôr das coisas (disposer des choses)*, para conduzi-las a uma multiplicidade de finalidades adequadas, correspondentes a cada uma daquelas coisas¹²⁵. Ao contrário do poder soberano, cujo objetivo era realizar o

121 Idem, p. 107-108.

122 Idem, p. 108-109.

123 Idem, p. 109.

124 Idem, p. 100, grifo nosso.

125 Idem, p. 101.

“bem comum” a partir da manutenção do próprio principado, através da lei e dos regulamentos, de modo que a população de um território não representava nada além de um instrumento para se alcançar tal finalidade, a pedagogia do príncipe não irá impôr uma lei, senão dispôr das coisas, utilizando-se de táticas e estratégias, agindo de modo que, “por um certo número de meios, esta ou aquela finalidade sejam alcançadas”¹²⁶.

A população cumpre o papel, portanto, de “desbloquear a arte de governar”¹²⁷, fazendo a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania, para um regime dominado pelas técnicas do governo – especialmente no século XVIII, com o nascimento da “economia política”¹²⁸ –, num mesmo movimento em que elimina o modelo da família, e reorganiza a noção de governo sobre um novo conjunto de elementos.

Em outras palavras, a população passa a constituir tanto o objeto, quanto o objetivo principal das práticas de governo, que sobre ela intervirão, de modo a estimular seus fluxos nessa ou naquela direção. Conforme Foucault, “É a população, portanto, muito mais que o poder soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo”¹²⁹. Na medida em que se constitui um *saber* de governo, torna-se inafastável a constituição, em igual medida, de um *saber* acerca da rede contínua e múltipla de relações que circulam entre a população, o território e as riquezas, ao qual se denomina, no sentido tributado, então, como “economia”, ou “economia política”¹³⁰.

Diante dessas observações, Foucault esclarece que, se quisesse dar um outro nome ao curso em questão, certamente não teria escolhido o título *Segurança, território, população*, mas sim, “História da governamentalidade”:

Por esta palavra, “governamentalidade” (*gouvernementalité*), entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo”, sobre todos os outros – soberania, disciplina –, e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”,

126 Idem, p. 102.

127 Idem, p. 107.

128 Idem, p. 109.

129 Idem, p. 109.

130 Idem, p. 109.

creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se, pouco a pouco, “governamentalizado”¹³¹.

Com a introdução do conceito de governamentalidade, para abarcar o desenvolvimento de toda uma série de saberes, aos quais correspondem um conjunto de instrumentos técnicos (dispositivos de segurança), que têm por objetivo específico o governo dos homens em suas relações, Foucault procede, nas exposições seguintes, a um novo deslocamento do eixo de trabalho até então examinado, debruçando-se, destarte, sobre três vetores específicos de governamentalização do Estado: o desenvolvimento do poder pastoral e a sua introdução, no Ocidente, por meio do cristianismo; os novos regimes de relações diplomático-militares que se desenvolvem com a Modernidade; e, em igual medida, o estabelecimento, no mesmo período, de um aparato governamental, de caráter administrativo, que na época chamava-se “polícia”, que tinha por finalidade encarregar-se, em minúcias, da regulamentação da vida dos cidadãos, em seus gestos mais corriqueiros.

Entretanto, conforme sublinhamos anteriormente, o presente trabalho não tem por objetivo esmiuçar a genealogia desses procedimentos que, em conjunto, designam a razão de Estado em seu sentido moderno, seja por uma questão de tempo, seja por uma questão de competência, visto que Foucault, e tantos outros autores e comentadores de sua obra, já o fizeram com exímia qualidade. Com efeito, procuramos percorrer até aqui, com especificidade, as aulas do curso *Segurança, território, população*, tendo por objetivo identificar uma espécie de “dobradiça” que, desde o recorte da população enquanto nível de realidade, e a conseqüente introdução do conceito de governamentalidade, estabelece o vínculo entre a produção da verdade e as práticas de subjetivação.

Por este motivo, gostaríamos de nos deter sobre alguns pontos das exposições deste curso que, não por acaso, giram em torno da organização de um poder de tipo pastoral, bem como se referem ao desenvolvimento das técnicas de direção de consciência, nos primeiros séculos do cristianismo e da institucionalização da Igreja. Conforme veremos adiante, essas digressões são, para dizer o mínimo, fundamentais, no decurso da composição de todas as investigações posteriores de Foucault, na medida em que convertem o projeto de uma história da sexualidade, numa história da ética e das práticas de subjetivação, deslocando, portanto, a centralidade do governo da população, para as técnicas e práticas do governo de si. É aí que o conceito de governamentalidade adquire uma *dupla conotação*, posto que não remete apenas

131 Idem, p. 111.

ao governo dos outros, *senão às maneiras através das quais o governo dos outros passa, inevitavelmente, pelos modos de governar a si próprio.*

Podemos vislumbrar, pelo menos, desde a exposição do dia 8 de fevereiro de 1978, uma reorientação de suas investigações nesse sentido. Foucault remonta ao Oriente pré-cristão para analisar as características do poder pastoral, especialmente, conforme designado entre os hebreus, onde esse tema se desenvolveu e se intensificou. Diferentemente do Deus grego, intramuros, que funda a cidade, e mesmo a defende, e que tem seu lugar específico em seu templo, onde pronuncia seus oráculos e dá conselhos, o Deus hebraico, por outro lado, possui a característica de não exercer o seu poder sobre um território, senão sobre um rebanho, sobretudo quando este rebanho está em deslocamento. “Nunca a presença desse Deus hebraico é mais intensa, mais visível, do que, precisamente, quando seu povo se desloca e quando, na errância do seu povo, em seu deslocamento, nesse movimento que o leva a deixar a cidade, as campinas e os pastos, ele toma a frente do seu povo e mostra a direção que este deve seguir”¹³². Em oposição, portanto, a uma espécie de poder que se exerce sobre a unidade de um território, conforme se estabelecia na relação entre o Deus grego e a *pólis*, o poder de tipo pastoral tem, por traço fundamental, o *exercício sobre uma multiplicidade*, particularmente, uma multiplicidade em movimento.

Em segundo lugar, o poder de tipo pastoral, que aí se desenvolvia, significava um poder do *cuidado*. “O pastor é aquele que zela. ‘Zelar’, é claro, no sentido de vigilância a propósito de tudo que pode acontecer de nefasto. Ele vai zelar pelo rebanho, afastar a desgraça que pode ameaçar qualquer animal do rebanho. Vai zelar para que as coisas ocorram o melhor possível para cada um dos animais do rebanho”¹³³. O poder do pastor se manifesta numa tarefa, num dever, que não é de todo definido pela sua força fulgurante, ou pela sua superioridade, como o encontramos nos gregos, senão sob um fardo, uma fadiga, de modo que a preocupação do pastor estará sempre voltada para os outros, e não para ele mesmo.

Por fim, em terceiro lugar, destaquemos, sempre com Foucault, que uma das características mais importantes desse poder pastoral era a sua função *individualizante*. Ao passo em que dirige todo um rebanho, o pastor não poderá furtar-se, em igual medida, a uma atenção destinada a cada uma das ovelhas que o compõem. Ele deverá tratá-las com cuidado, seja de manhã, antes de levá-las ao campo, seja de noite, quando conta as ovelhas para saber

132 Idem, p. 129.

133 Idem, p. 131.

se estão todas ali. Conforme Foucault, se estabelece, assim, “o paradoxo do pastor”¹³⁴, que adquire duas modalidades:

Por um lado, o pastor tem de estar de olho em todos e em cada um, *omnes et singulatim*, o que vai ser precisamente o grande problema tanto das técnicas de poder no pastorado cristão, como nas técnicas de poder, digamos, modernas, tais como foram introduzidas nas tecnologias da população de que lhes falava. *Omnes et singulatim*. E, depois, de maneira ainda mais intensa, no problema do sacrifício do pastor em relação ao seu rebanho, sacrifício dele próprio pela totalidade do rebanho, sacrifício da totalidade do rebanho por cada uma das ovelhas. [...] Em suma, podemos dizer o seguinte: a ideia de um poder pastoral é a ideia de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território (*pouvoir qui s'exerce sur une multiplicité plus sur que un territoire*). É um poder que guia (*qui guide*) para um objetivo e serve de intermediário rumo a esse objetivo. É, portanto, um poder finalizado, um poder finalizado sobre aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre uma unidade de tipo, de certo modo, superior, seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano. É, enfim, um poder que visa ao mesmo tempo todos e cada um em sua paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo¹³⁵.

As questões de ordem histórica, exploradas por Foucault, que envolvem a formação desta forma específica de poder, indicam um fenômeno importantíssimo, que foi a posterior introdução dessas práticas, alheias ao pensamento grego e romano, no Ocidente, através do cristianismo, coagulando-as numa série de mecanismos precisos e instituições definidas¹³⁶.

Com a institucionalização de uma religião como Igreja, forma-se um dispositivo de poder que, segundo Foucault, não cessou de se desenvolver, de se transformar e de se aperfeiçoar durante quinze séculos, integrando formas diversas e, de fato, “[...] o poder pastoral em sua tipologia, em sua organização, em seu modo de funcionamento, *o poder pastoral que se exerceu como poder é, sem dúvida, algo de que ainda não nos libertamos (le pouvoir pastoral qui s'est exercé en tant que pouvoir est sans doute quelque chose dont nous ne nous sommes toujours pas affranchis)*”¹³⁷.

134 Idem, p. 132.

135 Idem, p. 132-133.

136 Idem, p. 133.

137 Idem, p. 152, grifo nosso. Algumas páginas depois, Foucault acrescenta: “Porque, embora seja verdade que a Reforma foi, sem dúvida, muito mais uma grande batalha pastoral do que uma grande batalha doutrinária, embora seja verdade que o que estava em jogo com a Reforma era a maneira como o poder pastoral era exercido, o que saiu da Reforma, ou seja, um mundo protestante ou um mundo de igrejas protestantes e a Contra-Reforma, esses dois mundos, essa série de mundos, não eram mundos sem pastorado. Ao contrário, foi um prodigioso fortalecimento do poder pastoral que saiu dessa série de agitações e de revoltas que se inicia no século XVIII e se estabiliza, grosso modo, nos séculos XVII e XVIII. Saiu delas um formidável fortalecimento do pastorado de dois diferentes tipos: o tipo, digamos, protestante ou das diversas seitas protestantes com um pastorado meticuloso, porém tanto mais meticuloso quanto mais flexível era hierarquicamente, e, ao contrário, uma Contra-Reforma com um pastorado inteiramente controlado, uma pirâmide hierarquizada, dentro de uma Igreja católica fortemente centralizada. Como quer que seja, dessas grandes revoltas – eu ia dizendo antipastorais, não, dessas grandes revoltas em torno do pastorado, em torno

Com o cristianismo, o pastorado deu lugar a toda uma rede institucional, e também a toda uma arte de conduzir, dirigir, de levar, de manipular os homens, “uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo de sua existência”¹³⁸.

É através do tema do pastorado, e da formação de todo um saber, ou toda uma arte de governar os homens, que, segundo Foucault, devemos procurar a origem, ou os pontos de formação, dessa governamentalidade, cuja entrada na política, principalmente, a partir do século XVI, assinala o limiar do Estado moderno¹³⁹. O Estado moderno nasce, desta forma, “quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida”¹⁴⁰.

1.3.3 Governo de si e os regimes de verdade

O pastorado esboça, portanto, o prelúdio das técnicas de governo, de modo que, em seus cursos seguintes, Foucault dedicará suas análises em resposta à introdução da noção de governamentalidade. Entretanto, no curso imediatamente posterior, ministrado entre 1978-1979, intitulado *O nascimento da biopolítica*, Foucault aprofunda algumas das análises desenvolvidas em *Segurança, território, população* – as quais gostaríamos de resgatar, ainda que brevemente, antes de passarmos, em definitivo, ao exame de suas obras referentes ao sujeito ético e às práticas de si.

Neste curso, Foucault empreende uma espécie de história do liberalismo, bem como do neoliberalismo, com o objetivo de compreender a biopolítica no contexto geral dessa nova forma de racionalidade, em cujo escopo está o estabelecimento de formas não estatais de governamentalidade dos homens. Com efeito, o liberalismo se apresenta como um contraponto, ou como uma reação, à governamentalidade em sua forma estatal, conforme vimos até aqui, e em seu bojo não está a preocupação frente a regulamentação da vida dos

do direito de ser governado e do direito de saber como se vai ser governado e por quem, todas essas revoltas estão efetivamente ligadas a uma reorganização em profundidade do poder pastoral. Direi que, afinal de contas, o poder político de tipo feudal, sem dúvida, conheceu revoluções ou, em todo caso, defrontou com uma série de processos que acabaram liquidando-o de fato e varrendo-o da história do Ocidente, salvo alguns vestígios. Houve revoluções antifeudais, nunca houve uma revolução antipastoral. *O pastorado ainda não passou pelo processo de revolução profunda que o teria aposentado definitivamente da história*”. Idem, p. 153, grifo nosso.

138 Idem, p. 168.

139 Idem, p. 169.

140 Idem, p. 169.

cidadãos, senão a limitação do exercício do poder estatal, a partir das próprias práticas de governo.

De maneira que, conforme Foucault, em meados do século XVIII houve uma transformação importante naquilo que se entendia por razão governamental moderna, a partir da qual se buscou a instauração de um princípio limitador à arte de governar que não estivesse ancorado no direito, ou nas leis do Estado, mas desde uma regulação interna, inerente aos processos econômicos e aos processos intrínsecos à população, sendo o mercado o lugar de verificabilidade, ou falsificabilidade, para a prática governamental¹⁴¹. Por este motivo, o surgimento de uma tal economia política é fundamental, visto que indicou, ao governo, a necessidade de buscar o princípio de verdade de sua prática governamental no âmago dos processos que a introduziram como grade de inteligibilidade dos fenômenos populacionais.

De modo geral, conforme Foucault, o objeto de todos os seus empreendimentos de análise anteriores, concernentes à loucura, à sexualidade, à prisão, etc., tem por finalidade mostrar como o par “série de práticas/regimes de verdade” forma um dispositivo de poder/saber, cujos mecanismos têm por finalidade marcar no real aquilo que não existe, submetendo este produto, de modo legítimo, à demarcação entre o verdadeiro e o falso.

Tratar-se-ia da genealogia de regimes veridicionais, isto é, da análise da constituição de certo direito da verdade a partir de uma situação de direito, com a relação direito/verdade encontrando sua manifestação privilegiada no discurso, o discurso em que se formula o direito e em que se formula o que pode ser verdadeiro ou falso; de fato, o regime de veridicção não é uma certa lei da verdade, mas sim o conjunto das regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos¹⁴².

A razão governamental liberal se insere, portanto, na linha de continuidade entre esses regimes de veridicção, remetendo aos dispositivos de segurança para o bem conduzir do conjunto constituído pelos homens e pelas coisas, levando sempre em conta a aleatoriedade dos acontecimentos, bem como a liberdade dos indivíduos que circulam no quadro geral desses elementos.

Dessa perspectiva, as relações de poder demandam o *exercício da liberdade*, de modo que, para governar os efeitos dos fenômenos populacionais, os dispositivos de segurança recorrerão às práticas de veridicção, como, por exemplo, a racionalidade do mercado no

141 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004, p. 33-34.

142 Idem, p. 37.

liberalismo enquanto local de verificabilidade dos jogos de verdade, assim como, em outro contexto, o fizeram os dispositivos disciplinares, com a produção de um discurso de saber relação à loucura, à delinquência e à sexualidade.

Sublinhemos, entretanto, que esta liberdade de comportamento a que se refere Foucault estará implicada tanto como objeto a partir do qual se estabelecerá uma regulação, como quanto objetivo, como produto a ser produzido e organizado por um conjunto de táticas e estratégias. Logo, conforme Foucault, “a liberdade no regime do liberalismo não é um dado, a liberdade não é uma região já pronta que se teria de respeitar [...]. *A liberdade é algo que se fabrica a cada instante. O liberalismo não é o que aceita a liberdade. O liberalismo é o que se propõe a fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la*”¹⁴³, levando em conta “o conjunto de injunções, de problemas de custo que essa fabricação levanta”¹⁴⁴.

Essa nova arte governamental vai se apresentar, portanto, enquanto gestora, ou organizadora, da liberdade, tomando, por princípio de cálculo do custo de fabricação dessa liberdade, os dispositivos de segurança, de modo a determinar em que medida, e até que ponto, os interesses individuais constituirão um perigo aos interesses coletivos, assim como, inversamente, será necessário limitar o poder coletivo em relação aos interesses individuais¹⁴⁵. A razão governamental, assim entendida, buscará fundar o princípio de sua racionalização, indexando a sua regulação ao comportamento racional daqueles que são governados, através de uma modificação operada nas variáveis do meio ao qual o conjunto desses comportamentos respondem.

Entretanto, justamente neste ponto, gostaríamos de chamar atenção para um aspecto fundamental, que, de modo geral, era o objetivo de nossa pequena digressão sobre *Nascimento da biopolítica*. Pois, se por um lado, a ação de governar se caracteriza mediante a designação de um campo de relações, que demandam o exercício da liberdade e a produção da verdade, por outro lado, como efeito da disposição desses elementos, se abrirá a possibilidade da definição de novos modos de relação do sujeito consigo mesmo.

Nesse sentido, em seus cursos seguintes, Foucault leva a cabo o estudo dos regimes de veridicção, de modo que *Do governo dos vivos* (1979-1980) marca um ponto de inflexão

143 Idem, p. 66, grifo nosso.

144 Idem, p. 66.

145 Idem, p. 66-67. Nesse sentido, conforme Thomas Lemke, “[...] a força teórica do conceito de governamentalidade consiste no fato de que ele designa o neoliberalismo não apenas como uma retórica ideológica, como uma realidade econômica, ou como um anti-humanismo prático, mas, acima de tudo, como um projeto político”. LEMKE, Thomas. *Foucault, governmentality and critique*. New York: Routledge, 2016.

importante em suas análises, “inaugurando”, por assim dizer, a incursão de seu pensamento pelo campo da ética. Em resposta à questão colocada pelo governo, e pela razão governamental (especialmente, em sua derivação liberal/neoliberal), Foucault se lançará, deste ponto em diante, ao estudo das práticas e das técnicas de si, debruçando-se em torno do eixo subjetividade/verdade, com o intuito de resgatar a genealogia dos modos de subjetivação moderna, desde a antiguidade grega e nos primeiros séculos do cristianismo, para compreender o *gesto* através do qual se vincula o *sujeito à manifestação da verdade sobre si mesmo*.¹⁴⁶

Em *Do governo dos vivos*, Foucault retoma o tema do dispositivo de confissão, que já havia abordado, anteriormente, em seu curso *Os Anormais*¹⁴⁷, de 1974-1975, e em *A vontade de saber*. Entretanto, neste curso, a confissão não é analisada em relação à sexualidade, mas no quadro geral da produção de discursos verdadeiros, através das práticas aletúrgicas que se desenvolveram desde a Antiguidade clássica até o cristianismo, revelando uma série de manifestações ritualizadas da verdade nas quais está implicada o elemento da subjetividade¹⁴⁸.

O interesse de Foucault está em identificar as práticas que vinculam a subjetividade a uma manifestação ritualizada da verdade sobre si, intensificadas, especialmente, com o desenvolvimento do dispositivo confessional, de modo a diferenciá-las das modalidades de direção de consciência que existiam anteriormente ao cristianismo – mas num outro viés, como nas correntes filosóficas do epicurismo e do estoicismo. Nessas últimas, não se colocava em questão a verbalização analítica dos pecados e das inclinações da alma diante do olhar do sacerdote, senão a capacidade de dominar a própria vida, e medir a si mesmo levando em consideração seus atos.¹⁴⁹

146 Conforme Bernard Harcourt, após estudar a governamentalidade neoliberal em O nascimento da biopolítica, Foucault adentra o tema da subjetividade, especialmente a partir dos seus cursos dos anos 80. “Sua exploração das artes de viver, das técnicas de si, do cuidado de si, pode ser interpretado como um esforço de incorporação de elementos que teriam, anteriormente, caído sob a rubrica da repressão – por exemplo, a noção de formação do sujeito (subjetivação) é intimamente ligada às noções anteriores de subjugação (assujeitamento/*assujettissement*) – nos processos subjetivos mais profundos da formação do eu (*self*). A virada de Foucault em direção à confissão e ao ‘falar a verdade’ reflete, justamente, a ambição de compreender melhor como nós, enquanto sujeitos, nos vinculamos à ordem social no momento em que cuidamos de nós mesmo”. HARCOURT, Bernard. *Waking up from May '68 and the repressive hangover. Stages of critique past Althusser and Foucault*. In: Zimbun, v. 47, 2017, p. 14.

147 FOUCAULT, Michel. *Les anormaux. Cours au Collège de France (1974-1975)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2001.

148 FOUCAULT, Michel. *Du gouvernement des vivants. Cours au Collège de France (1979-1980)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2012.

149 De acordo com Bernard Harcourt, “No caso da loucura, ou da clínica, ou da prisão, Foucault argumentou que ‘o núcleo do discurso verídico sobre si era feito de fora, por um outro’ – pelo psiquiatra, pelo médico, pelo assistente social, pelo atuariário ou pelo guarda. Ao contrário, no domínio dos Aphrodisia, o discurso verdadeiro sobre si é institucionalizado de uma maneira totalmente diferente: pelo sujeito refletindo sobre si-

O cristianismo retoma essas práticas de subjetivação, porém, a partir de uma nova perspectiva, e com outras finalidades: como, por exemplo, a purificação mediante a remissão dos pecados, através do batismo, da penitência e da direção de consciência (na forma da confissão), de modo a estruturar, por meio desse conjunto de técnicas, uma modalidade de governo dos homens que passa, de maneira imprescindível, por um trabalho que se exerce na forma da verdade, sobre si mesmo.

Diante disso, Foucault distancia-se do esquema do “poder/saber”, que tinha por escopo a *articulação do discurso* em relação às *estratégias* de poder, para pensar, destarte, as *práticas*, as maneiras pelas quais, e de acordo com uma dada finalidade, um sujeito se liga à manifestação da verdade, governando a si mesmo através de uma série de *procedimentos* de subjetivação. O que está em questão, portanto, são as diferentes práticas pelas quais o sujeito constitui a si mesmo como sujeito moral, inscrevendo-se num determinado jogo de verdade: ou seja, as relações entre os *atos de verdade* e as formas de *implicação do sujeito*, que Foucault designará, neste curso, como *regimes de verdade*, e que, a partir daí, reorientarão todo o seu campo de análise para os modos do governo de si.

Frente a todas as questões que se postavam no horizonte de suas investigações, o projeto de *História da sexualidade* sofreu uma alteração profunda em relação àquilo que estava previsto. A ideia original passava pela publicação de seis volumes, dos quais *A vontade de saber* era o primeiro, e os outros cinco intitulavam-se, nessa ordem: *A carne e o corpo*; *A cruzada infantil*; *A mulher, a mãe e a histérica*; *Os perversos*; e *Populações e raça*¹⁵⁰. Com a introdução do conceito de governamentalidade, entretanto, as necessidades teóricas de Foucault passam a apontar noutra direção, de modo que a questão do governo dos homens e do corpo-espécie da população restaria inextricavelmente vinculada às formas do governo de si. O material que seria utilizado para a elaboração do segundo volume – que, conforme sabemos, foi publicado postumamente, enfim, como quarto volume, sob o título de *As confissões da carne* – já vinha sendo esboçado desde 1977, posteriormente complementado com os desenvolvimentos sobre o poder pastoral, em *Segurança, território, população*, e,

mesmo. ‘Ou seja’, explica Foucault, o discurso verdadeiro ‘não é organizado com base em uma observação ou exame, ou regras objetivas, mas sim em torno da prática da confissão’, com base numa reflexão mais interna ou internalizada; na base de algo que nós mesmos contamos, para nós, sobre nós mesmos. É diferente do médico que nos diz que somos loucos, ou mesmo do psiquiatra que nos diz que somos perigosos; em vez disso, somos nós mesmos que falamos sobre nossos próprios desejos, sobre o que desejamos”. HARCOURT, Bernard. *Waking up from May’68 and the repressive hangover. Stages of critique past Althusser and Foucault*. In: Zinbun, v. 47, 2017, p. 23.

150 GROS, Frédéric; DAVIDSON, Arnold. *Michel Foucault. Philosophie. Anthologie*. Paris: Éditions Gallimard, 2004, p. 651-652.

muito provavelmente, redigido simultaneamente às exposições encontradas no curso *Do governo dos vivos*,¹⁵¹ sobre o dispositivo de confissão.

Por essas razões, o quarto volume de *História da sexualidade* (que, nesse sentido, corresponde à segunda intersecção das quatro partes) reveste-se de importância capital, na medida em que reúne grande parte do material a partir do qual se estabelece o projeto de resposta à problematização acerca do governo, e da governamentalidade, e que Foucault perseguiria até os seus últimos cursos.

Em *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* – escritos, portanto, posteriormente –, Foucault tem como objetivo mostrar como, no escopo da moral pagã da Antiguidade, a atividade e os prazeres sexuais foram problematizados em função das práticas de si, fazendo jogar com os critérios de uma “estética da existência”¹⁵². De modo que a modificação introduzida pelo cristianismo não se resume aos códigos e preceitos morais, senão à substância ética, aos modos através dos quais se constituirá a subjetividade, a finalidade das formas do trabalho sobre si mesmo, etc.

Com *As confissões da carne*, Foucault busca examinar a vinculação entre o desejo e a verdade, que se entrevê na genealogia da experiência da carne, de modo que, desde o título do livro, somos colocados diante da conjugação, ou mesmo do confronto, entre o registro da palavra e da fala, com a corporalidade desejante. Pois, a obrigação ritualizada de produzir a verdade sobre si, por meio da confissão, abre um campo de análise que aponta para a possibilidade de encontrarmos, na concepção do homem de desejo, o esboço do emergir de uma nova modalidade de subjetivação, através de um governo individualizante, e minucioso, das condutas.

Embora nos dois primeiros séculos de nossa era, a moral pagã tenha se aproximado, cada vez mais, da moral cristã, pela desconfiança em relação aos prazeres sexuais, o que se busca, conforme Foucault, nas formas de trabalho ético que constituem o dispositivo confessional, é a renúncia de si mesmo, por meio de um deciframento da alma e da purificação dos desejos¹⁵³. Este aspecto das práticas de si, que se desenvolveram nos primeiros séculos do cristianismo, é fundamental para que possamos compreender, no bojo de

151 GROS, Frédéric. *Avertissement*. In: FOUCAULT, Michel. *Les aveux de la chair*. Paris: Éditions Gallimard, 2018, p. IV-V.

152 FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. II: L'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard, 1984, p. 16.

153 FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. III: Le souci de soi*. Paris: Gallimard, p. 235.

elaboração desses procedimentos, a formação, em igual medida, de uma nova modalidade de experiência¹⁵⁴.

Em *As confissões da carne*, Foucault indica, por exemplo, que o ritual de remissão batismal, que se desenvolve nesse período, cumpre um papel essencial na evolução das práticas de si, exigindo um exercício probatório que permitiria, mediante uma série de testemunhos de labor, o acesso da alma à verdade. A remissão batismal aponta, nesse sentido, que o movimento da falta e do pecado em direção à graça e à salvação requer um conjunto de obrigações ritualizadas de verdade, uma série de exercícios nas quais o que está em questão, através de uma manifestação de si, é a organização do corpo, da alma, dos desejos e das condutas, em função de uma articulação entre a razão e o Verbo.

Nesse mesmo movimento de acesso à verdade, conforme sublinha Foucault, marca-se a alma sob o signo de uma *cisão* entre a vida e a morte. Assim, desde o momento em que o batismo adquiriu um aspecto de regeneração e segundo nascimento, passou a comportar, também, uma espécie de relação com a morte, na medida em que vinculava o acesso à verdadeira vida por meio de uma renúncia, de uma mortificação (*mortification*¹⁵⁵), de um dar morte voluntário, aplicado e contínuo, a tudo aquilo que, na alma e no corpo, poderia atar o homem ao pecado.

A mortificação, para além de descrever o germen dos modos de subjetivação e do governo de si, compõe um rito que vincula a subjetividade à verdade por *meio de uma ruptura da identidade*, ou seja, a morte de uma vida condenada, em nome da ressurreição numa vida de permanente perscrutamento de tudo aquilo que poderia desviá-la dos preceitos estabelecidos por Deus. Trata-se, portanto, de um “fazer a verdade”, muito mais do que um “dizer a verdade”, num mesmo processo em que a subjetividade se produz por meio de uma manifestação de si – na forma da palavra, da penitência, do exame de consciência, da confissão, etc.

Estes procedimentos fundam, em igual medida, a necessidade de verbalização, que desempenhará um papel de verificação, através da articulação entre as *palavras* e o *olhar*

154 Segundo Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, “A construção do sexo como o significado subjacente mais profundo e da sexualidade como uma rede de conceitos e práticas é associada – e de fato precisa ser – a séries de métodos e procedimentos subjetivantes para interpretar as confissões, mais do que a um conjunto objetivante de procedimentos para controle dos corpos. O exame e a confissão são as principais tecnologias para as ciências subjetivantes. Foi através dos métodos clínicos de exame e escuta que a sexualidade tornou-se um campo de significação e as tecnologias específicas se desenvolveram”. DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. 2ª ed. The University of Chicago Press, 1983, p. 178.

155 FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. IV: Les aveux de la chair*. Paris: Gallimard, p. 75.

analítico daquele às quais elas se dirigem. A confissão, enquanto estrutura da experiência subjetiva, cumpre com uma inversão de poder¹⁵⁶, pois o próprio ato de verbalizar possui uma força operativa própria, que coloca à mostra tudo aquilo que permeia os confins da alma. De modo que “fazer a verdade de si”, e o dever de submergir indefinidamente na interioridade da alma, estará ligado, paradoxalmente, a uma obrigação de exteriorização permanente, através de um discurso dirigido ao outro, e onde a busca da verdade de si deve constituir, por sua vez, uma maneira de dar morte a si mesmo¹⁵⁷.

1.3. 4 Para além da governamentalidade algorítmica: novos modos de subjetivação?

A confissão, como prática de veridicção, designa, portanto, uma estrutura geral e permanente da existência e das técnicas de si. E, de modo geral, esses laços, estabelecidos entre o desejo, a palavra e o corpo, foram *tensionados* pela nossa cultura, definindo, em grande medida, não apenas o horizonte no qual se desenham nossas figuras da sexualidade, senão, também, da *subjetividade* como um todo. Por meio dessas maneiras, desenvolvidas nos primeiros séculos do cristianismo, de relacionar-se com a salvação, com a lei e com a verdade, constitui-se um modelo, um *arquétipo das modalidades de subjetivação*, que é, conforme Foucault, típico do sujeito ocidental moderno¹⁵⁸.

Contudo, isso não significa que a crise do pastorado tenha se caracterizado por uma transferência maciça e global das técnicas de si para os domínios da razão de Estado¹⁵⁹. Trata-se, antes, de um processo complexo de integração dessas técnicas pelas estruturas jurídicas e

156 Idem, p. 142.

157 Idem, p. 145. De acordo com Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, “Tanto a qualidade quanto a quantidade dessa incitação à confissão floresceram. Foucault cita o exemplo da ordem dada aos cristãos, no início do século XII, de confessar todos os pecados, pelo menos uma vez por ano; as coisas mudaram consideravelmente desde então. Ele também mostra que o campo e o local da confissão foram alargados. Desde o século XVI, as técnicas confessionais distanciaram-se de um contexto puramente religioso e difundiram-se, penetrando em outros domínios: primeiro, na pedagogia; depois, nas prisões e outras instituições de internamento; e, mais tarde, no século XIX, na medicina. [...] Desde suas origens cristãs, a confissão tornou-se uma tecnologia geral. Através dela, os prazeres mais particulares do indivíduo, as próprias emoções da alma poderiam ser solicitados, conhecidos, medidos e regulados. Da preocupação cristã com o sexo surgiu a pressuposição de que este é significativo e que os pensamentos sexuais, assim como as ações, deveriam ser confessados para se conhecer o estado da alma do indivíduo. O principal movimento de colocação da confissão, especialmente da confissão sexual, em uma relação de poder ocorreu no século XIX, quando o indivíduo era persuadido a confessar-se para outras autoridades, principalmente, médicos, psiquiatras e cientistas sociais”. DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. 2ª ed. The University of Chicago Press, 1983, p. 175-176.

158 FOUCAULT, Michel. *Securité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004, p. 187.

159 Idem, p. 235.

administrativas da estatalidade moderna, de modo a emprestar alguns destes elementos às práticas governamentais. Por exemplo, na medida em que a arte de governar, no período da razão de Estado, se desenrola num campo relacional de forças, seja diante de outros Estados, seja frente aos perigos internos de uma população, será necessária a composição de duas grandes tecnologias políticas: por um lado, o aparelho diplomático-militar, responsável pela manutenção do equilíbrio interestatal das forças; e, por outro lado, a formação das ciências de polícia, como cálculo e técnica que possibilitaram estabelecer uma relação móvel, porém controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças¹⁶⁰. “O que caracteriza um Estado de polícia é que aquilo que lhe interessa é o que os homens fazem, é sua atividade, é sua ‘ocupação’. O objetivo da polícia é, portanto, o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens, na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado”¹⁶¹.

Ela buscará conduzir, estimular, orientar a circulação dessas atividades, de uma maneira que seja efetiva ao Estado, assim como, num outro contexto, o poder pastoral definia, como seu objetivo, a regulação das condutas de acordo com os desígnios divinos. Deste modo, se no âmbito da pastoral das almas, a substância ética, a parte do indivíduo que se põe em relação com a moral cristã, era definida por meio de uma mortificação de si, de um trabalho sobre si mesmo, e sobre as próprias condutas, através de uma manifestação da verdade, no domínio das táticas e estratégias governamentais, por outro lado, essa mesma substância ética será definida em virtude de uma normalização das condutas populacionais, com o objetivo de fazê-las convergir ao aprazimento geral do Estado, e ao crescimento de suas forças.

Com efeito, podemos, finalmente, apreender a amplitude do conceito de governamentalidade, entendida, então, como um campo estratégico de relações de poder (e como conjunto de relações reversíveis, portanto), onde as formas de governo sobre os outros se relacionarão, fundamentalmente, às maneiras de governar a si mesmo. Para Foucault, o governo dos outros, a governamentalidade, “*não pode não passar, teórica e praticamente, pelo elemento de um sujeito definido a partir da relação consigo mesmo*”¹⁶².

Nesse sentido, não há governo sem produção de verdade e sem liberdade, sem um conjunto de procedimentos a partir dos quais se possa tributar, a um determinado enunciado, a

160 Idem, p. 321.

161 Idem, p. 330.

162 FOUCAULT, Michel. *L'herméneutique du sujet. Cours au Collège de France (1981-1982)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2001, p. 241, grifo nosso.

qualidade de ser verdadeiro ou falso. E, como característica reflexa desses jogos de verdade, convoca-se o sujeito a vincular-se, de diversas formas, àquilo que ele reconhece como verdadeiro, ou moral. De modo que não se poderia pensar a governamentalidade, e as práticas de governo, desassociadas das técnicas de si, e do papel que cumpre ao sujeito como operador dos atos de verdade sobre si próprio.

Daí a importância de retomarmos uma breve genealogia das práticas governamentais, reunindo alguns aspectos da composição do dispositivo confessional e do poder pastoral, cujos elementos definiram, e permanecem definindo, em grande medida, as modalidades de subjetivação no Ocidente¹⁶³: sobretudo, sua característica de direcionamento capilar, ao mesmo tempo coletivo e individual, dos comportamentos da alma e do corpo dos seus subordinados. O significado intrínseco dessa complexa figura do assujeitamento, está no movimento que relaciona o ato de governar, de direcionar a circulação de um objeto numa determinada direção, à participação subjetiva deste mesmo objeto no ato de sua dominação.

Aquele que confessa, dispondo os elementos que compõem sua interioridade sob o escrutínio do olhar analítico de uma autoridade, é objetivado na construção de sua própria subjetividade. Assim como, na esfera dos atos de governo da razão de Estado, os mecanismos de poder deslocam-se da exterioridade dos limites da soberania, para a interioridade dos fenômenos populacionais, aderindo às suas exigências, e inscrevendo a sua atuação nos processos determinados por essas necessidades. Fala-se, aqui, em *sujeito*, portanto, num *duplo sentido* do termo: por um lado, sujeito enquanto submetido à alteridade pelo controle e, por outro, sujeito enquanto aderente à própria identidade, através da consciência ou da produção de um conhecimento sobre si¹⁶⁴.

163 Conforme Rosalind Cooper, “Esse direcionamento da alma, como um dos ‘elementos fundamentais’ do pastorado cristão, é assim transmitido a formas subsequentes de governamentalidade como um aspecto de suas origens arcaicas. A temporalidade encenada pelo registro algorítmico revela a assinatura do seu momento de surgimento nesses dispositivos patristicos”. COOPER, Rosalind. *Pastoral power and algorithmic governmentality*. In: *Theory, culture & society*, 2020, v. 37, p. 39. Importa ressaltar, com Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, que “Para Foucault, nem todas as práticas de nossa cultura são disciplinares ou confessionais, nem toda produção de saber funciona imediatamente como efeito de poder. A tendência à normalização não foi eficiente na totalização de todas as práticas. De fato, dada tendência, e dada a posição de Foucault de que a verdade não é externa ao poder, ele conclui que ‘a grande questão filosófica é saber o que somos. Eis por que a filosofia é hoje inteiramente política e inteiramente histórica. É a política imanente à história e a história indispensável às políticas’. Não podemos recorrer, então, nem a leis objetivas, nem à pura subjetividade, nem às totalizações da teoria. Temos apenas práticas culturais que produziram aquilo que somos. Para conhecê-las, precisamos nos confrontar com a história do presente”. DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. 2ª ed. The University of Chicago Press, 1983, p. 203-204.

164 FOUCAULT, Michel. *Le sujet et le pouvoir*. In: *Dits et écrits*. t. IV (1980-1988). Paris: Gallimard, 1994, p. 227.

Conforme vimos anteriormente, o escopo do conceito de governamentalidade algorítmica, elaborado por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, prescinde, em sua composição, de colocar em questão o vínculo indissociável que une os mecanismos de poder aos seus efeitos de saber, por meio das práticas de si. Governamentalidade, para os autores, compreende, tão somente, e nominalmente, os dispositivos algorítmicos de uma perspectiva estritamente *regulatória*, responsável por *neutralizar* o mundo e suas representações, em nome de uma (a)normatividade objetiva da realidade por meio de sinais numéricos. De modo que, como decorrência de sua análise, a digitalização da vida social pelos dispositivos algorítmicos não apenas retiraria a normatividade e a experiência política do horizonte do possível, mas também, anularia, ou ao menos impediria, os processos e ocasiões de subjetivação.

No entanto, conforme pretendemos desenvolver no capítulo seguinte, a tecnomediação informacional da vida, por meio da popularização de dispositivos como o *smartphone*, parece acenar para profundas transformações no que se refere às formas de sociabilidade, fazendo emergir novos modos de produção de subjetividade. A permeabilidade das relações pelas estruturas algorítmicas viabilizou, para além de uma (a)normatividade objetiva da realidade, como se depreenderia do sentido atribuído, por Rouvroy e Berns, à “governamentalidade algorítmica”, a normalização de um conjunto de *práticas* que acenam, conforme nossa hipótese, para uma *nova experiência de si* no contemporâneo, na medida em que a expressão da própria subjetividade (como, por exemplo, nas redes sociais) está atrelada a uma demanda constante por visibilidade e interação.

A extração de saber, designada pelos três tempos da governamentalidade algorítmica, não sucede sem que haja a participação subjetiva do objeto no próprio ato de sua dominação. Existe, nesse sentido, uma indeclinável *relação dinâmica* entre o *dispositivo*, e sua linguagem algorítmica, e o *usuário*, incessantemente convocado à exteriorização de seus pensamentos, e à verbalização de suas opiniões, diante de uma presença incorpórea e reticulada. Os dispositivos algorítmicos promoveram uma *intensificação* da relação do sujeito consigo mesmo, articulando a percepção da própria identidade a uma série de performances de caráter, sobretudo, *narrativo*, que atravessam as palavras e as imagens (*selfies*, *posts*, *compartilhamentos*, etc)¹⁶⁵.

165 RETTBERG, Jill Walker. *Seeing ourselves through technology: how we use selfies, blogs and wearable devices to see and shape ourselves*. London: Palgrave Macmillan, 2014.

Assim como as práticas de si, no âmbito do dispositivo confessional, demandavam uma manifestação ritualizada da verdade sobre si, por meio de uma adequação dos gestos a um determinado preceito moral, as performances narrativas, no escopo dos dispositivos algorítmicos, apelam, em igual medida, a um trabalho sobre si mesmo, que conjuga o sujeito à palavra, ao conhecimento e a verdade de si.

O movimento que desloca o campo de visibilidade da interioridade do indivíduo, e da hermenêutica dos desejos, para a sua exteriorização transparente e contínua, não se refere apenas a uma inversão topológica dos elementos que designam o objeto de análise, senão a uma transformação profunda das estruturas que compõem os modos de subjetivação na contemporaneidade. De modo que, se as práticas de si, no escopo do dispositivo confessional, comportavam uma *admissão* de culpa, ou o *reconhecimento* de uma falta, entre aquele que peca e o olhar analítico daquele que absolve, as performances narrativas, por outro lado, ainda que vinculem a palavra à manifestação de si, não se fundam num procedimento de *ruptura*, senão de *engajamento*, num *empenho* ou *compromisso*, com a própria *identidade*.

Inevitável, portanto, colocarmos a questão sob outros termos, levando-se em conta a amplitude de sentido que, conforme vimos, compõe a substância do conceito de governamentalidade, elaborado por Michel Foucault. Desta forma, poderíamos pensar as *práticas de engajamento* como um conjunto de procedimentos de veridicção que *intensificam* as maneiras de *experienciar a si mesmo*, através de uma permanente *demanda* à exteriorização, à verbalização e à interação, e que têm, por *efeito*, a *produção de um saber individualizado*, a partir do qual se poderá formular um conjunto de *intervenções sobre a subjetividade*?

Na relação dinâmica entre os usuários e os dispositivos algorítmicos (v.g. redes sociais), não estaríamos diante de um *procedimento de participação subjetiva de um objeto no mesmo ato de sua própria dominação*, na medida em que a linguagem algorítmica pressupõe a coleta, e posterior agregação, de dados e informações, extraídas por meio das interações desses mesmos usuários? À vista disso, como a reconfiguração da vida pública, por meio da tecnomediação informacional, *transformou as maneiras de participar e agir politicamente*? Poderíamos falar, deste modo, numa *instrumentalização dos dispositivos algorítmicos, por parte dos espaços políticos tradicionais*?

De nossa perspectiva, seria preciso explorar não apenas os mecanismos de poder, e os efeitos de saber, que designam o conjunto de estratégias e procedimentos algorítmicos de

agregação de dados e elaboração de perfis – como o fizeram Rouvroy e Berns –, senão, em igual medida, analisar a estruturação das *novas modalidades de subjetivação* no contemporâneo, implicadas pela digitalização da vida social, e pela *virtualização da experiência de si*. Trata-se de colocar em questão, portanto, os processos de regulação da vida que dão ensejo a novas formas de identidade, ou, dito de outro modo, os mecanismos de subjetivação que, diante da consolidação das tecnologias algorítmicas enquanto estruturas de mediação da vida pública e das relações sociais, demandam novas maneiras de constituir e manifestar o próprio ser.

CAPÍTULO II

2. Digitalização da vida social e novas modalidades de subjetivação

No segundo capítulo, avançando numa abordagem contemporânea das práticas de si, procederemos a uma revisão bibliográfica dos autores que, segundo a perspectiva foucaultiana, propuseram uma problematização a respeito das novas modalidades de subjetivação, articulada ao contexto das tecnologias algorítmicas.

Primeiramente, investigaremos as *práticas comunicativas*, ou as *narrativas digitais*, conforme Bernard Harcourt, como um conjunto de procedimentos de subjetivação em cujas estruturas pode-se antever uma linha de continuidade com o cuidado de si e as práticas confessionais, examinadas por Foucault nos últimos volumes de *História da sexualidade*. Em seguida, buscaremos indicar a natureza *relacional*, ou *dinâmica*, das *entidades comunicacionais*, ou seja, das subjetividades enquanto efeitos de novas modalidades de subjetivação, segundo Pablo Rodríguez, em que vida e máquina estão profundamente implicados um pelo outro, e diante das quais os sujeitos estabelecem uma permanente atividade sobre a própria identidade.

Num terceiro momento, teremos por objetivo analisar o caráter imediatamente interativo e conectivo do *perfil* virtual, enquanto intermediário entre a singularidade do sujeito e a coletividade em geral, não apenas ao nível da mineração de dados e composição de informações agregadas sobre a atividade de um conjunto de usuários, mas também, ao nível da *produção da identidade*. No ponto seguinte, buscaremos afastar nossa hipótese de uma perspectiva corrente que, derivada da tese da governamentalidade algorítmica, de Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, organiza sua crítica a partir da análise de elementos tecnobehavioristas que compõem o *design* das tecnologias informacionais.

De modo que, no quinto e último ponto, reuniremos todos estes elementos para examinarmos a novidade desta singular experiência de si, onde a interação, por meio dos perfis virtuais, leva a uma *intensificação* da relação estabelecida pelo sujeito com a sua interioridade, vinculando a busca da identidade às práticas comunicativas, ou *práticas de engajamento*, que o mantém numa *permanente atividade sobre a própria subjetividade*. Esta interpretação nos fornecerá a possibilidade de pensar na “dividualidade” como um *modo de subjetivação ativo*, onde os perfis digitais, para além de objetos de controle ou captura, ou

para além de uma governamentalidade e da regulação das condutas, são também operativos em relação às estratégias de poder que lhes tomam como objeto de saber e intervenção.

2.1 Práticas comunicativas e narrativas digitais

A articulação das práticas de si, e do dispositivo confessional, ao contexto das tecnologias algorítmicas, não representa, certamente, uma novidade em termos de especulação teórica. Alguns autores propuseram-se a esboçar o tema, explorando horizontes de sentido, ainda que de forma contida, ou quase lateral, em relação aos tópicos desenvolvidos em suas obras. No texto intitulado *O show do eu: a intimidade como espetáculo*, a autora Paula Sibília aborda, de maneira incipiente, algumas das questões que, anos mais tarde, tornaram-se capitulares para o debate filosófico, como a ontologia do sujeito virtual, e a transformação das modalidades de subjetivação, diante do aporte das novas tecnologias de informação e comunicação.

De acordo com Sibília, a época atual expressa a passagem de um regime de poder para outro tipo projeto político, sociocultural e econômico, num movimento onde se transformam os *tipos de corpos e modos de existência* que são produzidos cotidianamente. A autora procura interrogar os vetores que, diante de tal perspectiva limítrofe, estimulam configurações de certas *formas de ser*, que se desenvolvem junto às novas *práticas de comunicação* e expressão via internet: “Como influem todas essas mutações na criação de ‘modos de ser’? De que maneira elas acabam nutrindo a construção de si? Em outras palavras, de que modo essas transformações contextuais afetam os processos pelos quais alguém se torna o que é?”¹⁶⁶ O que está em questão, de maneira decisiva, na análise desenvolvida por Sibília, são as *práticas comunicativas*¹⁶⁷, que inscrevem a experiência da subjetividade nas novas tecnologias digitais, através de procedimentos de permanente exibição da intimidade.

Com efeito, se a modernidade designava um tipo de subjetividade silenciosa, reclusa em sua intimidade, denotando os contornos rígidos da separação entre o âmbito público e a esfera privada, a época atual descreve, por outro lado, o deslocamento da interiorização do “eu” em direção a novas modalidades de autoconstrução¹⁶⁸. De acordo com Pablo Rodríguez,

166 SÍBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008, p. 15.

167 Idem, p. 26.

168 Idem, p. 23.

as redes sociais seriam, deste modo, “o cenário onde se expressa essa mudança nas condições de criação de subjetividades, e pelo qual fica claro que a imagem na construção do eu, essa imagem tão desdobrada pela psicanálise [...], não se encontra no interior nem na superfície do indivíduo, mas difusa no curso da ação social”¹⁶⁹.

Assim, as práticas comunicativas contemporâneas poderiam ser denominadas, conforme Sibília, enquanto “práticas confessionais”¹⁷⁰, em alusão aos diários, cartas e cadernos de caráter autobiográfico, típicos do homem moderno, que faziam coincidir, numa mesma identidade, o autor, o narrador e o protagonista da história que era contada.

Os usos “confessionais” da internet parecem se enquadrar nessa definição: seriam, portanto, manifestações renovadas dos velhos gêneros autobiográficos. O *eu* que fala e se mostra incansavelmente na *web* costuma ser tríplice: é ao mesmo tempo autor, narrador e personagem. Além disso, porém, não deixa de ser uma ficção; pois, apesar de sua contundente auto-evidência, é sempre frágil o estatuto do *eu*. [...] Uma unidade ilusória construída na *linguagem*, a partir do fluxo caótico e múltiplo de cada experiência individual. Mas se o *eu* é uma ficção gramatical, um centro de gravidade *narrativa*, um eixo móvel e instável onde convergem todos os *relatos* de si, também é inegável que se trata de um tipo muito especial de ficção. Pois além de se desprender do magma real da própria existência, acaba provocando um forte efeito no mundo: nada menos que *eu*, um efeito-sujeito. É uma ficção necessária, pois somos feitos desses relatos: *eles são a matéria que nos constitui enquanto sujeitos*. A linguagem nos dá consistência e relevos próprios, pessoais, singulares, e a substância que resulta desse cruzamento de *narrativas* se (auto)denomina *eu*. A *experiência de si* como um *eu* se deve, portanto, à condição de *narrador* do sujeito: alguém que é capaz de organizar sua experiência na primeira pessoa do singular. Mas este não se expressa unívoca e linearmente através de suas palavras, traduzindo em texto alguma entidade que precederia o relato e seria “mais real” do que a mera narração. Em vez disso, *a subjetividade se constitui na vertigem desse córrego discursivo*, é nele que o *eu* de fato se realiza. Pois usar palavras e imagens é *agir*: graças a elas podemos criar universos e *com elas construímos nossas subjetividades*, nutrindo o mundo com um rico acervo de significações.¹⁷¹

O aspecto fundamental que se depreende do estudo desenvolvido por Sibília, e o motivo pelo qual buscamos aqui retomá-lo, está em indicar para uma analítica das modalidades contemporâneas de subjetivação que se dá *através* da grade de inteligibilidade das práticas. Seu trabalho identifica, especificamente, a natureza *narrativa*, e *alterdirigida*¹⁷², das práticas comunicativas virtuais – ou práticas *confessionais*, segundo seus termos –, bem como sua centralidade na reorganização das formas de sociabilidade, diante de uma crescente

169 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Espetáculo do dividual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais*. In: Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2018, p. 187.

170 SÍBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008, p. 27.

171 Idem, p. 31, grifo nosso.

172 Idem, p. 234.

tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos. É a partir dessa reconfiguração das práticas de si que poderíamos apontar, conforme a autora, para uma transformação nos modos de subjetivação, e seus efeitos na produção contínua de identidades efêmeras, tão verdadeiras quanto falsas – mas, sobretudo, *visíveis*¹⁷³.

A característica de permanente visibilidade das práticas comunicativas alterdirigidas poderia ser compreendida, também, no horizonte dos regimes de atenção, cujo gerenciamento estaria intrinsecamente vinculado, conforme Luciana Caliman, “à constituição de modelos subjetivos”¹⁷⁴. Segundo a autora, “na lógica da economia pura da atenção, o ater-se a e o ocupar-se com o observador direcionam-se para o que, num movimento de vai e vem, retorna para aquele que vê a possibilidade de ser visto pelo outro e para ele existir”¹⁷⁵. Tanto a visibilidade, quanto a aparência e a imagem compõem a centralidade da descrição da economia da atenção, e coincidem com a cultura visual, e, nesse sentido, apenas os *gestos* tornados públicos poderiam ser objeto de interesse do observador a quem se direcionam as práticas comunicativas. Espera-se do indivíduo, no interior da economia da atenção, “uma postura expressiva, explícita, comunicativa. Ele deve ser capaz de mostrar suas qualidades e suas particularidades da melhor forma possível. É sugerido que quanto mais seus desejos e suas características peculiares são explicitados, mais ele irá chamar a atenção do outro”¹⁷⁶.

Os espectadores da economia da atenção – ou, diante do escopo de nosso trabalho, os usuários das plataformas algorítmicas, especialmente, das redes sociais –, não poderiam ser compreendidos, segundo esta perspectiva, a partir de uma suposta *passividade* em relação às máquinas, senão por sua participação *ativa* nos mesmos procedimentos que lhe tomam como objeto de análise. “Ele quer *tornar-se objeto* do ater-se e do ocupar-se do outro. Trata-se de

173 Idem, p. 234. “[...] consideramos que a privacidade e a intimidade encontram-se em processo de transformação não só por uma questão de segurança, mas também por certas mudanças na forma de construir subjetividades. Isso tem sido salientado pelo trabalho pioneiro de Paula Sibília sobre a intimidade como espetáculo. Essas mudanças trazem implicações no âmbito da vigilância e para isso é preciso, por um lado, responder o que significa o espetáculo na vida social e, por outro, quais novas formas de inspeção, monitoramento e controle emergem dessa virada, nesse processo. Trata-se do paradoxo da visibilidade. Se, para Foucault, nas suas análises sobre a vigilância panóptica, os modos de subjetivação estavam ligados a uma economia do visível e do não visível, na atualidade os indivíduos se manifestam e concordam em gerar amplas visibilidades de suas próprias vidas e, com isso, se oferecem a uma vigilância inédita em relação aos tempos disciplinares”. RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Espetáculo do dividual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais*. In: Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2018, p. 195-196.

174 CALIMAN, Luciana. *Os regimes de atenção na subjetividade contemporânea*. Arquivos brasileiros de psicologia, v. 64, nº 1, 2012, p. 11.

175 Idem, p. 11.

176 Idem, p. 12.

uma lógica existencial na qual a troca de atenções ou a troca com o outro é resumida ao âmbito das aparências ou do aparecer”¹⁷⁷.

Segundo Caliman, o que há de mais importante na tese de expansão da economia da atenção, no contexto atual, é a ênfase que se entrevê em seu aspecto *intersubjetivo*. Mais do que o desejo pela fama, “a busca pela atenção do outro é a necessidade de estabelecer com ele conexões. A nova economia da atenção não desconsidera sua dinâmica relacional e conectiva, ela se utiliza desse aspecto: o desejo vital e essencial de estabelecer com o mundo e com os outros homens trocas atentas é comercializado”¹⁷⁸. Em outras palavras,

A economia da atenção é, como toda outra economia, baseada em relações de trocas. Ao analisar a dinâmica da indústria atenta, Davenport e Beck listam pelo menos quatro princípios que devem estar na base das tecnologias de captura da atenção: relevância, *engajamento*, comunidade e conveniência. A oferta do sentimento de troca *relacional* e da possibilidade de integração a uma rede social de pertencimento são fatores-chaves no comércio atento. [...] Nessa forma de economia, a *atenção se confunde com a própria existência individual, e esta a uma existência relacional*. Mas, onde está depositada a atenção? Onde ela pode estar armazenada? Ao longo da história, filósofos, psicólogos, psiquiatras e cientistas se debruçaram sobre essas perguntas. Os teóricos da economia da atenção também se ocupam delas. Atentos ao seu aspecto intersubjetivo, alguns preferem falar de um não-lugar da atenção. *Ela só pode estar em algum espaço relacional, entre sujeitos que estabelecem uma conexão entre si*. Ela só pode ser observada ou sentida no momento em que essa conexão é estabelecida.¹⁷⁹

Embora o caráter *confessional* das práticas comunicativas, descritas por Paula Sibília, refira-se ao sujeito enquanto uma “ficção gramatical”, buscando sentido numa analogia com os gêneros literários autobiográficos, sua análise é certa em apontar para a organização de uma experiência subjetiva que se dá através de um *relato* de si. Quando a autora utiliza o termo “efeito-sujeito” é justamente para destacar que as práticas comunicativas, em sua natureza, são produto de uma *ação*, ou de uma *atividade*, realizada pelo sujeito sobre si mesmo, e que, no escopo das tecnologias algorítmicas, a experiência subjetiva se constitui por meio de uma ficção gramatical, em que o “eu” representa uma unidade ilusória composta pela linguagem.

Numa perspectiva muito semelhante, Bernard Harcourt procura colocar em questão as implicações da reorganização do *self* diante do aporte das tecnologias digitais na sociedade atual. Na obra *Exposed: desejo e desobediência na era digital*, publicada em 2015, Harcourt argumenta que um dos aspectos fundamentais que caracterizam o *self* virtual são as *narrativas*

177 Idem, p. 12, grifo nosso.

178 Idem, p. 12.

179 Idem, p. 12-13.

*digitais (digital narratives)*¹⁸⁰, série de práticas virtuais por meio das quais o sujeito busca dar forma à própria identidade, *manifestando a interioridade de si* a uma alteridade reticular. Retomando a análise das “carreiras morais” (*moral careers*) de Erving Goffman, onde o sociólogo canadense buscava examinar os estágios da transformação moral de um indivíduo, por meio daquilo que denominava “instituições totais”¹⁸¹, Bernard Harcourt intenta apreender a condição atual de exposição digital e do renovado conjunto de procedimentos sobre a própria subjetividade que emergem desse contexto.

A natureza narrativa das relações virtuais implica, conforme o autor, num conjunto de *atos de auto-revelação (acts of self-revelation)*¹⁸², que desbotam as fronteiras entre a ficção e a autenticidade, situando a experiência de si numa dimensão de permanente produção da própria interioridade do sujeito. Esses procedimentos designam uma modalidade de subjetivação em que a experiência da identidade se funda na *exposição* e na *interatividade*, dispensando a presença da corporeidade.

Registrar uma *selfie* durante uma manifestação de cunho político, emitir uma opinião sobre os principais assuntos do momento (*trending topics*), compartilhar publicações referentes à confiabilidade, ou não, nas medidas sanitárias mobilizadas em virtude da pandemia de coronavírus, são exemplos, muito ilustrativos, de que as modalidades de expressão virtuais – para além de uma documentação da presença, ou do mero registro de uma convicção –, vinculam a apresentação de si (*presentation of the self*)¹⁸³ a procedimentos de auto-revelação, na forma de uma verbalização que atravessa imagens e palavras.

Todos esses elementos compõem aquilo que, no sentido explorado por Harcourt, definem as relações sociais contemporâneas por uma *presença digital confessional (confessional digital presence)*¹⁸⁴, atrelando, numa mesma locução, a estruturação arcaica das

180 HARCOURT, Bernard. *Exposed: desire and disobedience in the digital age*. Harvard: University Press, 2015, p. 128.

181 GOFFMAN, Erving. *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*. New York: Anchor Books, 1961. Curiosamente, o título do capítulo em que Harcourt analisa as carreiras morais é intitulado “mortificação de si” (*mortification of the self*), numa referência ao primeiro dos quatro estágios de modulação da identidade descritos por Goffman, e não ao conceito retomado por Foucault em seus últimos cursos, especialmente, em *As confissões da carne* (que, evidentemente, ao tempo da publicação do livro de Harcourt, ainda não havia sido editado e publicado), sobre as práticas de si que se desenvolveram nos primeiros séculos do cristianismo.

182 HARCOURT, Bernard. *Exposed: desire and disobedience in the digital age*. Harvard: University Press, 2015, p. 129.

183 Idem, p. 130. Ver também TIIDENBERG, Katrin; CRUZ, Edgar Gómez. *Selfies, image and the re-making of the body*. In: *Body & society*, v. 21, n° 4, p. 77-102.

184 Idem, p. 129.

modalidades de subjetivação que se desenvolveram com o monasticismo cristão, e a atualidade da tecnomediação digital da vida pelos dispositivos algorítmicos.

As *dimensões confessionais* desses tempos digitais são marcadas, primeiro, por uma confissão mais pública e exposta. Elas não são mais puramente internas – como a examinação estoica da consciência à noite – nem limitadas a um amante ou a um pastor. Elas são registradas para que os outros as vejam e as escutem. Em segundo lugar, elas têm um elemento de permanência. Elas serão armazenadas em algum lugar, preservadas para sempre. Mesmo que as deletemos ou as apagemos, alguém será capaz de encontrá-las numa parte desconhecida de nosso *drive* ou na nuvem. Elas não são fugazes ou definidas por sua presença como um fenômeno. Elas são gravadas no digital da mesma maneira que uma marca de penitência tatuada em nós pode durar para sempre. Em terceiro lugar, elas são leves e mais maleáveis do que a confissão cara a cara: não há risco de corar, nem linguagem corporal, nem pistas visuais para absorver. O relacionamento com a autenticidade e a ficção é mais solto, mais flexível. Na era digital, nós não somos obrigados a confessar, não somos obrigados a realizar penitência em intervalos – não há regras nem banhos frios. Nós abraçamos a confissão de uma forma mais empreendedora, algo possibilitado e ampliado pela publicidade e alcance dos novos meios¹⁸⁵.

Com o exame das narrativas digitais, Harcourt procura fazer avançar a perspectiva da analítica do poder em Michel Foucault, buscando reunir¹⁸⁶, para além das dimensões da soberania, da vigilância ou da segurança, também os elementos de um “poder expositório”¹⁸⁷. Razão pela qual o autor aproxima seu estudo de uma análise do *self* e das práticas de si na era virtual, levantando a hipótese de que as novas maneiras de sociabilidade, mediadas pelos dispositivos digitais, assinalam o emergir de uma inédita modalidade de poder, organizada ao redor dos códigos da *transparência* e da *interatividade*, que tem por efeito uma transformação na experiência da subjetividade.

Diferentemente da perspectiva adotada por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, conforme vimos no capítulo anterior, com a acepção de uma governamentalidade algorítmica, as pesquisas de Paula Sibília e Bernard Harcourt, por outro lado, esboçam a possibilidade de colocarmos em questão as formas de tecnomediação informacional contemporâneas desde a perspectiva das *práticas*. Não por acaso, retomam o tema das confissões, ainda que não o façam mediante um diálogo direto com a analítica foucaultiana desenvolvida nos últimos volumes de *História da sexualidade*. Pois, conforme vimos, a confissão, como prática de si, designou a estrutura geral das modalidades de subjetivação no Ocidente, em que um objeto

185 Idem, p. 129-130.

186 Idem, p. 115-117.

187 Idem, p. 131.

participa, ativamente, no seu próprio processo de dominação¹⁸⁸. Sobretudo, as práticas confessionais articulam a produção da subjetividade a um conjunto de práticas narrativas, indicando uma relação entre os *gestos*, na forma de atos de verdade, e as formas de implicação do sujeito. De modo que, conforme Tyler Reigeluth, “O registro, a medição, a visualização e a publicação” de dados, nas redes sociais, “são inseparáveis elementos de uma relação de autorrelato para si mesmo (*self-reporting relationship to the self*) similar às práticas de confissão”¹⁸⁹ analisadas por Foucault.

É no escopo da possibilidade de uma analítica do poder, por meio da grade de inteligibilidade das práticas de si, que a nossa hipótese está situada, afastando-se, portanto, de uma perspectiva que atribui, como *efeito* das novas modalidades de produção de saber algorítmico, a *rarefação* dos processos e ocasiões de subjetivação. Não nos parece, deste modo, que estejamos diante do deslocamento de um regime de normalização, para um regime de *neutralização* dos atos em sua potencialidade, conforme sugerem Rouvroy e Berns, senão, pelo contrário, que as formas de sociabilidade, possibilitadas pela digitalização da vida social como um todo, demandaram uma *intensificação* da relação do sujeito consigo mesmo, numa *virtualização da experiência de si*.

Ainda que a produção de saber, no bojo dos dispositivos algorítmicos, se desdobre desde a objetividade e imanência das relações em si, tornando indiscerníveis os sinais numéricos e o mundo, através de calculabilidade da realidade – ou, conforme Rouvroy e Berns, numa *fiabilidade sem verdade* –, não se poderia inferir, destarte, que as implicações à subjetividade estariam adstritas a um aspecto *preemptório* dos comportamentos, em que os

188 De acordo com Charles Taylor, “Não é exagero dizer que foi Agostinho quem introduziu a interioridade da reflexão radical e legou-a à tradição ocidental do pensamento. Foi um passo decisivo, porque certamente fizemos muita coisa com o ponto de vista da primeira pessoa. A moderna tradição epistemológica desde Descartes e tudo quanto se originou dela na cultura moderna tornou esse ponto de vista fundamental [...]. Essa mudança consistiu em fazer de uma virada para o *self* na dimensão da primeira pessoa algo crucial para nosso acesso a um estado superior – porque, na verdade, é um passo em nosso caminho de volta a Deus – e, com isso, inaugurar uma nova linha de desenvolvimento em nossa compreensão das fontes morais, a qual foi um elemento formativo de toda a nossa cultura ocidental. [...] Assim, podemos ver a importância crucial da linguagem da interioridade para Agostinho. Representa uma doutrina radicalmente nova de fontes morais, em que o caminho para o superior passa por dentro. Segundo essa doutrina, a reflexão radical assume um novo status, porque é o ‘espaço’ em que encontramos Deus, em que nos voltamos do inferior para o superior. Na doutrina de Agostinho, a intimidade da autopresença é, por assim dizer, santificada, com consequências de enorme alcance para toda a cultura ocidental. Esta exclamação das *Confissões* sintetiza de forma comovente a piedade de Agostinho: ‘Deus, luz de meu coração e pão de minha alma, poder que liga minha mente a meus pensamentos mais íntimos!’”. *Sources of the self: making of modern identity*, Harvard University Press, 2001, p. 131-140.

189 REIGELUTH, Tyler Butler. *Why data is not enough: digital traces as control of self and self-control*. *Surveillance & Society*, v. 12, n° 2, 2014, p. 252.

desejos são deslocados para um estado pré-consciente, anteriores a sua formulação pelo indivíduo.

Entendemos, portanto, que o aceno para uma neutralização dos modos de subjetivação, segundo o sentido conferido à governamentalidade algorítmica pelos autores belgas, prescinde de uma análise da parte humana e do papel atribuído ao sujeito enquanto operador dos atos de verdade sobre si mesmo, em sua relação com a dimensão inumana das novas tecnologias digitais¹⁹⁰. Sobretudo, deixa de lado, *manifestamente*, uma problematização acerca da dimensão *comunicacional* dessas novas modalidades de subjetivação.

2.2 Entidades comunicacionais

Pablo Rodríguez explorou essa questão, de maneira um tanto mais sistemática, na última parte da obra *As palavras nas coisas: saber, poder e subjetivação, entre algoritmos e biomoléculas* (2019), onde investiga a mutação epistêmica que, por um lado, anunciou a crise do humanismo e, por outro, apontou para a ascensão, e centralidade, da informação enquanto conceito, técnica e cultura.

Como afirma Rodríguez, a governamentalidade algorítmica, segundo o sentido atribuído ao termo por Rouvroy e Berns, enquanto denota a abertura a um novo tipo de normalização, produzida pelo desgarramento entre as dimensões da vigilância e do confinamento, diz respeito apenas a uma parte da trama “onde também se constroem formas de subjetivação coletiva”¹⁹¹. O autor pontua, com precisão, que o vínculo entre poder e subjetivação se produz, em termos foucaultianos, quando o *sujeito devém ativo*¹⁹² nos procedimentos que o tomam tanto como objeto de análise, quanto por objetivo de intervenção, tensionando o dispositivo desde o seu interior. Tendo em vista o escopo do presente trabalho, torna-se imprescindível que examinemos algumas das hipóteses suscitadas por Rodríguez, na medida em que sua investigação problematiza, objetivamente, a relação entre as “tecnologias do eu” – na acepção atribuída ao termo por Foucault, em sua etapa mais associada aos modos de subjetivação –, e a redificação da vida social através das plataformas algorítmicas¹⁹³.

190 IBRAHIM, Yasmin. *Production of the “self” in the digital age*. Palgrave Macmillan, 2018.

191 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 362.

192 Idem, p. 455.

193 Idem, p. 355.

Fazendo referência específica às conferências¹⁹⁴ ministradas por Foucault em Berkeley, nos Estados Unidos, em 1983, o pesquisador argentino estabelece um paralelo entre as técnicas de si e as modalidades de subjetivação que emergem com as tecnologias da informação, indicando que, no contexto atual, podemos observar similaridades com aqueles procedimentos de efetuação, por parte do indivíduo, de certo número de operações sobre seu corpo, seus pensamentos e condutas, de modo a obter uma transformação de si mesmo. É a partir daí que Rodríguez coloca uma indagação que consideramos fundamental para o presente trabalho: “Por acaso a rede, a simulação, a interatividade [...] poderiam guiar, como formas de modelagem do si mesmo, algumas condutas próprias desta época?”¹⁹⁵.

Conforme vimos até aqui, as *práticas comunicativas*, e as *narrativas digitais*, suscitam a hipótese de que, de maneira geral, as novas modalidades de subjetivação estão situadas, sobretudo, no plano de uma *ação comunicacional*, organizada sobre a arquitetura transparente do dispositivo algorítmico, bem como por uma demanda constante por interação, ao modo de uma verbalização (ou confissão). E, nesse sentido, Rodríguez faz uma importante observação, indicando que a *interatividade* é a expressão de uma comunicação “ativada” pelas tecnologias digitais, na mesma medida em que tais tecnologias são “ativadas” por uma espécie comunicacional que lhes é própria¹⁹⁶.

Para aprofundarmos o raciocínio, faz-se necessário sublinhar que sua hipótese busca amparo no argumento deleuziano, desenvolvido em *Post-scriptum sobre as sociedades de controle* (1990), de acordo com o qual a segunda metade do século XX testemunhara uma crise das instituições disciplinares, anunciando uma mutação nas modalidades de poder, com a “instalação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação”¹⁹⁷, a *sociedade do controle*. Com efeito, o emergir das práticas comunicacionais, ensejadas pela redificação da vida social, reflete, de acordo com Rodríguez, a multiplicação da vigilância, e seu transbordamento dos espaços disciplinares, situando os indivíduos, e a produção de sua subjetividade, para além da reclusão daqueles interiores.

Se a estrutura panóptica¹⁹⁸ implicava uma autovigilância por parte do sujeito, de modo a produzir sua interioridade desde um trabalho introspectivo sobre si mesmo, as

194 FOUCAULT, Michel. *Discourse & Truth and Parrésia*. Edited by Henri-Paul Fruchaud and Daniele Lorenzini. Introduction by Frédéric Gros. English edition established by Nancy Luxon. The University of Chicago Press, 2019.

195 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 355.

196 Idem, p. 356.

197 DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sur les sociétés de contrôles*. In: *L'autre journal*, v. 1, 1990.

198 FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

subjetividades, nas redes sociais, expressam, por outro lado, uma mudança no aspecto qualitativo da vigilância contemporânea, visto que “procedem a exteriorizar justamente aquilo que constituiria sua intimidade, ou privacidade”, onde “essa autovigilância é compartilhada socialmente, e o interior subjetivo passa a ser unicamente o valor agregado daquilo que se exhibe”¹⁹⁹.

Espaço, tempo, corpo e movimento, elementos básicos da disciplina, então inscritos numa composição de domínios analógicos, que buscavam ordenar e distribuir os gestos, ora decompostos numa miríade modulável de espaços metaestáveis e coexistentes. Das maciças estruturas arquitetônicas às pequenas telas de cristal líquido, o que se entrevê, para além de uma transformação ao nível das formas de produção de saber, e da reorganização das estratégias de poder, diz respeito, portanto, a uma modificação profunda nas modalidades de subjetivação, que escapam aos contornos da interioridade do sujeito para uma permanente espetacularização de sua intimidade.

Ademais, acrescenta Rodríguez, não se trata apenas de uma intimidade transformada em espetáculo, senão da construção de uma nova acepção da *esfera pública*, sobretudo ao redor de aplicativos como *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*: “Ali se produzem publicização de intimidades, criação de coletivos a partir do público e também do privado, movimentos políticos e correntes de opinião que desafiam a circulação unidirecional da informação”²⁰⁰, de maneira geral, toda uma vida social que se relaciona, mas não coincide, com as esferas mais antigas dos espaços tradicionais, públicos ou privados, e a dos meios massivos de comunicação.

Assim, se como bem destaca Rodríguez, retomando Deleuze, o modo de produção capitalista organiza o trabalho, colocando em relação o corpo e a máquina, as sociedades de controle, por sua vez, objetivam “elaborar a cadeia de montagem da expressão conformada por corpos-máquinas-semióticas”²⁰¹. No escopo das sociedades de controle, os corpos são, eles mesmos, transformados em “máquinas de emitir e receber signos: *máquinas de expressão*”²⁰². Em outras palavras,

A constituição do indivíduo moderno era, para Foucault, o resultado de operações específicas de construção de um corpo: segundo a forma de uma máquina, uma vez

199 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 356-357.

200 Idem, p. 357.

201 Idem, p. 380.

202 Idem, p. 380, grifo nosso.

que era enclausurado e vigiado em meio aos processos de socialização modernos (educação, trabalho, saúde); e segundo a forma de uma *entidade* biológica comum, a espécie ou a população, que gestionava politicamente a vida através de cada um desses corpos individuais, enfocados em sua condição de viventes. É lógico, pois, que perca eficácia essa forma de subjetivação dentro de um marco epistêmico em que vida e máquina entram em uma relação de intimidade e reversibilidade inéditas para a episteme moderna, e muito mais para as ciências humanas²⁰³.

Rodríguez sublinha, entretanto, ser limitado sustentar que, para Foucault, o indivíduo moderno responde apenas ao encontro da anatomopolítica do corpo-humano e da biopolítica do corpo-espécie. Devemos atentar, portanto, ao modo como Foucault “abordou a problemática do sujeito, que não tem a ver com o que se ordena ‘desde fora’ dessa entidade supostamente indivisível (tal seria a definição mais ascética de in-divíduo), senão com o que se cria ‘desde dentro’”²⁰⁴. A noção de “sociedades de controle” sugere, conforme Rodríguez, a tomada dos “cabos soltos de Foucault” por Deleuze, na tentativa de transformá-los em pistas, tensionando as relações entre saber, poder e subjetivação, de modo a identificar uma zona epistêmica em que vida e máquina estão vinculadas através da *informação*.²⁰⁵

No domínio da tecnomediação informacional, aquele corpo-molde do poder disciplinar e da biopolítica da população é como que desdobrado, *duplicado*, na dimensão de uma corporeidade modulável ou, numa acepção mais precisa, de um *avatar incorpóreo*, situado no plano comunicacional, que responde, assim, à flexibilidade dos *controlatos*, das diferentes “moldagens auto-deformantes”²⁰⁶ da sociedade de controle. De modo que, se o corpo designava um dos elementos centrais daquelas tecnologias de poder, definindo a ontologia das entidades biológicas, no marco epistêmico contemporâneo, entretanto, a desmaterialização, ou *virtualização* do corpo, nas relações estabelecidas consigo e com o mundo ao seu redor, define uma virada ontológica em direção àquilo que poderíamos denominar, seguindo os rastros de Rodríguez, enquanto *entidades comunicacionais*.

As redes sociais demarcam, deste modo, uma nova experiência de si, uma nova produção de subjetividade, onde “o inconsciente não corresponde a um dispositivo vivido como interno [...], senão às regras de interação comunicativa; essa interação, que devém interatividade, confirma que *não se pode não comunicar; portanto, há de se tratar de comunicar tudo*”²⁰⁷. De acordo com o autor,

203 Idem, p. 450, grifo nosso.

204 Idem, p. 450.

205 Idem, p. 451.

206 DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sur les sociétés de contrôles*. In: *L'autre journal*, v. 1, 1990.

207 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 464, grifo nosso.

[...] todas essas mediações de substituição ou de duplicação, assim como essas distâncias entre o singular, o pessoal e o individual, abrem o espaço para que se desdobre um *processo de subjetivação novo, na medida em que o si mesmo, que atua nessas instâncias, se encontra disseminado, reunido e novamente dissolvido na miríade de entidades*. Nos casos analisados por Foucault na última parte de sua vida, e durante seu périplo pela Antiguidade greco-romana, a subjetivação consistia na elaboração de interlocutores em relação com uma psique ou alma. *Agora, essas mesmas instâncias de interlocução seriam os perfis “digitais” e “biológicos”, as biomassas, os corpos e os cérebros entendidos [...] como uma “materialização digital” e, por outro, como uma interpretação digital dos signos (programável, modificável, intercambiável), segundo a qual se trata essa materialização/exteriorização como sendo parte do indivíduo sem formar parte, de fato, dele*²⁰⁸.

A experiência da subjetividade, nos dispositivos algorítmicos, se desenrola, portanto, sobre um conjunto de *interações comunicativas*, relações cambiantes de contaminação mútua, que *ativam* as mesmas tecnologias que lhes tomam como objeto de um saber. Sobretudo, as tecnologias algorítmicas deixam de representar um *meio* para indivíduos que se comunicam, ocupando a centralidade da comunicação em si mesma²⁰⁹. De tal modo a *normalizar* os gestos, as *práticas* de manifestação da interioridade do sujeito, numa esfera de exibição permanente. O aporte das tecnologias algorítmicas inseriu as relações sociais, e a experiência da subjetividade, numa dimensão imediatamente virtual, em que a interatividade e a comunicação são atributos da performance da identidade e da percepção que alguém pode ter sobre si mesmo. Nesse sentido, conforme Pablo Rodríguez,

Por um lado, então, o *dividual* corresponde aos afetos e, por sua vez, à “imagem desterritorializada”, como diz explicitamente Deleuze, como um lugar diferente do individual e do coletivo, como um reino, um domínio ou um nível em que se trama outro modo de existência. Mas, por outro lado, no marco da sua reflexão sobre as sociedades de controle, o *dividual* está imbricado, está a serviço de um novo tipo de “vigilância a céu aberto”. Numa primeira definição, seria possível dizer que o *dividual* é tudo aquilo que constitui os indivíduos, mas não enquanto indivíduos, e sim como um tipo de duplo, ou partes de si mesmo que são compartilhadas por outras regiões *dividuais*, relacionadas com indivíduos. Essa *dividualidade* está conformada por afetos que não são individuais nem coletivos, mas que são sim imediatamente digitais. Parece-nos que essa definição se ajusta em boa medida aos modos de subjetivação nas redes sociais, modos que alteram a relação entre o individual e o coletivo, redefinindo o íntimo e o privado²¹⁰.

208 Idem, p. 460-461, grifo nosso.

209 Idem, p. 471.

210 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Espetáculo do dividual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais*. In: *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2018, p. 189.

Em outras palavras, a *interação*, na forma de uma verbalização permanente da interioridade de si, *faz* a identidade, dissolvendo e reagrupando o si mesmo nas instâncias de tecnomediação, de modo a “desmembrá-lo”²¹¹, por assim dizer, em duas corporeidades distintas – uma analógica (*offline*), e outra virtual (*online*) –, ainda que atreladas por um mesmo nome.

O estudo intitulado “*Construção de identidade no Facebook: empoderamento digital em relações ancoradas*”, desenvolvido por Shanyang Zhao, Sherri Grasmuck e Jason Martin, é bastante elucidativo a este respeito, e nos ajudará a avançar na questão. Em primeiro lugar, os autores buscam distinguir a “identidade” (*identity*) enquanto uma parte integrante do conceito de “si mesmo” (*self*). O *self* compreende, segundo essa perspectiva, a totalidade dos pensamentos e sentimentos de uma pessoa, ao passo que a identidade é composta por uma parte deste mesmo *self*, e através da qual somos conhecidos por outras pessoas²¹². Segundo sua tese, a construção da identidade denota um processo que é, sobretudo, público, que envolve tanto um “anúncio de identidade” (*identity announcement*), realizado por um indivíduo que reclama/busca uma identidade, quanto por um “posicionamento de identidade” (*identity placement*) feita por aqueles que endossam, ou não, a identidade “reclamada”²¹³. A

211 Importa sublinhar que, quando falamos em duplicação, ou desmembramento do corpo, no contexto das tecnologias digitais, não se está a indicar para o *dividual* (aprofundaremos o conceito adiante) como um domínio da subjetividade distinto do individual. Acompanhamos, nesse sentido, Fernanda Bruno e Pablo Rodríguez, quando sustentam que “se o *dividual* contemporâneo pode ser concebido na tensão com o indivíduo moderno, ele não pode ser entendido como uma substituição, nem como uma divisão, ou mesmo como a duplicação ou repartição do individual”. Não se está diante de uma distinção fixa entre indivíduos e *divíduos*, mas, em vez disso, “entre a perspectiva *dividual* e individual sobre as pessoas”. BRUNO, Fernanda; RODRÍGUEZ, Pablo Manolo. *The dividual: digital practices and biotechnologies*. Theory, culture & society, v. 39, nº 3, 2022, p. 16.

212 ZHAO, Shanyang; GRASMUCK, Sherri; MARTIN, Jason. *Identity construction on Facebook: Digital empowerment in anchored relationships*. In: Computers in human behavior, v. 24, nº 5, 2008, p. 1817. Conforme Fernando Vidal e Francisco Ortega, o termo *self* pode evocar o sentido de interioridade e consciência reflexiva, enquanto o termo *sujeito* pode estar mais associado à construção da subjetividade em âmbitos específicos. Assim como os autores, procuramos, neste trabalho, não realizar uma diferenciação rigorosa entre os termos, mas utilizá-los de acordo com as nuances que transmitem. Ver: *Somos nosso cérebro? Neurociências, subjetividade, cultura*. São Paulo: Hedra; N-1 edições, 2019, p. 29. Importa destacar, com Charles Taylor, entretanto, que “nossa ideia moderna de *self* é na mesma medida uma autointerpretação historicamente datada que também pareceria opaca e enigmática a pessoas de fora. É provável que em todas as línguas existam recursos para autorreferência e descrições de pensamento reflexivo, ações e atitudes [...]. Mas isso de modo algum é a mesma coisa que transformar ‘*self*’ em um substantivo, precedido de um artigo definido ou indefinido, e falar de ‘o’ *self*, ou ‘um’ *self*. Isto reflete algo importante que é peculiar à nossa ideia moderna do agir. Todos sabem que os gregos foram capazes de formular o preceito ‘*gnóthi seautón*’ – conhece-te a ti mesmo –, mas não o falavam normalmente do agente humano como ‘*hó autós*’, nem usavam o termo num contexto que pudéssemos traduzir com um artigo indefinido”. Ver: TAYLOR, Charles. *Sources of the self: the making of modern identity*. Harvard University Press, 2001, p. 113.

213 ZHAO, Shanyang; GRASMUCK, Sherri; MARTIN, Jason. *Identity construction on Facebook: Digital empowerment in anchored relationships*. In: Computers in human behavior, v. 24, nº 5, 2008, p. 1817.

identidade estabelecida, como produto destes procedimentos, seria resultado, portanto, da coincidência entre tais anúncios e posicionamentos de identidade.

A partir daí, destacam os autores que, nas interações presenciais, face a face, a identidade é construída segundo um conjunto único de restrições.

A presença de um corpo físico nos encontros sociais previne as pessoas de reivindicarem identidades que são inconsistentes com a parte visível de suas características físicas (por exemplo, sexo, raça, aparência), e o conhecimento compartilhado sobre o pano de fundo social e atributos de personalidade entre elas torna difícil para um indivíduo fingir ser aquilo que ele ou ela não é²¹⁴.

Por outro lado, conforme os autores, o advento da internet transformou as condições tradicionais da produção de identidade²¹⁵. “Na medida em que o corpo físico é desvinculado dos encontros sociais, no ambiente *online*, torna-se possível que os indivíduos interajam uns com os outros [...], de forma totalmente incorpórea e textual [...] (*in fully disembodied text mode*)”²¹⁶.

Num primeiro momento, essa diferença, nas formas de construção da identidade, fica um tanto mais exposta na combinação entre a incorporeidade (*disembodiment*) e a anonimidade (*anonymity*) das antigas salas de bate-papo (*chat rooms*), que criavam, deste modo, o esboço de um “ambiente tecnologicamente mediado a partir do qual um novo modo de produção de identidade emerge”²¹⁷. Contudo, como bem lembram os autores, o mundo *online* não é inteiramente constituído por relações anônimas, e as redes sociais mais “atuais”, como o *Facebook*, comportam relações que são, em grande parte, baseadas no mundo *offline* (por exemplo, aquelas relações estabelecidas com familiares, amigos, colegas de trabalho, etc.). A este tipo de relação analógica, transportada para o mundo virtual, os autores denominam de “relações ancoradas” (*anchored relationships*), que demandam algumas restrições, quando comparadas com as relações anônimas.

Esta diferenciação é importante, pois, com as relações ancoradas, emerge um tipo de ambiente onde as pessoas tendem a expressar uma “expectativa possível de si” (numa tradução próxima, porém não-literal, de *hoped-for possible selves*)²¹⁸. A concepção que

214 Idem, p. 1817.

215 Idem, p. 1817.

216 Idem, p. 1817.

217 Idem, p. 1817.

218 Idem, p. 1819. Ver CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. *Happycratie. Comment l'industrie du bonheur a pris le contrôle de nos vies*. Paris: Première Parallèle, 2018, e, também, DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte, 2010, especialmente o capítulo destinado a uma análise sobre “a fábrica do sujeito neoliberal (*la fabrique du sujet néolibéral*)”.

alguém faz de si mesmo, num determinado momento, pode ser dividida, segundo os autores, em duas categorias: “os si-mesmos de agora” (*now selves*) e os si-mesmos possíveis (*possible selves*). Os si-mesmos de agora (*now selves*) são identidades estabelecidas conhecidas pelos outros, enquanto os si-mesmos possíveis (*possible selves*) são imagens de si que atualmente são desconhecidas dos outros”²¹⁹.

Esta imagem de si, determinada por uma expectativa *possível*, representa um subcomponente dos si-mesmos possíveis (*possible selves*) que “diferem do suprimido, ou escondido, verdadeiro-eu (*true self*) por um lado, e o irrealístico ou fantasiado si-mesmo ideal (*ideal self*), por outro”²²⁰. As expectativas possíveis de si, construídas pela subjetividade, são, portanto, identidades desejáveis socialmente, que um determinado indivíduo gostaria de estabelecer, efetivamente, diante das condições ideais. E o ambiente *online*, como as redes sociais, possibilitam estas circunstâncias de elaboração, ensejando os procedimentos de subjetivação que levam a uma atividade permanente do sujeito sobre a própria identidade. A partir daí, numa passagem fundamental de seu texto, Zhao, Grasmuck e Martin sugerem que essa construção de uma expectativa possível de si, na internet, indica que os usuários “consideram suas apresentações *online* como parte integrante de sua produção de identidade geral, e buscam coordenar suas reivindicações de identidade online (*online identity claims*), com sua performance-de-si *offline* (*offline self-performance*)”²²¹.

As relações sociais tecnomediadas pelos dispositivos algorítmicos, como o *Facebook*, no exemplo em questão, estão de tal modo organizadas, que se espera dos usuários, conforme Zhao, Grasmuck e Martin, um engajamento (*engage*) nas construções de identidade e a adoção de estratégias de apresentação de si (*self presentation*). Mais especificamente, se espera que as pessoas, no *Facebook*, “apresentem suas expectativas possíveis de si (*hoped-for possible selves*) em vez de seus verdadeiros, ou escondidos, si-mesmos (*true or hidden*

219 Idem, p. 1819.

220 Idem, p. 1819.

221 Idem, p. 1819-1820. Amanda Medeiros investiga a mobilização de afetos no contexto da política brasileira contemporânea, especificamente, as estratégias de engajamento operadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) desde as Jornadas de Junho de 2013, e, conforme a autora, “Tal incorporação da internet oferece condições de possibilidade para que ela seja vista, também, como um fenômeno corporificado, uma vez que o ‘ficar *online*’ deixou de ser um modo distinto de experiência, ocorrendo de maneira paralela e complementar a outros meios materializados de ser e de atuar no mundo. Acerca dessa característica, vale salientar que, por nossos corpos não distinguirem, a princípio, determinada vivência *online* de uma *offline*, uma experiência no âmbito virtual é capaz de suscitar respostas emocionais tanto qualquer outro tipo de experiência, [...]”. MEDEIROS, Amanda. “Devemos *implode* o que resta de seus castelos”: o Movimento Brasil Livre (MBL) e a mobilização política de emoções. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 50.

selves)”²²². Com efeito, os usuários do *Facebook* podem enfatizar certas características desejáveis socialmente, mas não imediatamente discerníveis em encontros breves (como o caráter, a inteligência, etc.) e, ao mesmo tempo, podem esconder, ou não enfatizar, certas partes de si que enxergam como não-desejáveis socialmente (timidez, sobrepeso, etc.)²²³.

Certamente, em situações presenciais, também poderíamos identificar *modalidades* de apresentação de si, mas a internet, e as redes sociais, possibilitaram um *engajamento intenso* sobre estes procedimentos²²⁴. Em suma, os autores exploram a hipótese de que os usuários do *Facebook* engajarão (*will engage*) numa apresentação das expectativas possíveis de si (*hoped-for possible selves*) que tem características singulares, de acordo com o ambiente no qual se desdobram²²⁵.

Os achados de nosso estudo têm um número de implicações importantes para o entendimento sobre a construção da identidade na sociedade. Nossos resultados sugerem que a identidade não é uma característica individual; não é a expressão de alguma coisa inata à pessoa; ela é, ao contrário, um produto social, o resultado de um determinado ambiente social, e portanto, performada diferentemente em contextos variáveis. Dependendo das características do ambiente no qual se encontram, os indivíduos escolherão reivindicar identidades que os ajudem a melhor se situar conforme o determinado ambiente social. Si-mesmos verdadeiros (*true selves*), si-mesmos reais (*real selves*), e expectativas possíveis de si (*hoped-for possible selves*) são produtos de diferentes situações, em vez de características de indivíduos diferentes²²⁶.

Seria incorreto afirmar, segundo esta perspectiva, que o mundo *online*, e o mundo *offline*, representam dois mundos separados, embora sejam, em sua natureza, diferentes. Conforme os autores, a digitalização da vida, pelos dispositivos algorítmicos, tem consequências profundas na esfera analógica: “Na era da Internet, o mundo social inclui tanto o ambiente *online* quanto o *offline*”²²⁷, e as figuras do assujeitamento, nesse contexto, buscam coordenar seus comportamentos entre as duas esferas.

Entre outras coisas, o estudo desenvolvido por Zhao, Grasmuck e Martin indica que o ambiente digital possibilita “novos recursos e possibilidades para a produção da identidade, que podem ser utilizadas para superar algumas limitações inerentes às situações face a face”²²⁸. No caso do *Facebook*, por exemplo, observou-se que a plataforma permite aos

222 Idem, p. 1821.

223 Idem, p. 1821.

224 Idem, p. 1821.

225 Idem, p. 1821.

226 Idem, p. 1831.

227 Idem, p. 1831.

228 Idem, p. 1831.

usuários apresentarem-se em maneiras que podem razoavelmente contornar obstáculos do mundo analógico, criando, assim, expectativas possíveis de si (*hoped-for possible selves*) que, de outro modo, eles seriam incapazes de estabelecer para si, no mundo *offline*²²⁹. “Esses si-mesmos digitais (*digital selves*) são reais, e eles podem servir para melhorar a auto-imagem (*overall self-image*) e reivindicações de identidade, aumentando suas possibilidades de se conectar no mundo *offline*”²³⁰.

A dupla corporeidade acena, portanto, para uma “cisão” na *unidade* do “indivíduo”, desdobrando a experiência subjetiva, por um lado, na indivisibilidade do corpo analógico e, de outro, na fragmentariedade, ou *divisibilidade*, do *perfil* virtual. O significado que atribuímos à caracterização de uma tal *entidade comunicacional*, diante do material reunido até aqui em nossa investigação, busca refletir, assim, a natureza *relacional*, ou *dinâmica*, dessas novas modalidades de subjetivação, em que vida e máquina estão profundamente implicados um pelo outro, e diante das quais os sujeitos estabelecem uma permanente atividade sobre a própria identidade.

2. 3 Perfil, performatividade e interação

As *entidades comunicacionais* expressam, portanto, uma singular *modalidade de ser*, que, no escopo das tecnologias algorítmicas, como as redes sociais, vincula a experiência da subjetividade às regras da interação comunicativa. Sobretudo, as *entidades comunicacionais* indicam uma compreensão inteiramente nova da *corporeidade*, cujo desmembramento cumpre articular as práticas da subjetividade aos procedimentos de sua própria objetificação.

Alguns autores propuseram-se a explorar os efeitos de sentido dessas novas figuras do assujeitamento. No horizonte de uma análise crítica dos dispositivos de monitoramento e vigilância, por exemplo, a pesquisadora brasileira Fernanda Bruno investiga a relação entre os regimes de visibilidade contemporâneos e as novas modalidades de subjetivação, reunindo indicativos importantes para o debate ora colocado, especialmente, a respeito dos *perfis* digitais enquanto corporeidades virtuais e informacionais que, em seus efeitos de saber, atuam predizendo e intervindo sobre o comportamento dos usuários de plataformas algorítmicas.

Em seu livro *Máquinas de ver, modos de ser*, publicado em 2013, Fernanda Bruno busca problematizar o investimento da subjetividade pelas plataformas algorítmicas, que

229 Idem, p. 1831.

230 Idem, p. 1831.

reorganizam as formas de produção do saber, sugerindo que, mediante a permeabilidade da vida cotidiana pelas redes sociais, os perfis digitais não apenas designam a síntese informacional a partir da qual se estabelece uma vigilância distribuída e imanente, senão, em igual medida, definem um território privilegiado para a constituição mesma das identidades, onde se mobilizam afetos e constituem-se novas formas de sociabilidade.

Se por um lado a vigilância se justifica ou se exerce pelo medo e pela promessa de segurança, ela também mobiliza ou expressa todo um circuito de libido, prazeres e desejos. *Os afetos e as subjetividades contemporâneas não encontram na vigilância apenas um meio de inspeção e controle, ou de segurança e proteção, mas uma forma de diversão, prazer, sociabilidade.* Além disso, é crescente a lista de dispositivos voltados para o automonitoramento, aliando vigilância, cuidado de si e otimização da performance em diversos campos da vida cotidiana: trabalho, saúde, produtividade, etc²³¹.

As redes sociais, neste sentido, não estariam isentas das formas de monitoramento, e estes sistemas de vigilância tanto são parte integrante da eficiência dos dispositivos algorítmicos, como das *relações sociais entre os usuários*, funcionando como um dos motores de sua sociabilidade.

Importa sublinhar, no entanto, que, para Fernanda Bruno, o sentido de constituição das identidades, no escopo do *perfil* virtual, deriva de uma interpretação das novas racionalidades estatísticas, em Antoinette Rouvroy e Thomas Berns. Sua hipótese se ampara em dois artigos publicados pelos autores – *Detectar e prevenir*, e *O novo poder estatístico* –, ambos anteriores ao seu artigo principal, e de maior renome, *Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação*, ainda que os assuntos então abordados sejam esboços daquilo que se consolidaria, posteriormente, na conceitualização de uma tal governamentalidade algorítmica.

Com efeito, segundo Fernanda Bruno, os perfis, diferentemente dos padrões estatísticos modernos, não operam segundo o par norma/desvio, mas de acordo com a identificação de *microrregularidades*.

A norma e a média são apenas um modo, com o qual a modernidade nos familiarizou, de produzir padrão e de se conceber a natureza e as leis humana e social. Os perfis são padrões que não representam nem a média nem a norma de um fator numa população [...]. Não se trata, pois, de extrair uma regularidade (média) do seio de uma população e transformá-la num regulamento a ser seguido e avaliado (norma). Diferentemente, os perfis encarnam múltiplas microrregularidades no seio de inúmeras variáveis heterogêneas e tampouco apresentam-se como regulamentos. A divisão norma/desvio não se aplica aos perfis, pois eles são padrões resultantes de combinatórias e regras associativas de tipo não valorativo entre muitas variáveis,

231 BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser*. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 34, grifo nosso.

podendo ser aplicáveis a potencialmente todas as qualidades e comportamentos humanos. O perfil não é nem uma medida, nem um valor, mas um padrão de ocorrência de um certo fator (comportamento, interesse, patologia) num dado conjunto de variáveis. A média e normas eram a referência comum das massas; os perfis são as microrregularidades dos nichos, tribos, grupos²³².

Dessa perspectiva, os perfis expressam a síntese de tendências e potencialidades comportamentais que são atribuídas, segundo certas microrregularidades, a determinados indivíduos. De modo que a analítica da relação estabelecida entre os dispositivos algorítmicos e as subjetividades fica circunscrita, novamente, a uma dimensão estritamente regulatória.

Evidentemente, conforme dissemos anteriormente, não se está a dispensar a relevância das implicações, no contexto das redes sociais, da coleta e análise de dados em nome de uma série de interesses de ordem econômica²³³, comercial, administrativa, securitária, ou mesmo em termos de governo – ou governamentalidade, para seguir o vocabulário de Rouvroy e Berns. Procuramos destacar, no entanto, que, situando a crítica nos aspectos *preemptórios* das novas tecnologias, de antecipação aos comportamentos e à própria formulação dos desejos, Fernanda Bruno, assim como Rouvroy e Berns, acaba por se furtar a uma apreciação desses mesmos dispositivos enquanto ambientes nos quais modalidades de existência acontecem e são produzidas – em que a subjetividade é, sobretudo, operativa dos atos de verdade sobre si mesma.

Conforme a autora, o indivíduo surge como *efeito* do processo de monitoramento, de modo que as identidades, previstas pela agregação de dados em perfis, designam apenas simulações de determinados sujeitos. Deste modo, poderíamos falar, segundo Fernanda Bruno, em *efeitos de identidade*, num sentido *provisório*, ou seja, uma vez que os perfis não atendem a critérios de verdade e falsidade, mas sim de *performatividade*, atentando menos, em sua formulação, aos atributos estáveis de um indivíduo, e voltando-se mais para os atributos móveis e circunstanciais, para os traços superficiais e contingentes: “Trata-se, assim, de uma simulação pontual de identidades que, ao se anunciar, tem uma efetividade performativa e proativa, que pretende aumentar a probabilidade de ocorrência do que era apenas uma potencialidade”²³⁴.

Parece-nos, entretanto, que o núcleo dessa problematização poderia ser invertido, na medida em que, segundo nossa hipótese, a experiência da subjetividade, na forma da *busca*

232 Idem, p. 160.

233 O’NEIL, Cathy. *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown Publishers, 2017.

234 BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser*. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 169.

pela identidade de si, é um efeito, antes, das *práticas comunicativas*, ou *confessionais*, que ativam, numa relação *dinâmica*, as mesmas estruturas que lhe tomam como objeto de um saber, e não propriamente um efeito das máquinas por si mesmas. O perfil, neste sentido, designa a *corporeidade virtual* através da qual as práticas de si passam por uma verbalização, exteriorização e transparência permanentes.

De maneira geral, o perfil é a expressão mesma do atravessamento da identidade pelas tecnologias da comunicação, como instância de mediação, e performance²³⁵, entre o individual e o coletivo, entre o singular e o coletivo. Retomando o estudo de Zhao, Grasmuck e Martin, analisado anteriormente, seria preciso desafiar a diferenciação entre os si-mesmos reais (*real selves*) e os si-mesmos virtuais (*virtual selves*), ou entre os si-mesmos verdadeiros (*true selves*) e os si-mesmos falsos (*false selves*), para tributarmos ao perfil, como incorporeidade virtual, o sentido de um modo de subjetivação ativo:

Si-mesmos virtuais comumente referem-se aos si-mesmos *online*, e os si-mesmos reais (*real selves*) aos si-mesmos *offline*, mas, como mostramos, as identidades no *Facebook* são claramente reais no sentido de que elas têm consequências reais nas vidas dos indivíduos que as construíram. O conceito de si-mesmos verdadeiros (*true selves*) foi utilizado para referir-se aos “aspectos escondidos daquilo que precisamos ou desejamos ser”, e “escondido” significou “anti-normativo” ou “desviante” neste contexto. Mas nem todas as identidades não-sancionadas socialmente são escondidas. Algumas são performadas abertamente, por exemplo, como atos de resistência. [...] Num ambiente *nônimo* (*nonymous*), as expectativas possíveis de si (*hoped-for possible selves*) são si-mesmos socialmente desejáveis que os indivíduos gostariam de apresentar aos outros, e nos casos que examinamos, eles também são identidades que, aparentemente, não foram totalmente estabelecidas *offline*. Eles são socialmente desejáveis [...] mas isso não significa necessariamente que não sejam si-mesmos verdadeiros (*true selves*); Ainda que eles não sejam ainda completamente atualizados *offline*, eles têm um impacto real nos indivíduos. Identidades são aquilo que convencemos os outros de pensar a respeito de nós; não importa se isso acontece *online* ou *offline*, ou se são antinormativos ou socialmente desejáveis²³⁶.

A respeito do tema, Fernanda Bruno fala em performance-predição, num sentido de formas performativas e proativas de controle sobre as ações e escolhas dos indivíduos²³⁷, ou de um indivíduo assistido por algoritmos²³⁸. Para os fins do presente trabalho, entretanto, coloca-se em questão o perfil, de tal maneira que a performatividade, no escopo da

235 SEYFERT, Robert; ROBERGE, Jonathan (eds.). *Algorithmic cultures: essays on meaning, performance and new technologies*. Routledge, 2016.

236 ZHAO, Shanyang; GRASMUCK, Sherri; MARTIN, Jason. *Identity construction on Facebook: Digital empowerment in anchored relationships*. In: *Computers in human behavior*, v. 24, n° 5, 2008, p. 1832.

237 BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser*. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 148.

238 Idem, 2013, p. 148. Para um aprofundamento sobre a questão do indivíduo assistido por algoritmos consultar SADIN, Eric. *La vie algorithmique. Critique de la raison numérique*. Paris: Éditions L’Échappée, 2015. Ver também SADIN, Eric. *La silicolonisation du monde. L’irrésistible expansion du libéralisme numérique*. Paris: Éditions L’Échappée, 2016.

virtualização das relações, toma o sentido de ressignificar a corporeidade, e mesmo a ontologia do ser, que atende à demanda constante por uma *manifestação* da interioridade de si – de modo a *intensificar* a relação estabelecida consigo mesmo, e com a própria identidade, diante de um interlocutor reticulado e indefinido.

Numa acepção lateral, a respeito deste mesmo texto da autora brasileira, Pablo Rodríguez assinala que a identidade, no âmbito das redes sociais,

[...] deixa de ser um atributo relativamente permanente de um indivíduo, a sua vez associada com uma pessoa, a sua vez associada com um corpo, localizável em um espaço-tempo tradicional, disciplinário. Assim como Foucault pretendia falar de subjetivação, no lugar de sujeito, para aludir ao fato de que *o sujeito é um ato e uma produção*, que ademais se realiza em determinado contexto histórico, caberia falar aqui da passagem da identidade aos processos cambiantes de identificação²³⁹.

Segundo esta interpretação, os *processos cambiantes de identificação* apontam para uma *fragmentariedade* dos procedimentos subjetivos, em que a identidade é produzida em fluxos, em relações de contaminação mútua, por meio da interatividade e da comunicatividade. Sobretudo, ao referir-se a Foucault, Pablo Rodríguez alude, especificamente, à centralidade do sujeito como operativo de uma atividade sobre si mesmo, ou seja, como objeto e objetivo das relações de poder. E, nesse sentido, conforme nossa hipótese, no contexto contemporâneo de digitalização da vida social, o sujeito como *ato*, ou *produção*, passa pela nova disposição, ou pela virtualização, das práticas de si. Dessa forma, se na modernidade os exercícios de subjetivação estavam limitados ao interior do indivíduo, que manifestava sua identidade, e o trabalho permanente sobre si mesmo através de um corpo analógico, na pós-modernidade, por outro lado, tais procedimentos escoam, majoritariamente, para o âmbito das tecnologias algorítmicas, através de uma *dividualidade*²⁴⁰, em que as práticas de si são operadas, especificamente, desde um corpo virtual, ou aquilo que, segundo a argumentação que elaboramos até aqui, compreendemos, então, como perfil. Concordamos com Pablo Rodríguez, quando afirma que

[...] as identidades nas redes sociais seriam produto de operações de subjetivação baseadas na interatividade e na simulação digitais que geram transformações nos si mesmos segundo cânones performativos. Propomos, então, considerar os si mesmos do Facebook, do Twitter, do Orkut, do MySpace etc., os perfis, as fotos, os relatos, a explosão da opinião (o que falou tal pessoa hoje, o que respondeu a outra etc.), a

239 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 358, grifo nosso.

240 RAUNIG, Gerald. *Dividuum: machinic capitalism and molecular revolution, v. 1*. Semiotext(e), 2016.

exibição da vida cotidiana e da vida íntima formando a vida pública, a vida comum, e ao mesmo tempo a participação política ancorada nessas novas formas de comunicação, que geram novos coletivos e novos processos de transformação social cujo sujeito político está em construção (como ocorre nos protestos dos últimos anos no Brasil, na Espanha, no Egito etc.), tudo isso, como novas tecnologias do eu baseadas na comunicação pelos meios digitais, assim como em Foucault se sustentava na escrita ou em Goffman na interação face a face.²⁴¹

Fernanda Bruno e Pablo Rodríguez, em coautoria, avançam em suas respectivas hipóteses, num texto recentemente publicado, com o título de *O dividual: práticas digitais e biotecnologias*, onde não haveria de se falar numa substituição do individual pelo dividual, ou, no caso do perfil, de uma substituição de um corpo presente por um corpo virtual, mas, talvez, de uma coexistência entre essas duas dimensões, “a constituição de uma nova realidade com a qual negocia, uma mistura de individual e dividual”²⁴².

Portanto, nas duas faces do perfil, nós encontramos uma composição dividual-individual ativa tanto no escopo das relações consigo mesmo e com o outro, e no escopo do controle algorítmico sobre as pessoas e suas ações. Trata-se de uma composição, mais do que a substituição de um termo pelo outro, mais do que a divisão ou duplicação do individual. É claro, ainda concebemos nós mesmos e respondemos aos outros como indivíduos (institucionalmente, juridicamente, politicamente e subjetivamente), mas ao mesmo tempo nossas práticas tecnologicamente mediadas cada vez mais envolvem processos dividuais²⁴³.

Por seu caráter imediatamente interativo e conectivo, o perfil virtual possibilita a intermediação entre a singularidade do sujeito e a coletividade em geral, não apenas ao nível da mineração de dados e composição de informações agregadas sobre a atividade de um conjunto de usuários, mas também, ao nível da *produção da identidade*. A transformação das formas de sociabilidade demandou, através da interatividade entre os perfis, uma reorganização das maneiras pelas quais o sujeito faz valer a sua liberdade – de pensamento, de crítica, de opinião, etc. –, em sua relação com os outros.

O perfil designa, assim, o domínio da constituição de si mesmo, ou seja, circunscreve uma parte do sujeito, aquilo que Foucault denominava substância ética, que vai demarcar, então, o objeto das práticas morais, definindo um modo de ser:

241 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Espetáculo do dividual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais*. In: *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2018, p. 191.

242 BRUNO, Fernanda; RODRÍGUEZ, Pablo Manolo. *The dividual: digital practices and biotechnologies*. *Theory, culture & society*, v. 39, nº 3, 2022, p. 12.

243 Idem, p. 14.

Em suma, uma ação, para ser chamada “moral”, não deve reduzir-se a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, uma lei ou um valor. Toda ação moral, na verdade, comporta uma relação com o real onde ela se realiza e uma relação ao código ao qual se refere. Porém, ela implica também certa relação a si mesmo (*rappor à soi*). Essa relação não é simplesmente “conhecimento de si”, mas constituição de si (*constitution de soi*) como “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que segue, fixa certo modo de ser que quererá como realização moral de si mesmo. E, para fazê-lo, atua sobre si mesmo, empreende o conhecimento de si, se controla, se põe à prova, aperfeiçoa-se, se transforma²⁴⁴.

De modo geral, a corporeidade virtual articula, através do perfil, o sujeito da enunciação e o referente do enunciado, assim como, num outro período, poderíamos identificar semelhante movimento nos rituais de confissão, em que a tarefa de dizer a verdade sobre si mesmo estava vinculada, de maneira indispensável, ao procedimento de salvação. Portanto, quando colocamos em questão o *perfil*, como *entidade comunicacional*, buscamos identificá-lo no escopo de uma modalidade de experiência historicamente singular, em que a subjetividade é objetivada, para si mesmo e para os outros, mediante certos procedimentos e técnicas de verbalização da própria interioridade.

2. 4 Tecnobehaviorismo e design digital

Fundamental sublinhar que, caso tomemos o problema dos modos de subjetivação, e a digitalização da vida, numa perspectiva *regulatória*, como o fazem aqueles autores que depreendem seus desenvolvimentos teóricos segundo a hipótese da governamentalidade algorítmica, situaríamos a questão numa dimensão *inacessível à subjetividade*. Dito de outro modo, despojaríamos o sujeito de sua centralidade enquanto participante dos procedimentos que o tomam como objeto de saber. A governamentalidade algorítmica aponta para uma *evitabilidade* do sujeito, para uma *rarefação dos processos de subjetivação*, em que os comportamentos são antecipados mediante a assimilação de dados agregados em perfis.

Num artigo recente, Fernanda Bruno, em coautoria com Anna Bentes e Paulo Faltay, avança no debate sobre o capitalismo de dados, e seus resultados ilustram perfeitamente a bifurcação conceitual que se abre desde a perspectiva da governamentalidade algorítmica. Desde o próprio título do texto, *Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de*

244 FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. t. II: L'usage des plaisirs*. Paris: Éditions Gallimard, 1984, p. 35.

plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento, somos colocados diante de uma problematização ancorada, sobretudo, no aspecto regulatório dos dispositivos algorítmicos, a partir do entrecruzamento entre a camada econômica, epistemológica e governamental (gestão e controle).

Neste processo, a subjetividade é *dispensada*, ou ao menos, suspensa, enquanto atividade sobre si mesma, na medida em que inserida numa dimensão laboratorial da “economia psíquica dos algoritmos”.

Por economia psíquica dos algoritmos, designamos o investimento contemporâneo – tecnocientífico, econômico e social – em processos algorítmicos de captura, análise e utilização de informações psíquicas e emocionais extraídas de nossos dados e ações em plataformas digitais (redes sociais, aplicativos, serviços de *streaming*, plataformas de compartilhamento e/ou consumo de conteúdo audiovisual, etc.). As informações que interessam ao veloz capitalismo de dados não são mais apenas os rastros de nossas ações e interações (cliques, curtidas, compartilhamentos, visualizações, postagens) mas, também sua “tonalidade” psíquica e emocional. É esta economia psíquica e afetiva que alimenta as atuais estratégias de previsão e indução de comportamentos nas plataformas digitais (e eventualmente fora delas)²⁴⁵.

Destarte, a análise desenvolvida pelos autores encontra nas técnicas do behaviorismo comportamental o fundamento das atuais estratégias de *marketing* digital e design de plataforma, que buscam desenvolver modelos para além da identificação e previsão de padrões, de modo a intervir sobre as escolhas dos usuários das plataformas digitais em tempo real. Tenciona-se, deste modo, explicitar “os bastidores e as engrenagens de um capitalismo de dados cada vez mais feroz, e de um poderoso laboratório que, sob as interações *online*, captura, analisa e direciona imensos volumes de dados para aplicação de estratégias de modificação do comportamento humano”²⁴⁶.

Segundo este ponto de vista, as informações psíquicas servem ao propósito de serem, ao mesmo tempo: o insumo principal do modelo de negócios representado pelas plataformas digitais; o objeto de um saber científico; e, em igual medida, um meio de controle dos comportamentos, seja para fins de consumo, seja para finalidades políticas²⁴⁷.

Os autores advertem que, na medida em que não são apenas os dados de cada um que importam, mas, sobretudo, o seu valor *relacional* – aquilo que comportam dos processos afetivos e emocionais entre as pessoas –, houve um deslocamento da centralidade do modelo

245 BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina F.; FALTAY, Paulo. *Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento*. In: Revista Famecos, 2019, v. 26, n. 3, p. 5.

246 Idem, p. 5.

247 Idem, p. 5.

preditivo de sistemas automatizados de análise de dados, para um sistema de *captura*, ou de *engajamento*. A subjetividade seria capturada, então, por uma arquitetura de decisões, ou seja, por uma organização do contexto em que suas ações se desenrolam²⁴⁸.

Por que gastar tempo e inteligência computacional prevendo comportamentos se as plataformas e aplicativos permitem intervenções em tempo real sobre a conduta dos usuários? De uma certa perspectiva, podemos ver o modelo da captura/engajamento como uma espécie de aceleração do modelo preditivo: o aumento da capacidade e velocidade de monitoramento e processamento em tempo real das ações dos usuários online torna dispensável a previsão, permitindo que os algoritmos atuem de modo ainda mais performativo do que no modelo preditivo, intervindo no próprio fluxo das condutas enquanto elas acontecem²⁴⁹.

A arquitetura e o design das tecnologias digitais, na passagem de um paradigma ao outro, voltaram seus sistemas de análise para a sofisticação das técnicas de captura da atenção dos usuários, procurando mantê-los o maior tempo possível conectados às redes. Os autores apontam que este movimento, denominado por Nick Seaver enquanto “virada captológica” (*captological turn*)²⁵⁰, tem como referência as metodologias do design comportamental, “que combina teorias da psicologia behaviorista com a psicologia cognitivo-comportamental, a economia comportamental e as neurociências em aplicações para a economia digital e a indústria computacional”²⁵¹.

De modo geral, os autores buscam explorar o argumento de que o objetivo das empresas de tecnologia, no desenvolvimento de seus sistemas, está em transformar a utilização de seus serviços e aplicativos não apenas em comportamentos pontuais, mas em *hábitos*, em ações tomadas com *pouco ou nenhum pensamento consciente*²⁵². Sua hipótese deriva, em parte, de um estudo capitular, intitulado *A era do capitalismo de vigilância*, desenvolvido por Shoshana Zuboff, sobre a nova lógica de acumulação capitalista, fundada na

248 Idem, p. 10.

249 Idem, p. 10-11.

250 “Em vez de prever classificações explícitas, os desenvolvedores começaram a antecipar as implícitas e, com isso, veio uma abordagem claramente captológica para o design: usando traços de interações registradas em *logs* de atividades, os desenvolvedores projetaram seus sistemas para obter mais interações. O sistema de recomendação prototípico não era mais um suporte para encontrar informações, mas uma armadilha para *capturar* usuários inconstantes. Um usuário visto por meio de dados classificados era um retrato difuso renderizado nas preferências; um usuário visto através dos *logs* de atividade era uma presença fantasmagórica que deixou vestígios ao longo do tempo; Um usuário retido era, num sentido simples, maior nos *logs* – eles deixavam mais traços, que forneciam mais dados para recomendações”. SEAVER, Nick. *Captivating algorithms: recommender systems as traps*. Journal of material culture, v. 24, n° 4, 2019, p. 432.

251 BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina F.; FALTAY, Paulo. *Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento*. In: Revista Famecos, 2019, v. 26, n. 3, p. 12-13.

252 Idem, p. 14. Ver CHENEY-LIPPOLD, John. *A new algorithmic identity: soft biopolitics and the modulation of control*. In: Theory, culture & society, v. 28, n° 6, p. 164-181.

extração de dados e predição de comportamentos. Confore Zuboff, essa nova lógica de acumulação introduz suas próprias leis de movimento, buscando construir meios de modificação comportamental que venham a se incorporar às novas modalidades de produção, baseadas na inteligência e na coleta e análise de informações²⁵³. Assim, quando Fernanda Bruno, Anna Bentes e Paulo Faltay tratam do aspecto de captura, ou de engajamento, suscitado pelas plataformas algorítmicas, seu efeito de sentido implica atrelar as condutas virtuais a uma série de pequenos estímulos e recompensas²⁵⁴, na medida em que tais sistemas exploram “tendências e vulnerabilidades cognitivas que mantenham os usuários enganchados e engajados nesses serviços”²⁵⁵.

De maneira geral, a hipótese do artigo examinado *contorna a subjetividade* enquanto ato, ou como produção de si mesma, visto que os gestos, os pensamentos e os desejos são alcançados antes mesmo de sua formulação. “O que está em jogo é uma economia psíquica dos algoritmos que, com suas estratégias próprias, extrai valor e capitaliza nossa atenção, nossos estados psíquicos e afetivos a fim de produzir efeitos reais na paisagem de dados e informações por onde trafegamos, em nossa percepção e em nossas condutas”²⁵⁶.

Contudo, se os autores falam em captura, numa perspectiva equiparada ao *engajamento*, é num sentido, portanto, de adequação dos comportamentos como respostas a um conjunto de estímulos e recompensas. A dimensão laboratorial da economia psíquica dos algoritmos denota a *inserção da subjetividade como efeito de um saber científico*, furtando-se, contudo, aos processos conscientes mediante os quais o sujeito exerce um trabalho sobre si mesmo.

Da mesma forma, o “modelo do gancho”, conforme descrito por Anna Bentes, para esboçar uma explicação sobre as transformações nos sistemas de análise que compõem o novo capitalismo de dados, parece confundir o sentido daquilo que se entende por subjetividades, no escopo da analítica do poder em Foucault – especialmente em relação ao último período de suas obras –, assim como ocorre com a hipótese de uma governamentalidade algorítmica,

253 ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism. The fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs, 2019, p. 68. Ver também SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Polity Press, 2017 e MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; RAMGE, Thomas. *Reinventing capitalism in the age of big data*. New York: Basic Books, 2018.

254 BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina F.; FALTAY, Paulo. *Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento*. In: Revista Famecos, 2019, v. 26, n. 3, p. 14.

255 Idem, p. 13.

256 Idem, p. 18.

visto que, em ambos os casos, parte-se do pressuposto de uma regulação dos comportamentos, e não de uma relação estabelecida pelo sujeito para consigo mesmo.

Segundo a autora, o modelo do gancho, desenvolvido por Nir Eyal, em *Hooked (Engajado): como construir produtos e serviços formadores de hábitos*, refere-se a um conjunto de estratégias aplicáveis a produtos digitais, com o objetivo de capitalizar o comportamento humano num modelo de negócios rentável, em meio a uma disputa intensa pela atenção dos usuários nas plataformas algorítmicas.

O gancho é, assim, um dos principais exemplos do que chamamos de *tecnobehaviorismo*, envolvendo uma série de iniciativas que buscam uma psicologia aplicada aos sistemas automatizados de modificação comportamental. Por tecnobehaviorismo designamos a tecnociência que atualiza referências diretas e indiretas ao pensamento behaviorista, buscando construir técnicas em interação humano-computador capazes de enganchar a atenção assim como prever e controlar comportamentos através de princípios de condicionamento. [...] Entendemos que, nesta formação tecnobehaviorista de hábitos, articulam-se técnicas de enganchar a atenção com aquelas de previsão e modificação comportamental através de um controle fino dos estímulos e de recompensas psicológicas na arquitetura digital. Tal articulação é especialmente evidente em plataformas de publicidade, como Google, Facebook e outros serviços gratuitos, cujo modelo de negócios está ancorado na venda de espaços para anúncios personalizados e na promessa de influência psicológica e comportamental para produção de *engajamento* de seus usuários²⁵⁷.

Bentes procura questionar, a partir daí, o que se desvela, diante da elaboração do manual de Eyal, acerca das engrenagens da economia digital contemporânea: “O que ele aponta sobre a ciência e as estratégias de poder mobilizadas neste contexto sociotécnico?”²⁵⁸. Ao longo do texto, a autora dissecas as etapas organizadas pelo modelo do gancho, procurando examinar a aplicação das empoeiradas abordagens comportamentais nas ferramentas digitais e, nesse sentido, o que gostaríamos de sublinhar, retomando sua análise, fica por conta da acepção que o termo *engajamento*, fundamental para nossa proposta, assume a partir de sua interpretação.

Primeiramente, cabe destacar que a tradução do título do livro de Nir Eyal para o português parte, ao menos, de um equívoco substancial. *Hooked*, da versão original em inglês²⁵⁹, significa “enganchado”, como derivação do substantivo “gancho” (*hook*). A tradução, no entanto, equipara o termo “enganchado” a “engajado”, palavra oriunda do

257 BENTES, Anna Carolina F. *O modelo do gancho e a formação de hábitos: tecnobehaviorismo, capitalismo de vigilância e economia da atenção*. Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”, 2022, v. 15, n. 2, p. 4-5. Ver também VAN DJICK, Jose; POELL, Thomas; de WAAL, Martjin. *The platform society*. Oxford University Press, 2018.

258 Idem, p. 4.

259 EYAL, Nir. *Hooked: how to build habit-forming products*. New York: Portfolio / Penguin, 2014.

francês *engager* (*en-gager*), que significa, de maneira geral, “participar de modo voluntário”, fazer algo com afinco ou vontade, dar em garantia. Interpõe-se aí uma diferença crucial, que não diz respeito a uma mera questão etimológica, na medida em que enganchar, ou capturar a atenção, é em tudo diferente de engajar-se num ato de vontade, que só pode ser operado *ativamente* por uma subjetividade.

A acepção tributada ao termo fica evidente, quando a autora sustenta, numa das passagens do texto, que os usuários das plataformas algorítmicas “são inseridos numa dinâmica experimental bastante opaca, na qual têm *pouca ou nenhuma consciência* sobre como suas ações e decisões estão sendo sutilmente influenciadas e condicionadas”²⁶⁰. Depreende-se, conforme Bentes, que as técnicas behavioristas expressam formas de influência psicológica que atuam num nível pré-reflexivo²⁶¹, com o objetivo de atuar, sutilmente, sobre os comportamentos. O design de plataformas organizaria, de acordo com a autora, uma série de estímulos, de maneira a antecipar, ou tornar prováveis, certos comportamentos, condicionado-os reflexivamente através da ativação de gatilhos.

Num paralelo com Michel Foucault, a autora resgata o modelo do Panóptico, de J. Bentham, argumentando que, se o capitalismo industrial encontrava em seu modelo arquitetônico o dispositivo ideal para a organização do poder disciplinar, o capitalismo de vigilância, por sua vez, encontra no modelo do gancho o arquétipo ideal para o funcionamento de suas engrenagens. “Se o Panóptico operava a partir de micropenalizações normalizadoras para moldar os comportamentos, o gancho aposta nas prescrições behavioristas ancoradas na lógica do condicionamento através de recompensas, que reforçam padrões automáticos de comportamento e visam formar hábitos”²⁶².

Entretanto, devemos atentar que, quando Foucault fala em poder disciplinar, para além do binário castigo/recompensa, está em questão, especificamente, uma dissociação da economia da visibilidade, na medida em que se reduz o número daqueles que exercem um poder hierárquico, ao passo em que se aumenta o número daqueles sobre os quais o poder de vigilância se exerce. Assim, enquanto modelo generalizável, o Panóptico permite um exercício de poder automatizado e desindividualizado, descontínuo em sua ação, mas permanente em seus efeitos, de modo a induzir nos indivíduos um estado *consciente* e

260 BENTES, Anna Carolina F. *O modelo do gancho e a formação de hábitos: tecnobehaviorismo, capitalismo de vigilância e economia da atenção*. Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”, 2022, v. 15, n. 2, p. 5.

261 Idem, p. 16.

262 Idem, p. 5-6.

permanente de vigilância, demandando uma “ortopedia da alma”, num *exercício contínuo sobre a própria subjetividade*.

Ainda que as disciplinas indiquem um modelo de utilização e docilização dos corpos, buscando aumentar sua força econômica e diminuir sua força política, a subjetividade não perde centralidade enquanto articuladora de uma atividade sobre si mesma. Deste modo, mesmo quando falamos, com Foucault, em poder disciplinar, é preciso considerar que sua analítica já se deparava, ainda que em menor medida, com as técnicas de si no interior do dispositivo, que não é, sobretudo, uma tecnologia de “captura” dos corpos, mas, fundamentalmente, de sua introdução numa racionalidade econômica, que demanda à subjetividade um *gesto* específico.

Importa levar este detalhe em conta, visto que, mesmo os aspectos de produção, utilização e docilidade dos corpos passam por uma *relação estabelecida pelo sujeito consigo mesmo*. A automatização do poder disciplinar, e da arquitetura panóptica, indica que o enclausuramento do corpo, numa distribuição espacial e temporal, acaba por invocar uma *conduta* do sujeito examinado, que não responde apenas aos estímulos da sanção/correção normalizadora, senão a procedimentos muito diferentes de um equivalente das práticas de condicionamento comportamental.

Feita essa pequena digressão, importa sublinhar que nos posicionamos, portanto, contra a perspectiva que situa o problema apenas numa espécie de “imperativo do engajamento”, ainda que, evidentemente, essas estratégias de condicionamento existam e sejam importantes para uma crítica dos dispositivos algorítmicos. Parece-nos, entretanto, que a questão da subjetividade, no escopo dessas novas tecnologias, demanda uma prática ativa sobre a interioridade do sujeito: aquilo que gostaríamos de denominar, a partir de agora, como *práticas de engajamento*.

2. 5 Práticas de engajamento: o sujeito como ato

Conforme vimos até aqui, os modos de subjetivação contemporâneos, especificamente, no escopo dos dispositivos algorítmicos, podem ser definidos segundo alguns aspectos preponderantes. Procuramos explorar a questão tomando distância cautelosa em relação às perspectivas de análise que situam a problematização “desde fora”, ou seja, na

dimensão inumana das plataformas algorítmicas, cuja interpretação aponta para uma inevitabilidade, ou *neutralização*, do sujeito.

Segundo nossa hipótese, pelo contrário, as figuras do assujeitamento virtual ilustram uma espécie de *ethos* da Pós-Modernidade, articulando as modalidades de ser a um singular conjunto de práticas, um tanto diversas em relação àquelas que designavam o homem da Modernidade. Elas estão situadas, atualmente, sobre um novo marco epistêmico, organizado ao redor dos conceitos de informação e comunicação²⁶³, e invocam, portanto, uma série de procedimentos inéditos, a partir dos quais o sujeito colocará em ação uma atividade sobre si mesmo.

A partir do material reunido, por meio de revisão bibliográfica, conseguimos discernir certas características que parecem compor essas novas modalidades de subjetivação. Vimos que a mecânica dos dispositivos algorítmicos demanda uma *interatividade* entre seus usuários, estruturada sobre *práticas comunicativas*, ou *narrativas digitais*, através de uma manifestação permanente da interioridade do sujeito. Essa atividade sobre si mesmo, na forma de uma *verbalização*, cumpre um papel de *verificação*, articulando as palavras daquele que enuncia, a um olhar analítico sobre o enunciado, numa visibilidade disposta sobre uma arquitetura transparente, ubíqua e reticular, de modo a transformar, profundamente, tanto a relação estabelecida pelo sujeito com a própria identidade, quanto suas relações sociais em geral. Conforme Fernanda Bruno,

Se o eu se constitui na imagem e como imagem, é preciso que ele tome para si seus atributos contemporâneos, ampliando sua margem de interatividade. O eu-imagem deve ser reativo ao olhar do outro. Sua autenticidade não mais se esconde por trás de signos a interpretar, mas se constitui no ato mesmo de se fazer ver pelo outro. Esta íntima relação entre existir, ver e ser visto é explicitada, por exemplo, [...] nas conversações e “curtidas” em redes sociais, ou nas ferramentas de comentários de blogs e de plataformas de compartilhamento de fotografias ou vídeos, por meio das quais os leitores e espectadores participam ativamente da escritura e da composição da imagem que o autor constitui para si e para os outros.²⁶⁴

As tecnologias algorítmicas *redistribuíram as modalidades de experiência de si numa dimensão virtual*, deixando de servir apenas enquanto uma ferramenta para comunicação

263 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019.

264 BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver; modos de ser*. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 69. Acrescenta a autora, na página seguinte: “Podemos perguntar sobre o grau de veracidade destas cotações do eu no olhar do outro; podemos perguntar se o que se atribui à superfície e à imagem tem alguma correspondência com uma profundidade, esta si supostamente autêntica ou real. Retomamos aqui a transformação no sentido e na experiência da intimidade. Nas práticas contemporâneas de exposição do eu, a autenticidade parece encontrar-se menos vinculada ao opaco e ao recôndito do que ao visível”.

entre indivíduos, e assumindo a centralidade da comunicação em si mesma²⁶⁵. Com efeito, as plataformas algorítmicas, como as redes sociais, inseriram a experiência da subjetividade no plano informacional e comunicacional, possibilitando, desta forma, uma *intensificação* das práticas de si e dos gestos performativos sobre a própria identidade, de uma maneira inédita, se comparada ao horizonte das modalidades de subjetivação que se desenvolveram com o pensamento ocidental.

Procuramos apontar, destarte, uma linha de continuidade entre as técnicas de si, elaboradas nos primeiros séculos do cristianismo, como as práticas de *confissão*, e as modalidades contemporâneas de subjetivação, na medida em que, em ambos procedimentos de assujeitamento, *a subjetividade é operativa dos atos de verdade sobre si mesma*. Grande parte da história dos procedimentos de subjetivação, no Ocidente, está envolvida com a história do pastorado que, conforme vimos anteriormente, com Foucault, poderia ser confundida com a história mesma do sujeito.

Observamos, também, que os dispositivos algorítmicos introduziram uma nova percepção sobre o corpo, na medida em que as práticas comunicativas se desenrolam na esfera digital, requerendo, portanto, uma *corporeidade* que atenda à virtualidade das relações. De modo que, para além dos efeitos de saber dos sistemas de análise de dados, o *perfil* demarca a *articulação* entre a interioridade do corpo analógico e a externalidade do sujeito virtual, um terreno por sobre o qual se elabora uma nova modalidade de relação consigo mesmo – onde se desenvolvem os exercícios mediante os quais a subjetividade se constitui tanto como objeto do conhecimento, quanto as práticas que lhe permitem transformar seus próprios gestos. Conforme Pablo Rodríguez, a partir das tecnologias do eu contemporâneas, o perfil “constitui uma atribuição mutante de um si mesmo digital que redefine os nexos clássicos entre identidade, corpo e pessoa”²⁶⁶.

O perfil demarca, deste modo, a substância ética da subjetividade, destacando a parte do indivíduo que será colocada em relação com um conjunto de práticas, e que constituirá a matéria de uma conduta moral. Já não estamos, portanto, diante de entidades tomadas por sua natureza biológica – como nos dispositivos disciplinares, ou numa biopolítica da população –, senão frente a *entidades* tomadas em seus aspectos *comunicacionais*.

265 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 471.

266 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Espectáculo do dividuo: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais*. In: *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2018, p. 195.

Avançando em nossa hipótese, convém pensar a maneira pela qual essas novas modalidades de subjetivação devem um *processo ativo*, em que a subjetividade não é apenas um objeto de governo das condutas, senão uma atividade sobre si mesma. Nesse sentido, conforme Pablo Rodríguez,

É interessante observar que a geração de perfis não é uma prática exercida unicamente pelos sistemas mais evidentes de vigilância, estatais ou privados, em busca de informação qualificada sobre um sujeito. Participar de uma rede social é também, de maneira fundamental, gerar um perfil. O perfil pode adotar várias formas, é possível mudar de perfil; é preciso fazê-lo. Pode-se dizer, então, que o perfil é o si mesmo do *dividual* e o lugar em que se encenam definições de si mesmo, que constituem atuações, [...]. As muitas microeleições que se realizam diariamente nas redes sociais (fotos, gestos, exibição de gostos, relatos de atividades cotidianas, convocatória para passeatas, informações compartilhadas, eleição de *links* de outros usuários etc.) “constituem simulações, e não representações fideis ancoradas num referente”. De todo modo, é necessário esclarecer imediatamente que, de acordo com tudo o que se disse até aqui, a vida social moderna sempre esteve atravessada por um nível de atuação, pelo qual se apagam as fronteiras entre uma simulação e uma representação “fidel”. Sem dúvida, a atribuição de um sujeito a um corpo e a uma pessoa permitia, em tempos disciplinares, supor uma identidade fixa, embora não fosse de todo certo. Mas, no reino do *dividual*, a construção de si mesmo é evidente. Essa seria uma das principais transformações dos modos contemporâneos de subjetivação.²⁶⁷

Por este motivo, optamos por denominar estes procedimentos do agir comunicacional, na esfera virtual, enquanto *práticas de engajamento*, acentuando a *dinamicidade* entre os polos do sujeito e do dispositivo. Em nossa perspectiva, a subjetividade não poderia ser compreendida apenas enquanto um efeito de saber, mas como uma prática de si, em que a identidade é buscada, e se constitui, mediante uma demanda constante por exposição, ao modo de uma verbalização, ou de uma confissão.

Engajamento é a palavra de ordem no contexto contemporâneo das redes sociais. Ela revela uma *ação* “de dentro para fora”, um ato de vontade, que não denota, em absoluto, uma captura da subjetividade, ou seu mero condicionamento por estímulos ou gatilhos, senão a sua produção através de uma *interatividade*. O ato de compartilhar ou curtir uma publicação, ou de postar um pensamento ou opinião, no domínio virtual, não nos parece inteiramente atrelado ao condicionamento da ação num nível pré-reflexivo, mas aponta, ao contrário, para a busca da identidade, por meio de uma nova experiência da subjetividade, ou seja, através de uma prática comunicativa, ou narrativa digital, cuja performance coloca em operação as engrenagens do dispositivo algorítmico, ensejando, assim, seus efeitos de saber.

267 Idem, p. 193.

Nesse sentido, retomando Pablo Rodríguez, existe uma renovação dos modos de subjetivação²⁶⁸, na medida em que “a modulação e a otimização, o trabalho afetivo-informacional [...], apelam a um *trabalho sobre o subjetivo* que tem diferenças com as configurações disciplinares e biopolíticas tradicionais. É o momento do *dividual*”²⁶⁹. Para fundamentar sua colocação, Rodríguez resgata o conceito de “*dividualidade*”, conforme elaborado por Gilles Deleuze em *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*, e que gostaríamos de aqui explorar, com o objetivo de analisar a composição da subjetividade num *devoir interactivo e engajado*, que está para além da indivisibilidade do indivíduo.

Conforme vimos anteriormente, Deleuze introduz o conceito de sociedades de controle para abarcar a transição dos espaços disciplinares para um novo regime de poder. Segundo o autor, o confinamento das disciplinas designa um conjunto de moldes, distintas moldagens, ao passo que os controles, ou controlatos, apontam para uma “modulação, como uma moldagem auto-deformante, que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira, cujas malhas mudassem de um ponto a outro”²⁷⁰. Se as sociedades disciplinares atribuíam ao indivíduo uma *assinatura*, e apontavam sua posição numa massa a partir de uma *matrícula*, moldando individualmente cada um de seus membros, as sociedades de controle, por outro lado, se caracterizam pela atribuição de uma *senha*, ou *cifra (chiffre)* *dividual*, designada por uma linguagem numérica, que marca o acesso, ou não, da massa à *informação*:

Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “*dividuais*”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “*bancos*”. É o dinheiro que talvez melhor exprima essa distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão –, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda. A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, *mas também na nossa maneira de viver e nas relações com outrem*²⁷¹.

268 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 448.

269 Idem, p. 448, grifo nosso. “Nossa experiência cotidiana é cada vez menos limitada pelos contornos do que concebemos como indivíduo em termos modernos. Nossos comportamentos e relações (consigo mesmo, com os outros e com os objetos) estão mais próximos do que chamaremos de ‘o *dividual*’ do que para o indivíduo, especialmente à luz das experiências mediadas por biotecnologias, aplicativos, redes sociais e plataformas digitais”. BRUNO, Fernanda; RODRÍGUEZ, Pablo Manolo Rodríguez. *The dividual: digital practices and biotechnologies*. In: *Theory, Culture & Society*, v. 39, nº 3, p. 1-2.

270 DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sur les sociétés de contrôles*. In: *L'autre journal*, v. 1, 1990.

271 Idem.

A substituição de um corpo individual, e numérico, por uma cifra *dividual* a ser controlada, se refere a um primeiro efeito na transição entre os regimes de poder, indicada por Deleuze, entre as sociedades disciplinares e as sociedades de controle. Rodríguez sustenta, entretanto, que a dividualidade reflete, também, uma segunda camada de sentido, em seus efeitos biopolíticos, na medida em que “se desvanece o indivíduo em benefício de uma matéria ‘dividual’ que deve ser controlada”²⁷², ou seja, substituindo-se a *materialização* do corpo individual, pelo governo dos fragmentos dividuais, pela regulação de uma *materialidade* que se dá “em relação com uma *possibilidade*”²⁷³.

É a partir daí que, segundo o autor, poderíamos estabelecer um vínculo com os processos de governamentalidade algorítmica e a construção de perfis²⁷⁴. No âmbito dos dispositivos algorítmicos, que intensificam o processo de decomposição da corporeidade, os indivíduos já não são tomados em sua materialidade pelas táticas governamentais, senão pela síntese que se depreende do conjunto das dividualidades, fragmentadas e multiplicadas²⁷⁵, e posteriormente reorganizadas por uma composição de dados agregados. Nas palavras de Rodríguez,

[...] esse suposto “duplo informático”, que é bastante consistente com a primeira imagem que emprega Deleuze em “*Post-scriptum*” (os indivíduos convertidos em dividuais frente as massas convertidas em bancos de dados), não seria exatamente um espelho, senão mais uma multiplicação, uma fragmentação e explosão de dados que em breve, mais tarde, encontrará o indivíduo do qual supostamente provém, e ao qual supostamente volta. O dividual nomearia, então, esse longo processo de mediação informacional, onde haverá que se ver se o indivíduo resultante da

272 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 452.

273 Idem, p. 452, grifo nosso.

274 Idem, p. 452.

275 Numa primeira aproximação do termo, poderíamos dizer que “O dividual é entendido como uma multiplicação, como uma fragmentação e explosão de dados. Quando os dados vão ao individual, o processo é ‘dividual’, um processo de mediação informacional, e quando vão para a massa, tornam-se bancos (*banks*)”. Uma segunda maneira de interpretar o dividual nas sociedades de controle deriva, em certa medida, de uma perspectiva operaísta, como a de Maurizio Lazzarato, que, segundo Fernanda Bruno e Pablo Rodríguez, sustenta ser “[...] necessário pensar a produção de riqueza no capitalismo, assim como o investimento subjetivo aplicado nisso, de acordo com dois dispositivos (*two devices*): a sujeição social (*social subjection*) e a escravização maquínica (*machinic enslavement*). Enquanto a sujeição social equipa-nos com uma subjetividade individual e individualizada, fornecendo-nos uma identidade, uma sexualidade, uma profissão ou uma nacionalidade, a escravização maquínica operaria através da dessubjetivação, mobilizando semióticas que escapam tanto da representação quanto da linguagem, mesmo assim sendo funcional e operacional [...] O dividual implica outras composições com as máquinas. Ele nem faz uso delas, nem é oposto a elas (como seria o caso do individual a respeito da divisão sujeito/objeto), mas é adjacente às máquinas”. BRUNO, Fernanda; RODRÍGUEZ, Pablo Manolo. *The dividual: digital practices and biotechnologies*. *Theory, culture & society*, v. 39, nº 3, 2022, p. 10.

“dividualização” é o mesmo do qual se havia partido. A ele se atribui parte do destino do dividual como modo de subjetivação²⁷⁶.

Parte-se, segundo a hipótese deleuziana, de uma duplicação informática do indivíduo para a sua “captura” em acontecimento, em *possibilidade*, em devir, designando uma constituição fractal da subjetividade. “Ou seja: os indivíduos já não seriam ‘individuais’ no reino da informação, mas, o que os faz indivíduos, ao término desse processo, será o resultado de algum tipo de ‘dividualização’: transformação de indivíduos em dados e recomposição posterior que tem, como resultado, outro indivíduo relacionado”²⁷⁷, mas que não é, de todo modo, igual ao indivíduo anterior à tecnomediação pelos dispositivos algorítmicos.

No entanto, se levássemos a perspectiva deleuziana em sua literalidade, seria de se supor que a dividualidade designaria um processo de subjetivação operado desde fora do sujeito, ou seja, os indivíduos seriam entendidos como sujeitos passivos tomados por dispositivos²⁷⁸, aos quais obedecem de um modo ou outro. Rodríguez então atenta, acertadamente, que as lógicas da modulação e da otimização lograriam um êxito que, ironicamente, seria um fracasso em termos foucaultianos, pois o vínculo entre poder e subjetivação se produz, pelo contrário, quando estes sujeitos devém *ativos*, tensionando o dispositivo desde o seu interior²⁷⁹. Esta interpretação nos oferece a possibilidade de pensar na “dividualidade” como um *modo de subjetivação ativo*, onde os perfis digitais, para além de objetos de controle ou captura, ou para além de uma governamentalidade e da regulação das

276 RODRÍGUEZ, Pablo. *Las palabras en las cosas. Saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 452.

277 Idem, p. 453.

278 Por exemplo, segundo Castor Ruiz, “Toda tecnologia (e saber) se imbrica no modo de viver dos sujeitos de tal modo que quanto mais complexa é a tecnologia, maior impacto produz sobre aqueles que a utilizam. As tecnologias atravessam os sujeitos que as utilizam a tal ponto que produzem o próprio modo de ser do sujeito. *Não somos nós que utilizamos externamente as tecnologias, senão que nós, ao utilizá-las, também somos constituídos por elas no nosso modo de ser*. Quanto mais *intensamente* utilizamos uma tecnologia, mais ela *nos modifica*. As tecnologias (e os saberes) têm um efeito de poder sobre os sujeitos através do qual constituem um modo de ser desses sujeitos, dependendo da intensidade da tecnologia e da amplitude do uso que dela se faz”. RUIZ, Castor, p. 6. Ver, também, VIGNOLA, Paolo. *Nietzsche in the Amazon: for a nomadology beyond algorithmic governmentality*. *Ética & Política/Ethics & Politics*, v. 18, n° 3, 2016, p. 269-285.

279 RODRÍGUEZ, Pablo. *Las palabras en las cosas. Saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 455. Seguindo a perspectiva de uma generalização do regime preditivo, para colocar em questão os dispositivos algorítmicos, Eric Sadin sustenta, em *A via algorítmica*, que, “Enfim, o técnico-poder (*le techno-pouvoir*) contradiz a ideia pós-moderna que afirma, seguindo Michel Foucault, que o ‘poder está em toda parte’ aninhando-se no vazio dentro de toda relação. Sua forma preponderante é identificável e localizável, formalizado nos grupos econômicos da Internet e no tratamento dos dados. Não somente o poder não está em todos os lugares, mas sua fonte, seu coração, podem ser hoje precisamente apontados: eles se situam nos laboratórios de pesquisa impulsionados pelos sonhos ilimitados dos engenheiros. SADIN, Eric. *La vie algorithmique. Critique de la raison numérique*. Paris: Éditions L’Échappée, 2015, p. 203.

condutas, são também operativos em relação às estratégias de poder que lhes tomam como objeto de saber e intervenção. Neste sentido, apontando os limites do termo biopoder e biopolítica, e aquilo que consideram apropriações errôneas do termo²⁸⁰ contemporaneamente, Paul Rabinow e Nikolas Rose indicam que o conceito de biopoder deveria incluir, dentre outras coisas, o elemento dos modos de subjetivação:

Modos de subjetivação, através dos quais os indivíduos são trazidos a trabalhar em si mesmos, abaixo de certas formas de autoridade, em relação com discursos de verdade, por meio de práticas de si, em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família ou de qualquer outra coletividade, ou mesmo em nome da vida ou da saúde da população como um todo.²⁸¹

Conforme procuramos elaborar ao longo deste capítulo, segundo a metodologia foucaultiana, colocar em questão as modalidades contemporâneas de governo, ou neste caso, governamentalidade algorítmica, não poderia deixar de passar por uma problematização acerca do renovado conjunto de práticas tecnomediadas pelos dispositivos algorítmicos, através das quais as figuras do assujeitamento estabelecem uma relação consigo mesmas, modificando seus comportamentos.

Este é o nosso ponto em resgatar o conceito de dividualidade em Deleuze, segundo a interpretação de Rodríguez, que em muito se aproxima da nossa, ainda que não seja inteiramente semelhante: não para reforçar o argumento de captura ou preempção da subjetividade, senão para colocar em questão a dividualidade como modo de subjetivação ativo, como efeito das práticas de engajamento, em que a identidade é buscada numa *interação* entre perfis, entre corporeidades virtuais engajadas.

Ao mesmo tempo que o perfil prefigura uma ‘tecnologia do eu’ para o suposto indivíduo que pretende relacionar-se com ele, deriva esse vínculo a um sistema de predição de comportamentos que necessitará definitivamente sua anuência. Os resultados dos algoritmos deverão ser confirmados pelo mesmo indivíduo que espera dos algoritmos um conhecimento maior de sua própria existência, ou de seu perfil. É ali, no acercamento assintótico entre indivíduo e perfil, onde radica o verdadeiro interesse e potencial do processo completo. Os procedimentos de identificação tornam-se muito mais sutis e *dinâmicos* que nos tempos anteriores à governamentalidade algorítmica²⁸².

280 RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. *Biopower today*. In: *BioSocieties*, v. 1, nº 2, 2006, p. 198-204.

281 Idem, p. 197.

282 RODRÍGUEZ, Pablo. *Las palabras en las cosas. Saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, p. 459, grifo nosso.

De acordo com Castor Bartolomé Ruiz, a algoritmização da vida está revolucionando, qualitativamente, o modo de nos relacionarmos com outras pessoas. “O tipo de comunicação que mantemos é muito mais digital que pessoal, e com isso os afetos humanos começam a ser diferentes. Poderíamos dizer que são afetos digitalizados, algoritmizados, porque estão atravessados e contaminados por estas mediações”²⁸³. E, segundo nossa hipótese, essa fragmentariedade dos afetos virtuais, mediados pelas tecnologias algorítmicas, transborda para a corporeidade analógica, como efeito das práticas de engajamento. A relação estabelecida pelo sujeito consigo mesmo, por meio das práticas de engajamento, não está adstrita à esfera virtual, como efeito de saber que retorna como estratégia de intervenção ou de preempção sobre a subjetividade (para fins mercadológicos, por exemplo), mas, sobretudo, sobrepuja-se sobre o mundo analógico, sobre as corporeidades “de carne e osso”.

Por este motivo, colocamos em questão a dividualidade como um modo de subjetivação ativo, correspondente à novidade representada pelos dispositivos algorítmicos enquanto mediadores da vida social. A dupla corporeidade, segundo o sentido que aqui procuramos atribuí-la, refere-se a este movimento, ou articulação, entre o virtual e o analógico, de modo a “cindir” as práticas de subjetivação em duas esferas diferentes, mas que, ao fim e ao cabo, retornam sobre um mesmo sujeito, através de um mesmo perfil.

Portanto, a construção do perfil seria uma constituição do si mesmo, dedicada à notoriedade que, em seu caráter mesmo de dividual, seria efêmera. [...] Assim, toda a energia colocada, antes, na elaboração de um eu interior, assentado numa temporalidade larga, que daria como resultado essa relativa equivalência entre individual, pessoal e singular, agora se redireciona aos signos externos que proverão a imagem de um si mesmo para os outros, e nesse *feedback* garantido pela perfilização o sujeito se entende como um espaço de inversões que oferecem resultados: um *hashtag* exitoso, uma imagem ou uma frase muito “curtida”, uma ascensão à categoria de *influencer* no *Instagram*, etc²⁸⁴.

A novidade desta singular experiência de si é que a interação, por meio dos perfis virtuais, leva a uma *intensificação* da relação estabelecida pelo sujeito com a sua interioridade, vinculando a busca da identidade às práticas comunicativas, ou *práticas de engajamento*, que o mantém numa *permanente atividade sobre a própria subjetividade*.

Quando tomamos de exemplo o contexto social e político contemporâneo, profundamente transformado com a popularização das redes sociais, observa-se que o objeto

283 RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas*. In: Caderno IHU Ideias (UNISINOS), Instituto Humanitas. Ano 19, nº 314, vol. 19, 2021, p. 5.

284 RODRÍGUEZ, Pablo. *Las palabras en las cosas. Saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019, 464-465.

da crítica, em relação aos dispositivos algorítmicos, está centralizado, grosso modo, nas questões que envolvem a disseminação de notícias falsas (*fake news*), bem como, na utilização indiscriminada de dados pessoais, por parte das grandes *bigtechs*, para estratégias de publicidade.

De maneira geral, busca-se combater os efeitos da desinformação algorítmica por meio de uma confrontação racional com fatos e argumentos fundamentados, seja pela mídia, com as costumeiras checagens de fatos (*fact checking*), seja pela própria sociedade civil, em sua capilaridade, e em suas interações moleculares. Numa dimensão jurídica, elaboram-se regulações sobre a coleta e utilização, para fins econômicos, de informações pessoais cedidas gratuitamente pelos usuários, quando da sua interação por meio das plataformas algorítmicas.

No entanto, estes efeitos de saber, como núcleo de um debate ético contemporâneo, não nos parecem apontar razões suficientes pelas quais, ou através das quais, podemos identificar uma transformação, em igual medida, ao nível dos comportamentos, que transbordam a esfera virtual, para além de uma repetitiva argumentação apoiada nos aspectos preemptórios da governamentalidade algorítmica²⁸⁵.

Semelhante crítica é colocada por Pablo Rodríguez e Fernanda Bruno, sobre os limites do conceito de governamentalidade algorítmica para a apreensão das modalidades de subjetivação que se desenvolvem com as novas tecnologias:

Para Rouvroy e Berns, [...] o *dividual* é um conceito-chave para entender que nas práticas digitais e nas biotecnologias existe um processo de individuação em andamento, diferente do passado, que produz uma “interrupção” do processo de subjetivação. Nós sustentamos, em vez disso, que existe uma *dividuação*, ou seja, um processo de individuação que funciona *no* *dividual*, entendido como a maneira como os indivíduos empreendem esse processo de subjetivação por meio das tecnologias digitais e práticas biogenéticas. A *dividuação* pode ser descrita como um tipo de subjetivação não-limitada ao corpo e desenvolvendo um tipo de intimidade com as tecnologias, e é por isso que a moderna distinção entre publicidade, privacidade e intimidade está em questão hoje. Nós compartilhamos a crítica da governamentalidade algorítmica como uma tecnologia de poder que tentando capturar o processo de *dividuação* para o processo de acumulação capitalista, mas não ao ponto de desacreditar completamente as forças de subjetivação lançadas pela *dividuação*.²⁸⁶

285 Como bem indaga Evgeny Morozov, “Será a crise das *fake news* a causa do colapso da democracia? Ou seria ela só a consequência de um mal-estar mais profundo, estrutural, que está em desenvolvimento há muito tempo? Como é impossível negar a existência de uma crise, a pergunta que toda democracia madura deveria estar se fazendo é se sua causa são mesmo as *fake news* ou é provocada por algo completamente diferente”. MOROZOV, Evgeny. *Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018, p. 183.

286 BRUNO, Fernanda; RODRÍGUEZ, Pablo Manolo Rodríguez. *The dividual: digital practices and biotechnologies*. In: *Theory, Culture & Society*, v. 39, nº 3, p. 18-19.

A título ilustrativo da problematização que estamos propondo com esta pesquisa, lembremos daquelas pessoas que, durante o decurso da pandemia do novo coronavírus, negaram a eficácia de vacinas devidamente testadas, ao passo em que incentivaram a utilização de medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento da doença. Essas manifestações de ordem pessoal, como bem se sabe, não se resumiram a publicações ou compartilhamento de opiniões nas redes sociais: elas traduziram-se, também, em comportamentos e gestos “no mundo real”, com a propagação exponencial do vírus, e a consequente contaminação de milhares de vítimas fatais.

Um exemplo semelhante pode ser identificado nas recentes expressões da extrema-direita, ou de qualquer que seja a nomenclatura destinada aos inomináveis estandartes do conservadorismo, a nível global, que souberam se organizar e pautar o debate político contemporâneo através das redes sociais. Mesmo que as estratégias mercadológicas de *microtargeting* tenham encontrado uma utilidade política²⁸⁷, contribuindo para a disseminação de desinformação, e a análise e agregação de dados sejam eficazes em identificar alvos potenciais com relação a determinada agenda, a extrema-direita soube mobilizar²⁸⁸, em igual medida, uma série de *comportamentos*, muitas vezes ensandecidos e desprovidos de qualquer lógica aparente²⁸⁹, que excedem a esfera virtual, e se encontram com a esfera analógica²⁹⁰. De maneira geral, ambos exemplos parecem indicar que a questão não se resume aos efeitos de saber decorrentes de tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos, ou de uma arquitetura digital estruturada sobre técnicas de condicionamento e estímulo de determinados comportamentos, senão que deve ser considerada, também, desde a perspectiva dos processos de subjetivação, e das práticas de si. Conforme Amanda Medeiros,

287 O’NEIL, Cathy. *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown Publishers, 2017.

288 DA EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos*. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Editora Vestígio, 2019.

289 “O espaço público ciberneticizado é a consumação do pós-modernismo: o discurso é estilizado, a verdade é indiscernível, e o relativismo é a nova norma. Assim, a celebração da horizontalidade e o fervente ativismo das novas mídias não são, de forma alguma, contraditórios com o mais e mais flagrante surgimento – os EUA lançaram essa tendência – de líderes cibernéticos que devem sua conquista do poder às novas tecnologias de comunicação, e que estão as estão utilizando para construir sua autoridade carismática”. TIQQUN. *The cybernetic hypothesis*. Translated by Robert Hurley. MIT Press, 2020, p. 13.

290 “Embora, atualmente, possamos enxergar vinculações possíveis entre movimentos sociais, internet e emoções, essas interseções nem sempre existiram – sobretudo no que tange ao uso da web –, ou sequer se apresentaram de modo semelhante ao que vemos hoje. Utilizar-se de espaços interativos *online* para mobilizar estrategicamente emoções e alcançar engajamento político é algo que movimentos sociais das últimas décadas puderam lançar mão”. MEDEIROS, Amanda. “*Devemos implodir o que resta de seus castelos*”: o Movimento Brasil Livre (MBL) e a mobilização política de emoções. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 35.

Em tempos de movimentos sociais ocupando a rede e se articulando em rede, é indispensável que atentemos para o *uso e apropriação* dos espaços interativos da internet – especialmente os *sites* de redes sociais – nas dinâmicas de engajamento e de manutenção de atores distintos. Enquanto o conceito de *uso* pode ser entendido como o “emprego habitual” de um objeto, uma tecnologia ou um tipo de discurso; a ideia de *apropriação* implica ressignificação de práticas e/ou dispositivos tecnológicos, aludindo, pois, ao ato de não empregar somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais trazidos [pelos sujeitos ativos] para apoiar o processo de intercâmbio simbólico. [...] Neste sentido, muito mais que pensar o modo como a *midiatização* afeta as práticas comunicativas, vale questionar sobre *o que as pessoas fazem com a comunicação midiatizada nesta dinâmica de apropriação das TICs. Isso porque, a forma e a intensidade com que essas tecnologias atravessam o meio social estão condicionadas tanto pelas características técnicas impostas desde a sua elaboração, quanto pela maneira como os usuários irão se apropriar delas e forjar outros caminhos no perímetro das possibilidades reais.*²⁹¹

Segundo nossa hipótese, é a partir das práticas de engajamento, ao nível dos perfis virtuais, que se extrai um gesto, uma conduta, ou uma confissão, na dimensão dos corpos analógicos. Elas *intensificam*, por meio de permanentes práticas comunicativas, a experiência de si, ora disseminada pelas populares telas de cristal líquido, apelando a um trabalho constante, e consciente, sobre a subjetividade.

Nesse sentido, conforme Pablo Rodríguez e Fernanda Bruno, o *dividual* não é resultado, ou produto, dos mecanismos de poder das sociedades de controle, ou de uma governamentalidade algorítmica, abarcando, de outro modo, o sentido de uma “dimensão de processo de subjetivação envolvendo a experiência de ser um indivíduo [...]”²⁹², que se desdobra na esfera digital:

Nós enfatizamos que tecnologia política dos indivíduos, como Foucault sugere, implica não apenas um poder que produz e assujeita o individual, mas que *engaja modos de subjetivação*. Essa perspectiva guiou nossa exploração das práticas *dividuais* na biotecnologia, na cultura digital e no sistema financeiro. Nós analisamos, nesses contextos, a produção algorítmica de *divíduos* sem negar as possibilidades de subjetivação, que constituem novos modos de *dividuação*, que deveríamos chamar como uma “tecnologia política dos *divíduos*”. Rejeitando a hipótese de que as práticas *dividuais* implicam um apagamento do individual e dos processos de subjetivação, nós objetivamos apontar [...], um processo de *dividuação* no domínio das *dividualidades* digitais [...]²⁹³.

291 Idem, p. 67-68, grifo nosso.

292 BRUNO, Fernanda; RODRÍGUEZ, Pablo Manolo Rodríguez. *The dividual: digital practices and biotechnologies*. In: *Theory, Culture & Society*, v. 39, nº 3, p. 20.

293 Idem, p. 20, grifo nosso.

Evidentemente, a resposta para essas questões podem, e devem, ser investigadas em outras frentes. Na prática, como bem sublinham Fernando Vidal e Francisco Ortega, “nenhuma concepção do humano é monolítica ou hegemônica em determinada cultura, e as pessoas não são apenas um tipo de sujeito”²⁹⁴. No entanto, tomar os *processos de subjetivação* como escopo de análise torna-se fundamental, no contexto de uma problematização dos dispositivos algorítmicos, visto que são estes procedimentos sobre a subjetividade, a interioridade e a consciência reflexiva, ou de modo geral, sobre a substância ética, que “tornam os indivíduos o que são e contribuem para moldar seu comportamento e sua experiência”²⁹⁵. De nossa perspectiva, parece inafastável a relação entre as novas modalidades de ser, ensejadas pela tecnomediação informacional da vida, e as questões de ordem ética, estética e política, que ora se impõem no horizonte das democracias contemporâneas.

294 VIDAL, Fernando; ORTEGA, Francisco. *Somos nosso cérebro? Neurociências, subjetividade, cultura*. São Paulo: n-1 edições/ Hedra, 2019, p. 29.

295 Idem, p. 29.

CAPÍTULO III

3. A máquina, a técnica e o homem: a hipótese de uma virtualização da experiência de si

Reunimos, até aqui, aqueles elementos que, conforme a nossa hipótese, compõem as *práticas de engajamento*: em primeiro lugar, destacamos as narrativas digitais como procedimentos de subjetivação que atualizam as estruturas do dispositivo confessional no escopo das tecnologias algorítmicas. A experiência da subjetividade, nos dispositivos algorítmicos, se desenrola, conforme vimos, sobre um conjunto de *interações comunicativas*, relações cambiantes de contaminação mútua, que *ativam* as mesmas tecnologias que lhes tomam como objeto de um saber. Sobretudo, as tecnologias algorítmicas deixam de representar um *meio* para indivíduos que se comunicam, ocupando a centralidade da comunicação em si mesma, de modo que procuramos designar os atores desta rede enquanto entidades comunicacionais. As *entidades comunicacionais* expressam uma singular *modalidade de ser*, que, no escopo das tecnologias algorítmicas, como as redes sociais, vincula a experiência da subjetividade às regras da interação comunicativa.

Para além da rarefação dos procedimentos e ocasiões de subjetivação, segundo a tese da governamentalidade algorítmica, entendemos que a experiência da subjetividade, na forma da *busca* pela identidade de si nas redes sociais, é um efeito, antes, das *práticas comunicativas*, ou *confessionais*, que ativam, numa relação *dinâmica*, as mesmas estruturas que lhe tomam como objeto de um saber, e não propriamente um efeito das máquinas por si mesmas. Por esta razão, buscamos nos afastar de uma perspectiva de explicação tecnobehaviorista, para examinar o perfil enquanto *corporeidade virtual* através da qual as práticas de si passam por uma verbalização, exteriorização e transparência permanentes.

Neste terceiro, e último capítulo, mergulharemos nas dimensões daquilo que denominamos de “virtualização da experiência de si”, enquanto efeito de subjetividade derivada das práticas de engajamento. Num primeiro momento, buscamos examinar, a partir de Pierre Lévy, a hipótese de uma subjetividade enquanto *experiência* estruturada através de uma rede heterogênea de elementos, como computadores, redes, algoritmos, sistemas de representação que, em conjunto, reestruturam as faculdades perceptivas. Desta perspectiva, a intensificação da relação estabelecida consigo mesmo, através da produção de identidades

online por meio das redes sociais, deve ser pensada como “um processo de definição mútua” no qual tanto os dispositivos algorítmicos quanto os sujeitos estão intimamente implicados.

Com a ascensão do hipertexto e dos processos cognitivos que se efetuam em rede, conforme Lévy, a escrita virtual designa uma das condições de possibilidade para o *emergir de um tipo de subjetividade* adstrita a um contexto técnico e material muito específico, pautado pelas tecnologias algorítmicas. Deste modo, procuraremos sustentar, junto aos autores investigados, que o escoamento substancial dos modos de subjetivação para a dimensão virtual, especialmente para os dispositivos algorítmicos (como as redes sociais), sugere a inserção das práticas de si numa temporalidade inteiramente diferente daquela que designa a esfera analógica, de modo a *intensificar* a relação estabelecida pelo sujeito consigo mesmo.

No segundo item, teremos por escopo indicar que a virtualização da experiência de si corresponde, segundo nossa hipótese, ao conjunto das práticas de si, ou práticas de engajamento, que articulam a dialética entre o virtual e o analógico, produzindo, assim, efeitos de subjetividade. A hiperconectividade alterou profundamente a experiência do espaço e do tempo, ensejando uma nova disposição das maneiras de pensar, sentir, desejar, de perceber o mundo e as relações, bem como, viabilizando novas possibilidades de imaginar, apresentar e performar o si-mesmo.

No terceiro ponto, buscaremos argumentar que o processo de desdobramento da subjetividade através das práticas, ou de virtualização da experiência de si, no escopo das tecnologias algorítmicas, é contínuo, transparente e recíproco, de maneira que não se trata de colocarmos em questão um si-mesmo imanente, previamente existente, explicado por aproximações metanarrativas ou por um determinismo tecnológico, mas que se coloca numa relação ativa com estes dispositivos técnicos.

3.1 Hipertexto: escrita, comunicação e novas maneiras de ser

No início dos anos 1990, Pierre Lévy soube antever a problematização, que ora se interpõe com urgência, a respeito da incidência das tecnologias digitais sobre todos os aspectos da vida social, indicando, já naquele momento, que a técnica configuraria um dos aspectos fundamentais da época atual, e “um dos mais importantes temas filosóficos e

políticos de nosso tempo”²⁹⁶, onde o que está em questão é a transformação do mundo humano por ele mesmo²⁹⁷. Lévy é herdeiro do projeto filosófico de Gilbert Simondon, um dos autores precursores a colocar em relação, no pensamento contemporâneo, o homem e sua existência técnica²⁹⁸, ou seja, a técnica como coextensiva à própria sociedade²⁹⁹, e a cibernética como uma sinalização de um processo de ruptura dos modos de existência dos seres humanos. A partir da hipótese dos processos de individuação³⁰⁰, Simondon buscou deslocar a ontologia do individual para uma ontogênese da individuação³⁰¹, de modo a colocar em questão o indivíduo para além da metafísica clássica da substância, procurando compreendê-lo enquanto a relação dinâmica entre o pré-individual e o trans-individual, entre o “eu” e o “nós”, numa coindividuação que produz o social e suas significações.

Ainda que não tenhamos por escopo abordar aqui a filosofia simondoniana em seus pormenores, não podemos nos furtar em destacar que seus desenvolvimentos teóricos subjazem tanto a perspectiva dos metabolismos rizomáticos e da dividualidade, de Gilles Deleuze, quanto a tentativa empreendida por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns em descrever a rarefação dos processos de subjetivação, diante da objetividade imanente da governamentalidade algorítmica a um nível pré-reflexivo. Em *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*, a reflexão desenvolvida por Pierre Lévy sobre as “tecnologias intelectuais” retoma o pensamento simondoniano, ainda que noutra abordagem, buscando explorar as divisões mais fundamentais do ser, como, por exemplo, quando questiona: “O que acontece com a distinção bem marcada entre o sujeito e o objeto do conhecimento quando nosso pensamento encontra-se profundamente moldado por dispositivos materiais e coletivos sociotécnicos?”³⁰². Seguindo a perspectiva deleuziana sobre a relação entre subjetividade e máquina, Lévy sustenta que as “instituições e máquinas informacionais se entrelaçam no íntimo do sujeito”³⁰³, num processo que, conforme o autor,

296 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 7.

297 Idem, p. 7.

298 SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Editions Aubier, 2001.

299 RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Um novo modo de existência*. In: SIMONDON, Gilbert. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 20.

300 SIMONDON, Gilbert. *L'individuation à lumière des notions de forme et d'information*. Paris: Jérôme Millon, 2005.

301 BRUNO, Fernanda; RODRÍGUEZ, Pablo Manolo. *The dividual: digital practices and biotechnologies*. *Theory, culture & society*, v. 39, n° 3, 2022, p. 27-50 (1-24).

302 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 10.

303 Idem, p. 10.

poderia ser denominado como “metafísico molecular”³⁰⁴, de modo a reorganizar as relações entre sujeito, objeto e coletivos.

Diante deste cenário, como bem interroga o filósofo tunisiano, “quem pensa?” O sujeito, face ao objeto? Os grupos intersubjetivos? “Ou ainda as estruturas, as línguas, as *epistemes* ou os inconscientes sociais que pensam em nós?”³⁰⁵ No caso que aqui colocamos em questão, seriam as tecnologias informacionais, ou os dispositivos algorítmicos, que fabricam as subjetividades, de maneira externa ao sujeito? Ou, por outro lado, deveríamos inverter a questão, de modo a pensar a participação subjetiva do objeto no próprio ato de sua “dominação”, em que a subjetividade é o efeito de uma atividade exercida, constantemente, sobre si mesma?

Ainda que o objeto central desses primeiros esboços de Lévy sobre as novas configurações da técnica na era da informática seja o exame do “papel das tecnologias da informação na constituição das culturas e inteligência dos grupos”³⁰⁶, bem como seus usos educativos em processos de aprendizagem, e não as práticas de si – segundo um vocabulário estritamente foucaultiano, cujo arcabouço teórico assumimos nas primeiras páginas do presente escrito –, sua abordagem reúne elementos que consideramos capitulares para o desenvolvimento de nossa hipótese, e que, portanto, gostaríamos de aqui investigar.

Um dos primeiros aspectos a ser sublinhado em suas análises, é a tentativa de Lévy em atribuir uma certa *opacidade* à região fronteira entre, de um lado, as coisas e as técnicas e, do outro, “os homens, a linguagem, os símbolos, os valores, a cultura ou ‘o mundo da vida’”³⁰⁷. Na relação entre o sujeito e a máquina, segundo o autor, “uma entidade pode ser ao mesmo tempo objeto da *experiência* e fonte instituinte, em particular se ela diz respeito à técnica”³⁰⁸. Nesse sentido, os computadores e, mais contemporaneamente, os *smartphones*, *tablets*, etc., representam dispositivos através dos quais percebemos e experienciamos o mundo³⁰⁹, não apenas num plano empírico (em que todos os fenômenos são apreendidos por cálculos algorítmicos), mas também, conforme Lévy, num plano “transcendental”, na medida

304 Idem, p. 10.

305 Idem, p. 10-11.

306 Idem, p. 12. Ver também HUI, Yuk; HALPIN, Harry. *Collective individuation: the future of social web*. In: *Unlike us reader: social media monopolies and their alternatives*, 2013, p. 107.

307 Idem, p. 15.

308 Idem, p. 15, grifo nosso.

309 HEPP, Andreas; KROTZ, Friedrich. *Mediatized worlds*. London: Palgrave Macmillan, 2014.

em que, hoje, “cada vez mais concebemos o social, os seres vivos ou os processos cognitivos através de uma matriz de leitura informática”³¹⁰.

Antecipando-se às urgências do momento que, atualmente, atravessamos, Lévy anunciava:

As consequências a longo prazo do sucesso fulminante dos instrumentos de comunicação audiovisuais (a partir do fim da Segunda Guerra Mundial) e dos computadores (a partir do fim dos anos setenta) ainda não foram suficientemente analisadas. Uma coisa é certa: vivemos hoje em dia uma destas épocas limítrofes na qual toda a antiga ordem das representações e dos saberes oscila para dar lugar a imaginários, modos de conhecimento e estilos de regulação social ainda pouco estabilizados. Vivemos um destes raros momentos em que, *a partir de uma nova configuração técnica*, quer dizer, de uma nova relação com o cosmos, *um novo estilo de humanidade é inventado*³¹¹.

A transformação nos ritmos, bem como nas modalidades de comunicação e da técnica redefinem, para o sujeito, a interpretação e a construção da realidade. Para além da transmissão de informações, num nível mais fundamental, “o ato de comunicação define a situação que vai dar sentido às mensagens trocadas”³¹². Conforme Lévy, a comunicação se diferencia da ação em geral, na medida em que tem por objeto, mais diretamente, o plano das representações³¹³. Os atores da comunicação, e os elementos de uma mensagem, constroem e remodelam universos de sentido, ou mundos de significação, que, no contexto das tecnologias informáticas, são denominados por Lévy de “hipertextos”³¹⁴: “[...] a estrutura do hipertexto não dá conta somente da comunicação. Os processos sociotécnicos, sobretudo, também têm uma forma hipertextual, assim como vários outros fenômenos. *O hipertexto é talvez uma metáfora válida para todas as esferas da realidade em que significações estejam em jogo*”³¹⁵.

À época em que descrevia suas primeiras impressões sobre as novas tecnologias da comunicação, como os computadores, no início dos anos 1990, o domínio da multimídia interativa ainda estava em vias de elaboração. Sistemas de busca como o *Google* e o *Yahoo* ainda não eram uma realidade, de modo que os bancos de dados de que se dispunham eram comumente armazenados em disquetes ou *compact discs*, ao modo de enciclopédias. É preciso levar em conta, portanto, o contexto histórico em que Lévy desenvolveu a hipótese do

310 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 15.

311 Idem, p. 17, grifo nosso.

312 Idem, p. 21.

313 Idem, p. 21.

314 Idem, p. 25.

315 Idem, p. 25.

hipertexto³¹⁶, para apreendermos o sentido atribuído ao termo pelo autor, como uma designação para a *estruturação do sentido*, e das *faculdades perceptivas*, que, com o advento das novas tecnologias, *passa a acontecer em rede*, por meio de uma forma hipertextual, entre palavras, sons, imagens, etc., e que se opõe às “ultrapassadas” modalidades de texto linear.

Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou parte de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto, desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira³¹⁷.

O hipertexto constitui, então, uma rede original de interfaces, cuja especificidade, em relação a uma forma de hipertexto rústica, como um dicionário ou uma enciclopédia antiga, é a *velocidade*. “A reação ao clique sobre um botão [...] leva menos de um segundo. A quase instantaneidade da passagem de um nó a outro permite generalizar e utilizar em toda sua extensão o princípio da não-linearidade. Isto se torna a norma, um *novo sistema de escrita*, uma metamorfose da leitura, batizada de navegação”³¹⁸.

O hipertexto representa, deste modo, o diagrama de uma *aceleração nas modalidades comunicacionais*, que aportam noutra domínio de uso, imediatamente virtual, “onde somente temos acesso direto a uma pequena superfície vinda de outro espaço”³¹⁹. Hoje, conforme o autor, em artigos e textos mais recentes, a mediação algorítmica aponta para uma infraestrutura de comunicação que intensifica as possibilidades do hipertexto através da automação de operações simbólicas. Os algoritmos, assim, “canalizam a comunicação entre as pessoas, determinam as relações entre os dados, e regulam as interações entre as pessoas e

316 Anos mais tarde, num artigo publicado em 2014, recuperando o sentido dos conceitos desenvolvidos em suas primeiras obras, como a noção de “hipertexto”, Lévy Pierre comentou que “Muito antes do sucesso das redes sociais na *Web*, eu previ o crescimento do engenharia dos ‘laços sociais’. Oito anos antes da fundação da *Wikipédia* em 2001, eu imaginei uma ‘cosmopedia’ *online* estruturada em textos de hiperlink. Quando as humanidades digitais e as mídias sociais não haviam sido nomeadas, eu pedia por uma transformação epistemológica e metodológica das ciências humanas. Mas, acima de tudo, numa época em que menos de um por cento da população estava conectada, eu previa (junto a outros poucos pensadores) que a *Internet* se tornaria o centro do espaço público global e o principal meio de comunicação [...] A interconexão da humanidade através da *Internet*, [...] e o crescimento da computação de ‘nuvem’ e dos *big data* são indicadores do aumento de nosso poder cognitivo”. LÉVY, Pierre. *The philosophical concept of algorithmic intelligence*. In: Spanda Journal, Netherlands, v. 2, p. 17-18.

317 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 33.

318 Idem, p. 37.

319 Idem, p. 37.

estes dados”³²⁰. Sobretudo, ainda que não estejamos plenamente conscientes disso, conforme Lévy, “nossa sociedade está gradualmente tornando-se *datacêntrica* (*data-centric*). Isso certamente não quer dizer que as formas sociopolíticas e os modos de subjetivação anteriores serão eliminados ou se tornarão obsoletos, mas, em vez disso eles terão de ser redefinidos e reorganizados de acordo com a mediação algorítmica e as relações sociais datacêntricas”³²¹. Novas formas de subjetivação estão dispostas atualmente, e elas operam através da nossa relação com a máquina, com o *software*, dentre outras coisas³²².

Nesse sentido, fazendo uma breve inflexão, em paralelo à obra de Lévy, destaquemos que, dentre as problemáticas contidas nos últimos trabalhos de Michel Foucault, especialmente aqueles que prepararam os últimos volumes de *História da sexualidade – O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, a escrita e, mais especificamente, “a escrita de si”, como uma modalidade de subjetivação, é um dos seus objetos de interesse, e este tema começa a ser esboçado num texto publicado em fevereiro de 1983, junto a outros artigos, onde Foucault investiga algumas das “artes de si mesmo”, ou seja, as práticas que compunham, no período greco-romano, uma estética da existência e do governo de si³²³.

Alguns meses depois, numa série de entrevistas concedidas a Paul Rabinow e Hubert Dreyfus, em 1983, avançando no debate sobre o papel da escrita como processo de subjetivação, e sua função na formação do si-mesmo (*self*), Michel Foucault teve tempo de notar, ainda em vida, o papel crescente dos computadores na transformação da técnica do *hupomnemata* – da escrita de si, que, na Antiguidade, significava um conjunto de anotações do dia a dia (que não se confunde com um diário ou uma biografia do sujeito, por exemplo), e que buscavam fundar uma relação ética a partir de uma atitude reflexiva do sujeito para consigo mesmo.

Avançaremos sobre o tema no item 3.3 deste capítulo, mas, no momento, gostaríamos de sublinhar que, conforme Foucault, o *hupomnemata* possui um significado muito preciso: é um caderno, um livro de anotações. “Precisamente este tipo de livro de anotações estava em voga à época de Platão, para uso pessoal e administrativo. Esta nova tecnologia foi tão disruptiva quanto a introdução do computador na vida privada atualmente. Parece-me que a

320 LÉVY, Pierre. *La pyramide algorithmic*. Sens Public, 2017, p. 19.

321 LÉVY, Pierre. *The data-centric society*. In: *Azimuth* (International Journal of Philosophy), v. 7, 2016, p. 130.

322 Idem, p. 130.

323 FOUCAULT, Michel. *Self writing*. In: *Ethics. Subjectivity and truth*. Edited by Paul Rabinow. New York: The New Press, 1997.

questão do escrever e do si-mesmo (*self*) deve ser colocada em termos do contexto técnico e material em que surgiu³²⁴. Conforme Foucault,

[...] nós podemos ver através da história ocidental [...] que a aquisição de capacidades e a luta por liberdade constituíram elementos permanentes. Agora, as relações entre o crescimento das capacidades e o crescimento da autonomia não são tão simples como o século XVIII pode ter acreditado. E pudemos ver quais formas de relação de poder foram veiculadas por diversas tecnologias (quer estejamos falando de produções com finalidades econômicas, seja de instituições cujo objetivo é a regulação social, ou de *técnicas de comunicação*) [...] O que está em jogo, então, é o seguinte: como pode o crescimento de capacidades ser desconectado da *intensificação* das relações de poder?³²⁵

Com a transformação nas modalidades de comunicação, dentre elas a escrita³²⁶, conforme examinamos no segundo capítulo deste trabalho, e a ascensão do hipertexto e dos processos cognitivos que se efetuam em rede, a escrita virtual designa uma das condições de possibilidade para o *emergir de um tipo de subjetividade* adstrita a um contexto técnico e material muito específico, pautado pelas tecnologias algorítmicas³²⁷. “[...] Grande parte das nossas relações sociais, incluindo as relações estabelecidas consigo mesmo, tomam lugar em termos de *software*”³²⁸. Por exemplo, o *Facebook*, como o próprio nome sugere, tal qual os *hupomnemata*, constitui um caderno, ou livro, multifacetado, “que se pode ler e onde é possível inscrever-se subjetivamente das formas mais diversificadas”³²⁹.

A escrita virtual, segundo a perspectiva de Lévy, possui uma dinamicidade, uma geometria variável, que não se compara à interface da escrita analógica. Conforme o filósofo, seria preciso definir a então “novidade” dos computadores como tecnologias da inteligência, ou *tecnologias intelectuais*, que *reorganizam* a visão de mundo de seus usuários³³⁰. O

324 Idem, p. 272. Conforme Ignacio Siles, os blogueiros digitais, ou os *webloggers*, pioneiros da escrita-de-si no contexto das novas tecnologias informacionais, “propuseram um modelo para desenvolver uma relação com o *self* baseada na criação e anotação de *hiperlinks* para outras fontes de conteúdo na *Web*. *Weblogs* funcionaram como uma encarnação *online* dos *hupomnemata*, um material com o objetivo de ‘capturar o que já foi dito, de coletar o que alguém escutou ou leu, e para um propósito que não é nada menos que modelar o si-mesmo’”. SILES, Ignacio. *Web technologies of the self: the arising of the “blogger” identity*. In: Journal of computer-mediated communication, v. 17, n° 4, 2012, p. 417.

325 FOUCAULT, Michel. *Self writing*. In: Ethics. Subjectivity and truth. Edited by Paul Rabinow. New York: The New Press, 1997, p. 317.

326 HEES, Peter. *Writing the self: diaries, memoirs, and the history of the self*. New York: Bloomsbury, 2013.

327 WEISGERBER, Corinne; BUTLER, Shannan. *Curating the soul: Foucault’s concept of hupomnemata and the digital technology of self-care*. In: Information, Communication & Society, v. 19, n° 10, 2016, p. 1340-1355.

328 LÉVY, Pierre. *The data-centric society*. In: Azimuth (International Journal of Philosophy), v. 7, 2016, p. 140.

329 DE ALMEIDA, Tereza Virgínia. *Facebook: uma tecnologia de si*. In: Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 18, n° 28, 2017, p. 11.

330 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 54.

hipertexto, deste modo, introduz uma espécie de potencialização sensorial, permitindo a expressão imediata através de recursos audiovisuais, características que são centrais no escopo das novas tecnologias de si, especialmente das redes sociais³³¹. “Cada grande inovação em informática abriu a possibilidade de novas relações entre homens e computadores: códigos de programação cada vez mais intuitivos, comunicação em tempo real, redes [...] É porque dizem respeito aos humanos que estas viradas na história dos artefatos informáticos nos importam”³³².

As redes sociais, como o *Facebook*, ou o *Instagram*, presentes constantemente na vida cotidiana, podem ser compreendidas, nesse sentido, enquanto estruturas informáticas viabilizadoras de formas de expressão que passam a incorporar a noção de hipertexto, cuja natureza desafia a linearidade da narrativa tradicional³³³. Para os fins do presente trabalho, interessa notar que, a partir da definição de hipertexto, Lévy logrou designar, num primeiro sobrevoo sobre o tema, a intervenção operada pelas “tecnologias intelectuais” nos processos de subjetivação, de modo a apontar a *intensificação* desses procedimentos, num sentido muito parecido com aquele que Foucault indicara em seus últimos registros, como pudemos observar no excerto acima. Conforme veremos adiante, este primeiro momento da obra de Pierre Lévy é fundamental para a compreensão daquilo que, anos depois, o autor viria a definir enquanto “virtual” e “virtualização”, conceitos basilares para a apreensão das dimensões possíveis, e do horizonte de sentido, de uma “virtualização da experiência de si”, que procuraremos desenvolver neste capítulo.

Assim, segundo o autor, “Uma versão puramente ergonômica ou funcional da relação entre humanos e computadores não daria conta daquilo que está em jogo. O conforto e a performance cognitiva não são as únicas coisas em causa. O desejo e a *subjetividade* podem estar profundamente implicados em agenciamentos técnicos”³³⁴. Coloca-se em questão, destarte, que “a informática não intervém apenas na ecologia cognitiva, mas também nos *processos de subjetivação* individuais e coletivos”³³⁵. O sentido tributado por Lévy ao termo “processos de subjetivação” é singular, na medida em que soube assimilar a dimensão estética

331 DE ALMEIDA, Tereza Virgínia. *Facebook: uma tecnologia de si*. In: Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 18, nº 28, 2017, p. 12.

332 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 54.

333 DE ALMEIDA, Tereza Virgínia. *Facebook: uma tecnologia de si*. In: Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 18, nº 28, 2017, p. 12.

334 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 56, grifo nosso.

335 Idem, p. 56.

e artística que envolve os dispositivos informáticos, muito antes de sua popularização e atravessamento por quase a totalidade dos aspectos da vida e da sociedade atualmente³³⁶ – dimensão tal que, inserida numa esfera de virtualidade, suscita um envolvimento emocional de seus usuários, de modo a estimular o desejo de explorar novos territórios *existenciais*, conectando o computador a movimentos culturais, políticos, etc³³⁷.

O autor coloca como problema fundamental das ciências humanas, então, a elaboração de uma teoria da comunicação que tome a significação como o centro de suas preocupações, de modo que, aquilo que denominava de hipertexto, para além de uma ferramenta comunicacional, serviria também como uma metáfora para pensarmos, justamente, as novas modalidades comunicacionais, e seus efeitos sobre os processos de subjetivação.

O que é a significação? Ou, antes, para abordar o problema de um ponto de vista mais operacional, em que consiste o ato de atribuir sentido? A operação elementar da atividade interpretativa é a associação; dar sentido a um texto é o mesmo que ligá-lo, conectá-lo a outros textos e, portanto, é o mesmo que construir um hipertexto. É sabido que pessoas diferentes atribuirão sentidos por vezes opostos a uma mensagem idêntica. Isto porque, se por um lado o texto é o mesmo para cada um, por outro o hipertexto pode diferir completamente. O que conta é a rede de relações pela qual a mensagem será capturada, a rede semiótica que o interpretante usa para captá-la. [...] Para que as coletividades compartilhem um mesmo sentido, portanto, não basta que cada um de seus membros receba a mesma mensagem. O papel dos *groupwares* é exatamente o de reunir, não apenas os textos, mas também as redes de associações, anotações e comentários às quais eles são vinculados pelas pessoas. Ao mesmo tempo, a construção do senso comum encontra-se exposta e como que materializada: a elaboração coletiva de um hipertexto³³⁸.

E, se hoje já não falamos tanto em *groupwares*, mas propriamente em redes sociais, não estaríamos diante de uma nova modalidade de hipertexto, um tanto mais intensificada, em que não se está a tratar apenas da atribuição de um sentido coletivo à realidade, senão também, de uma nova disposição das práticas de subjetivação, que encontram, nestes novos modelos comunicacionais, e nesses sentidos construídos coletivamente, em rede³³⁹, as condições de possibilidade histórica para a mobilização de um renovado conjunto de atos e gestos sobre a própria subjetividade?

Não apenas a “construção do senso comum” encontra-se exposta, como refere-se o autor acima, mas também as práticas de si, que num determinado momento definiam a relação

336 HUMPHREYS, Lee. *The qualified self. Social media and the accounting of everyday life*. MIT Press, 2018.

337 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 57.

338 Idem, p. 72.

339 Ver CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, e também HALL, Stuart. *Introduction: who needs identity?* In: *Questions of cultural identity*. London: Sage, 1996, p. 1-17.

estabelecida pelo sujeito consigo mesmo, em sua vida privada, e hoje encontram-se continuamente exteriorizadas, compartilhadas e curtidas, co-construídas³⁴⁰ diante de uma rede de avatares incorpóreos. Como bem destacado por Russel Belk, nesse sentido, as novas tecnologias comunicacionais, v.g. o hipertexto, intensificaram estas relações, por meio da instantaneidade e da ubiquidade conectiva³⁴¹, que, juntamente às possibilidades trazidas pelas comunidades virtuais, como as redes sociais, indicam um senso agregado do si-mesmo (*aggregate sense of self*) com um grande número de outras pessoas. Nós devemos considerar, portanto, não apenas como o mundo digital ajuda a transformar nossas faculdades perceptivas, e amplificar o nosso senso de si-mesmo, “mas, também, que *tipos* de si-mesmo (*self*) e *relações* ele nos ajuda a estender³⁴².

No mundo digital, o si-mesmo (*self*) é, atualmente, estendido em avatares (*extended into avatars*), amplamente construídos, com os quais nos identificamos fortemente, e que podem afetar nosso comportamento e senso de identidade *offline*. Outra diferença em relação a era pré-digital é na medida em que agora nós nos revelamos e confessamos *online*, transformando aquilo que uma vez fora semiprivado, numa apresentação mais pública de si-mesmo. Isso é evidente na natureza mais compartilhada do si-mesmo que é, atualmente, co-construído com um *feedback* muito mais instantâneo que pode ajudar a firmar ou modificar nosso senso de identidade. O si-mesmo agregado (*the aggregate self*) não pode continuar a ser concebido apenas a partir de uma perspectiva pessoal, e não é apenas construído em conjunto, mas compartilhado, ou seja, uma posse compartilhada com os outros.

Deste modo, retomando o raciocínio de Lévy, “a metáfora do hipertexto dá conta da estrutura indefinidamente recursiva do sentido, pois já que ele conecta palavras e frases cujos significados remetem-se uns aos outros, dialogam e ecoam mutuamente para além da linearidade do discurso, um texto já é sempre um hipertexto, uma rede de associações”³⁴³. No caso que aqui procuramos colocar em questão, dos dispositivos algorítmicos e, especialmente, das redes sociais, como uma modalidade intensificada de hipertexto, em que a comunicação se organiza de forma rizomática, não poderíamos nos furtar a associar a transformação nas maneiras de ser, as formas da identidade e os processos de subjetivação contemporâneos, ao

340 OUDSHOORN, Nelly; PINCH, Trevor. *How users matter: the co-construction of users and technology*. Cambridge: MIT Press, 2003.

341 VAN DIJCK, Jose. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

342 BELK, Russell W. *Extended self in a digital world*. In: *Journal of Consumer Research*, vol. 40, nº 3, 2013, p. 493.

343 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 73.

atravessamento da vida por essas novas tecnologias.³⁴⁴ O hipertexto instaura, portanto, uma nova relação com a escrita, com a comunicação e, enquanto tecnologia intelectual, condiciona a existência e novas maneiras de pensar³⁴⁵, fazendo suceder, segundo Lévy, uma inédita problemática do ser.

À primeira vista, em *As tecnologias da inteligência*, a partir da análise do hipertexto e do estudo da ecologia cognitiva, ou seja, das dimensões técnicas e coletivas que compõem a cognição, a hipótese levantada por Lévy parece apontar para uma subjetividade dissolvida nos dispositivos técnicos, pensada desde “fora”, num sentido muito parecido com aquele que examinamos nos capítulos anteriores, especialmente no que se refere à governamentalidade algorítmica. Em determinado momento de sua escrita, o autor chega mesmo a dizer que a inteligência ou a cognição são “o resultado de redes complexas onde interagem um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos. Não sou ‘eu’ que sou inteligente, mas ‘eu’ com o grupo humano do qual sou membro, com minha língua, com toda uma herança de métodos e tecnologias intelectuais (dentre as quais, o uso da escrita)”³⁴⁶. Deste modo, desprovidos das tecnologias intelectuais, ou alheios à coletividade, não haveria “pensamento” ou “eu”, na medida em que o sujeito, conforme o sentido tributado ao termo por Lévy, seria apenas um dos “microatores de uma ecologia cognitiva que o engloba e restringe”³⁴⁷.

Se levássemos a hipótese de Lévy em sua literalidade, apenas por este recorte, haveria de se definir o sujeito por uma inteira dissolução da subjetividade pelos dispositivos técnicos, ou pela rede hipertextual, de um modo geral, o que nos levaria, novamente, a uma aproximação com a hipótese de rarefação dos processos de subjetivação, ou de sua neutralização, pelos atuais dispositivos algorítmicos. De acordo com o autor, nesse sentido, não haveria mais “sujeito ou substância pensante, nem ‘material’, nem ‘espiritual’. O pensamento se dá em uma rede na qual neurônios, módulos cognitivos, humanos, instituições

344 “O vocábulo ‘texto’, etimologicamente, contém a antiga técnica feminina de tecer. E talvez o fato deste tricô de verbos e nomes, através do qual tentamos reter o sentido, ser designado por um termo quase têxtil não seja uma coincidência. A humanidade, espécie falante, é também a raça que se veste. A roupa pacientemente tecida nos contém, nos delimita, forma uma interface colorida entre o calor de nossas peles e a rigidez do mundo. Os coletivos também cosem, através da linguagem e de todos os sistemas simbólicos de que dispõem, uma tela de sentidos destinada a reuni-los e talvez protegê-los dos estilhaços dispersos, insensatos, do futuro; uma capa de palavras capaz de abrigá-los da contingência radical que perfura a camada protetora dos sentidos e mistura-se, à sua revelia”. Idem, p. 73.

345 MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big data: a revolution that will transform how we live, work and think*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

346 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 135.

347 Idem, p. 135.

de ensino, línguas, sistemas de escrita, livros e computadores se interconectam, transformam e traduzem as representações”³⁴⁸.

Interessante notar que sua hipótese, assim como a de Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, sofre a influência da perspectiva “rizomática” de Deleuze e Guattari, descrita em *Mille Plateaux*³⁴⁹, na medida em que os rizomas se estendem sobre um mesmo plano de consistência, “transgredindo todas as classificações arborescentes e conectando estratos do ser totalmente heterogêneos”³⁵⁰, de modo a opor as multiplicidades e os processos moleculares às forças unificadoras, e desfazer as distinções e fronteiras estabelecidas entre pessoas e coisas, vivo e inerte, sujeitos pensantes e objetos pensados.

Tudo que for capaz de produzir uma diferença em uma rede será considerado como um ator, e todo ator definirá a si mesmo pela diferença que ele produz. Esta concepção do ator nos leva, em particular, a pensar de forma simétrica os homens e os dispositivos técnicos. As máquinas são feitas por homens, elas contribuem para estruturar o funcionamento das sociedades e as aptidões das pessoas, elas muitas vezes efetuam um trabalho que poderia ser feitos por pessoas como você ou eu. Os dispositivos técnicos são, portanto, realmente atores por completo em uma coletividade que já não podemos dizer puramente humana, mas cuja fronteira está em permanente redefinição³⁵¹.

No entanto, é preciso destacar que o próprio autor faz uma advertência, no sentido de afastar-se de uma abordagem meramente estruturalista, ou em termos de episteme, visto que, mesmo que existam estruturas, é preciso considerar sua fluidez, sua provisoriedade, seus contornos indefinidos. Deste modo, Lévy salienta que, ao desenvolver a proposta de uma ecologia cognitiva, não tem por intento negar, ou mesmo rebaixar *o papel dos sujeitos nos processos de subjetivação*, mas, pelo contrário, ter o efeito de fazer *proliferar as subjetividades*. “Elas mesmas, fragmentadas e múltiplas, as subjetividades individuais misturam-se às dos grupos e das instituições. Elas compõem as macrossubjetividades móveis das culturas que as alimentam em retorno”³⁵².

De maneira geral, pretendemos recolher o argumento, com Lévy, de que as tecnologias intelectuais, ainda que pertençam ao mundo sensível exterior, estruturam, profundamente, o uso que fazemos de nossas faculdades perceptivas, encarnando uma dimensão objetal da

348 Idem, p. 135.

349 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille plateaux. Capitalisme et schizophrénie*. Paris: Minuit, 1980.

350 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 136.

351 Idem, p. 137.

352 Idem, p. 149.

subjetividade cognoscente³⁵³. “As criações de novos modos de representação e de manipulação da informação marcam etapas importantes na aventura intelectual humana. E a história do pensamento não se encontra identificada, aqui, com a série de produtos da inteligência humana, mas sim com as transformações do processo intelectual em si, este misto de atividades subjetivas e objetais”³⁵⁴.

Segundo esta perspectiva, a subjetividade seria uma *experiência* estruturada através de uma rede heterogênea de elementos, como línguas, máquinas, sistemas de representação, algoritmos, etc., de modo que uma pretensa distinção entre o mundo objetivo, inerte, de um lado, e os sujeitos, de outro, encontra-se, destarte, permanentemente indefinida. Como destacado por Ignacio Siles, a própria noção de “tecnologia” ajuda a desestabilizar a diferença entre prática e artefato, na medida em que a materialidade e a prática estão vinculados por procedimentos de co-construção (*coconstruction*)³⁵⁵. Desta perspectiva, a intensificação da relação estabelecida consigo mesmo, através da produção de identidades *online* por meio das redes sociais, deve ser pensada como “um processo de definição mútua” no qual tanto os dispositivos algorítmicos quanto os sujeitos estão intimamente implicados³⁵⁶.

Seria preciso, conforme Lévy, portanto, colocarmos em questão os “efeitos de subjetividade”³⁵⁷ que se desdobram desde o uso das redes e das novas tecnologias.

As tecnologias intelectuais situam-se *fora* dos sujeitos cognitivos, como este computador sobre minha mesa ou este livro em suas mãos. Mas elas também estão *entre* os sujeitos como códigos compartilhados, textos que circulam, programas que copiamos, imagens que imprimimos e transmitimos por via hertziana. *Ao conectar os sujeitos, interporem-se entre eles, as técnicas de comunicação e de representação estruturam a rede cognitiva coletiva e contribuem para determinar suas propriedades. [...] O estudo das tecnologias intelectuais permite, então, colocar em evidência uma relação de encaixamento fractal e recíproco entre objetos e sujeitos.* O sujeito cognitivo só funciona através de uma infinidade de objetos simulados, associados, imbricados, reinterpretados, suportes de memória e pontos de apoio de combinações diversas. Mas estas coisas do mundo, sem as quais o sujeito não pensaria, são em si produto de sujeitos, de coletividades intersubjetivas que as saturaram de humanidade. E estas comunidades e sujeitos humanos, por sua vez, carregam a marca dos elementos objetivos que misturam-se inextricavelmente à sua vida, e assim por diante, ao longo de um processo em abismo *no qual a subjetividade é envolvida pelos objetos e a objetividade pelos sujeitos*³⁵⁸.

353 Idem, p. 160.

354 Idem, p. 160.

355 SILES, Ignacio. *Web technologies of the self: the arising of the “blogger” identity*. In: Journal of computer-mediated communication, v. 17, nº 4, 2012, p. 417.

356 Idem, p. 417.

357 LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 161.

358 Idem, p. 173-174, grifo nosso.

As tecnologias intelectuais, que abarcam aquilo que, atualmente, conhecemos por dispositivos algorítmicos, constituem, assim, um terreno político fundamental e, sobretudo, conflituoso, “Pois é ao redor dos equipamentos coletivos da percepção, do pensamento e da comunicação que se organiza em grande parte a vida da cidade no cotidiano e que se agenciam as subjetividades dos grupos”³⁵⁹.

3.2 Virtual e virtualização

Com isso, pergunta-se Lévy, junto à transformação das modalidades comunicacionais, qual seria o tipo de *tempo* derivado da digitalização da vida pelas então “novas” tecnologias informáticas? “A noção de *tempo real*, inventada pelos informatas, resume bem a característica principal, o espírito da informática: a condensação no *presente*, na operação em andamento. O conhecimento de tipo operacional fornecido pela informática está em *tempo real*”³⁶⁰.

De acordo com o autor, numa analogia com o tempo circular da oralidade primária e das mitologias, bem como com a linearidade das sociedades históricas, poderíamos, pelo menos desde a última década do século XX, falar numa “implosão cronológica, de um tempo pontual instaurado pelas redes de informática”³⁶¹.

O tempo pontual não anunciaria o fim da aventura humana, mas sim sua entrada em um ritmo novo que não seria mais o da história. Seria um retorno ao devir sem vestígios, inassinalável, das sociedades sem escrita? Mas enquanto o primeiro devir fluía de uma fonte imemorial, o segundo parece engendrar a si mesmo instantaneamente, brotando das simulações, dos programas e do fluxo inesgotável dos dados digitais. O devir da oralidade parecia ser imóvel, o da informática deixa crer que vai muito depressa, ainda que não queira saber de onde vem e para onde vai. Ele é a velocidade³⁶².

359 Idem, p. 187. Conforme Bart Cammaerts, as plataformas de redes sociais e as práticas comunicativas, como tecnologias de auto-mediação (*technologies of self-mediation*), tornaram-se parte constitutiva de uma construção de identidades coletivas, sendo muito relevantes na disseminação de uma variedade de discursos. “Tecnologias de auto-mediação são, em outras palavras, as ferramentas através das quais os movimentos sociais tornam-se conscientes de si”. CAMMAERTS, Bart. *Technologies of self-mediation: affordances and constraints of social media for protest movements*. In: *Civic engagement and social media for protest movements: political participation beyond protest*. Edited by Julie Uldam and Anne Vestergaard. Palgrave Macmillan, 2015, p. 89.

360 Idem, p. 115.

361 Idem, p. 115.

362 Idem, p. 115, grifo do autor.

Configura-se, portanto, uma aceleração³⁶³ da temporalidade social ao redor das novas modalidades comunicacionais, que não se contrapõe ao “tempo real”, mas que com ele se articula, através de uma dimensão *virtual*. Seria preciso, portanto, conforme Carolina Fedatto, “nos questionarmos pelas consequências desse efeito de rompimento com a temporalidade, pela construção de um imaginário de instantaneidade, que se produz nas redes sociais”³⁶⁴, na medida em que a memória discursiva é uma relação do dizer com o tempo, atravessada pelo esquecimento, pelo equívoco, ao passo em que a memória que estrutura o espaço virtual é “uma memória guiada pela capacidade de armazenamento de informações, fatos e acontecimentos (a-histórica)”³⁶⁵.

No livro *O que é o virtual?*, Pierre Lévy avança na questão, indicando que um movimento geral de *virtualização* já ultrapassava, desde então, e amplamente, a informatização para além de seus aspectos técnicos ou comunicacionais. Opondo-se à hipótese de uma “desertificação do espaço real”³⁶⁶, ou de uma desrealização geral, levantada por Jean Baudrillard na aurora do novo século, segundo a qual a extensão incondicional do virtual, por meio de um feudalismo tecnológico³⁶⁷, resultaria numa compressão absoluta tanto do espaço físico, dos corpos, do trabalho e do tempo, Pierre Lévy considera que a própria oposição entre real e virtual seria enganosa.

Tomado por seu uso corrente, poderíamos atribuir ao termo “virtual”, num primeiro momento, o sentido de uma simples ausência de existência, na medida em que a “realidade” designaria, por outro lado, uma presença tangível ou uma manifestação material³⁶⁸. Segundo a etimologia da palavra, “virtual” vem do latim medieval *virtualis*, derivado de *virtus*, que significa força, potência. “Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou

363 Conforme Hartmut Rosa, uma das três categorias que dividem o fenômeno aceleratório é, justamente, a aceleração técnica. “A aceleração é assim concretizada através da *virtualização* e da *digitalização* imediata de eventos antes materiais [...], que, em algumas áreas, permitem, de fato, sua aceleração até a velocidade da luz, ou ainda por meio da instalação de transmissores de informação digital em cadeias de ações e processos ‘analógicos’, ou seja, materiais, que, da mesma forma, sofrem avançada pressão aceleratória. Na realidade, as três formas predominantes de aceleração tecnológica confluem, assim, em novas possibilidades de virtualização e digitalização de processos e produtos”. ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, p. 145-146.

364 FEDATTO, Carolina Padilha. *Falar de si na rede: um espaço para quem (não) sou*. In: Revista do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo), v. 12, nº 1, 2015, p. 94

365 Idem, p. 94. Ver também BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

366 BAUDRILLARD, Jean. *Tela-total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997, p. 24.

367 Idem, p. 26.

368 LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 15.

formal. A árvore está virtualmente presente na semente”³⁶⁹. Conforme Lévy, no entanto, tal oposição entre real e virtual indicaria um equívoco, visto que, “em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de *ser* diferentes”³⁷⁰.

Para definir o conceito de virtualização, Lévy retoma a distinção entre possível e virtual, desenvolvida por Gilles Deleuze em *Diferença e repetição*³⁷¹, segundo a qual, o possível tem o sentido de algo que já está constituído, e que se realizará sem alterações em sua natureza, mas que se encontra em estado de latência. O possível, assim, seria algo como um “real fantasmático”³⁷², um espelhamento do real que é, porém, desprovido de existência. O virtual, por sua vez, não se opõe ao real, mas ao atual:

Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização. Esse complexo problemático pertence à entidade considerada e constitui inclusive uma de suas dimensões maiores. O problema da semente, por exemplo, é fazer brotar uma árvore. A semente “é” esse problema, mesmo que não seja somente isso. Isso significa que ela “conhece” exatamente a forma da árvore que expandirá finalmente sua folhagem acima dela. A partir das coerções que lhe são próprias, deverá inventá-la, coproduzi-la, com as circunstâncias que encontrar. Por um lado, a entidade carrega e produz suas virtualidades: um acontecimento, por exemplo, reorganiza uma problemática anterior e é suscetível de receber interpretações variadas. Por outro lado, o virtual constitui a entidade: as virtualidades inerentes a um ser, sua problemática, o nó de tensões, de coerções e de projetos que o animam, as questões que o movem, são uma parte essencial de sua determinação³⁷³.

Por atualização, Lévy compreende, portanto, um movimento de criação, a invenção de uma forma, que não estava anteriormente contida no enunciado, e que se constitui mediante uma configuração dinâmica de forças. “Acontece então algo mais que a dotação de realidade a um *possível*, ou que uma escolha entre um conjunto predeterminado: uma produção de qualidades novas, uma transformação de ideias, um verdadeiro *dever* que alimenta de volta o virtual”³⁷⁴. O atual, deste modo, é uma resposta ao virtual, ao passo em que real e possível são semelhantes. O real é uma realização de um estado pré-definido, enquanto o atual é a invenção de uma solução, ou de uma forma, diante de um complexo problemático³⁷⁵.

369 Idem, p. 15.

370 Idem, p. 15.

371 DELEUZE, Gilles. *Différence et répétition*. Paris: PUF, 1968.

372 LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 16.

373 Idem, p. 16.

374 Idem, p. 17.

375 Idem, p. 17.

A virtualização, segundo Lévy, poderia ser definida, então, por seu aspecto de dinamicidade, no sentido de um movimento inverso da atualização. Ela consiste, sobretudo, numa “*passagem* do atual ao virtual, em uma ‘elevação à potência’ da entidade considerada. A *virtualização* não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma *mutação de identidade*, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado”³⁷⁶.

Estes movimentos de passagem ao virtual podem ser compreendidos, segundo Lévy, mediante o diagrama de um “quadrívio ontológico”³⁷⁷, uma dialética de quatro polos, em que real, possível, atual e virtual alternam entre si. Em primeiro lugar, o possível e o virtual possuem um traço em comum: ambos contêm o sentido de latência, de não-manifestação. “Anunciam antes um futuro do que oferecem uma presença”³⁷⁸. Por outro lado, o real e o atual são, ambos, manifestos, estando claramente presentes³⁷⁹.

Na esteira de Gilles Deleuze, eu escrevi [...] que o real assemelha-se ao possível enquanto o atual responde ao virtual. Problemático por essência, o virtual é como uma situação subjetiva, uma configuração dinâmica de tendências, de forças, de finalidades e de coerções que uma atualização resolve. A atualização é um acontecimento, no sentido forte da palavra. Efetua-se um ato que não estava pré-definido em parte alguma e que modifica por sua vez a configuração dinâmica na qual ele adquire uma significação. A articulação do virtual e do atual anima a própria dialética do acontecimento, do processo do ser como criação. Em troca, a realização seleciona entre possíveis predeterminados, já definidos. Poder-se-ia dizer que o possível é uma forma à qual uma realização confere uma matéria. Essa articulação da forma e da matéria caracteriza um polo da substância, oposto ao polo do acontecimento. Obtém-se assim um quadro simples de quatro posições em que as duas colunas do latente e do manifesto cruzam-se com as duas linhas da substância e do acontecimento. Possível, real, virtual e atual assumem naturalmente um lugar em suas respectivas casas. Cada um deles apresenta uma maneira de ser diferente³⁸⁰.

Assim, o virtual “não está aí”, mas existe, enquanto o atual acontece, manifesta uma ocorrência. Em vez de ser definida por sua atualidade, ou enquanto “solução”, a virtualização passa a uma fluidificação daquilo que estava previamente contido, pré-determinado. Por este motivo, uma de suas características principais é o descolamento da presença, do “aqui e agora”, em direção a uma espécie de não-lugar, ou de uma permanente ubiquidade. Se, por um lado, o real e o possível se contrapõem em torno da realização, ou não, de uma existência

376 Idem, p. 17-18.

377 Idem, p. 136.

378 Idem, p. 137.

379 Idem, p. 137.

380 Idem, p. 137.

já dada, o virtual e o atual respondem, por sua vez, ao problema da invenção, do novo, da *transformação*³⁸¹.

Nesse sentido, Carolina Fedatto, no artigo *Falar de si na rede: um espaço para quem (não) sou*, publicado em 2015, apresenta um primeiro esboço de articulação entre as práticas de si em Foucault, e o conceito de virtual em Lévy. A autora destaca que “Esse caráter potencial da virtualização constitui diversas práticas de linguagem difundidas em redes sociais virtuais”³⁸², de modo que aquilo que o sujeito publica, posta e compartilha é *oferecido à leitura do outro*, apresentando uma imagem do si-mesmo ao olhar social “sob o efeito da instantaneidade, efeito esse produzido pelo funcionamento do programa que, num simulacro do *presente*, alimenta permanentemente as informações e exhibe sempre as publicações mais recentes”³⁸³.

As redes sociais colocam, então, “questões para o *sujeito que se virtualiza ao dizer de si*. Como em toda *virtualização*, há um desprendimento do dizer em relação ao aqui e agora”³⁸⁴. Tomemos o exemplo do *Twitter*:

Algo é escrito e deixado lá para ser lido. A situação em que esse dizer se produz pode não mais estar presente no momento da leitura, a despeito de o programa simular uma instantaneidade, até mesmo uma sincronia. Mas o desligamento do puro imediatismo, isto é, a historicidade dos dizeres ali enunciados, é disfarçado pelo funcionamento da rede social que, pela repetição do mesmo (o mais atual) produzido por uma memória metálica, sem furo ou esquecimento, parece disponibilizar sempre e somente a instantaneidade em relação aos dizeres do sujeito. No entanto, a leitura desse inventário de coisas ditas só tem sentido se certa historicidade estiver em jogo; se, apesar do aparente imediatismo do programa, a história do dizer for novamente posta a circular; se houver, nas palavras de Lévy, *atualização*, isto é, uma resposta a esse dizer *desterritorializado* que a *virtualização produz*, uma convocação a sair da inércia, uma *reterritorialização*³⁸⁵.

Assim como as redes sociais, os *hupomnemata* não buscavam perseguir o indizível, mas captar um acontecimento, uma manifestação, de modo que, diante do escopo dos dispositivos algorítmicos, dessa função de recolhimento e elaboração do já dito, “talvez pudessemos compreender o papel das redes sociais em construir uma *subjetividade específica*, um tipo de eu que se mostra, se dá a ver e se expõe com base numa prática de cuidado de si

381 FEDATTO, Carolina Padilha. *Falar de si na rede: um espaço para quem (não) sou*. In: Revista do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo), v. 12, nº 1, 2015, p. 86.

382 Idem, p. 86.

383 Idem, p. 88.

384 Idem, p. 88, grifo nosso.

385 Idem, p. 89.

construída também *pelo e para o governo dos outros*³⁸⁶. As postagens nas redes sociais, nesse sentido, são regidas por um imaginário de instantaneidade “que deixa em segundo plano o fato de que um passado/presente é recortado pelo sujeito e lançado à sorte do encontro (direcionado pela memória metálica) com outros leitores/usuários”³⁸⁷.

Nesse processo, tanto sujeito quanto objeto não saem intactos. Conforme Fedatto, não se pode perder de vista que o papel da escrita de si, no bojo dessas técnicas, é *produzir um corpo*: “um corpo que digere o que lê, que se apossa de ideias, coisas vistas e vividas e as transforma ‘em forças e em sangue’, ou seja, no próprio escritor”³⁸⁸. A autora faz uma inflexão interessante, destacando que o próprio sentido de criação de uma “conta” nas redes sociais, remete, pelo sentido discursivo do enunciado “abrir uma conta”, ao significado “econômico” do termo, como por exemplo, “abrir uma conta em um banco”, o que implica um comprometimento, uma dívida, um pagamento, etc. A palavra *conta* está associada, historicamente, a dinheiro, valores. “A conta é uma soma do que se tem e do que se deve. No caso das redes sociais como o *Twitter*, uma conta é o saldo do que se pode fazer, do que se fez e do que se possibilita a outros fazerem com as informações e ideias que ali circulam, inclusive comercialmente. Na distinção proposta por Lévy, essa é *uma forma de atualização que se virtualiza*”³⁸⁹. Abrir uma conta numa rede social “é se colocar também na rede de sentidos dos valores tanto, financeiros (disponibilizando informações sobre preferências, costumes, padrões de comportamento e consumo) quanto afetivos (buscando reconhecimento, participação, seguidores, curtidas, opiniões, definições de si)”³⁹⁰.

Um segundo aspecto que, conforme a autora, poderíamos destacar, é a própria concepção do perfil do usuário das redes sociais. O nome perfil pode remeter, primeiramente, ao seu sentido artístico, relacionado ao campo das artes visuais, da pintura ou da fotografia, designando o contorno ou um ângulo no retrato de uma pessoa. Assim, “O perfil carrega a ideia de parcialidade, de incompletude, de ponto de vista e de contorno, delineamento, descrição: temos aqui indícios de *virtualização*, espera por interpretação, vazío motor, como entende Lévy”³⁹¹. As reflexões de Pierre Lévy “possibilitam que se compreenda o contexto

386 Idem, p. 89.

387 Idem, p. 89.

388 Idem, p. 90.

389 Idem, p. 91.

390 Idem, p. 91.

391 Idem, p. 92.

maior de nossas interações em rede dentro do processo de virtualização característico dos novos meios de comunicação”³⁹².

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam “não-presentes”, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário. É verdade que não são totalmente independentes do espaço-tempo de referência, uma vez que devem sempre se inserir em suportes físicos e se atualizar aqui ou alhures, agora ou mais tarde. No entanto, a virtualização lhes fez tomar a tangente. Recortam o espaço-tempo clássico apenas aqui e ali, escapando a seus lugares comuns “realistas”: ubiquidade, simultaneidade, distribuição irradiada ou massivamente paralela. A virtualização submete a narrativa clássica a uma prova rude: unidade de tempo sem unidade de lugar (graças às interações em tempo real por redes eletrônicas, às transmissões ao vivo, aos sistemas de telepresença), continuidade de ação apesar de uma duração descontínua [...]. A sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade de tempo. *Mas, novamente, nem por isso o virtual é imaginário. Ele produz efeitos.* [...]. Os operadores mais desterritorializados, mais desatrelados de um enraizamento espaço-temporal preciso, os coletivos mais virtualizados e virtualizantes do mundo contemporâneo são os da tecnociência, das finanças e dos meios de comunicação. *São também os que estruturam a realidade social com mais força e até com mais violência*³⁹³.

O deslocamento espaço-temporal operado pela virtualização introduz, como dito anteriormente, as dimensões de composição da subjetividade, como a comunicação e a escrita, num ritmo novo, inventando novas velocidades. “Cada novo agenciamento, cada ‘máquina’ tecnossocial acrescenta um espaço-tempo, uma cartografia especial, uma música singular a uma espécie de trama elástica e complicada em que as extensões se recobrem, se deformam e se conectam, em que as durações se opõem, interferem e se respondem”³⁹⁴. A transformação das modalidades de presença indica que, para além de acelerar processos já conhecidos, a virtualização inventa velocidades “qualitativamente novas, espaços-tempo mutantes”³⁹⁵.

Num sentido semelhante, Hartmut Rosa argumenta que os processos de aceleração técnica produzem efeitos nas relações dos sujeitos com o tempo e o espaço, bem como em suas relações com outros sujeitos ou coisas. Sobretudo, a aceleração do ritmo da vida transformou as ações e vivências, na medida em que aumenta seu índice por unidade de tempo³⁹⁶, resultando, assim, numa dinâmica que modifica não apenas o *fazer*, mas também o *ser*, “ou seja, as identidades e as autorrelações subjetivas, uma vez que estas são constituídas

392 DE ALMEIDA, Tereza Virgínia. *Facebook: uma tecnologia de si*. In: Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 18, n° 28, 2017, p. 8.

393 LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 21, grifo nosso.

394 Idem, p. 22-23.

395 Idem, p. 24.

396 ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, p. 293.

por aquelas relações e ações”³⁹⁷. Conforme Rosa, “nossa noção de quem somos é, em verdade, uma função de nossa relação com o espaço, o tempo, o próximo e os objetos de nosso meio, bem como de nossas ações e vivências – e vice-versa: em nossas ações e relações se reflete nossa *identidade*; trata-se, assim, de uma relação de interdependência”³⁹⁸.

Segundo Rosa, os processos de modernização social possuem um vínculo estreito com a construção de “autorrelações subjetivas”, mediante um acoplamento garantido pelas estruturas temporais. Trata-se de colocar em questão, portanto, “a maneira pela qual as estruturas temporais cambiantes se manifestam na forma de identidade moderna e tardo-moderna. Existe algo como uma dinamização ou aceleração da identidade, da autorrelação subjetiva ou da forma de ser?”³⁹⁹.

As autorrelações subjetivas são compostas por uma estrutura temporal, que vincula o passado, presente e o futuro de um sujeito. “Em cada história de vida, na qual se funda a identidade e que se forma narrativamente, não só o passado é reconstruído como também o presente é interpretado e um possível futuro projetado”⁴⁰⁰. De modo que as autorrelações subjetivas são sempre *relações com o tempo* e, por este motivo, podem variar de acordo com cada cultura – que, num determinado momento, pode orientar a identidade para o passado das tradições, bem como, em outro contexto, atribuir sentido ao *eu* mediante uma projeção ou expectativa em relação ao futuro⁴⁰¹. “Em uma sociedade na qual o passado perdeu sua força de comprometimento, e enquanto o futuro é concebido como imprevisível e incontrolável, podem dominar, por exemplo, padrões de identidade voltados para o presente, ou ‘situacionais’”⁴⁰².

Segundo o autor,

Transformações nas estruturas e horizontes temporais da sociedade afetam inevitavelmente as estruturas temporais da construção e da manutenção identitária, e [...] nesse, mais do que em qualquer outro ponto, que se pode entrever uma ruptura entre Modernidade “clássica” e o que se pode tratar como Modernidade Tardia ou Pós-Modernidade (dependendo da perspectiva adotada). [...] Uma sociedade altamente dinâmica como a tardo-moderna leva, assim, a uma correspondente dinamicidade nas autorrelações subjetivas e nos modelos de identidade dos indivíduos por meio de uma premiação de uma flexibilidade e da disposição para a transformação, contra a inércia e a continuidade: os sujeitos devem, desde o princípio, conceber-se como abertos, flexíveis e simpáticos a mudanças, caso

397 Idem, p. 293.

398 Idem, p. 293, grifo nosso.

399 Idem, p. 294.

400 Idem, p. 294.

401 Idem, p. 294-295.

402 Idem, p. 295.

contrário correm o risco de sofrer permanentes frustrações sempre que suas concepções identitárias ameçarem fracassar em um ambiente em rápida transformação⁴⁰³.

As estruturas temporais designam, deste modo, o ponto de encontro paradigmático entre a cultura e as estruturas sociais, empreendendo a “tradução” das exigências sistêmicas através da instituição de uma obrigatoriedade normativa, de modo a orientar as ações individuais, dando a impressão de um “fenômeno natural”⁴⁰⁴. Rosa explica que “essa estrutura de orientação é determinante também para a estrutura temporal dos padrões de identidade, nos quais passado, presente e futuro têm que ser necessariamente associados, uma vez que o sentido de *quem se é* não pode ser separado de *quem se foi* e de *quem se será* ou *quem se quer ser*”⁴⁰⁵.

As três formas de aceleração (aceleração técnica, aceleração das transformações sociais e a aceleração do ritmo de vida), cada qual com seus motores distintos, impulsionam umas às outras, reforçando mutuamente, então, o círculo aceleratório. De modo que, conforme Rosa, “a transformação do regime espaçotemporal de uma sociedade influencia, com isso, as formas socialmente dominantes de relação com a própria identidade, ou seja, os tipos de personalidade ou padrões de identidade”⁴⁰⁶. Dito de outro modo, na medida em que se transforma o regime do espaço-tempo, as relações estabelecidas consigo mesmo, bem como com outros sujeitos e coisas, se fluidificam, indicando uma inafastabilidade entre o eu e o mundo⁴⁰⁷.

Nosso sentido para quem somos (e conseqüentemente para nossa identidade) é, [...] na realidade, uma função de nossa relação com o espaço, o tempo e para com nossos semelhantes, assim como para com os objetos de nosso meio, nossas ações e vivências. Uma questão fundamental para a análise da ruptura dentro do desenvolvimento das sociedades modernas, aqui postulada, levanta o seguinte: qual efeito *sobre as formas de subjetividade* tardo-modernas teria a transformação social, observada nos diagnósticos da “globalização” e da “pós-modernização”, que se apresenta, espacialmente, como processo de uma recente “contração” ou do aumento da irrelevância do espaço através da aceleração técnica e, temporalmente, como processo de transformação da direção de um tempo instantâneo “atemporal”⁴⁰⁸.

403 Idem, p. 295-298.

404 Idem, p. 451.

405 Idem, p. 451.

406 Idem, p. 452.

407 Idem, p. 452.

408 Idem, p. 452, grifo nosso.

O autor indica, assim, um movimento de passagem de identidades estáveis, para uma fragmentariedade das relações identitárias, destarte mais abertas, experimentais e, sobretudo, transitórias, refletindo a dinâmica dos fluxos globais, e dos novos aparatos técnicos⁴⁰⁹. Na Modernidade clássica, as modalidades de autorrelação e de relação com o mundo levavam em conta uma temporalização da vida, numa perspectiva da vida como um projeto a ser desenvolvido no tempo, “enquanto o mesmo processo de dinamização produz, em sua fase de desenvolvimento tardo-moderna, um efeito de definição da identidade, numa perspectiva do curso da vida, como ‘destemporalizada’, situacional”⁴¹⁰, fazendo com que decisões e posições, que constituem a identidade, não sejam mais relativas ao ser, senão ao tempo, tornando-se transitórias e fluidas.

A hipótese da aceleração das estruturas temporais, e seus efeitos na dimensão da vivência, desenvolvida por Hartmut Rosa, poderia, segundo nosso entendimento, oferecer suporte ao sentido do conceito de “virtualização”, explorado por Pierre Lévy, que tem, por uma de suas características principais, como vimos acima, o descolamento espaço-temporal, bem como a transformação nas modalidades de presença e a invenção de novos ritmos e velocidades, com efeitos que transbordam dos avanços técnicos e das tecnologias comunicacionais⁴¹¹ em direção aos processos de subjetivação.

Assim, apoiando-nos nas perspectivas examinadas até aqui, parece-nos que o escoamento substancial dos modos de subjetivação para a dimensão virtual, especialmente para os dispositivos algorítmicos (como as redes sociais), sugere a inserção das práticas de si numa temporalidade inteiramente diferente daquela que designa a esfera analógica, de modo a *intensificar* a relação estabelecida pelo sujeito consigo mesmo: visto que, diante da aceleração do ritmo da vida, e do seu atravessamento cotidiano pelas novas tecnologias digitais, o índice de ações e interações operadas pelo sujeito em relação a si mesmo, e aos outros, são aumentadas por unidade de tempo. Com efeito, encontramos aí uma primeira dimensão daquilo que buscamos designar, com este trabalho, enquanto uma “virtualização da experiência de si”.

Ainda, tomando de empréstimo os desenvolvimentos pioneiros de Pierre Lévy sobre o tema, devemos destacar, também, outros dois aspectos que compõem, conforme o autor, o sentido do virtual, e que, diante do que procuramos explorar até agora, fornecem subsídios

409 Idem, p. 454.

410 Idem, p. 455.

411 CASTELLS, Manuel. *Communication power*. New York: Oxford University Press, 2009

para que possamos designar, segundo nossa hipótese, as novas modalidades de subjetivação no contexto das tecnologias algorítmicas. Para além das transformações espaço-temporais, a indefinição que ora se impõe sobre os contornos entre a interioridade e a exterioridade levou, conforme Lévy, a uma virtualização do *corpo* e do *texto*. O autor procura “desmontar” o processo de virtualização contemporâneo, identificando algumas de suas funções somáticas, como por exemplo, a *percepção*, cuja função é “externalizada pelos meios de telecomunicação”⁴¹². Lembremos que, à época em que escrevia estas linhas, Lévy não tinha diante de si, evidentemente, o cenário de imersão da vida nos dispositivos tecnológicos na dimensão que experienciamos hoje, mas, ainda assim, sua intuição era certa em apreender algumas das particularidades dessas novas modalidades de relação.

Deste modo, conforme o autor, assim como o telefone virtualiza a audição, e a televisão virtualiza a visão, os dispositivos informáticos também operam uma reorganização dos sentidos. Se a função simétrica da percepção é uma projeção no mundo, tando da ação quanto da imagem⁴¹³, então, na medida em que a maneira de nos projetarmos no mundo transformou-se, também emergem, com isso, novas maneiras de perceber o outro.

O telefone, por exemplo, já funciona como um dispositivo de telepresença, uma vez que não leva apenas uma imagem ou uma representação da voz: transporta a própria voz. O telefone separa a voz (ou o corpo sonoro) do corpo tangível e a transmite à distância. Meu corpo tangível está aqui, meu corpo sonoro, desdobrado, está aqui e lá. O telefone já atualiza uma forma parcial de ubiquidade. E o corpo sonoro de meu interlocutor é igualmente afetado pelo mesmo desdobramento. De modo que ambos estamos, respectivamente, aqui e lá, mas com um cruzamento na distribuição dos corpos tangíveis. Os sistemas de realidade virtual transmitem mais que imagens: *uma quase presença*. Pois os clones, agentes visíveis ou marionetes virtuais que comandamos por nossos gestos, podem afetar ou modificar outras marionetes ou agentes visíveis, e inclusive acionar à distância aparelhos reais e agir no mundo ordinário⁴¹⁴.

Hoje, essa “quase presença” é intensificada, na medida em que grande parte de nossas relações se desdobram por meio de uma afetabilidade incorpórea. Mas, ainda que não seja uma presença “de fato”, não quer dizer que deixará de produzir efeitos reais. As identidades produzidas através das práticas de engajamento refletem, e se desdobram sobre, a vida e as expressões da identidade na esfera *offline*.⁴¹⁵

412 LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996, p. 28.

413 Idem, p. 28.

414 Idem, p. 28-29, grifo nosso.

415 CHAMBERS, Deborah. *Social media and personal relationships*. Online intimacies and networked friendship. Springer, 2013, p. 72.

Como vimos anteriormente, seria um equívoco definirmos o virtual em oposição ao real, ainda que suas naturezas sejam, obviamente, distintas. Conforme examinamos no capítulo anterior, o advento da internet, e das redes sociais, transformou profundamente as condições de produção da identidade; e, com isso, a possibilidade de interação por meio de um corpo desvinculado de sua presença física tornou viável, através de narrativas digitais (ou práticas comunicativas), a elaboração de um perfil, ou de uma expectativa possível de si, que busca uma coordenação de seus gestos também na esfera analógica, da interatividade “física”. “Os corpos passam a interagir simultaneamente em dois espaços” na medida em que “não é possível atuar na rede sem inscrever-se corporalmente, o que pressupõe, por sua vez, a constituição de um corpo coletivo, *virtualizado*, a que Pierre Lévy denominou hiper corpo”⁴¹⁶.

Segundo Lévy,

Portanto, o corpo sai de si mesmo, adquire novas velocidades, conquista novos espaços. Verte-se no exterior e reverte a exterioridade técnica ou a alteridade biológica em *subjetividade* concreta. *Ao se virtualizar, o corpo se multiplica*. Criamos para nós mesmos organismos virtuais que enriquecem nosso universo sensível sem nos impor a dor. Trata-se de uma desencarnação? Verificamos com o exemplo do corpo que a virtualização não pode ser reduzida a um processo de desaparecimento ou de desmaterialização. [...] A virtualização do corpo não é portanto uma desencarnação mas uma *reinvenção*, uma reencarnação, uma multiplicação, uma vetorização, uma heterogênese do humano. [...] Meu corpo pessoal é a atualização temporária de um enorme hiper corpo híbrido, social e tecnobiológico⁴¹⁷.

Além do corpo, Lévy destaca a virtualização do texto. Vimos, ao início deste capítulo, que o hipertexto define a introdução de novas modalidades informacionais e comunicacionais, que fazem parte da estruturação da experiência da subjetividade, através de uma rede heterogênea de elementos, envolvendo, deste modo, tanto as máquinas, quanto as linguagens, os sistemas de representação, etc. As novas tecnologias, para além de sua utilidade técnica, produzem, portanto, *efeitos de subjetividade*.

Desta forma, se o trabalho da leitura, de maneira geral, é encontrar o espaço de sentido, a partir de uma linearidade, a introdução do hipertexto como estrutura geral de comunicação transforma esta relação. “Uma tecnologia intelectual, quase sempre, exterioriza, objetifica, *virtualiza* uma função cognitiva, uma atividade mental. Assim fazendo, reorganiza a economia ou a ecologia intelectual em seu conjunto e modifica em troca a função cognitiva

416 DE ALMEIDA, Tereza Virgínia. *Facebook: uma tecnologia de si*. In: Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 18, nº 28, 2017, p. 8.

417 LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996, p. 33, grifo nosso.

que ela supostamente deveria apenas auxiliar ou reforçar”⁴¹⁸. Virtualizada, a escrita torna-se desterritorializada e dessincronizada, por meio de dispositivos comunicacionais que separam as mensagens, em relação à sua fonte de emissão, no tempo e no espaço.

O texto contemporâneo, “alimentando correspondências *online* e conferências eletrônicas, correndo em redes, fluido, desterritorializado, mergulhado no meio oceânico do ciberespaço, esse texto dinâmico reconstitui, mas de outro modo e numa escala infinitamente superior, a copresença da mensagem e de seu texto vivo que caracteriza a comunicação oral”⁴¹⁹. Assim, segundo Lévy,

Um hipertexto é uma matriz de textos potenciais, sendo que alguns deles vão se realizar sob o efeito da interação com um usuário. Nenhuma diferença se introduz entre um texto possível da combinatória e um texto real que será lido na tela. A maior parte dos programas são máquinas de exibir (realizar) mensagens (textos, imagens, etc.) a partir de um dispositivo computacional que determina um universo de possíveis. Esse universo pode ser imenso, ou fazer intervir procedimentos aleatórios, mas ainda assim é inteiramente pré-contido, calculável. Deste modo, seguindo estritamente o vocabulário filosófico, não se deveria falar de imagens virtuais para qualificar as imagens digitais, mas de imagens possíveis sendo exibidas. *O virtual só eclode com a entrada da subjetividade humana no circuito*, quando num mesmo movimento surgem a indeterminação do sentido e a propensão do texto a significar, tensão que uma atualização, ou seja, uma interpretação, resolverá na leitura. Uma vez distinguidos esses dois planos, o do par potencial-real e o do par virtual-actual, convém imediatamente sublinhar seu envolvimento recíproco: a digitalização e as novas formas de apresentação do texto só nos interessam porque dão acesso a outras maneiras de ler e de compreender⁴²⁰.

À virtualização da subjetividade, corresponde a sua atualização, a coordenação de seus gestos à esfera analógica, num movimento contínuo de passagem entre o não-manifesto, mas existente, e o acontecimento, a ocorrência material, patente, daquilo que se anunciava. Nesse sentido, conforme Deborah Chambers, “redes sociais e fóruns de encontro *online* oferecem o ambiente perfeito para a contínua atualização de si-mesmo (*updating of the self*), envolvida nas atuais auto-apresentações (*self-presentations*). Através da auto-apresentação *online*, o si-mesmo tornou-se objeto de um regime de subjetificação”⁴²¹.

Deste modo, tomando por base o conceito de virtual desenvolvido por Lévy, e articulando-o ao arcabouço teórico foucaultiano – especialmente, no que se refere aos modos de subjetivação –, o sentido da virtualização da experiência de si corresponde, segundo nossa

418 Idem, p. 38.

419 Idem, p. 39.

420 Idem, p. 40.

421 CHAMBERS, Deborah. *Social media and personal relationships*. Online intimacies and networked friendship. Springer, 2013, p. 169, grifo nosso.

hipótese, ao conjunto das práticas de si, ou práticas de engajamento, que articulam a dialética entre o virtual e o atual (analógico), produzindo, assim, efeitos de subjetividade. Essas práticas não são “inventadas” pelo sujeito, mas referem-se, antes, a padrões sugeridos pela sua cultura ou sociedade, de modo que a hiperconectividade digital constitui um fato definidor do nosso tempo, fornecendo as tensões para uma série de transformações, seja no que se refere às relações sociais, culturais, econômicas, políticas e, sobretudo, no que diz respeito à subjetividade⁴²².

A hiperconectividade alterou profundamente a experiência do espaço e do tempo, ensejando uma nova disposição das maneiras de pensar, sentir, desejar, de perceber o mundo e as relações, bem como, viabilizando novas possibilidades de imaginar, apresentar e performar o si-mesmo⁴²³.

Mas a hiperconectividade digital não apenas introduz novas maneiras de apresentar o si-mesmo (*self*); ela permite novas oportunidades – e difunde mais amplamente um senso de obrigação – de produzir o si-mesmo. A ideia de tornar-se um “empreendedor de si-mesmo”, como Foucault assim coloca, tem sido há muito tempo central para o neoliberalismo. E a obrigação cultural de trabalhar sobre si-mesmo, de tratar o si-mesmo como um projeto reflexivo, tem uma história mais longa ainda; ela pode ser interpretada como central para a Modernidade. Mas ideias de trabalho sobre si-mesmo e produção de si-mesmo encontraram um vasto território de aplicação – e assumiram uma nova inflexão – numa ecologia de comunicação dominada pelas plataformas de mídias sociais⁴²⁴.

Seja através da virtualização das modalidades comunicacionais, como o hipertexto, seja por meio da virtualização do corpo, do espaço e do tempo, a hiperconectividade digital, em suma, viabilizou novas maneiras de ser e de construir o si-mesmo (*self*) – objetificando, quantificando, produzindo e regulando este si-mesmo – ao passo em que, também, possibilitou novas maneiras de ser configurado, representado e governado, como um si-mesmo, pelos sistemas sociotécnicos: através de processos, ao mesmo tempo, ativos e reflexivos, por um lado e, de outro, gerenciados por dados e algoritmos⁴²⁵.

Seguindo o esquema conceitual de Foucault, poderíamos indicar que, na prática, nem passivamente os usuários submetem-se ao controle dos algoritmos, nem permanecem completamente não-afetados pelos mesmos: “os efeitos que um algoritmo pode produzir aos usuários são co-produzidos através de progressivas ‘negociações’ entre os dois. [...] Na

422 BRUBAKER, Rogers. *Digital hyperconnectivity and the self*. In: *Theory & Society*, v. 49, 2020, p. 771.

423 Idem, p. 772.

424 Idem, p. 786.

425 Idem, p. 772.

medida em que os usuários tentam modificar suas próprias práticas, eles passam por vários processos de auto-reflexão e transformação”⁴²⁶. De maneira geral, os dispositivos algorítmicos “não apenas medeiam a relação dos usuários com seu meio sociocultural mas, também, podem mediar as relações deles consigo mesmos”⁴²⁷. É por meio da mediação dos usuários com suas próprias condutas que os dispositivos algorítmicos funcionam como tecnologias de si.

Seguindo a perspectiva de Brubaker, e aproximando-a de nossa hipótese, a questão reside, justamente, no ponto de tensão entre a objetificação de si por meio das práticas de engajamento, e a objetificação algorítmica, regulada pelas máquinas. “É uma tensão entre ser um agente e ser o alvo – e em última instância, o produto – de processos organizados de fora. É uma tensão, basicamente, entre governar a si mesmo e ser governado – e de maneiras significativas, ser constituído – por complexos sistemas sociotécnicos”⁴²⁸. Nesse sentido, os objetos digitais não possuem uma existência à parte na esfera virtual, completamente distinta da esfera *offline*; pelo contrário, “o digital e o material são inextricavelmente entrelaçados”⁴²⁹. A esfera virtual amplifica e multiplica as maneiras de objetificação de si-mesmo – “novas maneiras de construir e *experienciar* o *self* como um objeto”⁴³⁰.

3.3 A virtualização da experiência de si

A análise que aqui procuramos desenvolver, sobre a virtualização da experiência de si, se aproxima daquilo que alguns autores denominam de *teoria da mediação tecnológica*

426 KARAKAYALI, Nedim; KOSTEM, Burc; GALIP, Edil. *Recommendation systems as technologies of the self: algorithmic control and the formation of music taste*. *Thery, culture & society*, v. 35, nº 2, 2018, p. 6. Conforme os autores (p. 7), “Adotamos amplamente esse esquema conceitual aqui. O ‘gosto musical (*music taste*)’, nesse sentido, constitui uma ‘substância ética para alguns usuários da *last.fm*, que eles tentam ‘aprimorar’ com a ajuda do sistema de recomendação. O ‘trabalho colaborativo’ dos usuários com o sistema de recomendação, no entanto, não traz apenas uma mudança em relação àquilo que eles escutam, mas também em suas condutas como sujeitos ouvintes de música. Em outras palavras, é pela mediação da relação dos usuários com sua própria conduta, e não apenas em relação a produtos musicais, que os sistemas de recomendação funcionam como tecnologias de si”.

427 Idem, p. 6. Conforme Tarleton Gillespie, “à medida que esses algoritmos aninham-se na vida cotidiana das pessoas e práticas de informação mundanas, o usuário modula e regula os algoritmos que encontra; e os algoritmos interferem em como as pessoas buscam informações, em como elas percebem e pensam os contornos do conhecimento, e como elas compreendem a si mesmas *no*, e *através*, do discurso público. GILLESPIE, Tarleton. *The relevance of algorithms*. In: *Media technologies. Essays on communication materiality, and society*, p. 183.

428 BRUBAKER, Rogers. *Digital hiperconnectivity and the self*. In: *Theory & Society*, v. 49, 2020, p. 792.

429 Idem, p. 779.

430 Idem, p. 779. Ver HULL, Gordon. *Successful failure: what Foucault can teach us about privacy and self-management in a world of Facebook and big data*. In: *Ethics and information technology*, v. 17, 2015, p. 98.

(*technological mediation theory*), ou “filosofia dos artefatos”⁴³¹, que tem por escopo examinar o papel constitutivo dos artefatos tecnológicos nas maneiras como experienciamos o mundo, como agimos nele, “e até mesmo a maneira através da qual nós, como sujeitos, somos constituídos e podemos constituir a nós mesmos”⁴³² por meio desses dispositivos. Segundo o filósofo holandês Peter-Paul Verbeek, a teoria da mediação desenvolve um vocabulário “pós-fenomenológico (*postphenomenological*)”⁴³³, a partir do qual se busca analisar “as relações entre os seres humanos e os artefatos tecnológicos, e a maneira como a sua interação dá origem a eles e seu mundo *como* sujeitos e objetos”⁴³⁴. Esta perspectiva não coloca em questão as tecnologias como meros objetos funcionais ou instrumentais, mas, voltando-se para Michel Foucault, busca compreendê-los como mediadores das *experiências e práticas* humanas, combinando a análise filosófica a uma investigação empírica.

Deste modo, “Em vez de aplicar teorias filosóficas às tecnologias, a abordagem pós-fenomenológica toma as atuais tecnologias e desenvolvimentos tecnológicos como ponto de partida para uma análise filosófica”⁴³⁵, ou seja, não se trata de buscar um trabalho empírico para descrever acuradamente o funcionamento dessas novas tecnologias, mas de reconhecer que os sujeitos (morais) são sempre moldados pelas tecnologias, de modo que é preciso investigar o caráter multidimensional das *relações* que se estabelecem entre eles⁴³⁶.

A pós-fenomenologia [...] reconceitualiza a relação intencional em duas maneiras distintas. Primeiro, ela investiga sua característica fundamentalmente mediada. Não existe relação direta entre sujeito e objeto, mas apenas uma relação “indireta”, e as tecnologias frequentemente funcionam como mediadoras. [...] Segundo, ela deixa de lado a ideia de que existe um sujeito pré-dado num mundo de objetos pré-dados, com uma entidade mediadora entre eles. Em vez disso, a mediação é a fonte de uma modelação específica que a subjetividade humana e a objetividade do mundo podem ter nessa situação singular. Sujeito e objeto são *constituídos* em sua relação mediada. Intencionalidade não é uma ponte entre sujeito e objeto, mas a fonte a partir da qual os dois emergem. Esse foco na mediação e na constituição mútua demarca nitidamente a abordagem pós-fenomenológica da fenomenologia clássica. Reivindicar um acesso privilegiado às coisas mesmas torna-se uma impossibilidade dentro da abordagem pós-fenomenológica. E contra a ideia de que a tecnologia

431 VERBEEK, Peter-Paul. *What things do. Philosophical reflections on technology, agency and design*. Penn State Press, 2005. Ver também IHDE, Don. *Preface: positioning postphenomenology*. In: *Postphenomenological investigations. Essays on human-technology relations*. Edited by Robert Rosenberger and Peter-Paul Verbeek. Lexington Books, 2015, p. vii-xvi.

432 BERGEN, Jan Peter; VERBEEK, Peter-Paul. *To-do is to be: Foucault, Levinas, and technologically mediated subjectivation*. In: *Philosophy & Technology*, v. 34, nº 2, 2021, p. 326.

433 Idem, p. 326.

434 Idem, p. 326.

435 ROSENBERGER, Robert; VERBEEK, Peter-Paul. *A field guide to postphenomenology*. In: *Postphenomenological investigations. Essays on human-technology relations*. Edited by Robert Rosenberger and Peter-Paul Verbeek. Lexington Books, 2015, p. 9.

436 Idem, p. 9.

aliena os seres humanos do mundo e de si mesmos, ela situa a ideia de que as tecnologias ajudam a moldar a subjetividade humana e a objetividade do mundo. A pós-fenomenologia torna possível fazer análises em microescala dos papéis mediadores das tecnologias nas relações entre humanos e o mundo – e como tal pode-se dizer que remete-nos verdadeiramente às coisas elas mesmas: artefatos tecnológicos materiais que merecem atenção filosófica explícita⁴³⁷.

Por meio de uma ontologia relacional (*relational ontology*)⁴³⁸, a perspectiva pós-fenomenológica, especialmente com Peter-Paul Verbeek, indica que as tecnologias devem ser entendidas em termos das relações estabelecidas com os seres humanos, e não como entidades em si-mesmas. Elas medeiam a relação entre o sujeito e o ambiente ao seu redor, ajudando a “moldar a subjetividade de seus usuários e a objetividade do seu mundo. [...] Sujeito e objeto não são entidades pré-constituídas, mas se constituem nas relações mediadas tecnologicamente, existentes entre elas”⁴³⁹. Com efeito, para apreender esses processos de constituição mútua entre sujeito e objeto, a “pós-fenomenologia” busca, não por acaso, o aporte dos desenvolvimentos teóricos a respeito das práticas de si em Michel Foucault⁴⁴⁰. Conforme Foucault, assim como para as teorias da mediação, as tecnologias de poder formam uma estrutura que organiza e normaliza o sujeito, em suas maneiras de falar, pensar, e se comportar, revelando, assim, a dificuldade em pensá-lo como autônomo e inteiramente livre, segundo uma tradição humanista, mas, em vez disso, em termos de subjetivação, “onde a subjetividade é imposta em nossa existência situada e corporificada, por meio de tecnologias de poder”⁴⁴¹.

Acompanhando, portanto, esta perspectiva, com o intuito de aprofundarmos a elaboração de nossa hipótese, de que as novas tecnologias comunicacionais, organizadas por uma linguagem algorítmica, possibilitaram uma reestruturação das modalidades de subjetivação, ou uma *virtualização da experiência de si*, gostaríamos de destacar o estudo de Nguyen Kien sobre *O cuidado de si na era dos algoritmos*, publicado em 2020, que, retomando a perspectiva foucaultiana, se coloca a examinar, especificamente, a articulação entre as práticas de si nas esferas virtual e analógica.

Segundo o autor, a evolução das tecnologias informacionais e comunicacionais, que incluem os populares dispositivos de conexão com a internet, como *smartphones*, *tablets*, etc.,

437 Idem, p. 12.

438 Idem, p. 19. Ver também HUI, Yuk. *What is a digital object?* In: *Metaphilosophy*, v. 43, nº 4, 2012, p. 380-395.

439 Idem, p. 19.

440 BUCHER, Taina. *If... then: algorithmic power and politics*. Oxford University Press, 2018, p. 93 e ss.

441 BERGEN, Jan Peter; VERBEEK, Peter-Paul. *To-do is to be: Foucault, Levinas, and technologically mediated subjectivation*. In: *Philosophy & Technology*, v. 34, nº 2, 2021, p. 326.

testemunhou um grande número de pessoas construindo seus perfis virtuais como se estivessem cultivando suas identidades. “Esta situação transformou não apenas os modos de interação mas, também, os modos de *formação-de-si (self-formation)*”⁴⁴².

As redes sociais, de maneira geral, compreendem aplicativos que permitem aos usuários manterem-se conectados através de perfis virtuais, por meio de uma variedade de plataformas com diferentes objetivos, designs e funções – como o *Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter, TikTok, YouTube, Twitch, Snapchat*, etc. Cada uma dessas plataformas possibilitam aos seus usuários “a criação de uma imagem com total potencial a respeito de si mesmos, conectando-os com outros. Cadastrar-se nessas plataformas gradualmente trouxe à tona uma nova ‘vida’ e eventualmente desbocou numa modelação das práticas diárias”⁴⁴³.

Pode ser testemunhado em cada canto da vida moderna uma pessoa que acorda com seus olhos imediatamente procurando por notícias do dia em seu *Feed* de notícias do *Facebook*, que posta simultaneamente uma atualização de *status* que apreenda um sentimento fugaz que acabou de lhe ocorrer, que expressa seu amor durante uma videochamada com amigos e familiares, que compartilha uma *selfie* de um momento especial, participa de uma *trend* no *Twitter* com suas opiniões acompanhando *hashtags* especiais, ou faz novos amigos somente enviando/aceitando solicitações de amizade. Essas *práticas* parecem tornar-se tão fundamentais aos usuários quanto comer, dormir ou exercitar-se em suas vidas físicas do dia a dia⁴⁴⁴.

Os dispositivos algorítmicos, como as redes sociais, oferecem aos usuários inúmeras ferramentas para práticas de si, através das quais, segundo Kien, podem “praticar a cura da mesma maneira que os *hupomnemata* na Grécia antiga, conforme explorado por Foucault”⁴⁴⁵. As práticas de cuidado de si (*epimeleia heautou*), que, no contexto observado, podem ser expressas, por exemplo, por meio de uma atualização de *status*, ou de uma reflexão *online*, revelam uma natureza semelhante à dos *hupomnemata*, examinados brevemente no item 3.1, na medida em que esses atos incluem a coleta, por parte do sujeito, daquilo que leram, assistiram ou escutaram no ambiente digital, usando sua própria perspectiva para atualizar e revisar o conteúdo recebido, posteriormente compartilhando suas opiniões e posições a respeito do assunto, e internalizando aquilo que apreenderam dessas conversas *online*. “A rotinização desses atos *online* não apenas ajuda a armazenar a escrita de alguém e a criação de novos conteúdos, mas também a cultivar a alma de alguém *em seu ambiente offline*. Em

442 KIEN, Nguyen T. *Care of the self in the age of algorithms: early thoughts from a Foucauldian perspective*.

In: Ho Chi Minh City Open University Journal of Science-Social Sciences, v. 10, nº 1, 2020, p. 79.

443 Idem, p. 80.

444 Idem, p. 80, grifo nosso.

445 Idem, p. 80

outras palavras, os indivíduos contemporâneos utilizam sua escrita de si *online* [...] para cuidar de si”⁴⁴⁶, segundo o sentido foucaultiano atribuído ao termo.

O si-mesmo (*self*), segundo Foucault, deve ser entendido como a “identidade” que reside na alma, enquanto oposta ao corpo. Em outras palavras, é preciso distinguir entre os dois espaços: o corpo e a alma. Enquanto o corpo possui e carrega o que quer que seja fisicamente atrelado a ele, a alma é a “casa” do si-mesmo (*self*). Nas palavras de Foucault, o si-mesmo (*self*) não é uma vestimenta, ferramenta ou possessões; ele deve ser encontrado no princípio que utiliza essas ferramentas, um princípio que não é do corpo, mas da alma. O si-mesmo (*self*), portanto, é entendido como uma espécie de presença espiritual, *virtual*, ainda que viva, um “gerente” que fica em seu escritório executivo – a alma – e administra o corpo e suas posses. Para garantir a saúde do corpo, deve-se comer e beber, praticar exercícios físicos, fazer exames de saúde, ou tomar remédios. Da mesma maneira, para manter a alma forte, deve-se também fazer as atividades necessárias. Essas atividades são para o “cuidado de si” ou para a “cultivação de si”. Para cultivar o si-mesmo (*self*) deve-se manter limpa e fortalecida a casa, ou seja, a alma. No entanto, a alma é *virtual*; ela não pode ser vista como uma “substância” ou uma entidade com uma manifestação material ou física. Em vez disso, deve-se olhar a alma em suas “atividades”. De acordo com Foucault, o cuidado de si na Grécia antiga foi considerado o princípio dominante da “arte da existência”. Aplicando esta ideia à vida moderna, Foucault capitaneia a ideia de que nosso si-mesmo (*self*) deve ser objeto de nossa obra de arte⁴⁴⁷.

Seguindo as análises de Foucault sobre o cuidado de si, que vão da antiguidade clássica aos primeiros séculos do cristianismo, o estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade da alma, apenas poderia ser alcançado mediante o desenvolvimento de um conhecimento de si. “O conhecimento de si é um processo reflexivo no qual alguém considera a si mesmo como um objeto independente de um estudo abrangente. O si-mesmo de alguém é, então, tratado como um objeto de saber e um campo de ação, ou o objeto da busca de uma preocupação consigo mesmo”⁴⁴⁸. Assim, segundo Kien, para Foucault, o si-mesmo é um sujeito que se objetifica, para assim tornar-se o objeto de sua própria busca da verdade. “Ainda que essa busca seja um retorno a si mesmo, o sujeito não é o narcisista individual, mas o ser humano capaz de encarar sua vida como a matéria-prima que tem de ser moldada por regras de conduta”⁴⁴⁹. De acordo com Deborah Chambers,

Desta perspectiva, apresentação *online* de si tornou-se uma técnica de autoregulação. A apresentação *online* de si compreende uma renovação *virtual do si-mesmo* (*virtual renewal of the self*). O perfil individual nas redes sociais é apresentado como uma fonte de poder pessoal que requer monitoramento, vigilância e remodelação

446 Idem, p. 80, grifo nosso.

447 Idem, p. 81, grifo nosso.

448 Idem, p. 81.

449 Idem, p. 81.

constantes. Os indivíduos precisam construir sua própria marca pessoal, enfatizando suas qualidades, e aprender a “vendê-las”, lançando uma “campanha de visibilidade pessoal” [...] As redes sociais estão moldando nossa conduta em direções desejadas, conduzindo-nos para discursos públicos sobre aquilo que é “pessoal” através de declarações e categorizações de nossas relações, curtidas e não-curtidas [...]. *As mídias sociais compelem-nos a experienciar a nós mesmos como seres autônomos com comando pessoal sobre as tecnologias*. [...] Enquanto Foucault falava das observações hierárquicas das instituições, como as prisões, escolas, ou o hospício, como *tecnologias*, podemos falar das *técnicas das mídias sociais como práticas de confissão e auto-revelação, como forma de atrair as pessoas para uma série de esquemas de autoexame* [...]. *Dentro das novas tecnologias da conduta de si, presume-se que a pessoa seja um agente ativo*, desejando o exercício de uma responsabilidade informada, autônoma [...] em relação ao seu próprio destino⁴⁵⁰.

Kien sublinha que a subjetividade, em Foucault, deve ser considerada numa espécie de tríade com o “poder” e a “verdade”, e o cuidado de si, nesse sentido, é a articulação do si-mesmo com duas espécies, ou grupos, de “verdade” – uma verdade interior, subjetiva, do si-mesmo individual, e as verdades externas, objetivas, que dizem respeito a um conjunto de regras ou princípios. Tanto a verdade subjetiva quanto a objetiva devem ser reveladas ou obtidas através do emprego de certas técnicas, ou tecnologias de si, que, segundo Kien, podem ser definidas como um “conjunto de exercícios ou treinos que ajudam alguém a obter profundo entendimento sobre si mesmo, e habilidades para melhor lidar consigo mesmo e com a própria identidade. Neste processo, a conexão entre sujeito e verdade é estabelecida”⁴⁵¹.

Dentre as quatro principais técnicas concernentes às tecnologias de si exploradas por Foucault, quais sejam, o exame de consciência, a interpretação dos sonhos, a *askésis* e a escrita-de-si, esta última, segundo Kien, tem um papel considerável como estrutura subjetiva para a compreensão do si-mesmo (*self*), na medida em que este si-mesmo coloca-se como objeto de uma observação minuciosa⁴⁵², anotando e escrevendo sobre os detalhes triviais do cotidiano, como, por exemplo, a experiência de um cheiro agradável ou uma comida saborosa, ou mesmo qualquer pensamento ligeiro que venha à mente. A escrita-de-si coloca em questão o primeiro objeto de consideração, ou seja, o si-mesmo, e esta prática ajuda na elaboração de uma melhor compreensão a respeito da “verdade” sobre si⁴⁵³.

Ainda que as pessoas continuem a existir “na vida real”, fisicamente, e suas interações aconteçam também na presença de outras pessoas, suas identidades, por outro lado, são objeto

450 CHAMBERS, Deborah. *Social media and personal relationships*. Online intimacies and networked friendship. Springer, 2013, p. 170.

451 KIEN, Nguyen T. *Care of the self in the age of algorithms: early thoughts from a Foucauldian perspective*. In: Ho Chi Minh City Open University Journal of Science-Social Sciences, v. 10, nº 1, 2020, p. 82.

452 Idem, p. 82.

453 Idem, p. 82.

da imaginação. Kien destaca que, num sentido inverso, o retrato da vida das pessoas, nas redes sociais, é virtual, mas suas identidades “parecem ser mais reais devido aos avanços técnicos possibilitados pelas modernas tecnologias da informação e comunicação. No ciberespaço⁴⁵⁴, o perfil virtual reflete a identidade de alguém, e há uma vasta gama de meios para construir esse perfil”⁴⁵⁵.

Destarte, o processo de personalização do perfil *online* de alguém pode ao mesmo tempo ser entendido como uma tentativa de encontrar a verdade de si, e também de *experienciar* o que não se tinha entendido sobre si-mesmo anteriormente. Este processo pode ser visto *como o ato de confissão* – uma das mais respeitadas técnicas para produzir a verdade nas sociedades ocidentais. Na confissão, alguém admite a si mesmo, no prazer e na dor, coisas que seriam impossíveis de dizer a qualquer pessoa, coisas sobre as quais as pessoas escrevem livros. Se alguém realmente quer descobrir o que estava escondido na alma através do compartilhamento nas redes sociais, esta forma de construção da identidade poderia levar a verdade sobre si na medida em que deve-se praticar o conhecimento sobre si-mesmo. Este ato requer que alguém considere a si mesmo como um objeto de estudo. Deve-se procurar e acumular conhecimento ao ponto que ajude ele ou ela a desembarcar num melhor entendimento de sua própria natureza; baseado neste entendimento, ele ou ela *confessa para seus amigos virtuais*⁴⁵⁶.

A construção da identidade na esfera virtual é associada, segundo Kien, ao estabelecimento e operação de dois espaços paralelos, articulados entre si: “A comunidade ‘física’ convencional e a comunidade ‘virtual’, ou o ‘ciberespaço’. Ou seja, cada indivíduo, hoje em dia, tem mais de um espaço para viver e expressar a si-mesmo: um é físico, o outro é virtual. *Eles são separados, mas mutuamente conectados e coordenados pelo próprio indivíduo*”⁴⁵⁷.

Assim como os *hupomnemata*, as redes sociais oferecem aos seus usuários funções que possibilitem a expressão de sentimentos ou o compartilhamento de acontecimentos diários, inclusive convidando-os ou inspirando-os a uma constante atualização de *status*, através de sutis e quase “simbólicas” sugestões, como, por exemplo, as famosas frases de “abertura” das principais plataformas: *What’s on your mind?* (No que você está pensando?), do *Facebook*; *What’s new with you?* (O que há de novo com você?), do *Google+*; *What’s happening* (O que está acontecendo?), do *Twitter*⁴⁵⁸. Nesse sentido, de acordo com Dhiraj Murthy, a partir de uma compreensão sociológica das redes sociais, em especial do *Twitter*,

454 LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

455 KIEN, Nguyen T. *Care of the self in the age of algorithms: early thoughts from a Foucauldian perspective*.

In: Ho Chi Minh City Open University Journal of Science-Social Sciences, v. 10, nº 1, 2020, p. 83.

456 Idem, p. 83, grifo nosso.

457 Idem, p. 83.

458 Idem, p. 84.

sustenta que a postagem regular de atualizações sobre o próprio *status* nas redes sociais tornou-se parte integrante das identidades dos usuários⁴⁵⁹. A necessidade de uma constante afirmação das próprias identidades mantém esses usuários *investidos em atos*, como postagens e compartilhamentos, numa espécie de “invenção de si” que é permanentemente exteriorizada⁴⁶⁰.

De acordo com Gerald Raunig, nesse sentido, o *Facebook* representa não apenas um meio de comunicação, mas também um meio de confissão, de “compulsão à confissão”: segundo o autor, “a ideia de uma verdade apenas esperando ‘em nossa mais secreta natureza’ para vir à tona, é também a base da propaganda ubíqua de transparência atualmente”⁴⁶¹. O si-mesmo é produzido através das práticas de confissão nas redes sociais, mantendo ativamente uma conexão por meio das plataformas algorítmicas, sustentando assim a infraestrutura maquínica que viabiliza esses gestos de exteriorização da intimidade, colocados à disposição de uma valorização por outrem⁴⁶². “Não é apenas um pequeno grupo de figuras de autoridade o alvo da confissão maquínica, [...] mas um número cada vez maior, muitas vezes incalculável, de ‘amigos’”⁴⁶³. As trivialidades digitais cotidianas, como o *tweet* de um pensamento ou opinião, à primeira vista não possuem um significado para além daquilo que se pretendem dizer. No entanto, se observadas mais de perto, revelam uma carga profunda de sentido, na medida em que as redes sociais compõem um importante “veículo de auto-afirmação”⁴⁶⁴.

Nguyen Kien enfatiza, nesse sentido, que “até mesmo quando alguém escreve algo trivial, essas trivialidades ainda são significantes, visto que alguém coloca nesses pedaços de escrita os seus pensamentos, sentimentos e memórias de atividades diárias, eventos observados e experiências”⁴⁶⁵. Essas atualizações de *status* não desaparecem, mas, ao contrário, permanecem indefinidamente na *timeline* do usuário (que escolhe apagá-las, ou

459 MURTHY, Dhiraj. *Towards a sociological understanding of social media: theorizing Twitter*. In: *Sociology*, v. 46, n°6, 2012, p. 1062.

460 Idem, p. 1062-1063. Ver também CHENEY-LIPPOLD, John. *We are data: algorithms and the making of our digital selves*. New York University Press, 2017.

461 RAUNIG, Gerald. *Dividuum: machinic capitalism and molecular revolution*, v. 1. Semiotext(e), 2016, p. 117. Ver OUELLET, Maxime. *La révolution culturelle du capital. Le capitalisme cybernétique dans la société globale de l'information*. Montreal: Les Éditions Écosociété, 2016.

462 Idem, p. 119.

463 Idem, p. 119. Ver também RAUNIG, Gerald. *A thousand machines: a concise philosophy of the machine as social movement*. Semiotext(e), 2010.

464 MURTHY, Dhiraj. *Towards a sociological understanding of social media: theorizing Twitter*. In: *Sociology*, v. 46, n°6, 2012, p. 1063.

465 KIEN, Nguyen T. *Care of the self in the age of algorithms: early thoughts from a Foucauldian perspective*. In: *Ho Chi Minh City Open University Journal of Science-Social Sciences*, v. 10, n° 1, 2020, p. 84.

não), e estão disponíveis para uma releitura. E, na medida em que o tempo passa, pode-se revisar o que foi escrito, para se “ter uma imagem clara do que se é”⁴⁶⁶.

De maneira geral, conforme Kien, é indubitável que a utilização das redes sociais, através das tecnologias digitais, possuem um papel fundamental na atualização das práticas de si, segundo o sentido emprestado ao termo por Michel Foucault.

Podemos ver que as práticas do cuidado de si, na era digital, mudaram em comparação com as eras prévias da comunicação. A diversidade das plataformas de redes sociais e suas tecnologias de suporte trouxeram muitas possibilidades para os indivíduos expressarem e construírem a si-mesmos. Indivíduos são permitidos a entrar na esfera virtual e construir seu projeto de cuidado de si através de vastas funções das mídias sociais, como *tweetar*, postar um *status*, construir identidades virtuais, assim como conectar-se com a audiência. *Foucault veria essas práticas diárias de participação nas redes sociais como novas técnicas de constituição do sujeito*, para a construção de sua vida como uma obra de arte. Todavia, este projeto é também desafiado pelas novas regras generativas, que governam a identidade e a interação. Um dos problemas proeminentes é que os indivíduos devem lidar com o crescente poder dos algoritmos, que automaticamente e invisivelmente controlam e manipulam seu *self online*. O cuidado de si na era digital, destarte, deve ser negociado *através da interação entre o indivíduo, como um ator, e os algoritmos, como mediadores*⁴⁶⁷.

Dentre os poucos trabalhos que buscam colocar a crítica dos dispositivos algorítmicos segundo a perspectiva das práticas de si, é preciso destacar, também, o texto de Theresa Sauter, intitulado “*No que você está pensando?*” *Escrevendo no Facebook como uma ferramenta para autoformação*, fundamental para compreendermos a implicação, cada vez mais intensa, dos processos de subjetivação através das novas ferramentas digitais. O uso das redes sociais “tecnologizou” (*technologised*), ou, segundo nossa expressão, *virtualizou*, antigas práticas de subjetivação, como a escrita-de-si, no contexto das contemporâneas *sociedades híbridas*, ou *tecnosociais*⁴⁶⁸. De acordo com Sauter, “A escrita-de-si (*self-writing*) e sua história é um exemplo de uma prática através da qual as pessoas governam a si mesmas, e são governadas, por atividades mundanas tecnologizadas”⁴⁶⁹.

A subjetividade como uma experiência de si passou a habitar a esfera virtual, e em redes sociais, como o *Facebook*, as pessoas falam de si mesmas, compartilham publicações e atualizam *status* não apenas como uma forma de comunicação, mas também para formar um entendimento de si e estabelecer maneiras de agir, numa busca pela verdade de si através do

466 Idem, p. 84.

467 Idem, p. 86, grifo nosso.

468 SAUTER, Theresa. “*What’s on your mind?*” *Facebook as a tool for self-formation*. *New media & society*, vol. 16, nº 5, 2014, p. 823-824.

469 Idem, p. 824.

gerenciamento das próprias condutas e interações, que não se restringem ao ambiente digital, mas que com ele se articulam numa dimensão de *realidade híbrida*, desdobrando-se, também, na esfera analógica⁴⁷⁰.

Os processos de subjetivação, na era dos algoritmos, podem ser descritos como a virtualização, por meio das novas tecnologias da informação e comunicação, das práticas através das quais o si-mesmo (*self*) – enquanto entidade transitória, indefinida e múltipla – é constituído e reconstituído constantemente⁴⁷¹. “A individualidade é, então, um processo contingente que é intrinsecamente entrelaçado em redes complexas com outros atores e entidades. Através dos processos de autoformação (*self-formation*), como a escrita-de-si (*self-writing*), as pessoas estabelecem maneiras aceitáveis de atuar e demarcar o que deve ser conhecido”⁴⁷² a respeito de si mesmas. Conforme Sauter,

Escrever é uma das muitas maneiras mundanas através das quais as pessoas trabalham e modelam suas vidas, relações e realidades, muitas vezes de maneiras inconscientes. Escrever é, assim, uma técnica de si – uma maneira de falar sobre e revelar o si-mesmo, para *engajar* consigo mesmo e outros, e para apresentar e performar o si-mesmo a uma audiência. Evidentemente, este não é um fenômeno novo. Por séculos, pessoas escreveram para gerenciar suas condutas diárias e formar entendimentos sobre si-mesmas. [...] Somente onde as pessoas distinguem a si-mesmas dos outros como seres individuais elas podem construir um entendimento escrito de sua existência única. A escrita-de-si é um *engajamento* reflexivo com as experiências de alguém, que molda as relações consigo mesmo e com os outros. Uma segunda leitura da experiência, que acrescenta à própria experiência a consciência de si-mesma. [...] O *Facebook* não é apenas uma nova maneira de comunicação e representação do si-mesmo. No passado, as pessoas escreveram sobre si-mesmas e para os outros para moldar suas éticas, seus valores, suas crenças e entendimentos e, portanto, para dobrar e desdobrar suas subjetividades. O *Facebook* é uma ferramenta através da qual as pessoas fazem esse trabalho hoje⁴⁷³.

Redes sociais como *Instagram*, *TikTok*, *Facebook*, *Twitter*, etc., fornecem avançadas ferramentas tecnológicas para permanentes atividades sobre a própria subjetividade, ou práticas de engajamento, que compreendem atos de auto-revelação, de confissão, de autogestão, e que demonstram continuidades e descontinuidades com formas antigas escrita-

470 Idem, p. 824. Como bem destaca Russel Belk, “Ao incluir a capacidade de capturar imagens visuais e fazer seu upload, nós adicionamos implicitamente os lugares mostrados, como pano de fundo dessas imagens, para a matriz de ‘possessões’ que nós usamos para nos representar aos outros. Ao incluir listas de interesses, amigos, músicas favoritas e trilhas, em postagens e feeds online, toda vez que verificamos nossas redes sociais estamos, efetivamente, groupverificamos quem somos, quem éramos e quem parecemos estar nos tornando”. BELK, Russell W. *Extended self in a digital world*. In: *Journal of Consumer Research*, vol. 40, nº 3, 2013, p. 492.

471 SAUTER, Theresa. “*What’s on your mind?*” *Facebook as a tool for self-formation*. *New media & society*, vol. 16, nº 5, 2014, p. 826.

472 Idem, p. 826.

473 Idem, p. 826, grifo nosso.

de-si⁴⁷⁴. “Tecnologias como o Facebook incitam esta constante reflexão, oferecendo possibilidades de *engajamento consigo mesmo* e em relação aos outros”⁴⁷⁵. Por exemplo, uma postagem ou reflexão, numa das muitas possíveis redes, pode ser a expressão pública e transparente de uma falta, um erro, um arrependimento, bem como de uma promoção no emprego, ou para a divulgação de um trabalho. Os usuários “revelam suas faltas aos outros, engajam com suas próprias condutas e, então, estabelecem maneiras de guiar seu comportamento futuro. O *feedback* que eles recebem dos outros ajuda-os a modelar a si próprios”⁴⁷⁶. Este “falar de si” definirá, para o sujeito, aquilo que Foucault designava enquanto uma *substância ética*, o campo por sobre o qual serão elaborados um conjunto de gestos ou atos, com a finalidade de transformar a si-mesmo, de encontrar uma verdade para si, na forma de uma conduta considerada ética.

Incitados pela política liberal ocidental a se auto-regular, a se auto-aprimorar e a ser constantemente disponíveis aos outros, os sujeitos modernos utilizam as redes sociais (*Social Networking Sites*) como uma ferramenta através da qual fazem a si-mesmos públicos, trabalham em si-mesmos, falam de seus problemas e sopesam os custos e benefícios de condutas futuras. A possibilidade de atualizações constantes em tempo real e *feedbacks* instantâneos de vários usuários distingue a escrita-de-si moderna e mediada tecnologicamente de suas predecessoras. Por meio de suas mensagens de *status*, os usuários moldam e revelam simultaneamente o caminho que eles entendem, e relacionam-se consigo mesmos e com os outros. As redes sociais (*SNSs*) oferecem aos usuários a possibilidade para compartilhar o trabalho que realizam sobre si-mesmos com um público vagamente definido, transformando sua atividade de autoformação (*self-forming*) em uma performance transparente⁴⁷⁷.

O processo de desdobramento da subjetividade através das práticas, ou de virtualização da experiência de si, no escopo das tecnologias algorítmicas, é, portanto, contínuo, transparente e recíproco, de maneira que não se trata de colocarmos em questão um si-mesmo imanente, previamente existente, explicado por aproximações metanarrativas ou por um determinismo tecnológico, mas que se coloca numa relação ativa com estes dispositivos técnicos⁴⁷⁸. Isso nos permite considerar o uso dos dispositivos algorítmicos, e das redes sociais, “não em termos de como a identidade é encenada nesses ambientes mas, em vez disso, em termos de *como esses ambientes operam como ferramentas através das quais os si-mesmos (selves) são formados e as normas são obedecidas e desafiadas*”⁴⁷⁹.

474 Idem, p. 830, grifo nosso.

475 Idem, p. 832, grifo nosso.

476 Idem, p. 833.

477 Idem, p. 834.

478 Idem, p. 835-836.

Conforme Bernard Harcourt, de maneira geral, para além das dimensões de coerção ou vigilância – que, evidentemente, subsistem com força e implicações reais –, nós estamos experienciando, atualmente, uma inversão nas relações de poder, por meio de práticas de exposição e exibição contínuas.

A relação de poder está invertida: nós, sujeitos digitais (*digital subjects*) – nós, pessoas digitais (*digital persons*), si-mesmos digitais (*digital selves*), duplos de dados (*data doubles*), *homo digitalis*, nós nos colocamos em um frenesi louco de revelação. Muitos de nós exibimos nossos mais íntimos detalhes no jogo, no amor, no desejo, no consumo, no social e no político, através de nossas ricas vidas digitais – através de nossos apetites, em nosso trabalho, para as nossas convicções políticas – para nos tornarmos nós mesmos (*ourselves*). Mesmo aqueles de nós que não compactuamos com o mundo sedutor das redes sociais às vezes não temos alternativa senão compartilhar nossas vidas íntimas e nossas visões políticas em textos, e-mails, em conversas por *Skype*, sabendo que estamos expondo a nós mesmos. [...] Nós escrevemos notas de amor e comentários políticos, nós compartilhamos fotos íntimas e piadas internas, e nos atiramos nas telas em nossas formas espetaculares virtuais, muitas vezes desejando, mais do que tudo, sermos vistos, “curtidos”, conectados, ou simplesmente porque é a única maneira para comunicar hoje, nas democracias capitalistas liberais avançadas. *Para a maioria de nós, a existência digital tornou-se nossa vida* – é praticamente o pulso, a corrente sanguínea, o corriqueiro de nossas rotinas. Precisamos estar conectados não apenas para nos sentirmos totalmente vivos, mas para funcionar no trabalho e em casa – para sermos humanos, demasiado humanos. Nós vivemos, hoje, numa sociedade expositória, não apenas numa sociedade panóptica. [...] *E, neste novo espaço, nós precisamos prestar atenção especial às nossas confissões e falar-verdadeiro, assim como Foucault fez em suas últimas lições*⁴⁸⁰.

Nesse sentido, nas palavras de Sauter, “As práticas *online* estão inseridas na realidade cotidiana da ‘vida midiática’ – uma vida ‘vivida em’, em vez de ‘com’, a mídia”⁴⁸¹, de modo que “a persistente distinção feita entre virtualidade e vida real precisa desesperadamente de desconstrução”⁴⁸². A aparente novidade da *Web 2.0*, com suas sedutoras telas de cristal líquido, e facilidades prometidas às pontas dos dedos, não esconde, entretanto, o fato de estar numa linha de continuidade com uma série de outras tecnologias de si, gestadas na Antiguidade e desdobradas por toda a história do pensamento ocidental. Conforme Carolina Fedatto, “As práticas do cuidado de si, originadas na Grécia Antiga, passaram por uma longa série de reviravoltas, mas podem ainda ser claramente reconhecidas na imagem do *blog*

479 Idem, p. 837. Ver também ABBAS, Yasmine; DERVIN, Fred. *Digital technologies of the self*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2009.

480 HARCOURT, Bernard. *Waking up from May'68 and the repressive hangover. Stages of critique past Althusser and Foucault*. In: *Zinbun*, v. 47, 2017, p. 26, grifo nosso. Ver também RUCKENSTEIN, Minna. *Visualized and interacted life: personal analytics and engagements with data doubles*. In: *Societies*, v. 4, nº 1, p. 68-84.

481 Idem, p. 830.

482 Idem, p. 830, grifo nosso.

pessoal e do perfil nas redes sociais. O conceito foucaultiano, ricamente evocativo, das tecnologias de si, se encaixa perfeitamente como uma legenda para esses novos fenômenos”⁴⁸³, posto que são tecnologias que, sobretudo, estão nas mãos do eu (*self*), e por ele são empregadas intencionalmente, através de um certo número de operações em suas condutas e modos de ser⁴⁸⁴. Nesse sentido, de acordo com a autora,

Informação, identidade, reconhecimento, 160 caracteres ou menos. Palavras e expressões que definem quem se pode ser nesse espaço virtual de relações sociais. Insisto nisso porque a *virtualidade* desse espaço não deixa de ter uma materialidade. Sendo virtual, e com as especificidades que esse virtual coloca, esse é um *espaço de relações sociais, reais*. O virtual não é uma fantasia, um mundo à parte ou paralelo. *O virtual é um dos espaços que se constroem as relações sociais na contemporaneidade*. Talvez o principal deles. Nele as pessoas se colocam, pensam, se informam, se inscrevem para estabelecer ligações com o outro e com a vida política e social. O virtual é um meio com história e memória, não um espaço sem precedentes, inédito e original da pós-modernidade. Ele é regido pelo imaginário da flexibilidade e da conectividade. A sociedade em rede produz, assim, um efeito de completude do sujeito e também, [...] de totalidade da memória como “possibilidade do ser inteiro”, dessa memória de metal que armazena um número cada vez maior de dados e elos, como se pudesse ser o todo e garantir todas as conexões. *Dai a tentativa de compreender os processos de identificação do sujeito na rede a partir da ideia de “fragmentários” de si. Diante do excesso de informações e de formas de ser, o sujeito encontra um lugar parcial e provisório de subjetivação.*⁴⁸⁵

De acordo com Maude Bonenfant e Yanick Farmer, as práticas de si dependem tanto do sujeito quanto do objeto técnico, na medida em que a *tekhné* do corpo é construída de acordo com os elementos do objeto em questão. Assim, no contexto das redes sociais, a prática da escrita atua sobre o sujeito, e o si-mesmo é produzido através de uma sequência de atos no perfil do usuário. As redes sociais tornam-se um meio pelo qual “o *sujeito experencia o si-mesmo (self) através do compartilhamento deste si-mesmo (oneself) sob o olhar dos outros. Existe uma dinâmica nessa produção do si-mesmo (self) através da relação entre sujeito e objeto técnico e o efeito bilateral dessa relação*”⁴⁸⁶.

Razão pela qual, em nossa tese, optamos por utilizar o termo “virtualização da experiência de si”, em vez de “cuidado de si”, ou “governo de si”, com o objetivo de, em primeiro lugar, apreender o movimento de articulação dos processos de subjetivação entre a esfera virtual e a esfera analógica e, ao mesmo tempo, marcar a descontinuidade da passagem

483 BAKARDJIEVA, Maria; GADEN, Georgia. *Web 2.0 technologies of the self*. Philosophy & technologie, v. 25, nº 3, 2012, p. 411.

484 Idem, p. 411.

485 FEDATTO, Carolina Padilha. *Falar de si na rede: um espaço para quem (não) sou*. In: Revista do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo), v. 12, nº 1, 2015, p. 93-94, grifo nosso.

486 BONENFANT, Maude; FARMER, Yanick. *Foucault, Facebook and Freedom*. In: Ethical Space: The International Journal of Communication Ethics, v. 11, nº 3, 2014, p. 15.

entre as duas esferas, na medida em que “virtualização” não designa nem um ponto de partida, muito menos um ponto de chegada: trata-se, sobretudo, de um processo permanentemente fluido, transitório, indefinido, dividual e fragmentário; segundo, para atribuir às práticas de si, no escopo dos dispositivos algorítmicos, a dimensão de um descolamento espaço-temporal, de uma presença incorpórea, inerente à aceleração das modalidades comunicacionais; inclui-se aí, igualmente, o sentido de indicar a relação dinâmica que se estabelece entre o sujeito e a máquina, em que a subjetividade se constitui mediante uma experiência reflexiva de si⁴⁸⁷, intensificada pela imersão da vida, das relações e dos gestos cotidianos, nas novas tecnologias digitais; e, finalmente, de aproximar a perspectiva de nossa hipótese ao instrumental teórico foucaultiano, especialmente no que concerne, em sua obra, para além dos conceitos de biopolítica e governamentalidade, às práticas de si e aos procedimentos de subjetivação.

487 De acordo com Rogers Brubaker, “A hiperconectividade digital gerou uma diversidade de novas tecnologias de si [...]. Estas incluem expressar publicamente aspectos não expressados da identidade de alguém, em ambientes anônimos online; *blogging* como uma nova maneira pública de ‘escrita-de-si’”, etc. “Estas e outras práticas implicam novas formas de um trabalho ativo do si-mesmo para si-mesmo”, contribuindo, assim, para fazer do si-mesmo (*self*) “mais do que nunca, um projeto reflexivo”. BRUBAKER, Rogers. *Digital hyperconnectivity and the self*. In: *Theory & Society*, v. 49, 2020, p. 792.

ANOTAÇÕES FINAIS

A coragem do dizer verdadeiro como tarefa política do presente: o testamento de Michel Foucault

Em seus últimos cursos ministrados no *Collège de France*, como *O governo de si e dos outros* (1982-1983), e a *Coragem da verdade* (1983-1984), Michel Foucault retorna à Grécia antiga para examinar a genealogia das práticas de *parrêsia*, dos pré-socráticos aos cínicos⁴⁸⁸. Estes derradeiros cursos, pouco antes do falecimento do filósofo, em julho de 1984, prestam um testamento de sua obra e, não por acaso, aproximam-se do tema da morte com uma retomada dos últimos diálogos de Sócrates⁴⁸⁹: pois Foucault busca inscrever a totalidade de sua obra crítica nas raízes da filosofia ocidental⁴⁹⁰.

O termo grego *parrêsia* designava o falar franco, a liberdade da palavra, como uma técnica ou procedimento aletúrgico, ou seja, como um modo de dizer a verdade em que o sujeito está profundamente implicado com a verdade por ele manifestada. Com a análise da *parrêsia*, Foucault identifica uma modalidade de veridicção singular, deslocada das práticas do cuidado de si, e que, por sua relevância, mereceu especial atenção. Da *parrêsia* como função política, ou como um dever do cidadão, na democracia ateniense, passando pelo seu sentido ético em Sócrates (onde o declínio da *parrêsia* política indica sua ascensão como ética prática com implicações políticas) e, posteriormente, à *parrêsia* como modalidade de existência, ou como falar autêntico, para os cínicos, o que se vê é uma inversão no sentido do termo, de uma modalidade veridiccional centrada em definir as condições éticas, ou as condições não-formais, irredutíveis às regras formais do consenso, a uma filosofia prática, em que, segundo Frédéric Gros, a “ascese de si vale tão só na medida em que é dirigida provocativamente aos outros, pois se trata de se constituir em espetáculo que ponha cada um em face das suas próprias contradições”⁴⁹¹.

O cínico se faz notar, ao contrário, por um modo de vida que está em ruptura. Ele é reconhecido, [...] primeiro por sua franqueza (*parrêsia*: sua linguagem é áspera,

488 FOUCAULT, Michel. *Le gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France (1982-1983)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2008.

489 FOUCAULT, Michel. *Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France (1983-1984)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2009.

490 GROS, Frédéric. *Situation du cours*. In: FOUCAULT, Michel. *Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France (1983-1984)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2009, p. 314.

491 Idem, p. 327.

seus ataques verbais virulentos, suas preleções violentas), mas também por seu aspecto exterior: tendendo ao sujo, veste um velho manto que lhe serve ao mesmo tempo de cobertor, leva uma simples mochila, anda descalço ou de sandália, empunha seu cajado de andarilho e praguejador. Ora, esse modo de vida absolutamente rústico, esse despojamento vagabundo são para Foucault a expressão manifesta de uma provação da *existência pela verdade*. [...] Levar uma “verdadeira vida” significará também: levar uma vida *totalmente pública e exposta* (o não oculto), uma existência de um despojamento e de uma pobreza completos (o puro), uma vida radicalmente selvagem e animal (o direito) e manifestando uma soberania sem limites (o imutável). A transvaloração cínica é esse trabalho que consiste em viver ao pé da letra os princípios da verdade. A verdade, definitivamente, é o que é insuportável, na medida em que sai do domínio dos discursos para se encarnar na existência. A “verdadeira vida” só pode se manifestar como “vida outra”⁴⁹².

A “vida outra” buscada pelos cínicos, constitui o chamado a uma crítica do existente, que, diferentemente da renúncia de si pelo cuidado de si greco-latino, de aperfeiçoamento de qualidades e virtudes, demanda, por outro lado, uma ruptura com as formas habituais da existência por meio da visibilidade provocativa do escândalo⁴⁹³, do inquietante, da ferida constantemente exposta, de uma vida à margem, porém autêntica – em que o olhar do outro, em vez de articular uma verificação do discurso verdadeiro, é o fundamento mesmo de uma existência radicalmente verdadeira e, portanto, responsável.

Esses jogos entre “vida outra” e “mundo outro” pressupõem em Foucault, segundo a leitura de Frédéric Gros, “uma filosofia da alteridade que, por não ser enunciada sistematicamente, dá seu impulso ao pensamento. Essa noção de alteridade lhe permite de fato ancorar filosoficamente seu conceito de verdade”⁴⁹⁴. Foucault pretende salientar, com isso, de acordo com Gros, que a marca do *verdadeiro* é a *alteridade*: “[...] o que faz a diferença no mundo e as opiniões dos homens, o que obriga a transformar seu modo de ser, aquilo cuja diferença abre a perspectiva de um mundo outro a construir, a sonhar. *O filósofo se torna portanto aquele que, pela coragem do seu dizer-a-verdade, faz vibrar, através da sua vida e da sua palavra, o brilho de uma alteridade*”⁴⁹⁵.

O discurso parresiástico, no seu sentido cínico, implica, portanto, uma transformação do *éthos* do seu enunciador⁴⁹⁶, comportando, em seu próprio exercício, também um risco existencial, diante de sua responsabilidade como provocação e desnudamento da hipocrisia dos valores recebidos socialmente. “Por essa irrupção dissonante da ‘verdadeira vida’ no meio

492 Idem, p. 323-328, grifo nosso

493 Idem, p. 325.

494 Idem, p. 327.

495 Idem, p. 328. Ver também FOUCAULT, Michel. *Preface*. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *The Anti-oedipus. Capitalism and schizophrenia*. University of Minnesota Press, 1983, pp. XI-XIV.

496 FOUCAULT, Michel. *Une esthétique de l'existence*. In: *Dits et écrits*. t. IV (1980-1988). Paris: Éditions Gallimard, 1994.

do concerto das mentiras e das falsas aparências, das injustiças aceitas e das iniquidades dissimuladas, o cínico faz surgir o horizonte de um ‘mundo outro’, cujo advento suporia a transformação do mundo presente”⁴⁹⁷. No contexto contemporâneo, em que a participação social é demandada por meio de uma visibilidade permanente, como nas redes sociais, talvez seja preciso resgatar a perspectiva cínica da *parrêsia*, de modo a transvalorar a virtualização da experiência de si como uma ferramenta potente para uma crítica do presente.

Tomando de exemplo o cenário político e social brasileiro da última década, cuja crueza e densidade recai sobre as palavras escritas no trabalho ora apresentado, podemos visualizar os limites e as possibilidades da *parrêsia* no contexto de tecnomediação da vida pelos dispositivos algorítmicos. Por um lado, poderíamos seguir a crítica que coloca em questão os limites da *parrêsia* autêntica diante da regulação subjetiva exercida pelos algoritmos, e apontar uma problematização exclusivamente debruçada sobre, em primeiro lugar, uma produção automatizada de saberes sobre os usuários e, em segundo lugar, sobre a utilização desse saber com finalidades mercadológicas e políticas, para o controle, regulação e governo de certas condutas⁴⁹⁸; e, por outro lado, poderíamos entrever, no emprego do dizer-verdadeiro como fundamento de uma vida ética, a possibilidade de invertermos as práticas de si, ou a virtualização da experiência de si, em resistência prática.

Um exemplo muito interessante, a este respeito, poderia ser buscado no movimento virtual denominado *Sleeping Giants*⁴⁹⁹, que tem por proposta denunciar os anúncios de grandes empresas que financiam *sites* com teor antidemocrático, propagadores de notícias falsas, etc., com o objetivo de desmonetizá-los. Este movimento não prospera sem que haja o engajamento constante dos usuários das redes sociais, compartilhando *hashtags*, postagens e publicações em seus perfis virtuais, ou seja, sem que haja um tipo de comportamento específico empreendido pelos sujeitos sobre eles mesmos e, conseqüentemente, sobre aqueles com os quais se relaciona no ambiente digital.

Outro exemplo poderia ser colhido das transformações impostas pelo “choque de virtualização”⁵⁰⁰ decorrente da pandemia do novo coronavírus. Se, por um lado, haviam aqueles que não seguiam as restrições impostas pelas autoridades sanitárias, ou muito menos

497 GROS, Frédéric. *Situation du cours*. In: FOUCAULT, Michel. Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France (1983-1984). Paris: Seuil/Gallimard, 2009, p. 326.

498 HULL, Gordon. *The banality of cynicism: Foucault and the limits of authentic parrhesia*. In: Foucault Studies, n° 25, 2018, p. 251-273.

499 Para mais informações, acesse: < www.sleepinggiantbrasil.com >.

500 COSTA, Flavia. *Tecnoceno: algoritmos, biohackers y nuevas formas de vida*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Taurus, 2021.

agiam de acordo com suas recomendações (como a utilização de máscaras, a não participação em aglomerações, a vacinação, etc), houve aqueles que, por outro lado, encontraram maneiras de resistir e, para tanto, fizeram uso estratégico da esfera virtual, por meio das práticas de engajamento: compartilhando informações cientificamente válidas, seja a respeito de condutas responsáveis diante das restrições impostas, seja no fomento a determinadas práticas de isolamento (como a popularização das *lives* musicais, ou o engajamento em movimentos virtuais como o *#ficaemcasa*, etc.).

Ainda, poderíamos retomar, a título ilustrativo, os atos terroristas e antidemocráticos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023, em Brasília. Como se sabe, todos estes atos não foram gestados repentinamente, e por detrás, pouco a pouco, são revelados aqueles que, de alguma forma, ajudaram a materializá-los. O que importa destacar, na urgência deste exemplo, para além de seus elementos evidentes, é o transbordamento das práticas de engajamento, em sua articulação entre a esfera virtual e a esfera analógica: muitos daqueles que concorreram como partícipes nesses atos terroristas foram, posteriormente (e ironicamente), identificados pelas autoridades policiais através das próprias fotos e gravações, postadas e compartilhadas em redes sociais: pois a manifestação da verdade de si, atualmente, se desdobra tanto na esfera analógica quanto na esfera virtual, mediante determinados procedimentos de subjetivação. É preciso confessar, colocar à mostra, diante dos outros, aquilo que somos ou o que desejamos ser, performando a própria identidade por meio de uma atividade constante sobre a própria subjetividade. O que este cenário coloca em questão é a maneira através da qual certos discursos, que são objetos de práticas de engajamento, ou práticas confessionais, na esfera virtual, inscrevem-se na esfera analógica, sem deixar de produzir, contudo, efeitos “reais”. As lamentáveis, porém não surpreendentes, cenas de destruição ao patrimônio público, e aos símbolos da democracia, não deixam dúvidas a este respeito.

Evidentemente não temos a pretensão de apontar, a partir do conceito de virtualização da experiência de si, uma teoria geral ou uma metanarrativa que explique todos estes fenômenos, senão apenas de indicar, por esta condição contemporânea do *ser*, que estamos diante de um ponto de “não retorno”, a partir do qual é preciso que tomemos, e invertamos, estes aparatos técnicos de acordo com certas finalidades e estratégias. Importa-nos aqui encontrar, numa breve analogia com a *parrêsia* cínica, e numa tentativa de homenagear o testamento de Foucault, uma perspectiva de resistência às novas modalidades de subjetivação que se articulam às novas formas de governo dos homens. Colocar a crítica aos dispositivos

algorítmicos por meio de uma análise das práticas de subjetivação, ou de uma virtualização da experiência de si, nos permite problematizar o *sujeito* para além da dimensão objetiva e imanente dos saberes algorítmicos – ou seja, para além de sua apreensão conceitual como objeto de controle e regulação –, para encontrar, em suas relações com a máquina, também a possibilidade de inversão dessas práticas em torno de um dizer verdadeiro, de uma coragem da verdade, como tarefa política inafastável.

REFERÊNCIAS

- ABBAS, Yasmine; DERVIN, Fred. *Digital technologies of the self*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo, 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BAUDRILLARD, Jean. *Tela-total: mito-ironias na era do virtual e da imagem*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.
- BAKARDJIEVA, Maria; GADEN, Georgia. *Web 2.0 technologies of the self*. *Philosophy & Technologie*, v. 25, n° 3, 2012, p. 399-413.
- BAZZICALUPO, Laura. *Biopolitica: una mappa concettuale*. Roma: Carocci Editore, 2010.
- BELK, Russell W. *Extended self in a digital world*. In: *Journal of Consumer Research*, vol. 40, n° 3, 2013, p. 477-500.
- BENTES, Anna Carolina F. *O modelo do gancho e a formação de hábitos: tecnobehaviorismo, capitalismo de vigilância e economia da atenção*. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones"*, 2022, v. 15, n. 2, p. 1-19.
- BERGEN, Jan Peter; VERBEEK, Peter-Paul. *To-do is to be: Foucault, Levinas, and technologically mediated subjectivation*. In: *Philosophy & Technology*, v. 34, n° 2, 2021, p. 325-348.
- BERNS, Thomas; ROUVROY, Antoinette. *Gouvernementalité algorithmique et perspectives d'émancipation*. In: *Réseaux*, n° 177, 2013, p. 163-196.
- BERNS, Thomas. *Rendre la révolte impossible*. In: *Rue Descartes*, n° 77, 2013, pp. 121-128.
- BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BONENFANT, Maude; FARMER, Yanick. *Foucault, Facebook and Freedom*. In: *Ethical Space: The International Journal of Communication Ethics*, v. 11, n° 3, 2014, p. 14-24.
- BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas; *From Foucault's lectures at Collège de France to studies of governmentality: an introduction*. In: *Governmentality: Current issues and future challenges*. Edited by _____. New York: Routledge, 2011, p.1-33.
- BRUBAKER, Rogers. *Digital hiperconnectivity and the self*. In: *Theory & Society*, v. 49, 2020, p. 771-801.
- BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina F.; FALTAY, Paulo. *Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento*. In: Revista Famecos, 2019, v. 26, n. 3, p. 1-21.

BRUNO, Fernanda; RODRÍGUEZ, Pablo Manolo. *The dividual: digital practices and biotechnologies*. Theory, culture & society, v. 39, nº 3, 2022, p. 27-50 (1-24).

BUCHER, Taina. *If... then: algorithmic power and politics*. Oxford University Press, 2018.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. *Happycratie. Comment l'industrie du bonheur a pris le contrôle de nos vies*. Paris: Premiere Parallèle, 2018.

CALIMAN, Luciana. *Os regimes de atenção na subjetividade contemporânea*. Arquivos brasileiros de psicologia, v. 64, nº 1, 2012, p. 2-17.

CAMMAERTS, Bart. *Technologies of self-mediation: affordances and constraints of social media for protest movements*. In: Civic engagement and social media for protest movements: political participation beyond protest. Edited by Julie Uldam and Anne Vestergaard. Palgrave Macmillan, 2015, p. 87-110.

CASTRO, Edgardo. *El vocabulario de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. 1ª ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

_____. *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Communication power*. New York: Oxford University Press, 2009.

CARDON, Dominique. *À quoi rêvent les algorithmes: nos vies à l'heure des big data*. Paris: Éditions du Seuil et La République des Idées, 2015.

CHAMBERS, Deborah. *Social media and personal relationships*. Online intimacies and networked friendship. Springer, 2013.

CHENEY-LIPPOLD, John. *A new algorithmic identity: soft biopolitics and the modulation of control*. In: Theory, culture & society, v. 28, nº 6, 2011, p. 164-181.

_____. *We are data: algorithms and the making of our digital selves*. New York University Press, 2017.

COOPER, Rosalind. *Pastoral power and algorithmic governmentality*. In: Theory, Culture & Society, v. 37, 2020, p. 29-52.

CORMEN, Thomas H. *Algorithms unlocked*. MIT Press, 2013.

COSTA, Flavia. *Tecnoceno: algoritmos, biohackers y nuevas formas de vida*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Taurus, 2021.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. *Mediated construction of reality*. Cambridge: Polity Press, 2017.

DA EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos*. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Editora Vestígio, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte, 2010.

DE ALMEIDA, Tereza Virgínia. *Facebook: uma tecnologia de si*. In: Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 18, nº 28, 2017.

DELEUZE, Gilles. *Différence et répétition*. Paris: PUF, 1968

_____. *Post-scriptum sur les sociétés de contrôles*. In: L'autre journal, v. 1, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux. Capitalisme et schizophrénie*. Paris: Minuit, 1980.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. 2ª ed. The University of Chicago Press, 1983.

ESPOSITO, Roberto. *Bios: biopolitica e filosofia*. Torino: Einaudi, 2004

EYAL, Nir. *Hooked: how to build habit-forming products*. New York: Portfolio / Penguin, 2014.

FEDATTO, Carolina Padilha. *Falar de si na rede: um espaço para quem (não) sou*. In: Revista do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo), v. 12, nº 1, 2015, p. 81-108.

FLISFEDER, Matthew. *Algorithmic desire: toward a new structuralist theory of social media*. Northwestern University Press, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Discourse & Truth and Parrésia*. Edited by Henri-Paul Fruchaud and Daniele Lorenzini. Introduction by Frédéric Gros. English edition established by Nancy Luxon. The University of Chicago Press, 2019.

_____. *Dits et écrits. t. II (1970-1975)*. Paris: Éditions Gallimard, 1994.

_____. *Du gouvernement des vivants. Cours au Collège de France (1979-1980)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2012.

_____. *Histoire de la sexualité. t. I: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.

_____. *Histoire de la sexualité. t. II: L'usage des plaisirs*. Paris: Éditions Gallimard, 1984.

- _____. *Histoire de la sexualité. t. III: Le souci de soi*. Paris: Éditions Gallimard, 1984.
- _____. *Histoire de la sexualité. t. IV: Les aveux de la chair*. Ed. Frédéric Gros. Paris: Éditions Gallimard, 2018.
- _____. *“Il faut défendre la société”*. *Cours au Collège de France (1975-1976)*: Paris: Seuil/Gallimard, 1997.
- _____. *Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France (1983-1984)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2009.
- _____. *Le gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France (1982-1983)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2008.
- _____. *L'herméneutique du sujet. Cours au Collège de France (1981-1982)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2001.
- _____. *Le sujet et le pouvoir*. In: *Dits et écrits. t. IV (1980-1988)*. Paris: Gallimard, 1994, p. 222-243.
- _____. *Les anormaux. Cours au Collège de France (1974-1975)*. Paris: Seuil/Gallimard, 1999.
- _____. *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.
- _____. *Preface*. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *The Anti-oedipus. Capitalism and schizophrenia*. University of Minnesota Press, 1983, pp. XI-XIV.
- _____. *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*: Paris: Seuil/Gallimard, 2004.
- _____. *Self writing*. In: *Ethics. Subjectivity and truth*. Edited by Paul Rabinow. New York: The New Press, 1997.
- _____. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- _____. *Une esthétique de l'existence*. In: *Dits et écrits. t. IV (1980-1988)*. Paris: Éditions Gallimard, 1994.
- GERLITZ, Carolin; HELMOND, Anne. *The like economy: social buttons and the data-intensive web*. In: *New Media & Society*, v. 15, n° 8, 2013, p. 1348-1365.
- GILLIPSIE, Tarleton. *The relevance of algorithms*. In: *Media technologies: Essays on communication, materiality and society*. MIT Press, 2014, p. 167-193.
- GOFFMAN, Erving. *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*. New York: Anchor Books, 1961.

- GROS, Frédéric. *Avertissement*. In: *Les aveux de la chair*. Paris: Éditions Gallimard, 2018.
- _____. *Situation du cours*. In: FOUCAULT, Michel. *Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France (1983-1984)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2009.
- GROS, Frédéric; DAVIDSON, Arnold. *Michel Foucault. Philosophie. Anthologie*. Paris: Éditions Gallimard, 2004, p. 651-652.
- HALL, Stuart. *Introduction: who needs identity?* In: *Questions of cultural identity*. London: Sage, 1996, p. 1-17.
- HARCOURT, Bernard. *Exposed: Desire and disobedience in the digital era*. Harvard University Press, 2015.
- _____. *Waking up from May'68 and the repressive hangover. Stages of critique past Althusser and Foucault*. In: *Zinbun*, v. 47, 2017, p. 13-32.
- HARSIN, Jayson. *Regimes of posttruth, postpolitics and attention economies*. In: *Communication, culture & critique*, 2015, v. 8, n° 2, p. 327-333.
- HEES, Peter. *Writing the self: diaries, memoirs, and the history of the self*. New York: Bloomsbury, 2013.
- HEPP, Andreas; KROTZ, Friedrich. *Mediatized worlds*. London: Palgrave Macmillan, 2014.
- HJARVARD, Stig. *The mediatization of culture and society*. Routledge, 2013.
- HUI, Yuk. *What is a digital object?* In: *Metaphilosophy*, v. 43, n° 4, 2012, p. 380-395.??
- HUI, Yuk; HALPIN, Harry. *Collective individuation: the future of social web*. In: *Unlike us reader: social media monopolies and their alternatives*, 2013, p. 103-116.
- HULL, Gordon. *Successful failure: what Foucault can teach us about privacy and self-management in a world of Facebook and big data*. In: *Ethics and information technology*, v. 17, 2015, p. 89-101.
- _____. *The banality of cynicism: Foucault and the limits of authentic parrhesia*. In: *Foucault Studies*, n° 25, 2018, p. 251-273.
- HUMPHREYS, Lee. *The qualified self. Social media and the accounting of everyday life*. MIT Press, 2018.
- IBRAHIM, Yasmin. *Production of the "self" in the digital age*. Palgrave Macmillan, 2018.

IHDE, Don. *Preface: positioning postphenomenology*. In: Postphenomenological investigations. Essays on human-technology relations. Edited by Robert Rosenberger and Peter-Paul Verbeek. Lexington Books, 2015, p. vii-xvi.

KARAKAYALI, Nedim; KOSTEM, Burc; GALIP, Edil. *Recommendation systems as technologies of the self: algorithmic control and the formation of music taste*. *They, culture & society*, v. 35, n° 2, 2018, p. 3-24.

KIEN, Nguyen T. *Care of the self in the age of algorithms: early thoughts from a Foucauldian perspective*. In: Ho Chi Minh City Open University Journal of Science-Social Sciences, v. 10, n° 1, 2020, p. 79-90.

LEMOS, André. *Dataficação da vida*. In: Revista Civitas, v. 21, n° 2, 2021, p. 193-202.

LEMKE, Thomas. *Biopolitics: an advanced introduction*. New York University Press, 2011.

_____. *Beyond Foucault: from biopolitics to the government of life*. In: Governmentality: current issues and future challenges. Edited by BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas. New York: Routledge, 2011.

_____. *Foucault, governmentality and critique*. New York: Routledge, 2016.

LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.

_____. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *La pyramide algorithmic*. Sens Public, 2017.

_____. *Le rôle des humanités numériques dans le nouvel espace politique*. Sens Public, 2019.

_____. *O que é o Virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *The philosophical concept of algorithmic intelligence*. In: Spanda Journal, Netherlands, v. 2, 2014, p. 17-26.

_____. *The data-centric society*. In: Azimuth (International Journal of Philosophy), v. 7, 2016, p. 129-140.

LUPTON, Deborah. *The quantified self: a sociology of self-tracking*. Cambridge: Polity, 2016.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big data: a revolution that will transform how we live, work and think*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; RAMGE, Thomas. *Reinventing capitalism in the age of big data*. New York: Basic Books, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MEDEIROS, Amanda. “Devemos implodir o que resta de seus castelos”: o Movimento Brasil Livre (MBL) e a mobilização política de emoções. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MOROZOV, Evgeny. *Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MURTHY, Dhiraj. *Towards a sociological understanding of social media: theorizing Twitter*. In: *Sociology*, v. 46, nº6, 2012, p. 1059-1073.

O’NEIL, Cathy. *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown Publishers, 2017.

OUDSHOORN, Nelly; PINCH, Trevor. *How users matter: the co-construction of users and technology*. Cambridge: MIT Press, 2003.

OUELLET, Maxime. *La révolution culturelle du capital. Le capitalisme cybernétique dans la société globale de l’information*. Montreal: Les Éditions Écosociété, 2016.

PASQUALE, Frank. *The black box society: the secret algorithms that control money and information*. Harvard University Press, 2015.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. *Biopower today*. In: *BioSocieties*, v. 1, nº 2, 2006, p. 195-217.

RAUNIG, Gerald. *A thousand machines: a concise philosophy of the machine as social movement*. Semiotext(e), 2010.

_____. *Dividuum: machinic capitalism and molecular revolution, v. 1*. Semiotext(e), 2016.

REIGELUTH, Tyler Butler. *Why data is not enough: digital traces as control of self and self-control*. *Surveillance & Society*, v. 12, nº 2, 2014, p. 243-254.

RETTBERG, Jill Walker. *Seeing ourselves through technology: how we use selfies, blogs and wearable devices to see and shape ourselves*. London: Palgrave Macmillan, 2014.

RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. *Espetáculo do dividual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais*. In: *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2018, p. 181-216.

_____. *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019.

_____. *Um novo modo de existência*. In: SIMONDON, Gilbert. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

ROSENBERG, Matthew; CONFESSORE, Nicholas; CADWALLADR, Carole. *How Trump consultants exploited the Facebook data of millions*. The New York Times, 2018. Disponível em: <[How Trump Consultants Exploited the Facebook Data of Millions - The New York Times \(nytimes.com\)](https://www.nytimes.com/2018/03/15/us/politics/trump-consultants-facebook-data.html)>. Acesso em: 15/03/2022.

ROSENBERGER, Robert; VERBEEK, Peter-Paul. *A field guide to postphenomenology*. In: *Postphenomenological investigations. Essays on human-technology relations*. Edited by Robert Rosenberger and Peter-Paul Verbeek. Lexington Books, 2015, p. 9-41.

ROUVROY, Antoinette. *De Big Brother à Big Data. De la surveillance au profilage*. Contribution au Hors serie “Michel Foucault: Le courage d’être soi. In: *Philosophie Magazine*, 2018, p. 60-63.

_____. *Détecter et prévenir: les symptômes technologiques d’une nouvelle manière de gouverner*. Etat des Droits de l’Homme en Belgique. Rapport 2009-2010. Ed. David Morelli. Brussels: Aden, 2010.

_____. *Gouverner hors les normes: la gouvernementalité algorithmique*. In: *Lacan Quotidien*, v. 733, 2017, p. 2-4.

_____. *L’art de ne pas changer le monde*. In: *La Revue Nouvelle*, n°8, 2016, p. 44-50.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. *Le nouveau pouvoir statistique. Ou quand le contrôle s’exerce sur un réel normé, docile et sans événement car constitué de corps “numériques”*. *Multitudes*, vol. 1, n° 10, 2010, p. 88-103.

RUCKENSTEIN, Minna. *Visualized and interacted life: personal analytics and engagements with data doubles*. In: *Societies*, v. 4, n° 1, p. 68-84.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas*. In: *Caderno IHU Ideias (UNISINOS)*, Instituto Humanitas. Ano 19, n° 314, vol. 19, 2021, p. 4-19.

SADIN, Eric. *La vie algorithmique. Critique de la raison numérique*. Paris: Éditions L’Échappée, 2015.

_____. *La silicolonisation du monde. L’irrésistible expansion du libéralisme numérique*. Paris: Éditions L’Échappée, 2016.

SAUTER, Theresa. "What's on your mind?" *Writing on Facebook as a tool for self-formation*. *New media & society*, vol. 16, nº 5, 2014, p. 823-839.

SEAVER, Nick. *Captivating algorithms: recommender systems as traps*. *Journal of material culture*, v. 24, nº 4, 2019, p. 421-436.

SEYFERT, Robert; ROBERGE, Jonathan (eds.). *Algorithmic cultures: essays on meaning, performance and new technologies*. Routledge, 2016.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

SILES, Ignacio. *Web technologies of the self: the arising of the "blogger" identity*. In: *Journal of computer-mediated communication*, v. 17, nº 4, 2012, p. 408-421.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Editions Aubier, 2001.

_____. *L'individuation à lumière des notions de forme et d'information*. Paris: Jérôme Millon, 2005.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Polity Press, 2017.

STALDER, Félix. *The digital condition*. Cambridge: Polity Press, 2018.

STRIPHAS, Ted. *Algorithmic culture*. In: *European Journal of Cultural Studies*, v. 18, nº 4-5, 2015, p. 395-412.

TAYLOR, Charles. *Sources of the self: the making of modern identity*. Harvard University Press, 10^o printing, 2001.

TELES, Edson. *Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas*. *Kriterion: Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 59, nº 140, Ago./2018, p. 429-448.

The Cambridge Analytica Files. The Guardian/The Observer, 2018. Disponível em: <[The Cambridge Analytica Files | The Guardian](#)>. Acesso em: 15/03/2022.

The Facebook Files. The Wall Street Journal, 2021. Disponível em: <[The Facebook Files - WSJ](#)>. Acesso em: 15/03/2022.

TIIDENBERG, Katrin; CRUZ, Edgar Gómez. *Selfies, image and the re-making of the body*. In: *Body & society*, v. 21, nº 4, p. 77-102.

TIQQUN. *The cybernetic hypothesis*. Translated by Robert Hurley. MIT Press, 2020.

VAN DIJCK, Jose. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VAN DJICK, Jose; POELL, Thomas; de WAAL, Martjin. *The platform society*. Oxford University Press, 2018.

VAN OTTERLO, Martjin. *A machine learning view on profile*. In: Privacy, due process and the computational turn. The philosophy of law meets the philosophy of technology. Abingdon: Routledge, 2013, p. 41-64.

VERBEEK, Peter-Paul. *What things do. Philosophical reflections on technology, agency and design*. Penn State Press, 2005.

VIGNOLA, Paolo. *Nietzsche in the Amazon: for a nomadology beyond algorithmic governmentality*. *Etica & Politica/Ethics & Politics*, v. 18, n° 3, 2016, p. 269-285.

VIDAL, Fernando; ORTEGA, Francisco. *Somos nosso cérebro? Neurociências, subjetividade, cultura*. São Paulo: n-1 edições/ Hedra, 2019.

WEISGERBER, Corinne; BUTLER, Shannan. *Curating the soul: Foucault's concept of hupomnemata and the digital technology of self-care*. In: *Information, Communication & Society*, v. 19, n° 10, 2016, p. 1340-1355.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism. The fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs, 2019.

ZUCKERBERG, Mark. Menlo Park, CA, USA, 11/01/2018. *Facebook: Mark Zuckerberg*. Disponível em: < <https://www.facebook.com/zuck/posts/10104413015393571> >. Acesso em: 15/03/2022.

2019 Guide To Publishing On Facebook. Everything you need to know about the publishers and pages succeeding on Facebook. NewsWhip. Disponível em: < [Facebook Publishing 2019 Final.key \(newswhip.com\)](#) >. Acesso em: 15/03/2022.